

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ELIAS FERREIRA BENTO

**O IMPERADOR EM FOLHETINS:**

**A Monarquia brasileira e D. Pedro II nos rodapés da *Gazeta de Notícias* (1879-1882)**

**UBERLÂNDIA/MG  
2021**

ELIAS FERREIRA BENTO

**O IMPERADOR EM FOLHETINS:**

**A Monarquia brasileira e D. Pedro II nos rodapés da *Gazeta de Notícias* (1879-1882)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Flávia Cernic Ramos

**UBERLÂNDIA/MG  
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

B478i      Bento, Elias Ferreira, 1983-  
2021      O Imperador em folhetins [recurso eletrônico] : a Monarquia brasileira e D. Pedro II nos rodapés da Gazeta de Notícias (1879-1882) / Elias Ferreira Bento. - 2021.

Orientadora: Ana Flávia Cernic Ramos.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia.  
Programa de Pós-Graduação em História.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.5518>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. História. I. Ramos, Ana Flávia Cernic, 1978-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

---

CDU:930

Glória Aparecida – CRB-6/2047  
Bibliotecária



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	DISSERTAÇÃO DE Mestrado, Ata 7, PPGHI				
Data:	Dezoito de março de dois mil e vinte e um	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:00
Matrícula do Discente:	11812HIS003				
Nome do Discente:	Elias Ferreira Bento				
Título do Trabalho:	O Imperador em folhetins: a monarquia brasileira e D. Pedro II nos rodapés da Gazeta de Notícias (1879-1882)				
Área de concentração:	História Social				
Linha de pesquisa:	História e Cultura				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Barricadas em rodapés de jornais: cidadania e política nos romances-folhetins da imprensa carioca (1875-1895)				

Reuniu-se de forma remota através da plataforma Mconf RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores: Jean Luiz Neves Abreu (UFU), Denilson Botelho de Deus (UNIFESP) e Ana Flávia Cernic Ramos orientadora do candidato.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Ana Flávia Cernic Ramos, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.

---



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flavia Cernic Ramos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 18/03/2021, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Jean Luiz Neves Abreu, Professor(a) do Magistério Superior**, em 18/03/2021, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Denilson Botelho de Deus, Usuário Externo**, em 18/03/2021, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2594179** e o código CRC **5B564249**.

---

A minha filha Sofia, com todo amor.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a minha orientadora, Profa. Dra. Ana Flávia Cernic Ramos, por me orientar em mais esta jornada.

Deixo meus agradecimentos também ao Prof. Dr. Denilson Botelho de Deus (UNIFESP), ao Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (UFU), à Profa. Dra. Mara Regina do Nascimento (UFU), e ao Prof. Dr. Ricardo Figueiredo Pirola (UNICAMP), por terem aceitado participar da defesa deste trabalho.

Agradeço a minha filha Sofia, que nasceu durante o período deste mestrado. Naquele dia 14 de março de 2019 eu também nasci, como pai. Desde então, sinto todos os dias a manifestação mais pura do que possa ser o amor.

Agradeço a minha família pelo apoio de sempre. Ao meu pai, Sr. João Bento Filho, a minha mãe Dona Nélia, ao meu padasto Amarildo, a minha madrasta Cláuria Bento, aos meus irmãos, Léia, Érica, Eduardo e Willian, e aos meus sobrinhos Alexandre Elias, Maria Eduarda, Maria Fernanda e Emanuel Ricardo. É muito bom ter vocês nessa vida.

Agradeço, por fim, ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia por mais esta oportunidade.

## RESUMO

Na manhã de 18 de março de 1882, a Corte brasileira foi surpreendida com a informação de que ladrões haviam entrado no Palácio de São Cristóvão, residência oficial do Imperador D. Pedro II, e roubado várias joias pertencentes à Coroa brasileira. A imprensa do Rio de Janeiro logo se voltou para o assunto e passou a noticiar todos os desdobramentos das investigações policiais. As joias foram encontradas rapidamente, enterradas na casa de um dos autores do crime. Porém, restituídos os objetos roubados, todos os envolvidos foram colocados em liberdade, sem qualquer tipo de punição. A família imperial, a princípio tratada como vítima, passou então a ser alvo de pesadas críticas de alguns órgãos de imprensa, veiculadas por meio de textos cômicos, charges, crônicas ilustradas e, até mesmo, através da literatura. O caso saiu da esfera privada e passou à esfera política, pois fora usado como pretexto para se discutir pautas caras aos opositores da monarquia. Tomando por objeto a imprensa do período, pretende-se, no presente trabalho, analisar como diferentes impressos se apropriaram do episódio do crime para convertê-lo em fato político, atacando, principalmente, a imagem do Imperador.

Palavras-chave: História, política, imprensa, literatura e monarquia.



## **ABSTRACT**

On the morning of March 18, 1882, the Brazilian Court was surprised by the information that thieves acquired entered the Palace of São Cristóvão, the official residence of Emperor D. Pedro II, and stole several jewels belonging to the Brazilian crown. The Rio de Janeiro press soon returned to the subject and passed on to all the developments of the police investigations. The jewels were quickly found, buried in the home of one of the perpetrators. However, returned from the stolen objects, all those involved were left free, without any kind of punishment. The imperial family, at first treated as a victim, then began to be the target of heavy criticism from some press organs, conveyed through comic texts, collections, illustrated chronicles and even through literature. The case left the private sphere and moved to the political sphere, as it is used as an excuse to discuss agendas dear to opponents of the monarchy. Taking the press of the period as an object, the present work intends to analyze how different impressions appropriated the crime episode in order to convert it into a political fact, attacking, mainly, the image of the Emperor.

Keywords: History, politics, press, literature and monarchy.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 - "Roubaram a Coroa!"</b> .....	39
<b>Figura 2 - "Roubo, lama e mistério!"</b> .....	43
<b>Figura 3 - O grande achado das joias.</b> .....	45
<b>Figura 4 - Papá Piter</b> .....	47
<b>Figura 5 - Agonia e morte do Diário de Campinas</b> .....	136

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO 1- A monarquia em páginas de jornais: o roubo das joias da Coroa e a imprensa carioca</b> .....	17
1.1 Um escândalo na Corte de Pedro II.....	17
1.2 Uma imprensa diversa .....	25
1.3 A monarquia preservada.....	31
1.4 A monarquia em páginas de humor.....	37
1.5 A <i>Gazeta de Notícias</i> .....	53
<b>CAPÍTULO 2 – Entre o editorial e o rodapé: a monarquia brasileira nos escritos da <i>Gazeta de Notícias</i> (1879-1882)</b> .....	61
2.1 Surge a <i>Gazeta de Notícias</i> : um modelo a ser seguido no processo de modernização pelo qual passara a imprensa brasileira .....	66
2.2 Direitos, deveres e a Imperial Coroa nas páginas da <i>Gazeta de Notícias</i> .....	70
2.3 Diferentes perspectivas e abordagens para diferentes espaços: a monarquia na <i>Gazeta de Notícias</i> (1879-1882).....	73
2.3.1 Os “Assuntos do Dia”: o rei ausente .....	73
2.3.2 A “Semana” de José do Patrocínio: Dialogando com o Imperador.....	86
2.3.3 “A Semana” de Ferreira de Menezes: “o rei quer! O rei não quer! Eis os dois únicos códigos desta vasta nação!” .....	105
<b>CAPÍTULO 3 – Radicalizando no folhetim: <i>As joias da Coroa</i> como arma política</b> .....	119
3.1 A trajetória intelectual de Raul Pompeia.....	120
3.1.1 Primeiros escritos .....	120
3.1.2 São Paulo: da imprensa acadêmica à imprensa nacional.....	130
3.1.3 Lançando luz sobre o Imperador no folhetim.....	143
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	157
<b>FONTES</b> .....	161
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	163
<b>ANEXO I - Jornais / Revistas consultados</b> .....	172

## INTRODUÇÃO

O regime imperial teve início no Brasil tão logo se proclamou sua independência, ainda nos anos 1820. A monarquia como forma de governo foi ratificada pelo Imperador D. Pedro I no texto constitucional de 1824, o qual organizara a estrutura política do país nascente. O trono seria sucedido a 23 de julho de 1840 por D. Pedro II, pondo fim ao Período Regencial que comandou o Império após a abdicação do primeiro monarca em favor de seu filho. O Segundo Reinado tornar-se-ia o governo mais longo da história do Brasil, perdurando por mais de quarenta e nove anos, cessando com o golpe militar que depôs o então Imperador e instalou a República como nova forma de governo, sob a qual vivemos até o presente momento. Sobre este assunto, a historiografia tem se ocupado à farta, discorrendo acerca de como a monarquia entrara em declínio em suas últimas décadas de existência, ponderando sobre a queda de prestígio da instituição, em geral, e do Imperador Pedro II, em específico, bem como sobre disseminação de um ideário republicano, formando um consenso neste sentido acerca de um ocaso da monarquia.

Segundo Lilia Schwarcz, por exemplo, nos anos finais do Segundo Reinado o Imperador deixou de lado os vários ritos e símbolos que atestavam a legitimidade do regime para travestir-se da imagem de um homem envelhecido e cansado do poder, mantendo-se cada vez mais afastado das questões políticas, dos negócios do Estado e, portanto, das aspirações públicas. Para tal desprestígio, contribuíram ainda o surgimento de novos movimentos políticos, especialmente com a criação e fortalecimento do Partido Republicano e da luta de grupos abolicionistas contra o sistema de trabalho então vigente, o escravista. De acordo com a autora, se até os anos 1870 toda a vida cultural do Império girara em torno da Corte, é a partir dos anos 1880 que encontraremos a formação de novos grupos, os quais despontavam no horizonte sociopolítico do Império desvinculados do prestígio da Casa Imperial. Para Schwarcz, é, pois, neste contexto de constante descrédito da figura do monarca e de seu sistema, bem como de sua representação negativa pela claqué oposicionista, que aos poucos as dúvidas em relação à monarquia foram se tornando maiores do que as certezas, culminando no conhecido episódio de 15 de novembro de 1889<sup>1</sup>.

Em estudo biográfico sobre o monarca, o historiador Roderick Barman afirma que, ainda nos anos 1870, uma série de fatores voltou-se contra a imagem de D. Pedro II e afetou a viabilidade de seu governo, ameaçando seu prestígio como cidadão modelo, sua legitimidade

---

<sup>1</sup> Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

e, conseqüentemente, seu poder de dirigir. Tal como Schwarcz, Barman vê no desmantelamento dos aspectos cerimoniais o motivo para que a monarquia deixasse de atuar como centro da vida social do país. Segundo o autor, os palácios imperiais se encontravam em estado precário, as carruagens eram velhas, o beija-mão foi aos poucos sendo deixado de lado, o Imperador raramente se apresentava em público vestido com pompa e circunstância, preferindo, para uso cotidiano, o traje composto de uma casaca preta, gravata e cartola, que usava desde a juventude e que era considerado antiquado para o período. Somava-se a esses fatores o surgimento, nos anos 1860, de um movimento parecido com uma política de massa, composto de um eleitorado urbano alfabetizado, economicamente ativo e politicamente consciente. A juventude, segundo Barman, passou então a professar ideias republicanas e, na década de 1880, o Imperador via-se constantemente como alvo de críticas e injúrias na imprensa popular<sup>2</sup>.

José Murilo de Carvalho, por sua vez, destaca que a monarquia apresentou crescente perda de legitimidade entre a elite nacional, principalmente após o advento da abolição, bem como na crença geral sobre a inviabilidade de um terceiro reinado sob o comando de D. Isabel. Em *D. Pedro II*, Carvalho argumenta que no decorrer das últimas décadas do Império surgira uma enormidade de adeptos ao sistema republicano, composto por profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes de escolas superiores. Estes grupos, então, extravasavam seu novo ideário por meio de uma exagerada liberdade de imprensa que se experimentava no período, fomentando a ruptura institucional que se consolidaria em 1889<sup>3</sup>.

Maria Tereza Chaves de Mello também entende que ocorrera um movimento de implosão das instituições monárquicas por meio de importantes críticas ao sistema imperial que acabaram por moldar um novo sistema simbólico em contraponto àquele que sustentava a monarquia. Segundo a autora, é na ampliação do espaço público no Rio de Janeiro na década de 1880 que vamos encontrar os principais motivos para a desestabilização do regime, tendo contribuído para isso o surgimento de novas instâncias de apreciação de questões que até então estavam restritas a um círculo fechado da elite política imperial. Como novas ideologias que atuaram em contraponto à estrutura da sociedade monárquica, Mello destaca a atuação do movimento republicano, o abolicionismo e a afirmação da ciência, em contraponto às manifestações religiosas nas determinações dos rumos do país, afirmando a razão como o meio mais seguro de se compreender a sociedade. Essas campanhas teriam sido então processadas por meio de conferência públicas, dos teatros, da literatura, da imprensa e,

---

<sup>2</sup> Cf. BARMAN, Roderick J. *Imperador Cidadão*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

<sup>3</sup> Cf. CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

principalmente, por meio da rua, considerada pela autora sua personagem central para se entender o ocaso da monarquia na última década do século XIX<sup>4</sup>.

Dentre os episódios que são lembrados pela bibliografia neste longo processo de deslegitimação da figura do Imperador e da instituição monárquica, está o do roubo ocorrido no Paço Imperial e sua repercussão na imprensa, com resultados como a publicação de um romance-folhetim escrito por Raul Pompeia, em um dos maiores jornais da cidade, a *Gazeta de Notícias*, que atacava com humor mordaz a imagem do rei. O crime ocorreu na madrugada de 18 de março de 1882. Alguns ladrões entraram no palácio onde residia o Imperador e subtraíram uma enorme quantidade de joias da Coroa. A polícia foi chamada e logo começou as investigações. Dois criados e um ex-funcionário do palácio foram presos. Passados alguns dias, um deles confessou o crime e informou onde havia escondido os objetos. Localizadas as joias, e para surpresa geral, todos os envolvidos foram soltos sem qualquer tipo de indiciamento, dando origem a um grande escândalo na Corte.

O roubo das joias da Coroa foi um episódio que deu lugar a uma série de discussões na imprensa onde cada jornal procurava construir um sentido para aquele evento. Muitos órgãos passaram então a criticar não só a polícia, mas a Coroa também. Por meio de textos e charges, a *Revista Illustrada* sugeria que a ordem para a soltura dos suspeitos havia partido da Casa Imperial. *O Mequetrefe*, também utilizando os mesmos recursos, ironizava o trabalho da polícia e sugeria que a soltura do principal autor do crime, Manuel de Paiva, se dera por que este era encarregado de arranjar amantes para o Imperador. Na imprensa periódica, o *Jornal do Commercio* restringia-se a dar as notícias a respeito dos trabalhos policiais e o *Diario do Brazil* defendia a atuação da polícia e o desfecho do crime. A *Gazeta de Notícias*, que inicialmente apenas reportara os andamentos das diligências policiais, passou a cobrar explicações do Chefe de Polícia e da justiça sem, no entanto, fazer qualquer referência aos membros da família imperial. Porém, poucos dias após a localização das joias, o jornal resolveu publicar em seu folhetim um romance, *As joias da Coroa*, que parodiava o caso e, por meio da ficção, representava o Imperador como um homem corrupto, adúltero e que abusava de meninas inocentes.

É preciso observar que muitos desses autores que falaram em “crise da monarquia” citaram vários jornais do período em seus escritos, tomando a imprensa como fonte, sem se aprofundar o suficiente em suas estratégias editoriais, ou seja, sem olhar esses impressos “por dentro”, destacando como muitos destes órgãos atuaram decisivamente na construção e

---

<sup>4</sup> Cf. MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur) 2007.

difusão de uma imagem negativa do regime de D. Pedro II como forma de justificar a necessidade de por fim à escravidão e passar à República. Ou ainda, como a imprensa, cotidianamente dizendo-se neutra e apenas informativa, foi lenta e sistematicamente associando a monarquia ao atraso do país. Portanto, o presente trabalho não é sobre a monarquia ou D. Pedro II, uma vez que isso a historiografia vem fazendo, mostrando os vínculos da instituição com a escravidão e o latifúndio<sup>5</sup>. Este, portanto, é um trabalho sobre a imprensa carioca do século XIX, especialmente sobre a *Gazeta de Notícias*, um dos fundadores da grande imprensa no final daquele século. Pretende-se analisar, a partir deste objeto, como aquela imprensa, mais empresarial e com pretensões de alcançar um grande público leitor, ao forjar para si a imagem de um jornalismo moderno, neutro e informativo, atuou como importante personagem nas disputas de projetos políticos para a nação, construindo uma imagem para a monarquia que depois foi lida por vários historiadores como um processo de decadência.

Em *O bravo matutino*, publicado na década de 1980, Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, abrindo a obra, discorreram sobre como os estudos históricos brasileiros de então vinham dando pouca importância à imprensa como objeto de investigação, utilizando-a apenas para confirmar análises que eram apoiadas primordialmente em outros tipos de documentos. Propondo então a reversão daquele quadro, as autoras argumentaram que “a escolha de um jornal como objeto de estudo justificava-se por entender-se a imprensa como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”, asseverando ainda que era preciso negar “aquelas perspectivas que a tomam como mero ‘veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere”<sup>6</sup>.

Desde então muitos estudos surgiram abordando e destacando a importância da imprensa como fonte dos trabalhos dos historiadores. Tânia Regina de Luca, por exemplo, discorrera sobre a multiplicidade de abordagens possíveis a partir das fontes periódicas, evidenciando também, como Capelato e Prado, sua riqueza, bem como suas inúmeras

---

<sup>5</sup> Para alguns autores que abordam o tema, conferir: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*; Teatro das Sombras: A política imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume-Dumará, 1996, 4; FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol. I e II (2ª Edição). São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Globo, 1975; FRAGOSO, João Luís. “O Império escravista e a República dos plantadores. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora”. In.: LINHARES, Maria Yedda (org.) *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campos, 1990; GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997; e MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: a formação do estado imperial*. (5ª Edição). São Paulo: Hucitec, 2004.

<sup>6</sup> CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal ‘O Estado de S. Paulo’*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980, p. XIX.

possibilidades de abordagem. Segundo a autora, a imprensa brasileira de grande parte do século XIX se caracterizava por um viés doutrinário, intervindo no espaço público por meio da defesa apaixonada de ideias e que, por isso, teve papel relevante em momentos decisivos da história do país, como a abolição e a República. É preciso, de acordo com a autora, entender que os jornais não são obras solitárias, mas empreendimentos em torno dos quais se reúnem um conjunto de indivíduos voltados para projetos coletivos, agregando pessoas em torno de ideias, valores e crenças que se pretende difundir por meio de seus impressos<sup>7</sup>.

Segundo Marialva Barbosa, esses grupos que compunham as redações dos jornais passaram a ocupar lugares privilegiados, criando identidades próprias como defensores ou opositores daqueles que estavam posicionados em lugares-chaves da política nacional. De acordo com a autora, ao longo dos anos 1880, os periódicos cariocas formularam e sedimentaram ideologias tanto em relação às questões sociopolíticas, como em relação à imagem de si próprios. Barbosa destaca que por aquele período o jornalismo passou a ser “vendido” como o local da neutralidade e da imparcialidade e os jornais, então, como a expressão da verdade, uma vez que representavam o pensamento do público em geral. Desta forma, estes impressos se autoconstruíam enquanto legitimadores do poder, o que, para a autora, consubstancia-se na ideia primordial de direção intelectual imposta por estes grupos a toda a sociedade através de métodos consensuais e não apenas coercitivos<sup>8</sup>.

Já Marcelo Balaban, ao discorrer sobre essa imprensa de finais do século XIX, marcadamente a ilustrada, ponderou que sua importância enquanto agente transformador da sociedade, alicerçando-se em princípios republicanos, residia justamente no fato de aquela considerar-se porta-voz e defensora da vontade popular, pautando-se por sua capacidade de politizar os debates. Segundo Balaban, essa imprensa então definia papéis, determinava conflitos, bem como apontava o que estaria errado na estrutura social<sup>9</sup>. Neste mesmo sentido, Lavina Madeira Ribeiro afirma que, por meio de uma atuação gradativa, a imprensa acabou por “incorporar valores e princípios envolvidos na construção do Estado [...], incluindo-se entre as atividades socialmente prestigiadas, projetando-se como agente ativo no processo político, equiparando-se em representatividade pública, ao parlamento”<sup>10</sup>. Ainda, cabe destacar o posicionamento de Nelson Werneck Sodré, o qual afirmara que a imprensa foi um

<sup>7</sup> LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 111-153.

<sup>8</sup> Cf. BARBOSA, Marialva. *Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1997.

<sup>9</sup> Cf. BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, p. 449.

<sup>10</sup> RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e Espaço Público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808 – 1964)*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004, p. 81.



“instrumento necessário da prática política, atuando contra e a favor do Estado, movimentando-se entre os diversos grupos, facções, partidos e manifestações, dentro do espaço da discursividade nacional”<sup>11</sup>.

Ao pensarmos a atuação da imprensa carioca como fomentadora de discursos que visavam a conformação de uma nova ordem social no período imperial brasileiro, desconstruindo a imagem da monarquia como sustentáculo do desenvolvimento sociopolítico do país, faz-se mister considerarmos um importante ensinamento de Raymond Williams acerca dos meios de comunicação. Em *Cultura e materialismo*, o autor discorre sobre o problema de se pensar os meios de comunicação apenas como “dispositivos para passar ‘informação’ e ‘mensagem’ entre pessoas, as quais, de modo geral, [...] são abstraídas do processo de comunicação como ‘transmissores ou ‘receptores’ não problemáticos”. Ou seja, um processo no qual a comunicação figuraria apenas como transmissão. Contrapondo essa propositura, Williams considera ser “útil reconhecermos que os meios de comunicação são, eles mesmos, meios de produção”. [...] são sempre social e materialmente produzidos e reproduzidos”<sup>12</sup>. Isso implica dizer que os meios de comunicação não são apenas reprodutores dos acontecimentos sociais, eles “também produzem significados e valores que entram ativamente na vida social, moldando seus rumos. São, pois, neste aspecto, “forças produtivas”<sup>13</sup>.

Reconhecendo, pois, o papel central que a imprensa tivera na conformação de uma nova ordem social no Brasil das últimas décadas do século XIX, o propósito do presente trabalho é analisar como aquela imprensa, e em especial a *Gazeta de Notícias*, transformou um evento jornalístico – o caso do roubo das joias da Coroa – em fato político e oportunidade para argumentar que a monarquia representava o atraso do país. Para tanto, analisar-se-á como a redação do jornal e seus colaboradores tratavam a monarquia em suas páginas mesmo antes do evento do roubo. Então, verificar-se-á também como a *Gazeta* usou a literatura, no folhetim, espaço de grande apelo junto ao público leitor, para satirizar o Imperador e a instituição monárquica.

No capítulo 1 será analisado como diferentes órgãos de imprensa abordaram o caso do roubo no Paço Imperial em suas publicações para se compreender quais os usos que alguns impressos fizeram do episódio a fim de convertê-lo, não em um crime comum, mas em um evento político, com a finalidade de atingir a honra do Imperador e a imagem da monarquia.

<sup>11</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 356.

<sup>12</sup> WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, pp. 69-70.

<sup>13</sup> CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 112.

Para se realizar uma abordagem minimamente diversa, selecionou-se diferentes fontes de diferentes ramos da imprensa carioca. Da periódica, por exemplo, foram analisadas publicações da *Gazeta de Notícias*, da *Gazeta da Tarde*, da *Gazetinha*, do *Jornal do Commercio* e do *Diario do Brazil*. Já da imprensa ilustrada, foram analisados os hebdomadários *O Mequetrefe* e *Revista Illustrada*.

Julgando que a *Gazeta de Notícias* acabara se destacando em meio às outras fontes quanto aos métodos editoriais utilizados para tratar do caso do roubo das joias da Coroa, no capítulo 2 será analisado como o jornal vinha se relacionando com a monarquia, em suas publicações, entre os anos de 1879 e 1882. O objetivo deste capítulo é compreender quais espaços e quais meios a *Gazeta* utilizava para se referir à monarquia em seus escritos, ou seja, buscando uma lógica editorial que justifique a forma como o jornal se portou diante do episódio do roubo que chocou a Corte imperial brasileira, utilizando as colunas de notícias para dar informações sobre o crime e criticar as autoridades, como o Chefe de Polícia, sem, no entanto, fazer qualquer referência aos membros da família imperial, e, por outro lado, delegando ao folhetim, por meio do romance *As joias da Coroa*, de Raul Pompeia, a função de deflagrar os mais duros impropérios contra a Casa Imperial, principalmente contra a figura do Imperador D. Pedro II.

No capítulo 3, por fim, será analisada a trajetória intelectual de Raul Pompeia e o romance *As joias da Coroa*, no intuito de se compreender como a obra, naquele contexto do escândalo do roubo das joias, se enquadra na *Gazeta de Notícias* com o fim de irromper críticas mais abertas ao sistema de D. Pedro II.



## **CAPÍTULO 1- A monarquia em páginas de jornais: o roubo das joias da Coroa e a imprensa carioca**

### **1.1 Um escândalo na Corte de Pedro II**

O dia 14 de março de 1882 foi muito especial na Corte brasileira, já que Sua Majestade, a Imperatriz Teresa Cristina, havia completado sessenta anos naquela data. Várias foram as manifestações em diversos espaços públicos do Rio de Janeiro para saudar a ilustre aniversariante. Na imprensa, o *Jornal do Commercio*, por exemplo, exaltava as virtudes da Imperatriz, rendendo-lhe fraterna homenagem<sup>1</sup>. A *Gazeta de Notícias* anunciou que, por conta da passagem, prédios públicos e navios de guerra, nacionais e estrangeiros, foram embandeirados; para a celebração ocorreram cortejos no Paço da Cidade com a presença de várias autoridades, ocasião na qual D. Teresa apresentou-se ricamente vestida, portando joias de grande valor. Segundo o jornal, logo após o cortejo, o Imperador e a Imperatriz se retiraram para Petrópolis e, pela noite, alguns edifícios públicos e casas particulares, ainda em forma de comemoração, iluminaram-se<sup>2</sup>. Passados os festejos, a vida na Corte seguiria seu curso normal, não fosse por um fato extraordinário: todas aquelas joias que D. Teresa Cristina usara nas festas, bem como outras pertencentes à Princesa Isabel e a Sra. Baronesa Fonseca da Costa, dama de companhia da Imperatriz, acabaram sendo roubadas de dentro do Palácio de São Cristóvão, residência oficial do Imperador D. Pedro II. O roubo ocorreu na noite do dia 17 para 18 de março de 1882, como se saberia detalhadamente depois.

Em vários jornais da Corte, então, há muito interessados em noticiar crimes fantásticos e histórias sensacionais, e o potencial desses assuntos em vender jornais<sup>3</sup>, pululavam notícias sobre o ocorrido e seus desdobramentos<sup>4</sup>. Surpreendentemente, localizadas as joias, as investigações policiais dariam um desfecho improvável ao caso, contrariando as expectativas da opinião pública. O Imperador, a princípio tratado como vítima, viu-se envolvido em uma grande polêmica. Das redações, os jornais disparavam diversas notícias sobre o episódio, umas defendendo as ações da polícia e a imagem pública do Imperador,

<sup>1</sup> Cf. “Musa do Povo – 14 de Março”, *Jornal do Commercio*, 15/03/1882, p. 1.

<sup>2</sup> Cf. *Gazeta de Notícias*, 15/03/1882, p. 1.

<sup>3</sup> Sobre esta afirmação, conferir: EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornografia no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; e PORTO, Ana Gomes. *Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil (1870-1920)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2009.

<sup>4</sup> Para alguns exemplos dessas publicações, conferir: “Roubo no Paço”, *O Globo*, 18/03/1882, p. 1; “Roubo na casa imperial”, *Jornal do Commercio*, 19/03/1882, p. 1; “Roubo no Paço de S. Christóvão”, *Gazeta de Notícias*, 19/03/1882, p.1; “*Gazetinha*”, 19/03/1882, p. 2; *Revista Illustrada*, 19/03/1882, p. 7; *Diario do Brazil*, 19/03/1882, p. 4; “Roubo no Paço”, *Jornal da Noite*, 20/03/1882; “Ocorrências” e; *A Patria*, 23/03/1882, p. 2.

outras acusando as autoridades de terem beneficiado os criminosos, insinuando, até mesmo, que por influência do monarca. Entre fuxicos e maledicências, D. Pedro era acusado de ter interferido nas investigações, fazendo com que a polícia seguisse suas ordens e não a lei. Aproveitando-se do daquela situação, alguns jornais fizeram acusações que adentravam a esfera privada da vida do monarca, procurando, por todos os meios, constrangê-lo. É, pois, dos desdobramentos deste inusitado episódio da história brasileira, que ficou conhecido como “o roubo das joias da Coroa”, que se ocupa o presente capítulo. Acompanhando a cobertura do caso na imprensa carioca, pretende-se mostrar aqui como um evento, o roubo das joias da Coroa, publicado amplamente como notícia pelos jornais, transformou-se em um fato político.

O que a análise da bibliografia levantada para a presente dissertação demonstrou é que muitos autores, ao estudar o reinado e vida de D. Pedro II, ou comentar alguns aspectos da imprensa de finais do século XIX, abordaram o episódio do roubo das joias no Paço Imperial. Uma obra que ganhou destaque neste sentido é *Um monarca da fuzarca*, de Sérgio Góes de Paula. Neste livro, o autor reproduz integralmente o romance-folhetim de Raul Pompeia, *As joias da Coroa*, e a peça teatral de Arthur Azevedo, *Um roubo no Olimpo*, bem como o romance de José do Patrocínio, *A ponte do Catete*. Em breve apresentação do caso do crime imperial, introdutória à edição que reúne as três obras, Sérgio Góes de Paula analisa pequenos excertos da imprensa da época sobre o episódio. Não há, no entanto, qualquer problematização a respeito desses jornais e revistas, suas tendências políticas ou mesmo a investigação do modo como a imprensa exerceu papel fundamental para transformar o roubo em um evento político. O que o autor pretende com seu trabalho é apresentar os textos ficcionais, principalmente os de Arthur Azevedo e José do Patrocínio que ainda não haviam sido publicados em livros, segundo informação da obra. O objetivo era fazer um livro leve, divertido e bem humorado, despertando a curiosidade dos leitores. Em sua introdução, então, o autor quer destacar o aspecto do escândalo, afirmando que um dos motivos para se ler *Um monarca da fuzarca* é “pelo prazer de falar mal dos poderosos, de conhecer a intimidade dos que mandam”. Portanto, é um livro para se dar boas risadas, não tendo por objetivo discutir aspectos políticos que porventura pudessem sobressair na imprensa por conta do crime. O que se evidencia é que a imagem de rei culto, amante das artes e das ciências, foi atingida naquele momento, para deleite de Góes de Paula que afirma: “gosto de saber que o rei era um patusco”. Ou seja, o autor acaba incorporando a imagem que a própria imprensa e a ficção construíram do rei. Esta obra merece destaque pelo fato de que acabou se tornando referência para vários autores, quando o assunto é roubo das joias da Coroa, que, em alguma medida,

comentaram ou estudaram mais a fundo o caso<sup>5</sup>. Dos demais autores analisados a seguir, encontraremos referências a *Um monarca da fuzarca*, por exemplo, em Angela Alonso, José Murilo de Carvalho, Lilia Moritz Schwarcz, Maria Tereza Chaves de Mello, Marlyse Meyer, Ricardo Japiassu Simões e Vanessa Gandra Dutra Martins.

Em seu *As barbas do Imperador*, Lilia Schwarcz mostra como, desde a infância, o Imperador era cercado de um grande investimento simbólico e imagético para reforçar a legitimidade da monarquia nos trópicos. Sobre o roubo das joias da Coroa, a antropóloga argumenta que a repercussão do crime na imprensa indicava, entre outras coisas, um paulatino processo de demolição pública da figura do monarca. Segundo a autora, tal repercussão era um indício de que, naquele momento, as dúvidas em relação à monarquia eram maiores que as certezas<sup>6</sup>. Tais dúvidas, para Schwarcz, originaram-se da mudança de comportamento que o Imperador apresentou após a Guerra do Paraguai. Findo o conflito, D. Pedro retomaria seus compromissos no Brasil, porém, afastando-se cada vez mais daqueles eventos públicos que outrora atestavam sua legitimidade. O Imperador passou a vestir-se cotidianamente com uma casa preta e cartola e a andar pelas ruas em meio ao povo, distanciando-se da imagem de rei forte e introduzindo uma nova figuração: a de rei cidadão. Segundo a autora, com o abandono da antiga ritualística, aos poucos o público deixava de acreditar em seus poderes sobrenaturais, na medida em que este passava a se portar como um simples mortal<sup>7</sup>. Schwarcz afirma que, “ao descuidar de sua imagem, D. Pedro deixava mais evidentes as fragilidades reais da monarquia, até então vinculada à estabilidade do Estado”<sup>8</sup>. O roubo das joias imperiais aparece então como um dos episódios de uma política deliberada de escândalos que a imprensa promoveu contra a Coroa desde os anos 1870, evidenciando que, “tendo se afastado da representação divina, [D. Pedro] convencia pouco como ‘monarca-cidadão’”<sup>9</sup>.

Já para Angela Alonso, em *Ideias em movimento*, a desarticulação da imagem da monarquia ocorreu pela ação de grupos contestadores do regime, mais especificamente, da geração de intelectuais dos anos 70 do século XIX. Segundo a autora, “o epíteto ‘geração 1870 circunscreve os indivíduos chegando à idade adulta e ao ‘mercado’ de trabalho ao longo dos anos 1870 e início dos anos 1880”<sup>10</sup>. Este grupo era composto majoritariamente por

<sup>5</sup> Cf. GÓES DE PAULA, Sérgio. *Um monarca da fuzarca: três versões para um escândalo na Corte*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, *passim*.

<sup>6</sup> Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 425-428.

<sup>7</sup> *Ibidem*, pp. 319-344.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 415.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 423.

<sup>10</sup> ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 43.

médicos, comerciantes, engenheiros, professores e jornalistas, profissões sub-representadas na estrutura social do Império. Alonso esclarece que, ainda que socialmente heterogêneos, os integrantes deste movimento compartilhavam a mesma experiência social: “as instituições monárquicas prejudicavam suas carreiras ou bloqueavam seu acesso às posições de proeminência no regime imperial, fosse por não pertencerem aos estamentos senhoriais [...], fosse por serem membros de facções politicamente subordinadas”. Para a autora, “esta experiência compartilhada de *marginalização política* é a chave para entender o sentido de suas manifestações ‘intelectuais’: são *formas coletivas* de crítica às instituições, aos valores e às práticas fundamentais da ordem imperial”<sup>11</sup>. Alonso argumenta então que o novo jornalismo surgido nos anos 1870 – de opinião, diário, de porte médio, de grande circulação, de venda avulsa e vocação popular – se tornara o grande aliado desses grupos, por meio do qual as críticas aos membros da monarquia tomaram a forma de detração pública, principalmente através das revistas ilustradas que coalharam a imprensa da Corte a partir de finais dos anos 1860. O caso do roubo das joias aparece naquele livro, então, como exemplo de um dos episódios exemplares de deslegitimação da família imperial, no qual D. Pedro, entre textos e charges publicados na imprensa independente, como n’*O Mequetrefe*, n’*O Relâmpago*, na *Gazetinha* e nas gazetas *da Tarde* e *de Notícias*, era acusado de adultério e corrupção<sup>12</sup>.

Em *D. Pedro II*, biografia do Imperador escrita por José Murilo de Carvalho, encontramos o capítulo “Noites de Atenas e outras noites”, dedicado a comentar possíveis relações extraconjugais do Imperador. As tais aventuras amorosas do monarca teriam começado ainda nos anos 1850, sendo a primeira com Maria Eugênia Guedes, filha do Visconde de Maranguape. Outra dessas relações teria se dado com Maria Leopoldina, sendo que o monarca se envolveria ainda em vários outros relacionamentos do tipo. Porém, segundo o historiador, o principal caso, o mais duradouro, ocorrera com a Condessa de Barral<sup>13</sup>. A partir desta afirmação, o autor passa então à análise de uma série de correspondências trocadas entre o monarca e a Condessa ao longo de vinte e seis anos, entre 1865 e 1891, introduzindo seu leitor numa espécie de círculo íntimo dos dois. Acompanhando diferentes momentos daquele relacionamento, a partir do conteúdo das referidas missivas, Carvalho

<sup>11</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>12</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 295-296.

<sup>13</sup> Sobre Luísa Margarida Portugal de Barros, a Condessa de Barral, conferir: DEL PRIORE, Mary. *Condessa de Barral: a paixão do imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008; MAGALHÃES JÚNIOR, R. *D. Pedro II e a Condessa de Barral, através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*. Rio de Janeiro/São Paulo/Bahia: Civilização Brasileira, 1956; e SODRÉ, Alcindo. *Abrindo um cofre: cartas de Dom Pedro II à condessa de Barral*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1956.

afirma que o ano de 1882 foi um dos piores para ambos, por conta dos aborrecimentos causados pelo roubo das joias da Coroa, destacando o desconforto da Condessa na ocasião por entender que, de certa forma, o seu nome também foi envolvido no escândalo através de publicações de jornais como a *Gazeta de Notícias*, a *Gazeta da Tarde*, a *Gazetinha* e *O Mequetrefe*, os quais insinuavam uma relação adúltera entre ela e o Imperador<sup>14</sup>. O que se verifica naquela passagem do livro é que Carvalho aponta que na Corte já circulavam uma série de mexericos a respeito do Imperador mesmo antes do evento do roubo, mas que este serviu para dar amplitude e maior visibilidade para esses comentários por meio dos jornais.

Na obra *A república consentida*, Maria Tereza Chaves de Mello argumenta que a partir dos anos 1870, a cidade do Rio de Janeiro experimentou importante crescimento nos campos econômico, financeiro e populacional, o que, por consequência, implicou em uma expansão considerável das camadas médias letradas. Segundo a historiadora, aquele novo quadro abalaria as estruturas do regime monárquico, por considerá-lo incapaz de responder às demandas de um rápido progresso. Mello contextualiza que os setores médios, juntamente com membros da antiga elite, sentiam-se marginalizados em relação às oportunidades de colocação no aparelho do Estado, que outrora os absorvia, mas que, naquele novo contexto, não tinha mais a capacidade de acompanhar o acelerado ritmo de crescimento dessas demandas. Estes grupos excluídos, então, cultivavam um sentimento de frustração e hostilidade em relação à sociedade imperial<sup>15</sup>. “O emperramento da máquina estatal e o apego aos privilégios deram ensejo à noção de que as reformas eram impossíveis sob o regime monárquico”. Por não terem representatividade no Parlamento, esses grupos – intelectuais, jornalistas, literatos, e outros – passaram a verbalizar suas demandas por meio de conferências, associações, clubes, mobilizações populares e pela imprensa. Segundo a autora, eram inúmeros os epítetos, charges e caricaturas que se atribuíam ao Imperador por meio de jornais, revistas ilustradas e da literatura, indicando a diminuição do prestígio imperial pela dessacralização do rei<sup>16</sup>. A autora afirma que a rua era personagem central nesse processo, onde se fazia a articulação da grande política com o cidadão comum através, por exemplo, da apreciação pública de escândalos como o do roubo das joias da Coroa em 1882. O episódio é descrito como um dos momentos nos quais a rua se tornara protagonista na desarticulação da imagem da monarquia, sendo a imprensa a responsável por abastecer a opinião pública

---

<sup>14</sup> Cf. CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. pp. 62-72.

<sup>15</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur) 2007, pp. 62-65.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 11.



através de publicações de impressos como a *Revista Illustrada*, por meio de charges e crônicas, e as gazetas *da Tarde* e *de Notícias* e a *Gazetinha*, por meio de textos ficcionais que satirizavam o acontecido e ridicularizavam o Imperador. A imprensa opositora, para Mello, teria ocupado a posição de fomentadora das críticas, extravasando para a rua “suas adesões e aversões” em relação à monarquia<sup>17</sup>.

Tal como José Murilo de Carvalho, Vanessa Gandra Dutra Martins, em *Pedro e Luísa: construções de si*, analisa correspondências trocadas entre a Condessa de Barral e o Imperador no período de 1859 a 1890, no intuito de cotejar a relação entre essas missivas e a biografias posteriormente produzidas. Neste trabalho, a autora sobreleva uma carta de 19 de maio de 1882, enviada a D. Pedro, na qual a Condessa expressava sua indignação por sentir-se, de certa forma, representada no romance-folhetim *A ponte do Catete*, de José do Patrocínio, que também parodiava o caso do roubo das joias da Coroa, e fora publicado no jornal *Gazeta da Tarde*. Martins assevera que a relação entre a Condessa e o monarca também estava dentro de um campo político no qual as batalhas entre monarquistas e republicanos se tornavam cada vez mais acirradas<sup>18</sup> e que, muitas vezes, os jornais de orientação republicana veiculavam artigos no intuito de atingir a monarquia por meio do comportamento considerado inadequado do Imperador. Desta forma, segundo a autora, tais órgãos de imprensa davam à Condessa a “conotação de ‘figura ultrapassada da monarquia’”, associando-a “às antigas amantes reais, peças indispensáveis nas cortes ocidentais desde o século XVI”, evidenciando, por meio deste expediente, não só a imoralidade do monarca, mas também um aspecto de instituição do atraso em relação ao sistema imperial<sup>19</sup>.

No livro *Imperador cidadão*, Roderick J. Barman, em capítulo intitulado “Tragado pelo tempo, 1881-1887”, discorre sobre como a monarquia foi se tornando antiquada em seu conjunto ritualístico. Apesar de não citar *As barbas do Imperador* como referência, percebe-se que Barman aponta os mesmo argumentos de Lilia Schwarcz como motivos da decadência perene das instituições monárquicas. O autor afirma que em finais dos anos 1870, os palácios e carruagens reais estavam velhos e mal cuidados, vários cerimoniais que atraíam o público haviam sido abolidos, o próprio Imperador era visto como símbolo de atraso pelas roupas que usava. Porém, segundo o historiador, muito mais grave como ameaça à instituição era a imprensa popular que proliferara no período, principalmente na capital nacional, a qual não

<sup>17</sup> *Ibidem*, pp. 45-48.

<sup>18</sup> Cf. MARTINS, Vanessa Gandra Dutra. *Pedro e Luísa: construções de si: a escrita epistolar de D. Pedro II e da Condessa de Barral*. Tese (Doutorado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2009, p. 208.

<sup>19</sup> *Ibidem*, pp. 211-213.

demonstrava nenhuma reverência a D. Pedro ou à monarquia, e cujos jornais eram céleres em descobrir e explorar cada falha referente ao regime, sujeitando-o ao descrédito por meio da polêmica. Como exemplo de um desses episódios convertidos em escândalo, o autor cita o caso do roubo das joias da Coroa, afirmando que “dois romances, *As joias da Coroa* e *A ponte do Catete*, foram publicados em capítulos por jornais concorrentes no Rio”, e que “esses romances à clef atribuíram a pior interpretação possível aos motivos e ações de todos os envolvidos ainda que marginalmente no escândalo”<sup>20</sup>, sem, no entanto, apontar quais interpretações teriam sido estas e em quais jornais foram publicadas as referidas obras. Apesar de reconhecer certa centralidade da imprensa no caso, o autor nos dá poucos elementos sobre ela. É perceptível a participação dos jornais no evento, porém não se pode depreender em qual medida e por quais meios, a não ser pela simples informação de que duas obras literárias se ocuparam do caso<sup>21</sup>.

De todo o levantamento bibliográfico feito a respeito de obras que comentaram o roubo das joias da Coroa, encontramos somente um trabalho com análise mais detalhada sobre o caso. Ricardo Japiassu Simões, em *O escândalo do roubo das joias*, analisa as produções ficcionais *As joias da Coroa*, de Raul Pompeia, *Um roubo no Olimpo*, de Arthur Azevedo e *A ponte do Catete*, de José do Patrocínio, publicadas respectivamente nos jornais *Gazeta de Notícias*, *Gazetinha* e *Gazeta da Tarde*, e que parodiavam o episódio do roubo que havia sido largamente comentado nos jornais do Império. Em sua tese, Simões elenca também, como uma de suas principais fontes, o jornal satírico *O Mequetrefe*, analisando as notícias aí veiculadas a respeito do crime, apresentando um resumo panorâmico de seu conteúdo. Para Simões, aquelas produções tiveram como principal objetivo expor uma experiência privada da Coroa, principalmente os casos extraconjugais do monarca. O autor argumenta que tais escritos atingiram, então, o alvo desejado, trazendo à luz um governo que “estava nas mãos de um Imperador que apenas desejava dedicar-se a aventuras amorosas” e que, naquele momento, “a imprensa bradava em voz uníssona, tanto no noticiário, quanto nas obras literárias [que] D. Pedro II não [servia] para governar”. A imprensa, para o autor, teria tido importância primordial no caso, explorando o evento de modo a ampliar suas dimensões por meio do escândalo. O que se percebe, no entanto, é que Simões caíra no discurso dos próprios periódicos que analisou, representando e interpretando os fatos ali coligidos como reflexo idêntico do real, sem considerar autoria, pontos de vista, intenções, apresentando toda

<sup>20</sup> BARMAN, Roderick J. *Imperador Cidadão*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, pp. 423-472. Para a parte específica sobre o roubo das joias da Coroa, p. 441.

<sup>21</sup> Para o capítulo “Tragado pelo tempo, 1881-1887”, conferir: *Ibidem*, pp. 423-472.

a imprensa de então como avessa ao regime monárquico e, portanto, coesa quanto à reprovação do crime e a condenação pública da figura do Imperador. É provável que o autor tenha chegado a tais conclusões por ter em *Um monarca da fuzarca*, de Sérgio Góes de Paula, sua obra norteadora, como afirmara: “este foi o texto básico que me inspirou”. Então, assim como a obra de Góes de Paula, a tese de Simões se detém mais sobre o aspecto do escândalo, ou seja, sobre as afirmações dos jornais que se aproveitaram do caso para minar mais um pouco a moral do regime de Pedro II<sup>22</sup>.

Marlyse Meyer, por sua vez, em *Folhetim: uma história*, argumenta que os folhetins haviam se tornado o grande atrativo da imprensa de finais do século XIX, pelo conteúdo que ofereciam. Naquele espaço dos jornais, os leitores encontravam os mais variados assuntos como literatura, crônicas, contos, artigos, intrigas políticas, vinganças, casos de adultério e casos de achincalhe pessoal que poderia atingir qualquer cidadão do Império. O episódio do roubo das joias imperais aparece então para demonstrar que, de fato, ninguém estava imune às ações dos folhetinistas, nem mesmo o Imperador, que virou assunto obrigatório por conta do famigerado crime<sup>23</sup>. Neste mesmo sentido, Ana Luiza Martins destaca que as matérias sensacionalistas veiculadas nos folhetins interessavam comercialmente aos jornais e o roubo das joias parecia a oportunidade perfeita para atrair o público e aumentar as vendas<sup>24</sup>. O que se nota na abordagem dessas duas autoras é que, além da arena de disputas políticas, o caso ganha dimensão por outro aspecto fundamental dessa nova imprensa das últimas décadas do XIX: o comercial, o da possibilidade de ampliar o público leitor. Martins e Meyer analisam a relação da imprensa, no caso do roubo, não apenas pelo ponto de vista da notícia, mas também como atrativo de venda de jornais por estimular a curiosidade do público leitor acerca dos bastidores da Casa Imperial.

O que se verifica leitor, pela análise das obras supramencionadas, é que todas elas citam a imprensa e, em certa medida, reconhecem nela um importante e amplo espaço público de fazer política, por meio de textos, charges e romances sobre o Imperador e a monarquia. Por outro lado, os autores não analisam como essa mesma imprensa se transformou num espaço de disputas políticas sem desacreditar a autoimagem de jornalismo isento, imparcial e sem vínculos partidários para enfrentar essas batalhas simbólicas. Não demonstram, no entanto, quais as estratégias desses impressos, que se diziam modernos e mais voltados a levar

<sup>22</sup> Cf. SIMÕES, Ricardo Japiassu. *O escândalo do roubo das joias: o Imperador e a Condessa de Barral em folhetins cariocas*. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP. São Paulo, 2001, *passim*.

<sup>23</sup> Cf. MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 309.

<sup>24</sup> Cf. MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa em tempos de império*. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015. pp. 45-80.

a notícia ao público, mas que se articulavam, cada um a sua maneira, no intuito de conferir um sentido político ao episódio do roubo das joias imperiais.

No presente capítulo, então, a partir de pesquisas realizadas no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, além do aporte de vasta bibliografia, pretende-se analisar as publicações de diversos jornais que cobriram o caso do roubo das joias, identificando suas estratégias para tratar do caso e fazer dele um instrumento para criticar as instituições imperiais então vigentes. Salienta-se, novamente, que o objeto de pesquisa deste trabalho é a própria imprensa e não o roubo das joias ou a monarquia. Esta abordagem privilegia a análise de periódicos da Corte, onde o crime teve maior repercussão, com foco principal na *Gazeta de Notícias*, na *Gazetinha*, na *Gazeta da Tarde*, no *Jornal do Commercio*, no *Diario do Brazil*, n' *O Mequetrefe* e na *Revista Illustrada*. A escolha de tais fontes justifica-se pelo fato de que estes impressos possuíam perfis políticos diferentes, o que nos permite uma análise para além daqueles que apenas criticaram o governo e o Imperador. Portanto, neste capítulo, para além de levantar que ocorreu um crime contra a Coroa que causou comoção pública e que foi amplamente debatido em diferentes jornais, pretende-se entender como esses jornais, de diferentes maneiras, se apropriaram do caso para construir aquela história ocorrida em momento no qual a monarquia brasileira vinha sendo diuturnamente contestada enquanto regime de governo. Dos principais periódicos que compõem o estudo do presente capítulo, foram analisadas cerca de 96 edições, além de outras folhas que estão devidamente elencadas ao final deste trabalho na tabela constante Anexo I. Resta-nos, então, entender o funcionamento de cada uma dessas folhas nas páginas que se seguem.

## **1.2 Uma imprensa diversa**

Ao olharmos para a imprensa carioca do período em destaque, os anos finais do século XIX, vamos encontrar um sem-número de impressos entre jornais e revistas, cada um com suas próprias visões e propósitos enquanto órgãos de informação e intervenção social. É perceptível a diversidade desses periódicos pelos atributos das próprias fontes recortadas para esta pesquisa, desde o quase sexagenário e mais antigo periódico do Rio de Janeiro, o *Jornal do Commercio*, ao jovem e recém-fundado *Diário do Brazil*, que contava apenas um ano de existência em 1882. A partir de tais constatações, já nos é permitido depreender que, ao intervirem, por meio de notas, de artigos, de charges e da literatura, não se poderia obter o mesmo produto quanto às considerações referentes ao escândalo que tomou conta da Corte em

decorrência do crime havido na Casa Imperial. Julgamos, pois, como importante passo para a persecução dos objetivos deste trabalho, começarmos, neste ponto, por levantar o perfil das principais fontes de análise deste capítulo.

Grande importância na imprensa da Corte, por exemplo, tinha o *Jornal do Commercio*. Este nascera em 1826, com o título *Espectador Brasileiro*, fundado pelo francês Pierre René François Plancher de la Noé. Fechado, ressurgiria em outubro de 1827 com o nome *Jornal do Commercio*, sendo considerado hoje o diário mais antigo da América Latina a circular ininterruptamente desde o seu surgimento<sup>25</sup>. No período que compõe o recorte deste trabalho, 1879-1882, encontramos a seguinte geografia no jornal: nas primeiras páginas eram habitualmente publicados os telegramas que reproduziam as notícias divulgadas por seus correspondentes nacionais e internacionais, e pela Agência Havas, a coluna “Gazetilha”, veiculando as notícias mais importantes do dia, bem como o folhetim, que ocupava todo o rodapé. Segundo Marialva Barbosa, o periódico não tinha pretensão de ser popular e era o mais caro do Rio de Janeiro, fazendo questão de acentuar o seu consumo principalmente pela classe dominante, orgulhando-se de ser o jornal das classes conservadoras – homens de negócio, funcionários graduados e políticos<sup>26</sup>. O *Jornal do Commercio* “passou à historiografia como o periódico mais tradicional da imprensa fluminense, lugar de resistência às forças políticas críticas aos ministérios no poder no período imperial”. Internamente, orientava-se pela autossustentação financeira e, politicamente, adotava uma linha isenta do passionalismo e da agressividade, o que lhe valera o atributo de jornal moderado, conservador e governista<sup>27</sup>. Ana Luiza Martins argumenta que, “talvez o *Jornal do Commercio* seja, por sua antiguidade e linha conservadora, a melhor representação do jornalismo oficial do Império”, e que “sua história se confunde com a do próprio Reinado”<sup>28</sup>. Outro aspecto importante a se considerar a respeito do *Jornal* é que este, ao contrário das folhas mais populares do período, não dava destaque a polêmicas que retratavam os dramas cotidianos ou as tragédias diárias<sup>29</sup>.

Já o *Diario do Brazil*, era um jornal de médio porte e o mais jovem entre as fontes destacadas. Fundado no ano de 1881, era propriedade de José Procópio Fávilla Nunes e Souza Carvalho. Surgira o *Diario* da fusão de outros dois jornais, quais sejam, *Revolução* e *Revelação*. Em seu primeiro ano de existência, e atendendo aos interesses de seus

<sup>25</sup> Cf. MARTINS, *Imprensa em tempos de império, op. cit.*, p. 52.

<sup>26</sup> Cf. BARBOSA, Marialva. *Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1997, pp. 40-41.

<sup>27</sup> RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e Espaço Público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808 – 1964)*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004, p. 119.

<sup>28</sup> MARTINS, *Imprensa em tempos de império, op. cit.*, p. 52.

<sup>29</sup> Cf. BARBOSA, *Imprensa, Poder e Público, op. cit.*, p. 40.

proprietários, o periódico fazia intensa propaganda dos serviços que prestava em sua tipografia. No ano seguinte, 1882, o *Diario* passou a contar com outros dois proprietários, os americanos Phil Slaughter e Jasper Lafayette Harben, os quais eram homens de negócios e também redatores da folha. O empreendimento passou então a ser um importante veículo de publicidade dos ramos nos quais os novos proprietários atuavam. Ao contrário do *Jornal do Commercio*, o *Diario do Brazil* não parecia um órgão tão desvinculado das questões políticas. Durante todo o ano de 1881, o periódico posicionou-se contrariamente ao gabinete de 28 de março, o de José Antônio Saraiva, que foi responsável pela aprovação da nova reforma eleitoral do Império. Souza Carvalho, então, elegeu-se deputado pela província da Paraíba e seu jornal começou a externar simpatia pelo gabinete que outrora criticava. Em 1882, o periódico mantinha seu apoio ao governo, desta vez ao recém-empossado gabinete de 21 de janeiro, liderado pelo escravocrata Martinho Campos. O *Diario do Brazil* teria ainda aceitado recursos do Estado, na ordem de doze contos de réis, para sustentar o recém-empoçado ministério. Essas afirmações são relatadas pelo próprio Fávilla Nunes em publicação a pedido na *Gazeta de Notícias*, na qual resignava seu lugar de proprietário e redator do *Diario* por não concordar com a nova postura dos demais sócios. Portanto, se a folha surgira como opositora dos governos, no outro ano já estava alinhada com suas questões, uma vez que fora aliciada para tal<sup>30</sup>.

Outro importante jornal destacado para a presente pesquisa é *Gazeta da Tarde*, a qual surgira no Rio de Janeiro em 10 de julho de 1880, fundada pelo jornalista republicano e abolicionista negro José Ferreira de Menezes. De circulação periódica, o jornal havia se tornado um bastião da luta contra o trabalho escravo. Aí, por exemplo, Menezes jamais lucrou com os anúncios de escravos fugidos. Para sua redação, atraía jovens escritores também interessados na luta pela libertação dos cativos. A partir de junho de 1881, o jornal passou a ser propriedade de José do Patrocínio, outro jornalista, cronista e romancista negro e republicano. Patrocínio, ao assumir a *Gazeta da Tarde*, vinha das páginas da *Gazeta de Notícias*, onde escrevera a coluna “Semana Parlamentar” e, posteriormente, a “Semana Política”, nas quais publicava crônicas políticas contra o sistema monárquico e a escravidão. Seguindo os passos de Ferreira de Menezes, José do Patrocínio atraía para as páginas de sua *Gazeta* um grande número de jovens de orientação republicana e abolicionista, oriundos das faculdades do Império, os quais buscavam espaço nas letras e na imprensa nacional como,

---

<sup>30</sup> Sobre o descrito neste parágrafo, conferir: Cf. ARAUJO, Rodrigo C. S. de. *Caminhos na produção da notícia: a imprensa diária no Rio de Janeiro (1875-1891)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2015, pp. 46 e, 87-90 e 105; e *Gazeta de Notícias*, 10/2/1882, p. 2.

Coelho Netto, Arthur Azevedo, Pardal Mallet, Olavo Bilac e Raul Pompeia. Chamado de “o tigre da abolição”, pelas intensas campanhas que empreendia contra aquela instituição, Patrocínio ficou conhecido por ter colocado uma plêiade de jovens intelectuais de seu tempo – poetas, dramaturgos e prosadores – para produzir seu jornal, colocando-o, por conseguinte, a serviço da abolição. Portanto, a partir de sua folha, pensava e atuava politicamente acerca dos rumos do país, idealizando um futuro no qual esperava encontrar a República e o trabalho livre<sup>31</sup>.

A *Gazetinha* também era um jornal ainda jovem. Foi fundada em 1880 por iniciativa de Arthur Azevedo, Aníbal Falcão, Fontoura Xavier e o engenheiro Maldonado. O impresso era reconhecido pelo público como um jornal leve, divertido e satírico. Publicava em suas páginas textos cômicos, charadas, piadas e textos literários. Por aquele período, 1882, contava apenas dois anos de existência. Além de seus fundadores, sua redação incorporara ainda outros redatores, entre os quais José do Patrocínio, Lopes Trovão, Aluísio Azevedo e Raul Pompeia. Apesar de ser um empreendimento modesto, o jornalzinho de quatro páginas, divididas em quatro colunas, ficou conhecido pelo seu conteúdo alegre. Estava aberto também à experimentação literária, por isso recebia a colaboração de jovens escritores. Diferentemente do *Jornal do Commercio*, a folha praticava o menor preço entre os jornais da Corte. Chamava-se *Gazetinha* justamente por isso, enquanto seus concorrentes cobravam pelo menos 40 réis o exemplar, a folha de Arthur Azevedo era vendida pela metade disso, 20 réis. E o negócio deu certo, uma vez que jornal era apreciado por diferentes classes da cidade do Rio de Janeiro: mascates, caixeiros, carregadores de ruas e até por moleques. Muitos que tinham pelo menos um pouco de leitura, compravam o jornalzinho. Antes de fundar a *Gazetinha*, o seu diretor de redação, Arthur Azevedo, integrava o corpo de redatores da *Gazeta de Notícias* e já havia colaborado em outras folhas humorísticas como *O Besouro*. Azevedo era reconhecido pelo público e por seus pares de imprensa pela habilidade que tinha em manejar as armas do ridículo, expondo figuras notáveis por meio da comicidade de seus textos. Por meio de seu jornal e de outras atividades, como o teatro, uma vez que também era teatrólogo,

---

<sup>31</sup> Sobre José do Patrocínio e a *Gazeta da Tarde*, conferir: ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, pp. 118 e 139; \_\_\_\_\_, *Ideias em movimento, op. cit.*, pp. 110-111; ARAUJO, *Caminhos na produção da notícia, op. cit.*, pp. 79 e 153; e SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De “Papa-pecúlios” a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas - SP, 2006.

Azevedo combatia tanto a monarquia como ao sistema escravagista<sup>32</sup>. A *Gazetinha*, portanto, era mais um órgão empenhado na luta contra as estruturas que sustentavam o regime imperial.

Do ramo da imprensa ilustrada, pois, analisamos aqui também *O Mequetrefe* e a *Revista Illustrada*. Este tipo de impresso ganhou força na segunda metade do século XIX. Essas folhas, geralmente de publicação semanal, proliferaram no Rio de Janeiro, multiplicando o número de leitores, uma vez que havia caído enormemente no gosto do público. Por meio da inovadora técnica da litografia, a imprensa ilustrada reproduzia vários tipos de imagens com rapidez e qualidade. Em um país de pouca tradição de leitura, o Brasil de finais do XIX, este tipo de publicação permitia a assimilação imediata das mensagens veiculadas através do recurso da ilustração, mas também por comportar textos pouco carregados, apropriados para uma leitura rápida. Um traço característico das revistas de ilustração era o humor. Por meio da sátira visual, esses impressos apontavam defeitos e vícios das pessoas que pretendiam atingir, atuando por meio do grotesco, do ridículo. O Imperador fora uma das vítimas preferencias desses órgãos, a respeito do qual se publicavam charges e os mais diversos epítetos, como Pedro Caju ou Pedro Banana<sup>33</sup>.

*O Mequetrefe*, por exemplo, surgiu na Corte em janeiro de 1875, fundado por Pedro Lima e Eduardo Joaquim. Suas atividades na imprensa se estenderiam até o ano de 1893. Desde o surgimento, e durante toda a sua existência, o jornal dispenderia esforços a favor de causas como a abolição dos escravos e a implantação da República, atuando, marcadamente, por meio do humor. Em sua redação, contou com importantes nomes da imprensa da época, como Arthur Azevedo, Filinto de Almeida, Henrique Lopes de Mendonça, Lins e Albuquerque, Olavo Bilac e Raimundo Correa. Na parte das caricaturas, empregara Aluísio Azevedo, Antônio Alves do Vale, Antônio Bernardes Pereira Netto, Cândido Faria e Joseph Mill<sup>34</sup>. A *Revista Illustrada*, por sua vez, surgiu em 1876 e se tornou uma das maiores folhas

<sup>32</sup> Sobre Arthur Azevedo e a *Gazetinha*, conferir: MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Arthur Azevedo e sua época*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A, 1966, pp. 65-77; SICILIANO, Tatiana Oliveira. *O Rio de Janeiro de Artur Azevedo: cenas de um teatro urbano*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014, pp. 141-142; e SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 246.

<sup>33</sup> Cf. BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Ângelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2009, p. 23 e; MARTINS, *Imprensa em tempos de império*, op. cit., pp. 63-66.

<sup>34</sup> Sobre o surgimento e trajetória d'*O Mequetrefe*, conferir: BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: a trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2005, pp. 48-51; CAPELOTTI, João Paulo; LOBO, Judá Leão. *Humor e Liberdade de imprensa em O Mequetrefe*. Revista Direito de Práxis, vol. 5, n. 9, 2014, pp. 176-206; LOPES, Aristeu Elisandro Machado. “*O dia de amanhã*”: A República nas páginas do periódico ilustrado *O Mequetrefe* (1875-1889). *História* (São Paulo), v. 30, n. 2, pp. 239-265, ago/dez 2011; e \_\_\_\_\_. *Os símbolos da República nas páginas do humor: Política e imprensa ilustrada no Rio de Janeiro dos anos 1870*. Anos 90, Porto Alegre, v. 19, n. 36, pp. 221-249, dez. 2012.



de caricatura do século XIX. Fundada pelo italiano Ângelo Agostini, a *Revista* tornar-se-ia referência na imprensa humorística e satírica brasileira pelo modo como usou suas páginas para expor e contestar os conflitos sociais então existentes, concentrando-se, principalmente, na veiculação de matérias e desenhos que discorriam sobre os acontecimentos políticos. Esta também era de publicação semanal e, por meio do humor de caráter político, procurava influenciar a opinião pública no intuito de chamar a atenção para a necessidade de criação de uma nova ordem social, livre da escravidão e da monarquia<sup>35</sup>.

Por fim leitor, temos a *Gazeta de Notícias*. Em 1882 o jornal contava apenas sete anos de existência, porém já estava consolidado no mundo da imprensa nacional. Fundado em 1875 pelo republicano e abolicionista Ferreira de Araújo, a folha não estava ligado à máquina estatal e nem integrada aos partidos políticos do Império. Em tempos de contestação à estrutura social e política que desenhava naquele período, o jornal surgia como renovação, horizontalizando a comunicação ao passar a ser oferecido diretamente aos leitores nas ruas, imprimindo um novo ritmo à imprensa carioca. A *Gazeta* pretendia ser um jornal leve, literário e apartidário e, com isso, atender a um público amplo e variado. Com essa proposta, Araújo debatia os diversos assuntos públicos, expondo os problemas do cotidiano, muitas vezes através do humor e do riso, aliás, algo que já fazia parte do seu modo de fazer jornalismo há muito tempo. Antes de ser o proprietário da *Gazeta de Notícias*, encontramos Ferreira de Araújo colaborando nos jornais satíricos *Mosquito* e *O Besouro* que, por meio de sátiras e caricaturas, faziam a crítica social<sup>36</sup>. O traço humorístico da *Gazeta* foi uma das características que acabou lhe garantindo o sucesso. Esta afirmação é corroborada por uma declaração que José do Patrocínio dera já em 1905 em publicação no jornal *A Notícia*, destacando acerca da *Gazeta de Notícias* que “esta vingou por uma circunstância providencial: ela vinha a ser *O Mosquito* diário”<sup>37</sup>. Para sua redação, além de renomados escritores como Machado de Assis, Ferreira de Araújo atraía jovens jornalistas e literatos que demonstravam certo talento. Por este motivo, vamos encontrar entre seus redatores os inflamados folhetinistas Ferreira de Menezes e José do Patrocínio, os estudantes da Faculdade

<sup>35</sup> BALABAN, *Poeta do lápis, op. cit.*, 18; OLIVEIRA, Gilberto Maringoni de. *Ângelo Agostini ou impressões de uma viagem da Corte à Capital Federal (1864-1910)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, pp. 73-74; PIRES, Maria da Conceição Francisca. *Centenário do traço: o humor político de Ângelo Agostini na Revista Ilustrada (1876-1888)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. 2010, p. 11; e ROMANCINI, Richard. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007, p. 63.

<sup>36</sup> Sobre a participação de Araújo nesses impressos, conferir: *O Besouro*, ed. Nº 3143 de 1878, p. 2 e *O Mosquito*, 26/03/1877, p. 3.

<sup>37</sup> Na publicação, Patrocínio ainda esclarece que “*O Mosquito* tinha larga circulação para a época e o povo ao sentir num jornal diário o mesmo sabor de sua iguaria hebdomadária, correu gulosamente a gozá-lo”. In.: “As Segundas”, *A Notícia*, 10/1/1905 *apud* SILVA, De “*Papa-pecúlios*” a *Tigre da Abolição, op. cit.*, pp. 95-96.

de Direito de São Paulo, Raul Pompeia e Valentim Magalhães e outros, como Arthur Azevedo, Aluísio Azevedo, Olavo Bilac, Henrique Chaves, Domício da Gama e Dermeval da Fonseca<sup>38</sup>.

No caso do roubo as joias da Coroa, estamos diante de um único fato, porém, interessa-nos as diferentes abordagens que lhe sobrevieram quando o crime passou pelo filtro da imprensa carioca. Vamos ver que, empenhados em projetos e propostas diversas, como apontamos brevemente, esses jornais também deram sentidos diversos ao episódio, bem como papeis diferentes para aqueles que estavam diretamente, ou não, envolvidos no assunto. É, pois, daí que poderemos perceber os sentidos políticos que se pôde dar o famigerado crime da Casa Imperial, buscando trazer à tona os precedentes contra a monarquia que incomodavam há muito os redatores dos órgãos que combatiam o regime de D. Pedro II. Vamos às notícias então.

### 1.3 A monarquia preservada

A notícia do roubo das joias da Coroa chegara tal qual um petardo às páginas da imprensa. É possível que, se não todos, pelo menos a maioria dos jornais tenham feito alguma publicação a respeito do ocorrido. Em meio à pluralidade de posicionamentos vamos encontrar o *Jornal do Commercio* e o *Diario do Brazil* mantendo um tom mais noticioso ao longo do deslindamento do crime. Mesmo após a localização das joias e a soltura dos envolvidos os jornais não se voltaram contra as autoridades e, muito menos, contra o Imperador ou qualquer outra integrante da família imperial. O *Jornal do Commercio*, no episódio, manteve sempre uma linha informativa, limitando-se a reportar as diferentes fases do episódio. Já no *Diario do Brazil*, inicialmente encontraremos um posicionamento parecido com o do *Jornal*, porém, com um tom um pouco mais agressivo em relação àqueles órgãos de imprensa que exploravam o caso no intuito de constranger as autoridades e a Casa Real.

No dia seguinte à constatação do roubo, 19 de março de 1882, o *Jornal do Commercio*, por meio de uma coluna na primeira página, intitulada “Roubo na Casa Imperial”, informava que, chegando de Petrópolis, o Imperador tomara ciência de que na noite anterior “fora arrombado um guarda-roupas, existente em um dos aposentos particulares

---

<sup>38</sup> Cf. PONTES, Eloy. *A vida inquieta de Raul Pompeia*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria José Olympio Editora, 1935, pp. 88-89; RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de estalo” de Machado de Assis*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. Campinas - SP, 2010, p. 40; ARAUJO, *Caminhos na produção da notícia, op. cit.*, p. 58; e MINÉ, Elza. *Ferreira de Araújo, ponte entre o Brasil e Portugal*. Vita Atlântica, n. 8, Dez/2005, pp. 220-229, pp. 223-224.

de S. M.”. Ainda segundo o periódico, o Chefe de Polícia fora então chamado e logo passou a “[interrogar] diversos empregados do palácio e descobriu-se que os audaciosos ladrões arrombaram, servindo-se de puas, as portas dos seus aposentos que [comunicavam] com o em que estavam as joias”<sup>39</sup>. Pela forma como a notícia vinha disposta na folha, é possível depreender que aquele não se tratava de um assunto de primeira ordem para o *Jornal*. Composto de oito colunas de escrita densa, o periódico traria as primeiras informações do roubo das joias em uma pequena nota ao final da sétima coluna da primeira página, tendo, primeiro, tratado dos mais variados assuntos nas colunas anteriores.

O caso não foi diferente nas páginas do *Diario do Brazil*. A menção ao crime aparecera também em nota, no dia 19 de março de 1882, porém, na terceira página. Naquela publicação, o leitor encontrou a informação de que um encarregado de limpeza do palácio havia se dirigido ao quarto do Imperador para arrumar o armário onde haviam sido guardadas as joias imperiais e que, ao chegar ao local, o funcionário “encontrou [o referido móvel] aberto e deu por falta daquelas [joias] com que no último cortejo se adornaram S. M. a Imperatriz e a Princesa Isabel”<sup>40</sup>. As primeiras informações do *Diario*, assim como fizera o *Jornal do Commercio*, apareceu sem grande alarde, sem ser de forma destacada na primeira página e também sem apontar qualquer possível culpado tanto pelo crime como por uma possível negligência que teria permitido que este ocorresse. O que se tinha naquelas páginas era a pura informação.

Os dois jornais seguiriam essa mesma linha em suas edições futuras. Como comentado, após três dias de investigação policial, foram presos os primeiros suspeitos de ter praticado o crime contra a Coroa. Em 22 de março de 1882, o *Jornal do Commercio* informara que, a pedido do Desembargador Chefe de Polícia, Sr. Trigo de Loureiro, haviam sido expedidos mandados de prisão contra dois criados do palácio de São Cristóvão, sendo eles José Virgílio de Tavares e Francisco de Paula Lobo, este particular e aquele moço de quarto do Imperador. Naquele mesmo dia, o *Diario do Brazil* informara que foram três os suspeitos presos por aquela autoridade policial, ponderando ainda que, “no modo por que seguiu a pista do crime, e tratou de colher todas as provas, [a polícia] tem denotado bastante perspicácia, atividade e zelo”<sup>41</sup>. O terceiro suspeito, como se saberia depois, era Manuel de

<sup>39</sup> “Gazetilha / Roubo na Casa Imperial”, *Jornal do Commercio*, 19/03/1882, p. 1.

<sup>40</sup> “Roubo no Paço de São Cristóvão”, *Diario do Brasil*, 19/03/1882, p. 3.

<sup>41</sup> “A Cidade – Roubo no Paço”, *Diario do Brazil*, 22/3/1882, p. 3.

Paiva, um antigo servidor do palácio que havia sido despedido por suspeita de outros furtos<sup>42</sup>. Mesmo essa importante notícia, continuava ainda a aparecer na terceira página do *Diario*.

Em poucos dias, as primeiras informações do crime extravasaram os limites da Corte. N’*O Orbe*, de Alagoas, por exemplo, encontramos a seguinte publicação: “Escândalo da semana foi o roubo das joias da S. M. a Imperatriz e do (sic) Sua Alteza Imperial, no próprio palácio de S. Cristóvão”. O jornal, então, discorrera que “um audaz gatuno – não um ladrão vulgar – penetrando nos aposentos interiores da família imperial, foi direto ao cofre das joias e daí carregou as precisas (sic) para formar um pecúlio de 200:000\$000”<sup>43</sup>. O *Diario do Maranhão*, por sua vez, escrevera: “foi descoberto no sábado um roubo de joias na Casa Imperial, avaliado em 500 contos”<sup>44</sup>. O *Diario de Pernambuco* também informara: “consta-nos que foi descoberto um grande roubo de joias na Casa Imperial, avaliado em 500:000\$000”<sup>45</sup>. E n’*A Imprensa*, do Piauí, encontramos o mesmo assunto: “no Paço Imperial dera-se um furto no valor de 500 contos em joias”<sup>46</sup>. As notícias do crime também alcançariam os jornais *Gazeta do Norte*, *Pharol* e *Jornal do Recife*, respectivamente das províncias do Ceará, de Minas Gerais e de Pernambuco<sup>47</sup>. Acreditava-se que as joias já teriam sido remetidas para ponto distante do Rio de Janeiro, por este motivo, expedia-se telegramas para diferentes lugares no intuito de alertar as autoridades<sup>48</sup>. Do outro lado do Atlântico, *O Commercio de Portugal*, jornal de alcance internacional, noticiava então: “supõe-se que o roubador ou roubadores dirigiram-se para a Europa” e que então “o governo imperial [brasileiro] telegrafou imediatamente a todos os seus ministros, para que solicitassem todo o auxílio dos diversos governos para a descoberta das joias” roubadas<sup>49</sup>.

As notícias sobre as prisões dos suspeitos também não ficariam restritas ao ambiente da Corte. Nos jornais *Diario de Belem* (PA), *Diario de Notícias* (PA), *O Liberal* (PA) e ao *Cearense* (CE), encontramos a publicação do seguinte telegrama, vindos da capital do Império: “Rio de Janeiro, 20 de março – Foi descoberto no sábado um roubo de joias, na Casa

<sup>42</sup> Essa informação foi dada pelo *Jornal do Commercio*. Cf. “Roubo no Paço de S. Cristóvão”, *Gazeta de Notícias*, 22/03/1882, p. 1.

<sup>43</sup> *O Orbe* (AL), 5/4/1882, p. 2.

<sup>44</sup> *Diario do Maranhão* (MA), 23/3/1882, p. 2.

<sup>45</sup> “Serviço Particular do Diario”, *Diario de Pernambuco* (PE), 19/3/1882, p. 1.

<sup>46</sup> “Noticiário”, *A Imprensa* (PI), 5/4/1882, p. 2.

<sup>47</sup> Para essas publicações, conferir: *Gazeta do Norte: Órgão Liberal* (CE), 1/04/1882; *Pharol* (MG), 21/03/1882, p. 1; e *Jornal do Recife* (PE), 28/03/1882, p. 2.

<sup>48</sup> Sobre esta informação, conferir: “Roubo no Paço de S. Cristóvão”, *Gazeta de Notícias*, 20/03/1882, p. 2.

<sup>49</sup> Cf. *Commercio de Portugal* (PT), 1/04/1882, p. 2 e; “Roubo”, *Jornal da Noite* (PT), 05 e 06/04/1882, p. 2. Sobre o alcance deste impresso lisboeta, observando o topo de sua primeira página encontramos a informação de que, além de Lisboa, arrabaldes, províncias e ilhas adjacentes, o jornal era distribuído para a Espanha, África Ocidental e Oriental, Brasil, Holanda, Suíça, França, Alemanha, Áustria Hungria, Suécia, Dinamarca, Itália, Rússia, Índia e Estados Unidos.

Imperial, avaliado em 500 contos. Ontem a tarde, foram presos três criados do paço como implicados no roubo das joias”<sup>50</sup>. O *Correio Paulistano*, por sua vez, recepcionou em suas páginas mais um telegrama do Rio, enviado pelo *Diario do Brazil*, informando que “foram presos dois criados do paço imperial, em consequência de roubo de joias da imperatriz e da princesa imperial”<sup>51</sup>. No Velho Continente, outro periódico português, o *Jornal da Noite*, também dera a notícia por meio da seguinte nota: “o gatuno já foi agarrado [...] tinha em seu poder todos os objetos [roubados]”<sup>52</sup>.

Apesar da identificação de alguns suspeitos, pouco se podia saber efetivamente do crime, muitas perguntas e dúvidas ainda inquietavam o ânimo do público. Alguns dias após as prisões dos possíveis responsáveis pelo roubo, alguns fatos estranhos começaram a ser noticiados na imprensa. Em publicação no dia 28 de março de 1882, o *Jornal do Commercio* noticiou que o Chefe de Polícia havia recebido uma carta anônima, a qual indicava o local onde as joias da Coroa haviam sido escondidas. Segundo o jornal, entre outras coisas, a carta continha a seguinte mensagem:

A polícia anda às tontas, jogando a *cobra-cega* [...]. Não conhece o verdadeiro autor do roubo dos brilhantes imperiais, o qual é o mesmo indivíduo que escreve esta carta, etc. Às 8 horas da noite de hoje, dirija-se à Quinta da Boa Vista, procure a casa de Manoel de Paiva e debaixo de duas palmeiras, próximas de um galinheiro por onde passa um regato, encontrará enterradas duas latinhas, uma de manteiga e outra maior. Essas pequenas latas contém as joias roubadas; mande cavar e as achará.<sup>53</sup>

Seguindo as indicações contidas na carta, a polícia, por fim, localizou as joias roubadas. Mas a forma como tudo isso ocorreu foi, no mínimo, hilária. O Chefe de Polícia e seu ajudante, Tenente Lyrio, temendo serem reconhecidos na diligência, não se sabe por que em por quem, se disfarçaram com longas barbas postiças e grandes e grossos casacos. Então, passaram na cadeia, retiraram de lá Manuel de Paiva e seguiram para a casa deste, onde localizaram todas as joias enterradas no quintal. Não bastasse os disfarces dos policiais, o que já renderia bons questionamentos, após a localização das joias o Chefe de Polícia simplesmente entendeu que não havia culpados pelo crime, então solicitou mandado de soltura para todos os envolvidos, o que logo foi concedido pelo juiz que acompanhava o

<sup>50</sup> Cf. “Telegramas”, *Diario de Belem* (PA), 28/3/1882, p. 2; *Diario de Notícias* (PA), 28/3/1882, p. 2; “Telegramas”, *O Liberal* (PA), 28/3/1882, p. 1; “Telegramas”, *Cearense* (CE), 21/3/1882.

<sup>51</sup> “Telegramas”, *Correio Paulistano*, 20/3/1882, 1.

<sup>52</sup> “Roubo”, *Jornal da Noite* (PT), 5 e 6/4/1882, p. 1.

<sup>53</sup> “Gazetilha – Roubo no paço imperial”, *Jornal do Commercio*, 28/03/1882, p. 1.

caso<sup>54</sup>. Iniciava-se então uma nova polêmica nos jornais, desta vez pelo improvável desfecho do caso que tanto havia chamado a atenção da opinião pública da Corte.

Toda a imprensa e a cidade àquela altura sabia a forma burlesca pela qual as joias haviam sido encontradas. Porém, o *Diario do Brazil* seguia à margem das polêmicas. O jornal limitara-se a informar o ocorrido sem, no entanto, adentrar à questão. Em nota, o *Diario* ponderara: “sobre o modo por que foi feita a descoberta [das joias] correm diversas versões; e o *Diario do Brazil*, sempre fazendo timbre de escrupulosa exatidão, prefere, por enquanto, nada dizer a este respeito”<sup>55</sup>. O periódico, então, apesar do clima de tensão de que se cercou o caso, afirmara que limitar-se-ia a relacionar os objetos encontrados e informou que o Chefe de Polícia havia seguido para Petrópolis a fim de entregá-los pessoalmente ao Imperador. Na edição seguinte, encontramos uma publicação a pedido na qual um leitor questionava o jornal da seguinte forma: “rogo-lhe o obséquio de dizer-me se é exato ter-se o Sr. Chefe de Polícia disfarçado como se diz, com barbas postiças e o Sr. tenente Lyrio com traje de cocheiro. Assim prestará a ilustrada redação um grande favor a um *curioso*”<sup>56</sup>. Apesar da notícia da diligência que recuperou os objetos roubados estar circulando em vários jornais da Corte, o *Diario* limitou-se a dizer a seu leitor que não sabia com exatidão a respeito deste fato. Porém, olhando para as demais publicações nas quais a folha ainda comentaria o caso, vamos perceber que em nenhuma delas será feita qualquer juízo a respeito de como se dera a localização das joias<sup>57</sup>.

Entre os dias 30 de março e 1º de abril de 1882, as publicações do *Diario do Brazil* a respeito do roubo das joias se limitariam à veiculação dos debates parlamentares nos quais alguns deputados pediam explicações ao Chefe de Polícia sobre o que motivara a soltura dos indiciados como autores do roubo<sup>58</sup>. Então, em 2 de abril de 1882, o *Diario* publicou um artigo sugestivamente intitulado “A última palavra sobre o crime no paço imperial”. No texto o jornal afirmava que o esperado era que nem as joias e nem os criminosos fossem encontrados, mas que, demonstrando eficiência no cumprimento de seu ofício, o Chefe de Polícia da Corte não só encontrou as joias como também os criminosos. Portanto, este não merecia críticas, mas sim elogios. Mas que,

<sup>54</sup> Segundo a *Gazeta de Notícias*, solicitados pelo Chefe de Polícia, “estes alvarás [de soltura] foram imediatamente passados pelo juiz do 10º distrito criminal da corte, Sr. Dr. Pereira da Cunha”. In.: “Roubo no Paço de S. Cristóvão”, *Gazeta de Notícias*, 28/03/1882, p. 1.

<sup>55</sup> “O roubo no paço”, *Diario do Brazil*, 28/3/1882, p. 2.

<sup>56</sup> “O roubo no paço”, *Diario do Brazil*, 29/3/1882, p. 2.

<sup>57</sup> Do *Diario do Brazil* foram analisadas as edições publicadas entre os dias 19 de março e 20 de abril de 1882.

<sup>58</sup> Cf. “Parlamento – Senado” e “Câmara dos Deputados”, *Diario do Brazil*, 1/4/1882, p. 3.

em vez disso, os levianos e os mal intencionados, que nesta quadra querem de tudo fazer um escândalo, ousam censurar um sucesso tão esplêndido e tão completo, obtido por meios que só revelam habilidades. É lastimosa a tendência que mostram certos órgãos de imprensa para converter tudo em escândalo [...].<sup>59</sup>

Para o jornal não havia críticas a se fazer às autoridades, mas sim a alguns órgãos de imprensa que tinha convertido o evento em uma oportunidade de atacar as autoridades e a Casa Imperial, principalmente por meio de críticas ao Imperador. Segundo o *Diario*, ainda naquela publicação, ninguém teria o direito de expor a vida privada do monarca com o fim de constrangê-lo, com vinham fazendo as gazetas *de Notícias e da Tarde*, *O Mequetrefe*, a *Gazetinha* e a *Revista Illustrada* em suas publicações. Após esta “última palavra”, nenhuma outra publicação mais saiu no *Diario* a respeito do caso do roubo das joias da Coroa.

Já o *Jornal do Commercio*, que vinha adotando uma postura mais contida em relação ao crime que vitimou a Coroa brasileira, assim permaneceu. O tradicional periódico até teceu uma crítica em relação ao desfecho do fatídico caso. No dia 29 de março de 1882, a folha emitiu a seguinte nota em seu editorial:

Confessamos não compreender absolutamente nada neste procedimento da polícia. Em que é que a descoberta das joias veio alterar a posição dos indiciados presos? Pelo contrário, o achado não podia senão corroborar as suspeitas que sobre ele pesavam. Como, pois, soltá-los sem mais nem menos? Tratava-se apenas de reaver as joias, ou também de punir um roubo? Na perseguição de um crime publico o perdão particular não pode deter a ação da justiça. Provocada esta, o seu braço cai inexorável, ferindo quem dever ferir. A restituição da propriedade pode satisfazer o espoliado, mas não as exigências da moral da sociedade<sup>60</sup>.

O *Jornal do Commercio* se posicionou no sentido de que os envolvidos no crime deveriam ter continuado presos. Em outra parte desta nota, o periódico reconhecia a eficiência da polícia quanto à recuperação dos objetos roubados, porém sua ineficiência quanto à punição dos envolvidos. O *Jornal*, portanto, apenas comentou a imoralidade que permeou o desfecho do crime, sem, no entanto, pedir qualquer explicação ao Chefe de Polícia. Após esta publicação, pouco coisa mais se veria nas páginas do periódico. Enquanto circulavam romances na *Gazeta da Tarde* e na *Gazeta de Notícias*, uma opereta na *Gazetinha*, bem como charges na *Revista Illustrada* e n’*O Mequetrefe*, sugerindo que a Casa Imperial não fora só vítima, mas também, em certa medida, complacente com os criminosos que invadiram o Paço

<sup>59</sup> “A última palavra sobre o crime no paço imperial”, *Diario do Brazil*, 2/04/1882, p. 2. Este artigo do *Diario do Brazil* também foi publicado na íntegra no *Jornal do Commercio*. Cf. “A última palavra sobre o crime no paço imperial”, *Jornal do Commercio*, 4/04/1882, p. 2.

<sup>60</sup> “Roubo no paço imperial”, *Jornal do Commercio*, 29/03/1882, p. 1.

de São Cristóvão, o *Jornal do Commercio*, no dia 31 de março de 1882, emitia nota em seu editorial informando que o Imperador havia demitido os empregados envolvidos no crime<sup>61</sup>. Em 4 de abril, o *Jornal* republicaria o artigo do *Diario do Brazil* “A última palavra sobre o crime da Casa Imperial”, já comentado anteriormente, e só após onze dias faria nova publicação que se relacionava à questão do roubo das joias. Na coluna do jornal que fazia um resumo das sessões do Senado, lia-se a respeito de um pedido de informação feito por Silveira Martins ao Ministro da Justiça solicitando esclarecimentos do Chefe de Polícia sobre os fundamentos legais em que se baseara para pedir a soltura de Manuel de Paiva e os outros criados que haviam sido presos como suspeito do roubo do palácio<sup>62</sup>. Na edição seguinte, na sessão “Senado”, o jornal publicou a fala do mesmo político solicitando as mesmas informações ao Ministro da Justiça<sup>63</sup>. A partir daí, o periódico não publicaria mais nenhuma notícia que estivesse relacionada ao assunto.

Como já comentado anteriormente, o caso do roubo das joias da Coroa deu ensejo a uma série de questionamentos e críticas contra as autoridades responsáveis pelo desfecho do crime e, principalmente contra o Imperador, o qual fora acusado de acobertar o ocorrido, intervindo na soltura dos envolvidos. Tanto aspectos deste caso quanto de sua vida privada foram devassados na ocasião. Percebemos, no entanto, que nenhuma dessas abordagens permeou as páginas do *Jornal do Commercio* e do *Diario do Brazil*. A monarquia e o rei estiveram aí preservados, longe de serem relacionados, de alguma forma, ao escandaloso evento. Olhando apenas para as páginas destes dois diários, poder-se-ia chegar à conclusão de o caso não passou de um assunto de polícia, sem maiores constrangimentos à Casa Imperial. O fato é que, aos analisarmos as edições de outras folhas, as quais tinham um perfil mais combativo em relação ao regime monárquico, encontraremos posicionamento muito diverso. É o caso dos demais impressos que compõe as fontes desta pesquisa, e sobre os quais nos debruçaremos na sequência.

#### 1.4 A monarquia em páginas de humor

Contrastando com a seriedade das notícias que foram emitidas pelo *Jornal do Commercio* e pelo *Diario do Brazil*, os jornais *O Mequetrefe*, *Gazetinha*, *Gazeta da Tarde* e *Revista Illustrada*, também se ocuparam do crime ocorrido em São Cristóvão, porém, de maneira bastante cômica e política. Desde suas primeiras publicações, esses impressos

<sup>61</sup> Cf. “Gazetilha – Paço Imperial”, *Jornal do Commercio*, 31/3/1882, p. 1.

<sup>62</sup> Cf. “Assembleia Geral”, *Jornal do Commercio*, 15/04/1882, p. 1.

<sup>63</sup> Cf. “Senado”, *Jornal do Commercio*, 16/04/1882, p. 1.



debochavam da situação, do roubo, bem como da polícia e dos membros da Casa Imperial, procurando tirar daí alguma nota que pudesse ridicularizá-los. É o que encontramos, por exemplo, na primeira nota emitida pela *Gazetinha*:

S. M. a Imperatriz e S. A. a Condessa d'Eu sofreram ontem uma decepção [...]: foram roubadas. De um armário no paço subtraíram ontem algumas joias, que pertenciam àquelas augustas princesas. O valor do roubo é, segundo *O Globo*, de 500 e, segundo a *Gazeta da Tarde*, de 200 contos. É provável que a *Gazeta de Notícias* reduza amanhã essa importância, e o *Diario Official* diga, depois, a última lavra. A polícia emprega altas diligências para descobrir os imperiais gatunos. O Sr. Trigo de Loureiro, neste negócio, conta cobrir-se com algumas folhas do seu apelido”<sup>64</sup>.

O jornal, de imediato, se aproveitara do episódio para debochar das vítimas do crime, é o que encontramos na nota pela afirmação de que elas sofreram uma decepção, ao invés de um roubo. Podemos dizer, pelo tom irônica da publicação, que a folha escarnecia do infortúnio de D. Teresa e D. Isabel, expondo-as a um constrangimento ainda maior, pois, é provável que a família imperial preferisse que tudo aquilo não extrapolasse os muros do palácio. O deboche da *Gazetinha* continua em relação aos diferentes valores que alguns órgãos de atribuíram aos objetos roubados, uma vez que pouco se havia avançado nas investigações e, portanto, as informações ainda não surgiam com exatidão. Por fim, temos a referência ao Chefe de Polícia da Corte, que a folha sugeria que esperava tirar algum proveito de tão espetaculoso crime, cobrindo-se com algumas folhas de louro, um trocadilho com seu sobrenome, Loureiro. É perceptível que o jornal esperava arrancar risos do público, zombando daquelas informações que vinham sendo tratadas, por outro lado, com tanto zelo pelo *Jornal do Commercio* e o *Diario do Brazil*.

Na *Revista Illustrada*, por seu turno, a estreia do assunto se deu por meio de um pequeno desenho, no qual vemos dois indivíduos carregando apressadamente uma enorme coroa e, logo abaixo da ilustração, encontramos um breve texto com os seguintes dizeres: “a gatunagem já se estendeu até S. Cristóvão. Roubaram a Coroa! Não serão republicanos?”.

---

<sup>64</sup> *Gazetinha*, 19/3/1882, p. 2.

**Figura 1 - "Roubaram a Coroa!"**



Fonte: *Revista Illustrada*, nº 291, 19/3/1882, p. 8.

*A gatunagem já se estendeu até S. Cristóvão. Roubaram a Coroa! Não serão republicanos?*

Se por um lado a revista não cita o nome de qualquer membro da família imperial, como a *Gazetinha*, por outro lado ela traz o assunto para o campo das disputas políticas. Na falta de informações mais claras sobre o crime, a revista resolveu colocar o evento, ironicamente, como decorrente das possíveis disputas entre republicanos e monarquistas, ou seja, das então grandes forças políticas dicotômicas do Império. Se nada se podia depreender do caso, não havia limites, no entanto, para conjecturas, ainda que fantasiosas e com a intenção de debochar da desventura da Casa Imperial.

Já no jornal satírico *O Mequetrefe*, encontramos a seguinte nota, emitida em 21 de março de 1882:

Os Srs. Gatunos não respeitam a ninguém, nem mesmo às pessoas que estão colocadas na esfera dos anjos. S. M. a Imperatriz, uma senhora tão boa, tão amável, tão virtuosa, tão santa, sofreu há bem poucos dias um roubo no valor de duzentos contos de réis, em joias. S. M. teve um formidável choque e só não chorou porque *noblesse oblige*. Boa e santa senhora! ela é muito capaz de perdoar ao ladrão, se por acaso for encontrado, e ainda fazer-lhe presente dos valores roubados. Ladrões! gatunos! larápios! eu durmo com as minhas portas abertas todas as noites; quando vocês quiseram, venham roubar-me duzentos contos, eu os desafio que o façam, canalhas!<sup>65</sup>

<sup>65</sup> “O roubo dos duzentos contos”, *O Mequetrefe*, 21/03/1882, p. 2.

Podemos entender melhor essa publicação d’*O Mequetrefe*, e até mesmo aquela da *Gazetinha*, ao olharmos para a imagem que D. Teresa tinha no imaginário de seus súditos. Segundo Mary del Priore, a Imperatriz não tinha expressividade no cenário político, mantendo-se sempre afastada da agenda política do marido, nunca tendo praticado qualquer ato de governo. Por outro lado, personificava a mulher ideal em uma sociedade comandada pelo universo masculino, vista como boa mãe e boa esposa. Ainda, D. Teresa era popularmente reconhecida pelos atos de caridade que praticava, considerada uma pessoa piedosa pelos brasileiros. Até mesmo alguns órgãos de imprensa que, diuturnamente atacavam o Imperador, consideravam-na um anjo, pelos citados atributos que se lhe atribuíam<sup>66</sup>. Portanto, o que *O Mequetrefe* faz é escarnecer das difundidas virtudes da Imperatriz. Se, como afirma a nota, “os gatunos não respeitam ninguém”, tampouco o jornal demonstrara qualquer solidariedade ou deferência pela figura de D. Teresa.

O que podemos perceber, inicialmente, ao afirmamos que o caso do roubo das joias da Coroa foi apropriado por alguns órgãos de imprensa para ser convertido em evento político, é que os jornais e revistas ilustradas humorísticas não perderam tempo, saindo na frente nessa disputa, ridicularizando tanto a situação quanto alguns membros da Casa Imperial desde suas primeiras publicações. Notemos, pois, que não temos aí apenas a notícia, como no *Jornal do Commercio* e no *Diario do Brazil*, mas também algumas considerações que tinham por finalidade, já de início, causar algum constrangimento à família imperial ou, no caso da *Revista Illustrada*, manter em evidência as dicotomias entre a monarquia e a República. Mas não parara por aí, muitas outras publicações viriam.

A *Gazetinha*, por ser um jornal periódico, faria ainda uma série de publicações antes da localização das joias, não menos satíricas do que a primeira. No dia 20 de março de 1882, por exemplo, encontraremos outra nota no jornal, qual seja: “a chispa elétrica tremelica todos os cabos submarinos, por causa do fato que não tem a importância que se lhe tem querido emprestar”<sup>67</sup>. Neste caso, o jornal faz referência aos inúmeros telegramas que partiam do Rio de Janeiro rumo às províncias e à Europa, como já apontamos. Naquela mesma publicação, o redator ainda argumentara: “hoje já todos sabemos que os diamantes da Imperatriz não estão perdidos”, mas que, “eles foram apenas removidos de um lugar para outro, e a polícia já chegou a este resultado: Não houve um roubo, nem um furto, nem um abuso de confiança, o

<sup>66</sup> Cf. DEL PRIORE, Mary. *O príncipe maldito*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007, p. 252 e; DEL PRIORE, Mary. *Condessa de Barral: a paixão do Imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp. 166-168.

<sup>67</sup> “Os diamantes da Coroa”, *Gazetinha*, 20 e 21/3/1882, p. 1.

que houve foi, apenas, uma surpresa que ficará sepultada nos arcanos do paço”<sup>68</sup>. Além de continuar a debochar da Imperatriz e da polícia, afirmando que esta descobrira o óbvio, o jornal sai com uma nova hipótese: haveria outras questões por traz do roubo, uma vez que, desde já, considerava que este ficaria “sepultado nos arcanos do Paço”, ou seja, nos profundos segredos e mistérios do Paço. Portanto, a *Gazetinha* alimentava a desconfiança do público em relação ao que realmente teria acontecido em São Cristóvão.

Se na edição de 20 de março de 1882, o jornal de Arthur Azevedo considerara que o crime da Casa Imperial havia ganhado uma importância que não merecia, provavelmente por sarcasmo, na edição seguinte este voltaria ao assunto. O fato de encontramos aí algumas considerações a respeito do Imperador evidencia que o caso tinha sim importância para a folha, uma vez que era potencialmente favorável à exploração política. A nova publicação a que nos referimos é a de 23 de março de 1882, na qual o leitor encontrará o seguinte raciocínio do redator:

S. Majestade o Imperador auferindo por ano 800 contos, por mês 66:666\$666, por hora 2:191\$863, por hora 91\$328, por minuto 1\$522 e por segundo 25 réis, trabalhará 3 meses, 1 dia, 5 horas, 55 minutos e 5 segundos para ressarcir os 200 contos que valem as joias roubadas do paço de S. Cristóvão. Admitindo que o roubo fosse praticado à meia noite do dia do cortejo, só no dia 12 de junho próximo, às 5 horas e 56 minutos da madrugada, estará ressarcida a dinheirama<sup>69</sup>.

Apesar de parecer uma simples conta, em tom de pilhéria, o que essa “brincadeira” comporta, em verdade, é uma crítica que há muito se fazia em relação ao excessivo dispêndio de recursos do Império para a manutenção da Coroa. Segundo Lilia Schwarcz, na década de 1870 ocorreu uma deliberada política de denúncia na imprensa a respeito dos gastos praticados pela Casa Imperial <sup>70</sup>. Um exemplo desse tipo de publicação foi feita por José no Patrocínio em 1879, no folhetim da *Gazeta de Notícias*, em sua coluna “Semana Parlamentar”. Diante da crise financeira pela qual passava o Império naquele ano, o redator teceu duras críticas ao Imperador, comparando seus gastos aos do presidente americano de então. Em seu texto, Patrocínio ponderara que, em tempos de crise financeira, o Imperador deveria cortar gastos pessoais e dignar-se “a ser como o presidente dos Estados Unidos”, uma vez que o monarca gastava “dez vezes mais, para ser dez vezes menos [eficiente]”<sup>71</sup>. O que se verifica é que, ambas as publicações – de José do Patrocínio e da *Gazetinha* – ocorreram em condições parecidas: um momento de crise. Entende-se, portanto, que tal qual a publicação de

<sup>68</sup> *Ibidem*.

<sup>69</sup> *Gazetinha*, 23/3/1882, p. 1.

<sup>70</sup> Cf. SCHWARCZ, *As barbas do imperador*, op. cit., p. 425.

<sup>71</sup> “Semana Parlamentar”, *Gazeta de Notícias*, 31/1/1879, p. 1.

José do Patrocínio, a nota do jornal de Arthur Azevedo, mesmo que dissimuladamente e de modo zombeteiro, servira para trazer à apreciação pública o antigo tema do custo benefício que então se faziam em relação à Monarquia e à República.

Se a princípio já encontramos alguma conotação política nos escritos dos impressos ora mencionados, a coisa ficaria ainda pior após a localização das joias e a divulgação dos métodos empregados pela polícia para fazê-lo. Na ocasião, e ainda na *Gazetinha*, veiculou-se a seguinte nota:

Em certos conventos de freiras seráficas há uma festa do *perdido*, muito divertida, a qual consiste em ir, em procissão, procurar o menino Jesus, que foi escondido em lugar conhecido. Foi o arremedo de uma dessas festas, que quebraram tanto a monotonia do claustro, o que se deu as surpresas dos diamantes da Imperatriz, os quais foram todos encontrados, tendo o ministro da Justiça recebido misteriosamente um bilhete, em papel conhecido, com esta simbólica frase: *Sobre as pedras, pedra*.<sup>72</sup>

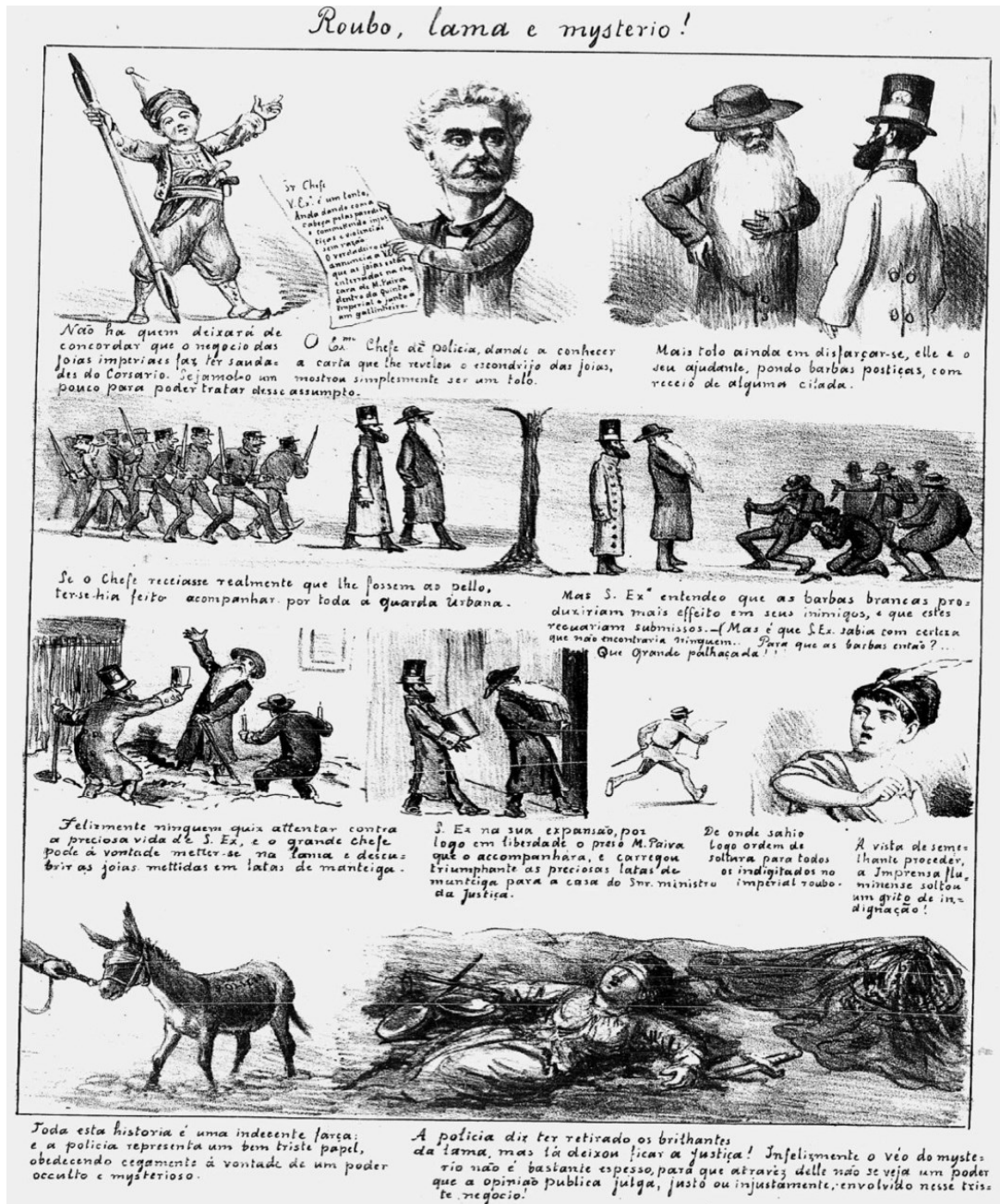
Ao comparar a localização das joias com a tal “festa do perdido”, a *Gazetinha* insinuava que tudo não passou de uma farsa, uma vez que, tal como na referida festa, era esperado que os objetos fossem encontrados. É provável que essa declaração tenha sido pautada nos últimos acontecimentos havidos em torno do caso: a carta que orientara o Chefe de Polícia e sua burlesca diligência. Pode-se conjecturar então que o jornal insinuava que a localização das joias roubadas foi feita a partir de um acerto entre os criminosos e as autoridades. Isso fica mais patente na afirmação de que o Ministro da Justiça teria recebido “um misterioso bilhete, em papel conhecido” contendo a “simbólica frase: sobre as pedras, pedra”<sup>73</sup>. O que nos parece é que a referência remete, sugestivamente, a algum comando da Casa Imperial, que não queria, sabe-se lá por quais motivos, ver alongada aquela história de roubo na imprensa. Por isso, o jornal sugere que os interessados queriam colocar uma pedra, ou seja, finalizar o assunto, sobre o caso das joias levadas de São Cristóvão. Se de fato assim entendera aquela mensagem o leitor da *Gazetinha*, a família imperial ganhava, então, o status de cúmplice por não prosseguir com o processo para a condenação e punição dos envolvidos.

A *Revista Illustrada*, que até então não havia feito qualquer mesão ou crítica às autoridades e à família imperial, publicou uma extensa crônica ilustrada, representando a diligência do Chefe de Polícia e tecendo alguns comentários que sugeriam, assim como a *Gazetinha*, o envolvimento da Coroa no episódio, demonstrando que a versão oficial não servira satisfatoriamente como resposta às inquietações da opinião pública.

<sup>72</sup> “Os diamantes da Coroa”, *Gazetinha*, 27 e 28/3/1882, p. 1.

<sup>73</sup> *Ibidem*.

Figura 2 - "Roubo, lama e mistério!"



Fonte: Revista Illustrada, nº 292, 26/03/1882, p. 10.

Não há quem deixará de concordar que o negócio das joias imperiaes faz ter saudades do Corsario. Sejamo-lo um pouco para poder tratar desse assunto.

O Ex.<sup>m</sup>o Chefe de Policia, dando a conhecer a carta que lhe revelou o esconderijo das joias, mostrou simplesmente ser um tolo.

Mais tolo ainda em disfarçar-se, ele e o seu ajudante, pondo barbas postiças, com receio de alguma cilada.

Se o Chefe receasse realmente que lhe fossem ao pelo, ter-se-ia feito acompanhar por toda a Guarda Urbana.

*Mas S. Ex<sup>a</sup> entendeu que as barbas brancas produziram mais efeitos em seus inimigos, e que este recuariam submissos – Mas é que S. Ex. sabia com certeza que não encontraria ninguém. Para que as barbas então? Que grande palhaçada!!! Felizmente ninguém quis atentar contra a preciosa vida de S. Ex., e o grande Chefe pode à vontade meter-se na lama e descobrir as joias metidas em latas de manteiga. S. Ex. na sua expansão, pôs logo em liberdade o preso M. Paiva que o acompanhara, e carregou triunfante as preciosas latas de manteiga para a casa do Sr. Ministro da Justiça. De onde saiu logo ordem de soltura para todos os indigitados no imperial roubo. À vista de semelhante proceder a Imprensa fluminense soltou um grito de indignação! Toda esta história é uma indecente farsa e a polícia representa um bem triste papel, obedecendo cegamente à vontade de um poder oculto e misterioso. A polícia diz ter retirado os brilhantes da lama, mas lá deixou ficar a justiça! Infelizmente o véu do mistério não é bastante expeço, para que através dele não se veja um poder que a opinião pública julga, justo ou injustamente e, envolvido nesse triste negócio!*

A primeira consideração a ser feita em relação a essa crônica ilustrada é a referência que o desenhista fizera ao *Corsario*. O *Corsario* era o mais agressivo de todos os pasquins que circulavam na Corte. Seu proprietário e redator, Apulco de Castro, tecia os piores improperios que se possa imaginar contra o Imperador Pedro II. Não era incomum encontrar nas páginas do jornal alguns epítetos desrespeitosos dirigidos ao monarca como idiota, maluco, vovô bobèche e Pedro Banana<sup>74</sup>. Na ocasião do roubo das joias da Coroa, o *Corsario* não estava em circulação, uma vez que havia sido empastelado pela polícia no final de 1881 e só retomaria suas atividades em setembro de 1882<sup>75</sup>. Daí a referência da *Revista* à falta que o jornal fazia naquele momento, por isso pretendia fazer suas vezes, e as críticas que vieram em seguida foram bastante duras. Vemos, então, uma sequência de ilustrações, as quais “reproduzem” desde o momento do recebimento da tal carta anônima pelo Chefe de Polícia até a localização das joias. A *Revista* considerara que a diligência de Trigo de Loureiro foi uma “grande palhaçada”, além de correlacionar a soltura dos envolvidos à atuação do Ministro da Justiça. A revista afirmara que, por conta do ocorrido, “a imprensa fluminense soltou um grito de indignação”. Sabemos, pois, que isso não é verdade, uma vez que nem todos os órgãos de imprensa se posicionaram contra as autoridades ou a Casa Imperial neste

<sup>74</sup> Cf. “Memorandum”, *Corsario*, 30/3/1881, p. 2; e 5/9/1882, p. 4.

<sup>75</sup> Para mais informações sobre o *Corsario*, conferir: ARAUJO, Rodrigo Cardoso de. “O mais bandido dos pasquins”. In.: \_\_\_\_\_. *Pasquins: submundo da imprensa na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012, pp. 55-82; e MAGALHÃES JÚNIOR, R. “A trágica aventura de Apulco de Castro”. In.: \_\_\_\_\_. *O império em chinelos*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira S/A, 1957, pp. 208-228.

episódio. A afirmação da revista, por outro lado, demonstra o caráter que esta queria atribuir ao evento: o do caos. Por fim, no trecho final daquela publicação, encontramos a polícia representada por um burro, o qual é puxado por uma mão misteriosa, uma figura feminina que representa a justiça deitada em um lamaçal, bem como um véu transparente sobre o qual podemos ver nitidamente a imagem de uma coroa. Nos textos que acompanham as ilustrações, encontramos a afirmação da revista de que tudo aquilo não passara de “uma indecente farsa”, na qual a polícia cumprira “um triste papel”, tendo retirado da lama os brilhantes e deixando lá a justiça, e sob o véu do mistério, a Coroa que, de uma forma ou de outra, estava envolvida naquele negócio.

N’*O Mequetrefe*, o método é praticamente idêntico ao que encontramos na *Revista Ilustrada*, expressado na seguinte publicação:

**Figura 3 - O grande achado das joias.**



Fonte: *O Mequetrefe*, nº 270, 29/03/1882, pp. 4-5.

*O Sr. Trigo deitou umas enormes barbas brancas que davam-lhe um aspecto venerando. O Tenente Lyrio transformou-se em cocheiro. Acompanhados por M. de Paiva, foram à Quinta. Num lugar pantanoso, enterraram-se quanto puderam e de repente gritaram: Eureka! Estavam descobertas as joias, salvo o prego imperial!*



*repente gritaram: Eureka! Estavam descobertas as joias, salvo o prejuízo imperial!*

Também por meio de uma pequena crônica ilustrada, *O Mequetrefe* descreveu a jocosa diligência liderada por Trigo de Loureiro. Naquela publicação, o leitor vira o Chefe de Polícia disfarçado com longas barbas brancas, seguido, respectivamente, pelo Tenente Lyrio, de cartola e traje de cocheiro, e Manuel de Paiva. Rumavam, pois, o três, para o local onde as joias haviam sido enterradas. A ilustração era acompanhada por dois pequenos textos, os quais relatavam que o Chefe de Polícia havia se utilizado de “umas enormes barbas brancas que lhe davam um aspecto venerando”; que “o Tenente Lyrio transformou-se em cocheiro” e, acompanhados por Manuel de Paiva, foram então à Quinta de São Cristóvão e “n’um lugar pantanoso, enterraram-se o quanto puderam e de repente gritaram: Eureka!, e que, por fim, “estavam descobertas as joias, salvo o prejuízo imperial”. Se as joias haviam sido encontradas, onde estava, pois, o prejuízo imperial? Neste caso, o tal prejuízo a que se referira o jornal estava relacionado à imagem da Coroa.

Como podemos perceber leitor, com o desenrolar do caso e sua série de acontecimentos estranhos, a imagem da monarquia vai aos poucos se sedimentando nas publicações desses impressos de forma bastante negativa. Se inicialmente encontramos algumas notícias que tinham por finalidade apenas fazer pilhéria com a má sorte da Casa Imperial, com os novos eventos a Coroa vai sendo convertida em partícipe, sendo responsabilizada, de alguma forma, por intervir no desfecho do crime, constituindo, como afirmara aquelas folhas, uma farsa com a finalidade de, talvez, esconder algum outro segredo de que o público e os órgãos de imprensa não tomaram conhecimento. Era preciso, pois, conjecturar, e isso abria espaço para que a Coroa fosse pintada como uma instituição, portanto, corrupta.

Tendo chegado a essa conclusão, as três folhas vão iniciar então um terceiro movimento em suas páginas: destacar o Imperador como o grande responsável pelos últimos eventos havidos em torno do crime. Tudo ficara muito ridículo. Se por um lado faltavam respostas concretas, por outro lado sobravam insinuações que alimentavam a zombaria e atingiam em cheio a figura do monarca. *O Mequetrefe*, por exemplo, soltara a seguinte nota:

É um dom Juan da força. Ninguém será capaz de acreditar que este homem com suas barbas apostólicas e cara de caju-banana, santarrão, vestido com desalinho [...] seja capaz de tanto. Ele é um homem de gosto. Tem um paladar muito delicado, gosta dos acepipes finos. É doido por um caldinho

de franga [...] Afirma o Paiva, seu confidente, amigo e companheiro, nas misteriosas correrias noturnas [...].<sup>76</sup>

Naquela publicação, *O Mequetrefe* fazia seu juízo a respeito da não punição dos envolvidos no roubo de São Cristóvão. Paiva roubou as joias e foi descoberto, porém, o fato de ser companheiro do Imperador em certas incursões noturnas o isentava da prisão, uma vez que isso poderia trazer a público assuntos muito delicados sobre as intimidades de D. Pedro. Se isso era verdade ou não, pouco importa, o fato é que, de qualquer modo, esse tipo de insinuação atingia em cheio a imagem do Imperador, fazendo com que sua figura, em alguma medida, fosse questionada.

Já na *Revista Illustrada*, após a veiculação da crônica ilustrada “Roubo, lama e mistério”, o leitor encontraria mais uma ilustração, desta vez trazendo a imagem de D. Pedro, qual seja:

**Figura 4 - Papá Piter**



Fonte: *Revista Illustrada*, nº 293, 1/04/1882, p. 9.

*Papá Piter tratou logo de varrer a sua testada.*

<sup>76</sup> “Croquis à brocha (Pedro de Alcântara)”, *O Mequetrefe*, 11/04/1882, p. 6.

Nesta nova publicação, o próprio Imperador aparece varrendo “sua testada” e dando um “chega pra lá” no Chefe de Polícia, como que se desvinculando do que de fato havia concorrido para o desfecho do imperial crime. É, pois, nas páginas da *Gazeta de Notícias* que vamos encontrar a interpretação para este novo desenho da *Revista Ilustrada*. Ocorre que, no dia 30 de março de 1882, o Mordomo-Mor da Casa Imperial fez publicar a seguinte nota naquele jornal:

Declaro, de ordem de sua Majestade o Imperador, que o mesmo Augusto Senhor autorizou sempre o chefe de polícia a todas e quaisquer diligências para o descobrimento de quem tenha subtraído as joias de Sua Majestade a Imperatriz, de Sua Alteza a Princesa Imperial e da Sra. Baronesa Fonseca Costa, e que jamais interveio direta ou indiretamente no procedimento do mesmo chefe.<sup>77</sup>

Como se vê, o Imperador, através de seu Mordomo, recorrera ao “A pedidos” da *Gazeta* para se explicar e tentar reverter as insinuações que a imprensa opositora fazia a seu respeito. Não convenceu. A *Revista*, por sua vez, conseguiu transformar aquela nota oficial em mais uma forma de escarnecer do monarca e reafirmar sua culpa. “Papá Piter” tentava desconectar-se dos trâmites policiais e convencer a opinião pública de que toda aquela burlesca diligência policial, com disfarces e lama, ocorrera por vontade única do Chefe de Polícia da Corte.

A *Gazetinha*, por seu turno, empregaria outro método para tripudiar do famigerado crime. Repentinamente, o leitor encontraria na parte editorial da folha, e não no folhetim como tem afirmado vários autores, uma publicação com o título *Um roubo no Olimpo*. Tratava-se de uma opereta escrita por Arthur Azevedo e que circularia no jornal entre os dias 31 de março e 5 de abril de 1882. A trama se passava no Olimpo, que era governado por Júpiter, o Deus dos deuses, representando o Imperador D. Pedro II. Manuel de Paiva surgia então como Mercúrio, encarregado de aliciar mulheres para satisfazer o rei do Olimpo e, por isso, chamado por este de “alado mensageiro dos meus amores”<sup>78</sup>. No decorrer da peça, e aproveitando-se de sua função, Mercúrio rouba varias joias que encontrara em um armário nos aposentos de Júpiter. Preso, Mercúrio então diz a Júpiter que se este não o soltar, a língua ele soltará. Por fim, e assemelhando-se ao que ocorrera no caso do crime da Casa Imperial, segundo as publicações da imprensa, Mercúrio é libertado mesmo tendo confessado a autoria do roubo. Por meio de sua peça, Arthur Azevedo acenava aos leitores de seu jornal no sentido de que, toda a história do roubo das joias imperiais não só contava com o conhecimento como

<sup>77</sup> “Casa Imperial”, *Gazeta de Notícias*, 30/03/1882, p. 2.

<sup>78</sup> “Um roubo no Olimpo”, *Gazetinha*, 31/03/1882, p. 1.

com a condescendência do Imperador para a soltura dos criminosos, talvez preocupado com algum escândalo envolvendo suas amantes<sup>79</sup>.

A essa altura, o leitor deve estar se perguntando: e a *Gazeta da Tarde*? A este possível questionamento, respondemos que sua análise dar-se-á a partir destas linhas, e pelos motivos expostos a seguir. Em relação ao caso do roubo das joias da Coroa, a *Gazeta da Tarde* nos apresenta um desafio enquanto fonte. As edições de todos os jornais aqui analisados são oriundas do site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. No caso da *Gazeta da Tarde*, suas edições do período de 1º de dezembro de 1881 a 31 de março de 1882 estão indisponíveis no referido site<sup>80</sup>, impossibilitando, a partir das notícias veiculadas em suas páginas, analisar a postura adotada pelo jornal diante do suspeito desfecho do crime<sup>81</sup>. Sabendo-se, porém, que no período era recorrente entre os jornais a prática de comentar ou transcrever publicações uns dos outros, foi realizada uma pesquisa, através do campo “Pesquisar”, no site da Hemeroteca, inserindo-se as palavras “Gazeta da Tarde”. Afortunadamente, entre os jornais consultados, dois faziam referência à determinada publicação da *Gazeta de Patrocínio*, no período do roubo imperial, quais sejam: *Gazetinha* e *Tam-Tam*. Na *Gazetinha* de 30 de março de 1882, deparamo-nos com a seguinte nota: “A *Gazeta da Tarde* descobriu que o nome de Manoel de Paiva tem onze letras”<sup>82</sup>. Já no *Tam-Tam*, na edição de 29 de março de 1882, encontramos uma outra nota, cujo conteúdo trazia o seguinte:

O nosso estimável colega da *Gazeta da Tarde* diz, pouco mais ou menos, a propósito do roubo das joias: ‘Pode o criminoso [que roubou as joias da Coroa] ter um determinado número de letras em seu nome que etc.’. No primeiro momento em que li isto comecei a fazer anagramas, sem resultado algum. Em seguida refleti que talvez fossem letras de câmbio. Mas não... Logo após, fui verificar qual era o número d’essas letras e vi que *Manoel* tinha seis e *Paiva* cinco. Somei, pois, e encontrei o número que nos serve de epígrafe. É um acaso, talvez. Dos mais infelizes, porém.<sup>83</sup>

O título da coluna, ou epígrafe, a que se refere a publicação do *Tam-Tam* era a seguinte: “Onze Letras”. A princípio, nada se pôde depreender do comportamento da *Gazeta*

<sup>79</sup> Para a peça *Um roubo no Olimpo*, consultar: “Um roubo no Olimpo”, *Gazetinha*, 31/3 a 5/4/1882, pp. 1-2.

<sup>80</sup> A última edição disponível no ano de 1881 é a de nº 280, de 30 de novembro. Já no ano de 1882, a primeira edição disponível é a de nº 73, de 1º de abril de 1882.

<sup>81</sup> Também foram realizadas pesquisas nos sites do repositório digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo (<[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/jornais\\_revistas](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas)>), bem como da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais (<<http://www.bibliotecapublica.mg.gov.br/index.php/pt-br/biblioteca-publica-estadual-de-minas-gerais/hemeroteca-historica>>), uma vez que esses jornais, por vezes, eram encaminhados para as províncias. No entanto, nenhuma das instituições possui exemplares disponíveis da *Gazeta da Tarde* do período em análise.

<sup>82</sup> *Gazetinha*, 30/03/1882, p. 2.

<sup>83</sup> “Onze Letras”, *Tam-Tam*, 29/03/1882, p. 2.

*da Tarde* pelas referências que fez ao número de letras do nome de Manuel de Paiva. Então, realizou-se nova pesquisa no referido site, mas desta vez, a partir das palavras “onze letras”, no intuito de localizar outros periódicos que também pudessem ter discorrido sobre a publicação da *Gazeta da Tarde*, comentada pela *Gazetinha* e pelo *Tam-Tam*. Analisando os jornais que apareceram no resultado, verificou-se que muitos faziam referência à palavra “onze letras”, mas nenhum que se ligava à publicação da *Gazeta da Tarde*. No entanto, e surpreendentemente, a análise desses jornais demonstrou que “onze letras” era um termo muito utilizado no período, e de maneira bastante peculiar: curiosamente, o referido termo era empregado para se referir a pessoa encarregada de intermediar namorados e amantes (levando recados e acertando encontros), ou, ainda, para fazer menção a pessoas que viviam da exploração de prostitutas, bem como aos proprietários de prostíbulos. Era uma maneira dissimulada de dizer que determinada pessoa era alcoviteira, fazendo-se referência ao número de letras desta palavra, ou seja, um eufemismo. Uma publicação que bem define o uso que se fazia do termo é a do jornal *A Constituição* (PA), na qual se lê:

Escândalo inaudito – O sr. Sergio Damasceno pediu sua exoneração do lugar de porteiro do tesouro provincial [do Pará], para não expor-se às perseguições de um miserável, que, abusando da sua posição, pretendeu reduzir aquele honrado pai de família ao papel infame de *onze letras*, para levar uma carta à sua amazia, ao que dignamente recusou-se o sr. Sérgio.<sup>84</sup>

A partir daí, foi possível compreender outras publicações, como a do jornal *Carbonario*: “Pede-se providências ao Sr. Chefe de Polícia não só contra a biraia Margarida que está pondo a perder o filho, fazendo-o de onze letras, como também contra o tal Marcelino, caften que faz da casa uma hospedaria”<sup>85</sup>; ou a que aparece na *Gazeta de Notícias*: “Pede-se ao Sr. D. B. para ter a bondade de deixar o triste ofício de onze letras”<sup>86</sup>; bem como a do *Correio Paulistano*, na qual um tal Aquilino L. do Amaral, se refere a um desafeto nos seguintes termos: “em Santos, prestou-se ao vil papel de *onze letras* [...] que assegurava-lhe, proventos no futuro”<sup>87</sup>. Verificou-se ainda, que o referido termo aparece em jornais de diferentes províncias, bem como de Portugal, evidenciando seu uso nacional e para além das

<sup>84</sup> “Noticiário”, *A Constituição* (PA), 23/03/1881, p. 1.

<sup>85</sup> “Rua Luiz de Camões”, *Carbonário*, 9/11/1885, p. 3. Cf. também: “Rua do Bom Jardim”, *Carbonario*, 7/01/1884, p. 4.

<sup>86</sup> “D.C.”, *Gazeta de Notícias*, 2 e 3/03/1881, p. 3. Cf. também: “A D. Juanita”, *Gazeta de Notícias*, 29/01 e 2/02/1882, p. 3.

<sup>87</sup> “O despejo da ‘Tribuna Liberal’”, *Correio Paulistano* (SP), 18/04/1880, p. 2.

fronteiras do Império<sup>88</sup>, o que indica ser ele integrante de um vocabulário popular, de domínio público, a que todos compreendiam o significado.

Por má coincidência, o número de letras do nome de Manuel de Paiva calhava com o do epíteto que à boca miúda lhe atribuíam: alcoviteiro, diga-se, do Imperador. Um prato cheio para os críticos da monarquia. Em meio a toda aquela celeuma do roubo imperial, o jornal satírico *O Mequetrefe*, por exemplo, afirmava em uma de suas edições que Manuel de Paiva era amigo, confidente e companheiro do Imperador em suas “misteriosas corridas noturnas”<sup>89</sup>, e na opereta *Um roubo no Olimpo* que Arthur Azevedo escreveu parodiando o caso do roubo das joias da Coroa, o personagem Júpiter (correspondente ficcional do Imperador), chamava Mercúrio (alusão a Manuel de Paiva), de “alado mensageiro dos meus amores” e, apropriando-se do termo utilizado pela *Gazeta da Tarde*, a personagem Juno (menção à Imperatriz, D. Teresa Cristina), chamava Mercúrio de “meu onze letras, meu leva e traz”<sup>90</sup>. A partir de tais constatações, é-nos permitido afirmar que a *Gazeta da Tarde* também adotou um tom debochado, sarcástico, folhetinesco, fazendo insinuações que feriam diretamente a honra de D. Pedro. Quando disse ter descoberto que o nome de Manuel de Paiva tem onze letras, o jornal adotava um sentido dúbio, mas, aos olhos dos vários leitores que tiveram contato com tais publicações, era cristalina a intenção de afirmar que Paiva era o imperial alcoviteiro e que, portanto, o misterioso desfecho do caso do roubo das joias da Casa Imperial ocorreu devido a relações nada pudicas entre ele e o Imperador.

Se as edições com as notícias do roubo faltam na fonte *Gazeta da Tarde*, lá encontramos, pois, um longo romance-folhetim intitulado *A ponte do Catete*, o qual fora escrito por José do Patrocínio, então proprietário do jornal. Patrocínio seguiu o mesmo caminho de Arthur Azevedo, abrindo seu periódico para que, por meio da ficção, se continuasse os debates em torno do caso do roubo das joias da Coroa. A obra foi publicada no folhetim do jornal entre finais de março e 12 de outubro de 1882<sup>91</sup>. Tal como em *um roubo no*

<sup>88</sup> Para outras publicações referentes ao termo “onze letras”, conferir: na Corte – *Semana Illustrada*, 27/12/1863, p. 3 e; “Solteironas – especialidades”, *O Porvir*, 15/04/1882, p. 3. Nas províncias - “Estatística do Norte”, *Jornal da Tarde* (SP), 6/06/1879, p. 3; e o já referido na nota de nº 53: “O despejo da ‘Tribuna Liberal’”, *Correio Paulistano* (SP), 18/04/1880, p. 2; “Novidades”, *O Macauense* (RN), 3/08/1887, p. 3; “Onze Letras – Notícias dos primos e das primas”, *O Mineirinho* (CE), 9/04/1884, p. 4; “Publicações Gerais”, *O Paiz* (MA), 23/09/1880, p. 2; “Theatro”, *Diário de Belem* (PA), 3/05/1885, p. 2; *Gazeta de Notícias* (PA), 29/10/1881, p. 1; “Negócios de Valença”, *A Imprensa* (PI), 6 e 11/08/1870, pp. 3; “Comunicações”, *O Espirito-Santense* (ES), 30/07/1879, p. 4; “Epigrama”, *Diario de Pernambuco* (PE), 8/07/1879, p. 3. Em Portugal - “Hontem e hoje”, *Jornal da Noite* (PT), 14 e 15/05/1880, p. 3 e; “Carta à ex.ma D. Maria Amalia Vaz de Carvalho”, *Commercio de Portugal* (PT), 15/07/1879, p. 1.

<sup>89</sup> Cf. “Croquis à brocha (Pedro de Alcântara)”, *O Mequetrefe*, 11/04/1882, p. 6.

<sup>90</sup> “Um roubo no Olimpo”, *Gazetinha*, 31/03/1882, pp.1-2.

<sup>91</sup> Sobre a data de publicação do romance de José do Patrocínio, Sérgio Góes de Paula, em sua obra *Um monarca da fuzarca*, afirma que “*A ponte do Catete* apareceu na *Gazeta da Tarde* entre 30 de março a 12 de outubro de

*Olimpo*, o romance de José do Patrocínio também parodiava o caso do roubo das joias. Em *A ponte do Catete*, Leocádio de Bourbon (referência direta a um dos sobrenomes de D. Pedro<sup>92</sup>), é um Imperador que, com o auxílio de seu ajudante Manoel, se envolve com uma jovem recém-casada. Manoel é responsável por arrumar essa e outras garotas para Bourbon, levando recados, marcando e acompanhando-o aos encontros. As marcas do abolicionista de José do Patrocínio se fazem bastante presentes nesta obra através da personagem Mônica, escrava da jovem amante de Bourbon que, por ter descoberto o segredo de sua senhora e do nobre, acabara sendo vendida para servir no trabalho pesado de uma fazenda. Mônica se tornara vítima dos desvios morais de Leocádio de Bourbon e sua amante. Este romance, no entanto, ficou inacabado, tendo sido interrompido quando José do Patrocínio deixou a Corte rumo a algumas províncias do norte para tratar de temas relacionados à escravidão<sup>93</sup>. Porém, é possível perceber que Patrocínio, por meio da literatura, procurou ligar o Imperador ao autor do roubo das joias e, de certa maneira, fazendo coro com as publicações das demais folhas sob as quais temos discorrido até aqui.

Por fim leitor, faz-se necessário algumas considerações a respeito da atuação dessas fontes no caso do roubo das joias imperiais. Cremos que restara clara a diferença entre a forma como os jornais *Diario do Brazil* e *Jornal do Commercio* e as demais folhas se envolveram no referido evento. Percebemos, pois, que praticando um jornalismo mais voltado para o humor, a *Gazetinha*, *O Mequetrefe*, a *Revista Illustrada* e, provavelmente, a *Gazeta da Tarde*, atuara, já nos primeiros momentos da crise, de maneira política, tentando arrancar do

---

1882 [...]”. Ocorre que a primeira edição da *Gazeta da Tarde* disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional no ano de 1882 é a de 1º de abril, nº 73. Nesta edição o romance de Patrocínio já está no 4º fascículo, faltando, portanto, os fascículos 1, 2 e 3. O fato é que as publicações dos fascículos do folhetim ocorriam em um intervalo de um dia ou mais. Se a publicação do dia 1º de abril corresponde ao 4º fascículo, e supondo que os outros três foram publicados nos três dias anteriores, teríamos, para início da publicação do romance, no mínimo o dia 29 de março de 1882; e caso as publicações dos três primeiros fascículos não tenham ocorrido em três dias sequenciais, como 29, 30 e 31, teríamos uma data ainda mais recuada, ou seja, anterior ao dia 29. Para que a data informada por Góes de Paula esteja correta seria necessário que o jornal tivesse publicado nos dias 30 e 31 de março os outros três folhetins que faltam, o que é pouco provável, pois, a última publicação do folhetim disponível na Hemeroteca Digital é a do dia 12 de outubro de 1882, cujo fascículo é o de nº 93, sendo que nos números anteriores disponíveis não houve publicação de mais de um fascículo em uma mesma edição. Pela imprecisão das informações disponíveis, optou-se por não adotar uma data específica, mas aproximada. Cf. GOES DE PAULA, *Um monarca da fuzarca*, op. cit., p. 31, e; “A ponte do Catete: romance da atualidade”, *Gazeta da tarde*, 1º de abril a 12 de outubro de 1882, edições 73-234.

<sup>92</sup> O nome completo do Imperador Pedro II era Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Rafael Gonzaga de Bragança e Bourbon. Cf.: MOSSÉ, Benjamin. *Vida de Dom Pedro II*. Coleção Grandes Homens. São Paulo: Edições Cultura Brasileira S/A, s/d, p. 28.

<sup>93</sup> No dia 10 de outubro de 1882 a *Gazeta da Tarde* faz duas publicações em seu editorial que tratavam sobre a viagem de Patrocínio. A primeira era uma carta do próprio Patrocínio informando sobre a viagem e que a folha ficaria sob os cuidados de Tristão de Alencar Araripe Júnior. Na segunda, a *Gazeta da Tarde* informava que havia embarcado no vapor Ceará, rumo às províncias do norte o redator-chefe e proprietário daquela folha, José do Patrocínio. O romance *A ponte do Catete*, ainda seria publicado até o dia 12 de outubro de 1882. Cf. *Gazeta da Tarde*, 10/10/1882, p. 1.

episódio alguma nota que pudesse constranger a Casa Imperial. Isso, então, passa a ocorrer efetivamente quando se soube da forma como as joias haviam sido encontradas e da consequente soltura dos envolvidos. A partir de então, por meio de textos e charges, a imagem da Coroa passou a ser vinculada a um possível ato de corrupção, uma vez que se conjecturava que o desfecho, da forma como ocorreu, teria se dado para esconder algum segredo misterioso dos bastidores do Paço Imperial. Vítima preferencial desses impressos, há muito, D. Pedro fora responsabilizado pelas possíveis ordens que deram tão misterioso fim ao crime. O monarca foi convertido então em personagem central na crítica daqueles jornalistas. Como vimos, fora a *Revista Illustrada* que se limitou a correlacionar a Coroa e o monarca ao desfecho do crime, as demais folhas passaram então a sugerir uma possível relação entre D. Pedro e Manuel de Paiva, o que justificaria a libertação deste mesmo após as joias roubadas terem sido encontradas no quintal de sua casa. O episódio servira perfeitamente para dar lugar às críticas que há muito se fazia contra a monarquia e o monarca. Agindo por meio de textos, charges e, até mesmo, pela ficção, caso da *Gazetinha* e da *Gazeta da Tarde*, aos poucos essas folhas foram dando um sentido político ao evento, no qual o Imperador figurava como um homem imoral e corrupto, uma vez que, segundo aqueles impressos, não deixara que a lei seguisse seus trâmites normais. Resta-nos, pois, ainda neste capítulo, analisar como o jornal de Ferreira de Araújo, a *Gazeta de Notícias*, se envolveu no caso. Podemos adiantar que nas páginas da folha não vamos encontrar uma atuação que se assemelhe apenas a um ou outro impresso que analisamos até aqui, mas a todos ao mesmo tempo e em diferentes momentos do evento.

### **1.5 A *Gazeta de Notícias***

Assim como os periódicos até aqui mencionados, a *Gazeta de Ferreira de Araújo* autuou largamente em torno do escândalo havido na Corte. Na esteira dos acontecimentos decorrentes do roubo das joias da Coroa encontramos, pois, duas ações distintas da redação da *Gazeta de Notícias* acerca das publicações que veiculou sobre o caso. O primeiro deles compreende as publicações feitas pelo jornal entre os dias 19 e 27 de março de 1882, quando este se ocupou estritamente de noticiar o crime e reportar os desdobramentos das diligências policiais, período no qual não encontramos críticas às autoridades ou à Coroa. Já a partir da publicação de 28 de março de 1882, quando se soube do método empregado pelo Chefe de Polícia da Corte para a localização das joias e a consequente soltura dos envolvidos, o tom das



publicações mudou completamente, indo do modo contido e noticioso ao irônico, debochado e crítico. Vejamos, pois, como isso se deu.

A primeira publicação do jornal ocorreu ainda no dia 19 de março de 1882. A nota, veiculada na primeira coluna da primeira página, portanto, no editorial da folha, ocupara-se apenas de noticiar o ocorrido. Nela, o leitor encontrou o seguinte texto:

No dia 14 do corrente Sua Majestade a Imperatriz, depois de terminado o cortejo no Paço da Cidade, tirou as joias com que assistira a ele e mandou-as por um criado ao Paço de S. Cristóvão, dentro de uma pequena caixa [...]. Suas Majestades, como é sabido, seguiram para Petrópolis. O criado, não tendo a chave do cofre destinado às joias, colocou a caixa em um armário que se acha numa das salas dos aposentos de Sua Majestade o Imperador. Ontem pela manhã deu pelo arrombamento da porta da sala e verificou que o armário havia sido arrombado com uma pua e subtraída a caixa em que se achavam as joias.<sup>94</sup>

Na edição seguinte, a folha de Ferreira de Araújo traria outra nota, iniciada da seguinte forma: “continuaram ontem as indagações da polícia relativas ao roubo das joias da família imperial”. Então, o jornal descreveria os primeiros pontos levantados pelas autoridades policiais e ponderava que havia fortes indícios “para se acreditar que pessoa não estranha ao paço deve ter sido o autor do roubo”<sup>95</sup>. O mesmo tom noticioso, o leitor encontraria ainda na edição de 21 de março de 1882, quando, relatando os esforços da polícia no sentido de desvendar o crime, a *Gazeta* informava, sem citar nomes, o surgimento dos primeiros suspeitos<sup>96</sup>. Por fim, em 22 de março de 1882, o jornal traria a público o nome dos principais suspeitos de terem praticado o roubo no Paço Imperial, os quais já conhecemos: José Virgílio de Tavares, Francisco de Paula Lobo e Manuel de Paiva.

Após a prisão dos suspeitos, o trabalho da polícia continuou a pleno vapor. Nos dias seguintes, no entanto, pouco se saberia de concreto a respeito do destino dos objetos roubados. Ainda no dia 24 de março de 1882, a *Gazeta de Notícias* informara que buscas haviam sido feitas na casa que Manuel de Paiva estava construindo na Quinta Imperial, em terreno que lhe fora dado pelo Imperador<sup>97</sup>. Percebemos aqui que, intencionalmente ou não, a *Gazeta* acabara por destacar a proximidade que havia entre um dos autores do roubo e o monarca. Porém, pelo que fora levantado pela polícia até ali, não era possível fazer maiores suposições. É perceptível, de certa forma, que o assunto do crime imperial até começou a

<sup>94</sup> “Roubo no Paço de S. Cristóvão”, *Gazeta de Notícias*, 19/03/1882, p. 1.

<sup>95</sup> *Gazeta de Notícias*, 20/3/1882, p. 1.

<sup>96</sup> Cf. “Roubo no Paço de S. Cristóvão”, *Gazeta de Notícias*, 21/3/1882, p. 1.

<sup>97</sup> Cf. “Roubo no Paço de S. Cristóvão”, *Gazeta de Notícias*, 24/3/1882, p. 1.

perder força nas páginas da *Gazeta de Ferreira de Araújo*, uma vez que entre os dias 25 e 26 de março de 1882, nenhuma notícia fora veiculada a respeito do caso. No dia 27, o jornal retomaria o assunto por meio de uma nova e intrigante informação, qual seja:

À última hora fomos informados de que um dos indivíduos que se acha na casa de detenção escrevera ao Sr. desembargador Chefe de Polícia, pedindo-lhe uma conferência em particular. Dizem-nos, que já tarde, foram encontradas algumas das joias roubadas, dentro de uma pequena lata, que estava enterrada em local próximo à quinta imperial. À hora em que recebemos estas informações não nos permitiu averiguar até que ponto elas são verdadeiras. Publicamo-las, pois, com toda a reserva<sup>98</sup>.

Como comentado, até o momento desta publicação, a *Gazeta de Notícias* não tecera qualquer juízo a respeito do roubo. Tudo mudaria, no entanto, ao descobrir-se que o suspeito que encaminhara a carta ao Chefe de Polícia era Manuel de Paiva, que a casa onde as joias foram encontradas pertenciam ao mesmo suspeito, e que, após a recuperação dos objetos roubados, este e os demais envolvidos foram colocados em liberdade. A partir de então, a forma como a *Gazeta* vinha se posicionando diante do caso tomara outros rumos.

A *Gazeta de Notícias* então passou a articular suas publicações no sentido de ligar o Imperador ao desfecho do caso. Porém, em nenhum momento o nome do monarca apareceu em suas publicações editoriais ou nas colunas de notícias da primeira página, ainda que tendo sido este o espaço no qual o jornal mais se ocupou do crime da Casa Imperial. Ali as críticas surgiram de forma implícita, em afirmações subentendidas. A primeira ação praticada pelo jornal naquela edição de 28 de março de 1882 foi recontar a diligência policial que recuperou as joias. O periódico narrara então que, “para atingir a esse resultado, foi preciso que um elemento estranho, até agora conservado em impenetrável mistério, se apresentasse a secundar os esforços e os talentos de nossa polícia”. No editorial da folha lia-se que o Chefe de Polícia e seu companheiro, após se disfarçarem com barbas postiças e roupas que não eram de seu uso “atiraram-se então a um trabalho extraordinário e fatigante, eles próprios, empunhando instrumentos pesados” e começaram a fazer escavações em local pantanoso e que pouco depois receberam o prêmio pelo “justo” trabalho. Segundo a *Gazeta*, “Colombo gritara um dia: Terra! Aristóteles (sic) Eureka! O Sr. Chefe de Polícia limitou-se modestamente a afirmar – Cá estão”<sup>99</sup>. O jornal dizia que o autor da carta anônima havia se saído melhor do que o próprio Chefe de Polícia, merecendo os créditos pela recuperação das joias.

<sup>98</sup> “Roubo no Paço”, *Gazeta de Notícias*, 27/03/1882, p. 2.

<sup>99</sup> “Roubo no Paço de S. Cristóvão”, *Gazeta de Notícias*, 28/03/1882, p. 1.

Como se percebe, no dia imediato à localização das joias, a *Gazeta de Notícias* deixa de apenas informar o público e passa a fazer juízo a respeito das ações das autoridades. Porém, assim como a *Gazeta da Tarde*, a *Gazetinha*, *O Mequetrefe* e a *Revista Illustrada*, as novas publicações da *Gazeta* vieram permeadas pelo escárnio. Apesar da indignação, tudo fica muito engraçado, demonstrando que o jornal não abria mão da nota cômica, uma vez que, desde sua fundação, prometia ser um jornal leve e jovem<sup>100</sup>. E as referências ao esquisito desfecho do crime não ficariam apenas no Chefe de Polícia, que desde já o jornal ridicularizava. Tratando do que chamou de a “parte mais misteriosa do mistério”, ainda na edição de 28 de março, a *Gazeta* dizia que, diante das circunstâncias, só lhe restava informar a seus leitores que “as particularidades que parecem prender-se ao verdadeiro criminoso e lhe dão a segurança de que a justiça para ele, mais que para ninguém, terá sempre os olhos vendados”. Ainda, o jornal insinuava que o Chefe de Polícia havia sido “conduzido” em suas ações. “Agora resta sabermos do Sr. Chefe de Polícia: as joias foram roubadas e foram encontradas. Foi só até aí que S. Ex. teve ordem de proceder? Deve não procurar encontrar os autores do roubo?”<sup>101</sup>. A partir dessas considerações, entende-se que, de forma sutil, o jornal insinuava que a polícia havia agido conforme ordens da Casa Imperial, quiçá do Imperador.

No número seguinte, as publicações da *Gazeta* começaram a se revestir de particularidades intrigantes e que aumentavam a curiosidade do público. Em 29 de março de 1882, o jornal publicou em seu editorial uma carta anônima que dizia ter recebido em sua redação. Na missiva, o remetente oculto prometia, em breve, desvendar os mistérios em torno do roubo das joias da Coroa, explicando “o motivo por que o Sr. Chefe de Polícia pôs barbas brancas e o Sr. [Tenente] Lyrio serviu de cocheiro, e, sobretudo, porque S. Ex. procurou o Senador [Manuel Pinto de Souza] Dantas”<sup>102</sup>, para informar sobre o sucesso de sua diligência<sup>103</sup>. Na edição seguinte, o jornal publicou nova carta, na qual, ainda sobre o roubo das joias da Coroa, o misterioso remetente afirmava que trataria de tema que faria “suar os mais altos topetes”<sup>104</sup>, insinuando que nomes de pessoas poderosas poderiam vir a público. Será que, por fim, a história do roubo do Palácio de São Cristóvão seria revelada? É provável

<sup>100</sup> Sobre o programa da *Gazeta de Notícias*, veiculado em seu primeiro número, conferir: *Gazeta de Notícias*, 2/8/1875, p. 1.

<sup>101</sup> “Roubo no paço de S. Christovão”, *Gazeta de Notícias*, 28/03/1882, p. 1.

<sup>102</sup> “Roubo no Paço”, *Gazeta de Notícias*, 29/03/1882, p. 1.

<sup>103</sup> Na edição do dia 28 de março, a *Gazeta de Notícias* informou que, localizadas as joias, o Chefe de Polícia “dirigiu-se à casa do Sr. Ministro da Justiça, onde deu parte da felicíssima diligência que realizara, e daí, muito naturalmente, à casa do Sr. Senador Dantas, a fim de patentear-lhe o justo orgulho que sentia de ter chegado a tão brilhante resultado”. Conferir: “Roubo no Paço de S. Cristóvão”, *Gazeta de Notícias*, 28/03/1882, p. 1.

<sup>104</sup> *Gazeta de Notícias*, 30/03/1882, p. 1.

que muitos leitores, com este questionamento em mente, retomaram o número seguinte da folha, ansiosos por saber o que poderia sobrevir de tais afirmações anônimas.

O fato é que, olhando para as publicações de outras folhas da Corte, em nenhuma delas apareceram as tais cartas anônimas<sup>105</sup>, o que nos faz questionar o porquê de elas terem sido enviadas exclusivamente à *Gazeta de Notícias*. É provável que a própria redação do jornal tenha publicado tais missivas por meio de algum de seus colaboradores com a finalidade de aguçar a curiosidade do público, que buscava respostas para os últimos acontecimentos, atraindo-o para suas páginas. É, pois, uma publicação do jornal *O Binoculo* que reforça a nossa hipótese, revelando a possível origem das cartas anônimas que circulavam na *Gazeta de Notícias*, prometendo revelar os meandros do roubo das joias da Coroa, qual seja:

Neste negócio [do roubo do palácio do Imperador] tudo é engraçado. [Inclusive] o misterioso anônimo que anda a escrever epistolas picaresca à *Gazeta [de Notícias]*. Sobre este benemérito personagem da comédia imperial é que devem cair as vistas interesseiras da imprensa brasileira. Que magnífico repórter se oculta obstinadamente no silêncio pérfido do anônimo! Como ele está bem informado! Como ele sabia o esconderijo dos famosos diamantes! [...] Ó tu, quem quer que seja, digno êmulo dos formidáveis humoristas de todos os tempos, grande pândego oculto que desvenda d'uma maneira tão eminentemente cômica, entre epigramas e sátiras, os recônditos mistérios desta grande vergonha; ó hilariante colaborador incógnito desta enorme farsada teatral [...] eu te saúdo!<sup>106</sup>

Não bastassem as misteriosas cartas anônimas, no dia 30 de março de 1882, o leitor da *Gazeta de Notícias* encontraria outra novidade, mas desta vez no rodapé do jornal, criando ainda mais expectativas no público. De forma provocativa, surgia uma publicação intitulada *As joias da Coroa*, cujo conteúdo fazia referência ao caso do roubo das joias imperiais sem, no entanto, trazer assinatura. Afinal de contas, o que seria aquilo? Mais cartas anônimas, jornalismo ou um novo romance? A leitura do texto revelava o diálogo entre dois indivíduos que planejavam roubar uma fortuna em joias de certo palácio. Um deles era funcionário do tal palácio e o outro teria sua identidade revelada em breve, prometia o texto<sup>107</sup>. Logo os leitores da *Gazeta* perceberiam que se tratava mesmo de um novo romance, não menos anônimo que

<sup>105</sup> Para outros jornais que também acompanharam o caso do roubo das joias imperiais, e nos quais não houve qualquer referência a publicações de cartas anônimas como as da *Gazeta de Notícias: Jornal do Commercio*, edições nº 77 a 109, de 18/03 a 20/04/1882; *Revista Illustrada*, edições nº 291 a 298, de 19/03 a 6/05/1882; *Gazeta da Tarde*, edições nº 73 a 88, de 1º a 20/04/1882; *Gazetinha*, edições nº 64 a 88, de 19/03 a 20/04/1882; *Diario do Brazil*, edições nº 63 a 88, de 19/03 a 20/04/1882 e; *O Mequetrefe*, edições nº 269 a 273, de 21/03 a 8/05/1882.

<sup>106</sup> “As joias da Coroa”, *O Binoculo*, 1/04/1882, p. 6.

<sup>107</sup> “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 30/03/1882, p. 1.

as intrigantes cartas que haviam sido publicadas previamente, pois não trazia a assinatura do autor.

Em *As joias da Coroa*, o Imperador é representado pelo corrupto e inescrupuloso Duque de Bragantina, o nome mais proeminente da Quinta de Santo Cristo. O Duque costumava se envolver com todo tipo de mulheres e, para isso, contava com o auxílio de seu alcoviteiro, Manuel de Pavia. Sabedor de todos os segredos espúrios do fidalgo, Pavia então roubou várias joias do Palácio de Santo Cristo. Apesar de ter sido preso pelo crime, o malfeitor acabou solto por ordem do Duque, o qual temia ter todos os seus segredos revelados ao público. O romance circularia nas páginas da *Gazeta de Notícias* entre os dias 30 de março e 1º de maio de 1882, aumentando consideravelmente o constrangimento e as desconfianças em torno da figura de D. Pedro II.

O que podemos perceber é que a *Gazeta de Notícias* se diferenciara em seus métodos em relação aos outros impressos, quando o assunto era tecer críticas à monarquia ou ao Imperador. Temos tais críticas fora de questão, por exemplo, nas páginas do *Jornal do Commercio* e do *Diario do Brazil*, pelo menos neste evento. N' *O Mequetrefe* e da *Revista Illustrada*, por outro lado, já encontramos algum juízo negativo em relação ao monarca ou à Coroa, tanto por meios de textos quanto por meio de desenhos ou crônicas ilustradas. No caso da *Gazetinha* e da *Gazeta da Tarde*, então, notamos os mesmo procedimentos, porém, com uma pequena diferença, qual seja: além de aparecer no noticiário por meio de notas cômicas, os ataques à imagem de D. Pedro também vieram por meio da ficção em *Um roubo no Olimpo* e em *A ponte do Catete*. Por outro lado, notamos que a *Gazeta de Notícias* reservara diferentes espaços para diferentes abordagens acerca do caso. Nas páginas superiores, apesar de debochar abertamente do Chefe de Polícia da Corte, não vamos encontrar qualquer acusação e crítica direta ou pilhéria em relação ao Imperador. Porém, em seu folhetim, e por meio d' *As joias da Coroa*, a *Gazeta* atacou a imagem de D. Pedro pelos meios mais sórdidos possíveis, atribuindo-lhe, através da personagem Duque de Bragantina, a pecha de corrupto e imoral. O que temos então é um tom ameno nas colunas superiores do jornal e a radicalização total no folhetim. Diante dessas constatações, indagamo-nos: o que justificaria essa atuação da *Gazeta*? Por que reservar ao folhetim a missão de detratar o monarca, uma vez que o jornal não o fizera nas colunas do noticiário?

Entende-se aqui que não é possível responder a tais questionamentos apenas analisando as edições da *Gazeta de Notícias* no contexto imediato do roubo das joias da Coroa. Portanto, a persecução deste novo objetivo será realizada ao longo dos capítulos que se seguem. Assim, a proposta para o capítulo 2 é fazer uma análise das edições da *Gazeta* entre

os anos de 1879 e 1882 para verificar como o jornal vinha se relacionando com a monarquia no período anterior ao crime, no intuito de captar uma lógica de publicação que nos ajude a melhor entender por que o folhetim e a literatura tomam papel tão importante na missão de criticar o Imperador. Por fim, no capítulo três será feita a análise do romance *As joias da Coroa* em conjunto com os precedentes levantados nas edições anteriores, de modo a melhor entender a função que a obra ocupa no conjunto de publicações que o jornal fez em relação ao crime do Paço Imperial.



## **CAPÍTULO 2 – Entre o editorial e o rodapé: a monarquia brasileira nos escritos da *Gazeta de Notícias* (1879-1882)**

No capítulo 1 desta dissertação, observamos o fato de que a família imperial foi vítima de um roubo perpetrado na residência oficial do Imperador, o palácio de São Cristóvão, na noite de 17 para 18 de março de 1882, o qual resultou na subtração de várias joias da Coroa brasileira. Observamos também que, além de ter virado tema dos debates parlamentares, evidenciando a gravidade do ocorrido, a questão foi amplamente publicizada e comentada pelos diferentes jornais que compunham a imprensa da Corte, estendendo-se, por consequência, à imprensa das províncias e até mesmo do exterior. A *Gazeta de Notícias*, então um dos jornais mais populares do país, como também vimos, acompanhou o caso de perto, noticiando as diligências policiais e o estranho desfecho do caso que resultou na soltura dos envolvidos após a localização das joias. Porém, o que nos chama a atenção em relação a este periódico é sua deliberada decisão de publicar um romance satirizando o caso apenas doze dias após as primeiras notícias terem estampado as páginas dos jornais da Corte, aproveitando-se especificamente deste espaço para criticar o Imperador e seu regime.

O romance-folhetim *As joias da Coroa* foi publicado na *Gazeta* em vinte e cinco edições, entre os dias 30 de março e 1º de maio de 1882, para deleite do público que via o assunto do roubo das joias prolongado na imprensa, aumentando o desconforto da Casa Imperial e das autoridades. É importante notar que a redação da *Gazeta* decidiu não revelar a autoria da obra. Durante todo o tempo que o romance circulou no rodapé do jornal, ela permaneceu oculta, e apenas posteriormente seria atribuída a Raul Pompéia<sup>1</sup>, escritor que no início de 1882 havia se tornado colaborador do jornal de Ferreira de Araújo. Assim, diante do alvoroço causado na Corte pelo caso do roubo das joias da Coroa, o jovem folhetinista resolveu mostrar a que veio e então chegava às páginas de um dos maiores jornais do país publicando um romance tão escandaloso quanto o próprio crime ocorrido no palácio do Imperador do Brasil.

Em *As joias da Coroa*, Raul Pompeia recontava ficcionalmente o caso mal concluído do crime do Palácio de São Cristóvão. A semelhança entre os fatos publicados no noticiário do jornal e aqueles desencadeados na trama do jovem folhetinista eram quase explícitas. Assim, tinha-se no rodapé do jornal uma história que girava em torno do roubo de joias ocorrido no palácio de Santo Cristo (uma maneira dissimulada de se referir ao palácio de São

---

<sup>1</sup> Sobre esta informação, conferir: PONTES, Eloy. *A vida inquieta de Raul Pompeia*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria José Olympio Editora, 1935, p. 88; e BROCA. Brito. *Raul Pompeia*. Edições Melhoramentos, 1956, p. 20.



Cristóvão), arquitetado e executado por Manuel de Pavia<sup>2</sup> com o auxílio de um empregado do palácio, tendo como vítima um tal Duque de Bragança (em clara referência ao Imperador), sua esposa, a Duquesa de Bragança (alusão à Imperatriz Teresa Cristina), e a Marquesa d’Etu (menção a D. Isabel). Pavia era um laçao encarregado de intermediar encontros extraconjugais entre o Duque e todo tipo de mulheres, inclusive meninas púberes oriundas de famílias pobres dos arrabaldes da Quinta de Santo Cristo. O Duque se aproveitava da condição de vulnerabilidade dessas famílias e, por intermédio de Manuel de Pavia, prometia-lhes dinheiro e proteção em troca de ceder suas filhas às suas satisfações libidinosas. No romance de Pompeia, uma dessas missões de Pavia ganha destaque, já que no enredo o vil funcionário pagou aos avós de uma garota, Conceição, que contava cerca de quatorze anos, para que esta fosse entregue ao Duque. Devido ao ofício que desempenhava, além de ter conhecimento dos mais íntimos segredos do Duque, Pavia conhecia muito bem o palácio do fidalgo, em consequência das diversas conferências que tivera ali para atender aos desejos espúrios de seu amo. Aproveitando-se dessa condição, Pavia roubou várias joias do palácio de Santo Cristo, as quais haviam sido usadas pela Duquesa em um evento na cidade e que estavam guardadas em um armário situado em um dos aposentos do Duque. Apesar de o Chefe de Polícia, Sr. Louro Trigueiro<sup>3</sup>, ter se prontificado a encontrar os culpados, é o Duque quem assume as investigações, interroga e manda prender Pavia e mais dois empregados do palácio como sendo os principais suspeitos do crime. Com o passar dos dias na prisão, Manuel de Pavia resolve confessar-se culpado e, à semelhança dos episódios descritos no noticiário da *Gazeta de Notícias*, é retirado da cadeia pelo Chefe de Polícia para apontar o local onde havia enterrado as joias no quintal de sua casa. Localizadas as joias, Manuel de Pavia é colocado em liberdade a mando do Duque, uma vez que o fidalgo tinha medo de que o laçao tornasse públicos alguns segredos que eram incompatíveis com a imagem social que o fidalgo ocupava na memória do seu povo<sup>4</sup>. Seguindo o rastro e os vestígios deixados pelas notícias do roubo, o romance embaralhava propositalmente as fronteiras entre jornalismo e ficção, dando desfechos e explicações ficcionais para o caso que se tornara foco de disputas políticas acerca da monarquia.

Mas *As joias da Coroa* não era somente provocativo por insinuar a existência de possíveis relações entre o Imperador e o mentor do crime que vitimou a Casa Imperial. O

<sup>2</sup> Pompeia apenas inverteu as letras “i” e “v” do sobrenome do principal suspeito do roubo, Manuel de Paiva, transformando-o em Manuel de Pavia.

<sup>3</sup> Referência também quase explícita ao então Chefe de Polícia da Corte: Trigo de Loureiro.

<sup>4</sup> Sobre o descrito neste parágrafo, conferir: “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, dias 30 e 31/3, 5, 6, 8, 17, 18, 19, 20/4 e 1/5/1882.

romance ia além. Utilizando a *Gazeta* como suporte e fonte, Raul Pompeia fazia do escandaloso roubo das joias da Coroa tema e da literatura meio para desenhar um programa político no qual a monarquia figurava como modelo de atraso. Pompeia fazia isso tecendo críticas contundentes, principalmente, ao Imperador D. Pedro II, construindo uma imagem negativa do monarca através do personagem Duque de Bragantina. O semelhante ficcional do Imperador era um homem poderoso e rico, dono de tudo que estava a sua volta, ninguém poderia pretender-se mais inteligente e esclarecido que ele, conseqüentemente, era o modelo, o parâmetro para todas as coisas, por isso todos se desdobravam em cortesão para agradar-lhe as vaidades pessoais. Dessa forma, o Duque reinava absoluto sobre as pessoas. A justiça era feita à sua vontade, o mundo se transformava em torno dele “somente pelo poder de seu nome”<sup>5</sup>. Foi por estes motivos que o Chefe de Polícia, Louro Trigueiro, não se atreveu a tomar qualquer medida sobre o roubo das joias sem antes se acertar com o Duque, uma vez que não queria desagradá-lo, evidenciando, desta forma, que a vontade do fidalgo estava, inclusive, acima da lei. Era justamente por sua posição que o Duque de Bragantina podia corromper pessoas, instituições, violar garotas, submeter as autoridades à sua vontade sem, no entanto, ser alcançado pela lei. Na visão do romance, era por sua posição que o Duque podia cometer todo tipo de crime contra seu próprio povo<sup>6</sup>.

Diferentemente do que veiculara nas páginas de notícias, nas quais o periódico concentrara apenas informações e artigos moderados sobre o caso, foi em seu folhetim que a *Gazeta de Notícias* abriu espaço para as mais duras críticas aos desdobramentos do roubo das joias e à monarquia. Desta forma, entende-se que o jornal decidira continuar os debates iniciados em suas colunas de notícias dando espaço para que a literatura criasse seu próprio final acerca do que explicaria o misterioso desfecho que as autoridades deram ao caso. Tais constatações, então, nos levam ao seguinte questionamento: por que o jornal de Ferreira de Araújo decidiu receber em seu folhetim aquelas representações do Imperador uma vez que se poupava de fazer críticas mais contundentes ao monarca em outras colunas? A partir de tal questionamento leitor, chegamos então aos problemas que orientam o presente capítulo: a) entender que jornal é este que, em meio a um dos maiores escândalos envolvendo a família imperial brasileira, tomou a decisão de publicar em seu rodapé um romance que tecia duras críticas à monarquia e, especialmente, ao Imperador Pedro II; b) por que fazer isso através da literatura de folhetim?

<sup>5</sup> Cf. “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 25/04/1882, p.1.

<sup>6</sup> Sobre o Duque de Bragantina, conferir: “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 8, 9, 17, 19, 21, 24 e 25/4/1882.

Para resolver os presentes problemas, julgou-se necessário “recuar no tempo” e tentar esclarecer como a *Gazeta de Notícias* vinha se relacionando com a monarquia antes do famigerado roubo das joias da Coroa. Então, para atingir tal objetivo, no presente capítulo serão analisadas as edições do jornal veiculadas entre janeiro de 1879 e maio de 1882, para tentar entender a dinâmica adotada pela *Gazeta* quando o assunto era a monarquia. Dito de outra forma, pretende-se verificar quais temas, em quais colunas, por meio de quais colaboradores e de que forma apareciam possíveis publicações referentes à monarquia nas páginas do jornal de Ferreira de Araújo. Fazendo isso, vamos poder verificar se eram recorrentes as publicações que tinham como tema a monarquia, se ganhavam destaque em alguma seção específica do jornal e, se sim, quem eram os responsáveis por estes textos. A leitura das edições da *Gazeta de Notícias* realizadas no referido período, 1879-1882, tiveram como maior enfoque três colunas, quais sejam: “Assuntos do Dia”, escrita por Ferreira de Araújo<sup>7</sup>; “Semana Parlamentar / Política”<sup>8</sup>, assinada por José do Patrocínio; e “A Semana”, que ficava a cargo de Ferreira de Menezes. Para a presente pesquisa, foram analisados 166 artigos dos “Assuntos do Dia” entre 3 de janeiro de 1879 e 1º de maio de 1882; 115 crônicas da “Semana Parlamentar / Política”, veiculadas entre 6 de janeiro de 1879 e 15 de agosto de 1881; e 31 crônicas de “A Semana”, publicadas entre 5 de janeiro e 9 de outubro de 1879<sup>9</sup>, perfazendo um total de 312 publicações no período em análise<sup>10</sup>. A ideia foi concentrar a pesquisa nos principais redatores da *Gazeta* naquele período, com as colunas de maior prestígio e destaque, tentando identificar as relações do jornal com o regime monárquico e a forma como, ao longo dos anos, foram sendo construídos determinados sentidos políticos para esta instituição. Para compreender a abertura dada pelo periódico a um folhetim como o de Pompeia, tentou-se analisar a forma como a *Gazeta*, em diferentes espaços, comentou a atuação da monarquia nos anos imediatamente anteriores ao roubo.

<sup>7</sup> A primeira publicação dos “Assuntos do Dia” apareceu ainda em 1875, a 20 de setembro, na edição de nº 59 da folha. Cf. “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 20/9/1875, p. 1.

<sup>8</sup> Quando a coluna assinada por José do Patrocínio surgiu na *Gazeta de Notícias*, em 25 de fevereiro de 1877, ela trazia o título de “Semana Parlamentar”, o qual seria mantido até 5 de maio de 1879. A partir de 12 de maio deste mesmo ano, a coluna passaria a ostentar o título de “Semana Política” e com este permaneceria até sua última publicação na *Gazeta*, em 15 de agosto de 1881.

<sup>9</sup> A análise das publicações de “A Semana” nesta dissertação compreende apenas o ano de 1879, uma vez que a mesma, que ocupava o espaço do “Folhetim da *Gazeta de Notícias*” desde 28 de abril de 1878, teve sua última publicação veiculada em 9 de novembro de 1879. Sobre o surgimento de “A Semana” na *Gazeta de Notícias*, conferir: “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 28/4/1878, p. 1. Para a última publicação da “Semana” de Menezes, conferir: “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 9/11/1879, p. 1.

<sup>10</sup> As edições dos “Assuntos do Dia”, da “Semana Parlamentar / Política” e de “A Semana” analisadas no presente trabalho não correspondem exatamente ao número total de artigos e crônicas que foram publicadas no jornal, uma vez que algumas edições da *Gazeta de Notícias* estão indisponíveis no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e estas poderiam conter alguns dos textos veiculados nas referidas colunas.

No caso dos “Assuntos do Dia”, são dois os motivos que justificam sua escolha. Primeiro, a coluna era publicada como uma espécie de editorial do jornal, saindo na primeira página da *Gazeta de Notícias*. O segundo motivo diz respeito ao fato de os “Assuntos” serem escritos pelo proprietário e, ao mesmo tempo, diretor de redação do jornal, Ferreira de Araújo. De acordo com o historiador Rodrigo Cardoso Soares de Araújo, “ser proprietário de um periódico ao mesmo tempo em que ocupava o espaço de diretor da redação fazia com que estes indivíduos estabelecessem uma relação distinta com a imprensa”, uma vez que “proprietários jornalistas terão o conteúdo de seus jornais mais diretamente ligados a seus interesses econômicos e políticos”<sup>11</sup>. Tendo em vista este detalhe em relação aos “Assuntos do Dia”, entende-se ser fundamental a leitura da referida coluna quando se tem por propósito entender a forma como a folha se posicionava em relação à monarquia.

Assim como os “Assuntos do Dia”, as colunas “Semana Parlamentar / Política” e “A Semana” eram publicadas na importante primeira página da *Gazeta de Notícias*, porém em outro espaço: o folhetim. Situado no rodapé da primeira página, o folhetim compunha uma parte especialíssima que estava diretamente ligada à prosperidade dos jornais do período. Além da literatura, contos, poemas e, principalmente os romances publicados em fascículos, os quais se tornaram a receita de sucessos dos jornais do século XIX, os folhetins publicavam uma variedade de diversões escritas como piadas, charadas, receitas de cozinha, dicas de beleza, bem como críticas teatrais e literárias<sup>12</sup>, além de crônicas que muitas vezes se relacionavam com os assuntos veiculados no editorial das folhas. A respeito dessa relação entre editorial e rodapé, Daniela Magalhães da Silveira afirma que o folhetim tinha por propósito levar amenidades ao leitor, utilizando métodos narrativos diferentes daqueles empregados nas demais colunas. Para a autora, talvez o principal objetivo daquele espaço “fosse traduzir em linguagem mais acessível as principais notícias dos jornais”<sup>13</sup>. Apesar de o folhetim do jornal de Ferreira de Araújo comportar diversos tipos de textos, era nas crônicas da “Semana Parlamentar / Política” e de “A Semana” que mais encontramos aqueles assuntos relacionados à política.

Ainda, cabe aqui destacar o aspecto autoral dessas colunas. Enquanto os “Assuntos do Dia” não traziam assinatura, as colunas de José do Patrocínio e Ferreira de Menezes identificavam seus redatores. Patrocínio assinava a “Semana Parlamentar / Política” sob o

<sup>11</sup> ARAUJO, Rodrigo C. S. de. *Caminhos na produção da notícia: a imprensa diária no Rio de Janeiro (1875-1891)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2015, p. 79.

<sup>12</sup> Cf. MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 57-59.

<sup>13</sup> SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010, pp. 78-79.

pseudônimo de Proudhomme<sup>14</sup> e Ferreira de Menezes com as iniciais F. de M. Diante do exposto, faz-se mister analisar esses escritos ao longo do referido período de forma que se possa melhor compreender o romance que Raul Pompeia publicou na *Gazeta de Notícias* a partir de 30 de março de 1882, ainda na onda das agitações que tomaram conta da Corte em decorrência do crime da Casa Imperial. Cotejando as opiniões construídas por esses três colaboradores acerca da monarquia, o capítulo busca compreender a relação que o jornal foi construindo, ao longo dos anos, com o regime monárquico.

## **2.1 Surge a *Gazeta de Notícias*: um modelo a ser seguido no processo de modernização pelo qual passara a imprensa brasileira**

No último quartel do século XIX, a imprensa do Rio de Janeiro passou por um processo de modernização que revolucionaria a maneira de se fazer jornalismo no país. Este período foi marcado pela adoção de novas técnicas comerciais e de produção, aumento do número de exemplares impressos, implementação de novas estratégias de distribuição, melhor aproveitamento publicitário das folhas, bem como maior velocidade na captação das informações vindas das províncias e da Europa, facilitada pelo uso da telegrafia. No Brasil, a *Gazeta de Notícias* foi pioneira na introdução desses novos processos, tendo se tornado uma empresa jornalística de referência, modelo a ser seguido pela maior parte da imprensa do país<sup>15</sup>. Fundada por Elísio Mendes, Henrique Chaves, Manuel Carneiro e Ferreira de Araújo, a *Gazeta* surgia como respostas às demandas dos novos tempos, em sintonia com o processo de transformação por que passava o próprio país<sup>16</sup>. Além de inovadora, a proposta era ousada, o novo jornal pretendia-se popular e democrático, tendo por intenção atingir os mais variados públicos. Como medida para se atingir tais objetivos, o diário fundado pelo grupo de Ferreira de Araújo ampliou o raio de circulação da notícia na Corte ao inaugurar o sistema de vendas avulsas; o jornal passou a ir ao encontro do leitor, carregado por jovens vendedores que

<sup>14</sup> Este pseudônimo faz provável referência ao filósofo e político francês Pierre Joseph Proudhon, do qual José do Patrocínio, além do nome, tomou de empréstimo a célebre frase “o que é a propriedade? A propriedade é um roubo”, comutando-a em “o que é a escravidão? A escravidão é um roubo!”, que passaria a usar nas suas empreitadas abolicionistas. Cf. SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De “Papa-pecúlios” a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas - SP, 2006, pp. 115-120.

<sup>15</sup> Sobre essas afirmações, conferir: ARAUJO, *Caminhos na produção da notícias*, *op. cit.*, pp. 9-12.

<sup>16</sup> Cf. BARMAN, Roderick J. *Imperador Cidadão*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 347; RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de estalo” de Machado de Assis*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. Campinas - SP, 2010, p. 43 e; RIBEIRO, Lavina Madeira. *A institucionalização do jornalismo no Brasil: 1808-1964*. 1998. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 1998, pp. 111.

ofereciam os exemplares aos gritos pelas principais ruas da cidade. Até então, as folhas só podiam ser adquiridas por meio do sistema de assinaturas, em livrarias ou outros estabelecimentos comerciais, os quais eram frequentados por pequena parte da população. Na sua primeira edição, a *Gazeta* informava não pertencer a partido político, e que trataria apenas de questões de interesse geral<sup>17</sup>. Muitos jornais do período eram então ligados a partidos políticos, atendendo, assim, a grupos de leitores mais restritos e específicos. Outra importante medida adotada pelo grupo foi a abertura da folha para os anunciantes, uma vez que o aporte da publicidade diminuía os custos de produção, reduzindo o preço final. Assim, a *Gazeta de Notícias* podia ser vendida a 40 réis o exemplar, o mesmo preço pago em algumas passagens de bonde<sup>18</sup>.

A proposta editorial do jornal de Ferreira de Araújo era ambiciosa e inovadora, pois pretendia implementar um novo modo de se fazer jornalismo que a colocasse em condições de disputar o público leitor com o quase sexagenário e sisudo *Jornal do Commercio*. Ao contrário deste, as notícias da *Gazeta* eram veiculadas através de pequenas notas, informando seu leitor sem utilizar uma escrita longa e entediante, portanto, mais adequada à velocidade experimentada pela cidade nos últimos tempos. O humor era outro traço característico do jornal que também o fazia mais leve e mais ao gosto do grande público. A *Gazeta* mesclava o traço humorístico e a nota cômica a crítica social e política. Assim, através da sátira, do deboche e da exposição pública, punia os poderosos, pouco importando o calibre da “vítima”, fosse esta comerciante, chefe de quarteirão, membro do clero, vereador, juiz, deputado, senador e, até mesmo, membro da família real. Seu diretor de redação, Ferreira de Araújo, por exemplo, vinha do jornal satírico *O Mosquito*, o qual atuou ativamente contra o clero nos debates em torno da chamada Questão Religiosa, entre 1872 e 1874, defendendo a separação entre Estado e Igreja e a instituição do casamento civil<sup>19</sup>. Araújo permaneceu ligado a *O*

<sup>17</sup> Cf. “Prospecto”, *Gazeta de Notícias*, 2/8/1874, p. 1.

<sup>18</sup> Sobre o surgimento da *Gazeta de Notícias* e a conformação de uma nova maneira de se fazer jornalismo conferir: ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, pp. 276-283; BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, pp. 43-44; MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Eduf), 2007, pp. 76-117; MEYER, *Folhetim: uma história, op. cit.*, p. 294; e PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 39-41.

<sup>19</sup> *O Mosquito* era de publicação semanal e se autodenominava “jornal caricato e crítico”, e circulou no Rio de Janeiro entre 19 de setembro de 1869 e 26 de maio de 1877, tendo produzido cerca de 406 edições neste período. Cf.: OLIVEIRA, Gilberto Maringoni. *Angelo Agostini ou impressões de uma viagem da Corte a Capital Federal (1864-1910)*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2006, pp. 86-87; e SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, pp. 214-215. Sobre a atuação d’*O Mosquito* nos debates da Questão Religiosa, das edições disponíveis no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do

*Mosquito* mesmo após a fundação de seu novo jornal<sup>20</sup> e em 1878 passaria a fazer parte do corpo de redatores d’*O Besouro*, este também um jornal de crítica social, satírico e de caricaturas<sup>21</sup>, evidenciando que o humor era algo caro para si. Quanto à atuação de Araújo à frente da *Gazeta de Notícias*, o escritor Machado de Assis afirmou que este trouxe vida nova ao jornalismo com a *Gazeta* e que “o efeito prodigioso desta folha, desde que apareceu, podia ser a novidade, mas foram também a direção e o movimento que ele [Ferreira de Araújo] lhe imprimiu”<sup>22</sup>.

Por suas características e inovações, a *Gazeta de Notícias* se tornou um marco na história da imprensa nacional. Jornal barato, popular e de ideias de cunho liberal, levava ao grande público os mais variados assuntos – notícias, política, atualidades, piadas, as artes e, principalmente, a literatura, seu maior produto. Ferreira de Araújo, além de democratizar a imprensa, levando seu jornal até o público e por um baixo preço, também apoiou “toda uma geração artística literária nacional”<sup>23</sup>. Ao discorrer sobre a importância da *Gazeta* e de seu diretor para o mundo das letras, Olavo Bilac afirmara que os jovens escritores de seu tempo, que buscavam prestígio público, “consagração, nome [e] fama”, ambicionavam escrever na *Gazeta de Araújo*<sup>24</sup>. Este, por sua vez, fazia muito gosto de jovens literatos, acolhendo em sua redação os melhores e mais promissores escritores do período. O apreço de Araújo pela classe literária ficou registrado, por exemplo, em homenagem publicada n’*O Besouro*, na qual um tal

---

Rio de Janeiro, encontramos, entre os anos de 1872 e 1874, várias publicações nas quais o jornal polemizara em torno do assunto. Na edição de nº 184, de 22 de março de 1873, por exemplo, o jornal estabeleceu uma espécie de programa, elencando os pontos que, em sua opinião, justificava a necessidade de separação entre o Estado e a Igreja. Entre os argumentos citados, afirmara que era preciso combater o obscurantismo trazido pela religião com a luz do progresso; que era preciso sustentar a “luta do progresso das ideias contra o fanatismo religioso”. Cf. “Chronica”, *O Mosquito*, 22/3/1873, pp. 2-3. Sobre a Questão Religiosa, conferir: (CALOGERAS, Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, pp. 310-324; CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 150-156; MONTEIRO, Vanessa Cristina. *A querela anticlerical no palco e na imprensa: Os Lazaristas*. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas: SP, 2006, pp. 54-55; e SOUZA, Felipe Azevedo. *A Lei Saraiva e o devir da cidadania*. Documentação e Memória / TJPE, Recife, PE, v. 2, n. 3, 73-93, jan. / dez. 2010, p. 84).

<sup>20</sup> Ainda em 1877, encontramos publicações de Lulu Senior n’*O Mosquito*, pseudônimo com o qual Ferreira de Araújo escrevia naquele jornal e que levou para as páginas da *Gazeta de Notícias* já no seu primeiro número. Cf.: “Contos Amarelos”, *O Mosquito*, 26/03/1877, p. 3; e “Folhetim da Gazeta de Notícias”, 2/08/1875, p. 2.

<sup>21</sup> Além de Ferreira de Araújo, outros nomes ligados à *Gazeta de Notícias* aparecem no corpo de “redatores e colaboradores” d’*O Besouro*, como Henrique Chaves (um dos proprietários da *Gazeta* e redator da mesma), Dermeval da Fonseca (redator da *Gazeta*) e José do Patrocínio, que já escrevia na *Gazeta de Notícias* sob o pseudônimo de Proudhomme na “Semana Parlamentar”, que mais tarde passaria a se chamar “Semana Política”. Para redatores e colaboradores d’*O Besouro*, conferir: *O Besouro*, ed. Nº 3143 de 1878, p. 2.

<sup>22</sup> MACHADO DE ASSIS, J.M. *Obra Completa*. Rio, Aguilar, 1962, v.3, p.1019-1021, p. 223.

<sup>23</sup> MINÉ, Elza. *Ferreira de Araújo, ponte entre o Brasil e Portugal*. Vita Atlântica, n. 8, Dez/2005, pp. 220-229, p. 223.

<sup>24</sup> Cf. BILAC, Olavo Brás Martins dos Guimarães. *Ironia e Piedade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916, p. 9.

Dom Bibas descrevia-o como aquele que “gosta delirantemente dos rapazes que escrevem”<sup>25</sup>. As afirmações de alguns de seus contemporâneos corroboram, não por acaso, com o fato de que, entre finais dos anos 1870 e ao longo dos anos 1880, a *Gazeta de Notícias* contou com a colaboração de renomados literatos como Aluísio Azevedo, Coelho Neto, Domício da Gama, José do Patrocínio, Machado de Assis, Olavo Bilac, Valentim Magalhães, além dos portugueses Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, bem como do próprio Raul Pompeia, que entrou para aquela redação no início de 1882 e que, ali mesmo, se consagrou no mundo das letras em 1888, ao publicar a sua mais importante obra literária, *O Ateneu*<sup>26</sup>. Todos esses atributos fizeram da *Gazeta de Notícias* o jornal mais popular do país<sup>27</sup>.

A imprensa, por este período, e como tem demonstrado a historiografia, foi um espaço fundamental de processamento da crítica social para aqueles que não tinham acesso aos canais oficiais do poder (edilidade, Câmara e Senado). Inúmeros jornais foram abertos na Corte e nas províncias, ampliando a rede de leitores. Segundo Maria Tereza Chaves de Mello, “o traço marcante dessa extraordinária expansão da imprensa foi a combatividade, sendo os principais jornais e jornalistas abolicionista e republicanos”. O objetivo desses intelectuais era implodir a estrutura social sob a qual se assentava a monarquia, baseada no catolicismo, na escravidão, no regime de privilégios e no apreço às instituições, para recriá-la sob os pilares da modernidade. O modelo ideal de Estado, para muitos desses intelectuais, jornalistas e escritores, não comportava trono nem altar e tinha por guia a razão e a ciência como a única propulsora do progresso<sup>28</sup>. Para Marialva Barbosa, a imprensa que então surgia ocupou-se da disseminação de uma nova visão de mundo, tornando-se senhora da memória. As campanhas promovidas nesses periódicos podiam promover a queda de ministros e ministérios ou a demolição de reputações. Segundo a autora, aos poucos, esses jornais se tornaram *Os donos do Rio*<sup>29</sup>. Por sua vez, Nicolau Sevcenko afirma que nas duas décadas que antecederam a República, “a palavra de ordem era condenar a sociedade fossilizada do Império e pregar as

<sup>25</sup> “Tipos e Tipões”, *O Besouro*, 10/08/1878, p. 150 [Obs.: o jornal possuía entre oito e doze páginas, as quais, dentro de um mesmo ano, eram numeradas sequencialmente de uma edição para outra. Assim, por exemplo, se a edição nº 10 terminasse na página 30, a seguinte, de nº 11, começaria com a página 31. Por este motivo a edição citada aqui faz referência à página de nº 150].

<sup>26</sup> O célebre romance de Raul Pompéia foi publicado na primeira página da *Gazeta de Notícias*, mas não no folhetim, entre os dias 8 de abril e 14 de maio de 1888, edições 99 a 138.

<sup>27</sup> Sobre a importância da *Gazeta de Notícias* e de Ferreira de Araújo para a literatura, conferir: ARAUJO, Rodrigo C. S. de. *Caminhos na produção da notícia: a imprensa diária no Rio de Janeiro (1875-1891)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015; BARBOSA, 2000, *Os donos do Rio*, op. cit., pp. 44-45; MINÉ, Elza. *Ferreira de Araújo, ponte entre o Brasil e Portugal*. Vita Atlântica, n. 8, Dez/2005, pp. 220-229; RAMOS, *As máscaras de Lélío*, op. cit., pp. 41-44; e SODRÉ, *História da imprensa no Brasil*, op. cit., p. 224.

<sup>28</sup> MELLO, *A República consentida*, op. cit., p. 81-94.

<sup>29</sup> Cf. BARBOSA, *Os donos do Rio*, op. cit., pp. 115-116.



grandes reformas redentoras: a abolição, a república [e] a democracia”. Por aqueles tempos, o jornalismo teria despontado como uma nova força, absorvendo quase integralmente a atividade intelectual do período. Através da imprensa, esses homens de letras passaram a invadir espaços até então intocados e caprichosamente defendidos<sup>30</sup>. O fato é que, no fim dos anos 1870 e início dos anos 1880 havia grande expectativa por parte desses jornalistas e intelectuais de um processo de modernização do Estado brasileiro, pois o sistema monárquico apresentava obstáculos entendidos por eles como entraves para o futuro, e esse novo modelo de imprensa, que então surgia, afirma Angela Alonso, transformou-se também em um efetivo mercado de trabalho para esses grupos contestadores da ordem social vigente<sup>31</sup>.

É evidente que em um jornal, ainda mais com o tamanho e propósitos da *Gazeta de Notícias*, que era atingir um público amplo e variado, havia diversidade. Mas é perceptível que o jornal incorporou em algumas de suas colunas esses temas caros aos intelectuais, jornalistas e literatos do final do século XIX. É forçoso dizer que no jornal havia uma lógica interna de como abordar esses assuntos, na qual determinadas colunas cumpriam essa função, o que nos deixa entrever os sentidos gerais para a linha editorial da *Gazeta* nos temas relacionados à política nacional. E isso foi possível por meio de uma leitura sistemática do periódico no período que compõe o recorte temporal desta pesquisa, o que nos permitiu analisar como algumas críticas à monarquia foram se consolidando dentro do jornal mesmo antes do caso do roubo das joias da Coroa.

## 2.2 Direitos, deveres e a Imperial Coroa nas páginas da *Gazeta de Notícias*

A Corte brasileira foi palco de grandes agitações no período que vai de finais dos anos 1870 a 1882. Durante o conturbado ano de 1879, por exemplo, o Império se encontrava em grande dificuldade financeira, que se tornara uma questão central desde o retorno do Partido Liberal ao poder<sup>32</sup> em 1878, com o gabinete ministerial chefiado por João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu. Naquele momento, as contas públicas estavam em total desequilíbrio e a maneira encontrada pelo governo para saná-las foi através da instituição e aumento de

<sup>30</sup> Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação na Primeira República*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 97.

<sup>31</sup> Cf. ALONSO, *Ideias em movimento, op. cit.*, p. 279.

<sup>32</sup> Sobre o retorno dos liberais ao poder, conferir: ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 120; FERRARO, Alceu Ravanello. *Brasil: liberalismo, café, escola e voto (1878-1881)*. Educação em Revista. Belo Horizonte. v. 26, n. 3, pp. 219-248, dez. 2010; RIBEIRO, Felipe Nicoletti. *A “constituente constituída”*: o poder moderador, o ministério Sinimbu e o parlamento nos antecedentes da adoção da eleição direta no Império do Brasil (1878-1880). Almanack, Guarulhos, n. 20, pp. 242-265, dez 2018.

impostos<sup>33</sup>, o que causaria grande insatisfação popular. Além do fechamento de escolas que atendiam à população menos favorecida, o fechamento de empresas, com consequente aumento do número de desempregados, a falência do Banco Nacional e uma crise no abastecimento de água, naquele mesmo ano se debatia uma reforma eleitoral, que daria origem ao Decreto nº 3.029 de 1881, que estabeleceria o voto direto no Brasil<sup>34</sup>. Em um cenário político e econômico já bastante acirrado, as discussões parlamentares indicavam ao público que o resultado desta reforma acarretaria a redução do número de eleitores. Através de seu redator-chefe e colaboradores, a *Gazeta de Notícias* tratou de criticar o programa adotado pelo governo, empenhando-se ainda em fazer crer ao público que a monarquia não era o regime ideal para lidar com os problemas do país. Naquele ano, nas páginas da *Gazeta*, o debate público seria sustentado pelo seguinte tripé: supressão de direitos, acréscimo de deveres e necessidade de resistência popular. As reclamações populares pareciam não abalar o governo e, principalmente, o Imperador<sup>35</sup>, era o que queria fazer crer ao público o periódico de Ferreira de Araújo, uma vez que trataria de apontar a indiferença da Coroa diante da penúria dos cidadãos. Segundo Ana Flávia Cernic Ramos, a *Gazeta de Notícias*, assim como outros jornais, “transformou o imposto em coadjuvante de um problema então muito maior: o debate sobre a cidadania política que estava sendo engendrada no parlamento”<sup>36</sup>. Se no ano de chegada ao poder, 1878, encontramos nas páginas da *Gazeta* algumas publicações que demonstravam esperança em relação a possíveis avanços com as reformas esperadas<sup>37</sup>, em

<sup>33</sup> Foram vários os impostos instituídos ou majorados naquele ano para fazer face ao déficit orçamentário do Império, entre eles: imposto sobre as passagens de bondes (o chamado imposto do vintém), imposto sobre as passagens de barcas, imposto sobre as passagens de estradas- de- ferro, imposto sobre a renda de funcionários públicos, imposto sobre o fumo, e imposto sobre as casas de vender cigarros e charutos. Sobre os impostos aqui citados cf.: “Os novos impostos”, *Gazeta de Notícias*, 21, 22 e 24/04/1879, pp. 1; e “Assuntos do dia”, *Gazeta de Notícias*, 17/12/1879.

<sup>34</sup> Sobre a reforma eleitoral, conferir: ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015; BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, pp. 337-452; CAMPOS, Rafael Dias da Silva. *Eleições do cacete: controvérsias na formação do Sistema Eleitoral Imperial*. Revista Espaço Acadêmico, n. 133, Junho de 2012, pp. 111-118; FERRARO, Alceu Ravello. *Brasil: liberalismo, café, escola e voto (1878-1881)*. Educação em Revista. Belo Horizonte. v. 26, n. 3, pp. 219-248, dez. 2010; PINTO, *Fortes laços em linhas rotas, op. cit.*, pp. 159-160; SOUZA, Felipe Azevedo e. *A Lei Saraiva e o devir da cidadania*. Documentação e Memória / TJPE, Recife, PE, v. 2, n. 3, 73-93, jan. / dez. 2010; \_\_\_\_\_. *A Lei Saraiva e o novo perfil do eleitorado no Império*. Clio: Revista de Pesquisa Histórica – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – n. 29.1 (2011), pp. s/n, 2011.

<sup>35</sup> Na coluna “A pedidos”, por exemplo, encontramos uma publicação que afirma que o país estava em pânico por conta dos novos impostos. Cf.: “Fábricas de Cigarros”, *Gazeta de Notícias*, 1/05/1879, p. 3.

<sup>36</sup> RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Barricadas em rodapés de jornais: revolta popular e cidadania política na Gazeta de Notícias (1880)*. Revista de História (São Paulo), n. 179, pp. 1-33, 2020, p. 7.

<sup>37</sup> Cf. “O partido conservador em oposição”, *Gazeta de Notícias*, 4/01/1878; “A Igreja e o Estado”, *Gazeta de Notícias*, 7/01/1878, p. 2.

1879 o partido era acusado de ter cedido às vontades do Imperador, assim, ambos seriam fragorosamente desmerecidos nos escritos do periódico.

O ano de 1880 não seria menos convulsionado que o anterior. A insatisfação popular com a cobrança do dito imposto do vintém culminou em atos de violência na cidade do Rio de Janeiro. Entre finais de 1879 e os primeiros dias de 1880, os tumultos decorrentes dos protestos transformaram a capital do Império em um verdadeiro campo de guerra, deixando como saldo a destruição do centro da cidade por conta dos embates entre a polícia e os manifestantes, bondes virados, trilhos arrancados, muitas prisões e mortes<sup>38</sup>, experiência que mudaria a relação entre Estado e cidadão e a forma de se fazer política no país<sup>39</sup>. A pressão sobre o ministério de Sinimbu tornou insustentável sua permanência, então o Imperador achou por bem substituí-lo por outro sob o comando por José Antônio Saraiva, incumbido prioritariamente de fazer a reforma eleitoral. Este foi, pois, o grande tema comentado na *Gazeta* ao longo de 1880 nas colunas dedicadas às discussões políticas. Entendendo ser um tanto perigoso insuflar a massa contra o governo, devido a clima de guerra civil que tomara a Corte no início de 1880, o jornal de Ferreira de Araújo decidiu, por meio da literatura, continuar os debates sobre a instituição da eleição direta, publicando em seu folhetim o romance *O livro verde*, do húngaro Maurice Jokai, entre 28 de abril e 12 de agosto daquele ano. Ainda que tratando de um cenário de revolução na Rússia, como fim de derrubar um Imperador considerado intransigente e indiferente aos apelos populares, o romance de Jokai guardava estreita relação com a revolta ocorrida meses antes na Corte brasileira, a do Vintém. Com esta obra, a *Gazeta de Notícias* procurava alertar o governo e a monarquia sobre o perigo de não se ouvir o povo<sup>40</sup>. Enquanto isso, as discussões sobre a reforma eleitoral seguiam a pleno vapor no parlamento.

<sup>38</sup> Cf. BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, p. 366.

<sup>39</sup> Neste sentido, Sandra Lauderdale Graham aponta que o motim causou forte impacto na cultura política do país, pois acabou por incluir a rua como novo espaço e o povo como novo agente de manifestação política no Império. (GRAHAM, Sandra Lauderdale. *O motim do vintém e a cultura política do Rio de Janeiro – 1880: Revolução e Reforma*. Revista Brasileira de História, n. 20, vol. 10. São Paulo: Anpuh / Marco Zero, março e agosto de 1990, pp. 211-232). Maria Tereza Chaves de Mello, também cita a Revolta do Vintém ao argumentar que naqueles idos a rua foi se transformando em um espaço emergente do fazer política. (Cf. “No olho da rua: valorização e ampliação do espaço público do Rio de Janeiro na década de 1880”. In.: MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV – Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007, pp. 19-92.). Marcelo Balaban, por sua vez, destaca que a revolta também forneceu elementos para a discussão de outras reformas, como a política. Segundo o autor, a “insurreição [popular] e o medo de novas revoltas forneciam argumento importante no debate a respeito das reformas políticas que dominariam a cena no decorrer daquele 1880”. (In.: BALABAN, *Poeta do lápis, op. cit.*, p. 390).

<sup>40</sup> Em *Barricadas em rodapés de jornais*, a historiadora Ana Flávia Cernic Ramos analisa a relação entre a publicação do romance de Maurice Jokai pela *Gazeta de Notícias* no contexto da Revolta do Vintém, ocorrida meses antes, e as discussões que tramitavam em torno das discussões acerca da reforma eleitoral. Cf. RAMOS,

Passada a questão da instituição da eleição direta, aprovada em finais de 1880, a pauta das colunas políticas da *Gazeta* voltar-se-ia com especial atenção para a abolição dos escravos, outro ponto presente no projeto de reformar difundido pelo Partido Liberal. O próprio Ferreira de Araújo, em seus “Assuntos do Dia”, defendera naquele ano algumas mudanças em relação à lavoura, entre elas a abertura de créditos e a extinção do trabalho escravo<sup>41</sup>. José do Patrocínio também se ocupou com bastante empenho deste tema. Em uma de suas crônicas, o articulista chegou a declarar que o grande tema a ser debatido no ano de 1881 era aquele referente à emancipação dos escravos<sup>42</sup>. Por fim, na esteira de uma série de tensões que se avolumavam no cenário político da Corte, em 1882 teremos o roubo das joias do palácio imperial, sobre o qual o grupo de Ferreira de Araújo voltar-se-ia com o mesmo afínco dispensado aos eventos havidos nos anos anteriores.

Entende-se aqui que analisar essas tensões ocorridas na Corte entre 1879 e 1881, nos ajudará a entender melhor o conteúdo do romance satírico publicado por Raul Pompeia em 1882, uma vez que é provável que o jornal tenha seguido o mesmo método para tratar questões tão espinhosas para a monarquia. Em comum, esses temas tiveram a capacidade de acender o debate público e de gerar a polêmica, todos foram amplamente abordados tanto no editorial do jornal quanto no folhetim. Sabedores que estamos de que cada coluna dessas detinha uma função específica, cumpre-nos rastrear seus escritos no tempo de modo que consigamos evidenciar a estratégia editorial geral que orientava as publicações do jornal. É possível que neste método esteja a resposta para os problemas que levantamos para este capítulo.

## **2.3 Diferentes perspectivas e abordagens para diferentes espaços: a monarquia na *Gazeta de Notícias* (1879-1882).**

### **2.3.1 Os “Assuntos do Dia”: o rei ausente**

O contexto político sobre o qual se desenvolve o presente trabalho está fortemente marcado pelo retorno do Partido Liberal ao poder, sob a liderança de João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu. Os liberais estavam fora do governo havia uma década, desde 1868, e enquanto estiveram na oposição, adotaram uma postura radical e propositiva, apresentando um programa que comportava uma ampla pauta reformista. Como exemplo de suas ações,

---

Ana Flávia Cernic. *Barricadas em rodapés de jornais: revolta popular e cidadania política na *Gazeta de Notícias* (1880)*. Revista de História (São Paulo), n. 179, pp. 1-33, 2020.

<sup>41</sup> Cf. “Assuntos do Dia – Olhemos para o México”, *Gazeta de Notícias*, 12/06/1881, p. 1.

<sup>42</sup> Cf.: “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 18/7/1881, p. 1.

podemos citar o Manifesto do Centro Liberal de 1869<sup>43</sup>, o qual propunha uma considerável reforma na estrutura administrativa do governo, – a instituição de eleições diretas, a reforma do ensino, a extinção da vitaliciedade do Senado, a laicização do Estado, a reforma do judiciário e a abolição dos escravos. Toda essa propaganda difundida ao longo de dez anos gerou grande expectativa quanto ao retorno dos liberais ao governo, o que se consumou em 1878, quando o Imperador encarregou Sinimbu de organizar o novo ministério, o qual ficaria conhecido como Ministério 5 de janeiro, devido ao dia que efetivamente assumira o poder<sup>44</sup>.

Durante os quatro primeiros meses de 1878, o Partido Liberal foi calorosamente saudado nas páginas da *Gazeta de Notícias*. Ainda na véspera da posse do novo gabinete, o jornal de Ferreira de Araújo publicara: “ontem a noite percorreu as ruas uma grande passeata em demonstração de regozijo pela ascensão do partido liberal ao poder, dando vivas a S. M. o Imperador e ao partido liberal”<sup>45</sup>. Além do que ocorria na Corte, a *Gazeta* também veiculou diversas notícias informando sobre manifestações de apoio aos liberais em províncias como Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Sergipe e Pernambuco<sup>46</sup>. O periódico também abriu suas páginas para manifestações de outras folhas,

<sup>43</sup> O Manifesto do Centro Liberal foi publicado no *Jornal do Commercio* na edição de 31 de março de 1869. (Cf. “Publicações a pedidos – Manifesto do Centro Liberal”, *Jornal do Commercio*, 31/3/1869, pp. 2-3). Porém, as propostas de reforma em si foram tratadas em documento complementar ao manifesto de 31 de março, intitulado “Programa do Partido Liberal”, publicado originalmente em 12 de maio de 1869 no jornal *A Reforma* do Rio e posteriormente nos jornais *Correio Paulistano* e *O Ypiranga* de São Paulo. (Cf. “O Programa do Partido Liberal”, *A Reforma*, 12/5/1869, pp. 1-2; “Programa do Partido Liberal”, *O Ypiranga* (SP), 14/5/1869, pp. 1-2; e “Programa do Centro Liberal”, *Correio Paulistano* (SP), 15/5/1869, pp. 1-2). Esses mesmos documentos também foram publicados em 1878 no livro *Os programas dos partidos políticos e o 2º Império*. (Cf. OS PROGRAMAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS E O 2º IMPÉRIO. Primeira Parte. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1878. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179482>>. Acesso em: 20/8/2019).

<sup>44</sup> Para trabalhos sobre o retorno dos liberais ao poder, conferir: ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 120; SOUZA, Felipe Azevedo e. *A Lei Saraiva e o dever da cidadania*. Documentação e Memória / TJPE, Recife, PE, v. 2, n. 3, 73-93, jan. / dez. 2010, p. 73; e \_\_\_\_\_. *A Lei Saraiva e o novo perfil do eleitorado no Império*. Clío: Revista de Pesquisa Histórica – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – n. 29.1 (2011), pp. s/n, 2011, p. 2-3; RIBEIRO, Felipe Nicoletti. *A “constituente constituída”: o poder moderador, o ministério Sinimbu e o parlamento nos antecedentes da adoção da eleição direta no Império do Brasil (1878-1880)*. Almanack, Guarulhos, n. 20, pp. 242-265, dez 2018; LYNCH, Christian Edward Cyril. *O momento monarquiano: O Poder Moderador e o pensamento político imperial*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007; RIBEIRO, Filipe Nicoletti. *Império das incertezas: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015; e FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O Império revisitado. Instabilidade ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

<sup>45</sup> *Gazeta de Notícias*, 4/1/1878, p. 1.

<sup>46</sup> Para as notícias referentes às manifestações em apoio ao Partido Liberal nas Províncias, conferir: No Amazonas: (*Gazeta de Notícias*, 9/3/1878, p. 1); Na Bahia: (“Serviço Telegráfico da Gazeta de Notícias”, *Gazeta de Notícias*, 6/1/1878, p. 1); No Ceará: (*Gazeta de Notícias*, 7/2/1878, p. 2); Em Minas Gerais (*Gazeta de Notícias*, 11/1 e 22/3/1878, pp. 1); No Rio Grande do Sul: (*Gazeta de Notícias*, 8/3/1878, p. 1); Em São Paulo: (“Serviço Telegráfico da Gazeta de Notícias”, *Gazeta de Notícias*, 9/1/1878, p. 1; e *Gazeta de Notícias*,

como, por exemplo, a do *Jornal da Tarde* que afirmava que o Ministro Sinimbu inauguraria uma nova situação no país “iniciando um governo cujo programa está há nove anos formulado e preconizado pelo partido que Sua Majestade houver por bem chamar à governação do Estado”<sup>47</sup>. Várias cartas também chegavam ao jornal e eram publicadas, como uma de 2 de abril que afirmava que “o ministério 5 de janeiro é a personificação de vivas esperanças nacionais”<sup>48</sup>.

O destaque conferido pela *Gazeta de Notícias* às publicações referentes ao retorno dos liberais ao poder, saudando a instalação de uma nova situação política no país, nos indicam que o jornal também via com bons olhos o regresso daquele partido e, sendo assim, que também ansiava pelas reformas que prometiam modificar a estrutura do sistema imperial. O próprio Ferreira de Araújo escrevera em seus “Assuntos do Dia”, ainda no início de 1878: “esforce-se o novo governo para fazer direito à gratidão nacional e corresponder à simpatia com que tem sido acolhido pela opinião pública”<sup>49</sup>. Por meio dessas palavras, o proprietário da *Gazeta de Notícias*, de certa forma, endossava o apoio que os liberais vinham recebendo da “opinião pública” e, nas entrelinhas, recomendava ao governo fazer aquilo que havia prometido durante tantos anos, ou seja, reformas, para ser merecedor da “gratidão nacional”. Porém, essa deferência do jornal em relação ao Ministério 5 de janeiro não duraria muito tempo e os “Assuntos do Dia” seria um espaço profícuo de crítica política, principalmente no decorrer de 1879.

De um total de 166 “Assuntos” analisados no período que compreende o recorte temporal deste trabalho, 120 deles foram publicados por Ferreira de Araújo só no ano de 1879, ao passo que encontramos 23 publicações em 1880, 19 em 1881 e apenas 4 no ano de 1882, entre 1º de janeiro e 1º de maio. O que talvez explique o elevado número de publicações dos “Assuntos” no ano de 1879 é o fato de este ter sido um período bastante convulsionado por que passou a Corte brasileira, política, financeira e socialmente. Além de uma grave crise financeira que acometera o Império naquele ano, outra questão se fez fortemente presente nos temas dos artigos de Ferreira de Araújo: a pauta das reformas.

O contexto de crise foi aventado pelo articulista ainda nos primeiros dias do ano, em artigo que denunciava o “péssimo” estado das finanças do país que resultava em um

---

14/1/1878, p. 1); No Sergipe: (*Gazeta de Notícias*, 10/1/1878, p. 1); e em Pernambuco: (“Serviço Telegráfico da *Gazeta de Notícias*”, *Gazeta de Notícias*, 6/1/1878, p. 1).

<sup>47</sup> “Publicações a pedidos – o partido conservador em oposição”, *Gazeta de Notícias*, 4/1/1878, p. 2.

<sup>48</sup> “Comunicado – Novos Horizontes”, *Gazeta de Notícias*, 2/4/1878, p. 2.

<sup>49</sup> “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 9/1/1878, p. 1.

“empobrecimento constante”<sup>50</sup>. No decorrer do ano, a situação era descrita nos “Assuntos do Dia” através de notícias que versavam, por exemplo, sobre a decisão do Ministro da Fazenda, Affonso Celso, em “levantar um empréstimo de 50.000 contos para recorrer à liquidação financeira do exercício de 1878 e 1879”<sup>51</sup>, o qual seria autorizado em julho de 1879<sup>52</sup>. Ferreira de Araújo também comentou largamente a questão da falência do Banco Nacional, que então contava com o Ministro Sinimbu como um dos membros de sua diretoria<sup>53</sup>. As medidas de arrocho contra a população logo se fariam presentes e seriam sentidas fortemente pela cobrança de impostos. Por meio dos “Assuntos do Dia” e de uma coluna especial intitulada “Os novos impostos”, a *Gazeta de Notícias* discorria sobre a variedade de tributos que foram instituídos ou majorados naquele ano de 1879 para fazer face ao déficit orçamentário do Império<sup>54</sup>. A contenção de gastos ministrada pelo governo também atingiria o sistema educacional, o que resultaria no fechamento de escolas públicas, como indicam algumas publicações encontradas na *Gazeta*<sup>55</sup>. Os dramas sociais foram expressos nos “Assuntos” por comentários acerca das moléstias que flagelavam a Corte<sup>56</sup>, uma nova epidemia que dizimava a população no Ceará<sup>57</sup>, bem como a fome, doenças e revoltas populares que deixavam mortos e feridos no Rio Grande do Norte<sup>58</sup>. Entende-se, no entanto, que as reformas eram a questão central dos artigos de Ferreira de Araújo. Foi neste segundo ano de governo liberal, 1879, que algumas dessas reformas começaram a ser discutidas no parlamento e a forma como se apresentaram parece não ter agradado ao redator-chefe da *Gazeta*. Então, o que veremos nos escritos de Araújo é que os efeitos da crise financeira surgiriam como pano de fundo das

<sup>50</sup> “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 3/1/1879, p. 1.

<sup>51</sup> “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 19/6/1879, p. 1.

<sup>52</sup> Cf. “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 21/7/1879, p. 1. Desde o início do ano Ferreira de Araújo vinha se posicionando contrariamente à tomada de tal empréstimo por parte do governo. Seus comentários se estendem de janeiro a outubro daquele ano. Para outras publicações sobre o assunto, conferir: “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 3/1, 17/6, 7, 9, 11 e 22/7 e 12/10/1879, pp. 1.

<sup>53</sup> Para publicações referentes à falência do Banco Nacional, conferir: “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 3,4,5,7 e 9/4, 3/5, 20/7 e 6/8/1879, pp. 1.

<sup>54</sup> As publicações da *Gazeta de Notícias* informavam sobre a instituição ou majoração dos seguintes tributos naquele ano de 1879: imposto sobre as passagens de bondes, barcas e estradas de ferro, imposto sobre a propriedade predial urbana, o fumo, o selo e sobre as casas de vender cigarros e charutos. Para as referidas publicações, conferir: “Os novos impostos”, *Gazeta de Notícias*, 21, 22 e 24/4/1879, pp. 1; e “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 1/5, 20/6, 7, 9, 11, 21 e 22/7, 14 e 22/10, 12, 27, 28 e 29/11 e 2, 3, 13, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24 e 28/12/1879, pp. 1.

<sup>55</sup> Pelo menos duas escolas públicas que ofereciam cursos noturnos foram fechadas na Corte em 1879: a da freguesia de Santa Rita e da freguesia do Engenho Velho. Cf.: “Curso Noturno”, *Gazeta de Notícias*, 16/11/1879, p. 1; e *Gazeta de Notícias*, 18 e 23/11/1879, pp. 1. Para outras referências sobre o fechamento de escolas no período, conferir: PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Editora Unicamp, 2018, pp. 187-258; e SOUZA, Felipe Azevedo e. *Direitos políticos em depuração: a Lei Saraiva e o eleitorado do Recife entre as décadas de 1870 e 1880*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife – PE, 2012, pp. 53-60.

<sup>56</sup> Cf. “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 8/2/1879, p. 1.

<sup>57</sup> Cf. “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 10/1/1879, p. 1.

<sup>58</sup> Cf. “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 8/2/1879, p. 1.

discussões parlamentares. O governo e o presidente do Conselho de Ministros ganharam destaque nas críticas enquanto a monarquia e o Imperador quedavam alijados das questões levantadas nesta parte do jornal.

Analisando as publicações dos “Assuntos do Dia”, tanto no ano de 1879 quanto no ano de 1880, percebe-se que neste período a questão da cidadania política soava como prioritária para o diretor de redação da *Gazeta de Notícias*. É evidente que tal preocupação se dava pelo fato de ter sido este o período no qual ocorreram as discussões em torno da questão da eleição direta e sua votação<sup>59</sup>. Em 1879, Ferreira de Araújo afirmara que o projeto de reforma eleitoral era “a base, a *ideia mãe* do programa” dos liberais<sup>60</sup>; em 1880, o articulista dos “Assuntos” contextualizava que o “casamento civil é uma necessidade, mas [que] a reforma eleitoral continua a ser a *ideia mãe*”<sup>61</sup>. No manifesto editado em 1869 em decorrência de sua demissão do governo no ano anterior, os liberais se colocaram como portadores de uma missão que tinha por objeto “o desenvolvimento do elemento democrático da constituição; e a amplitude das garantias individuais e políticas”. O primeiro item elencado em seu programa dizia respeito justamente à reforma eleitoral, a qual definia como necessária para a “regeneração do sistema representativo”<sup>62</sup>. No entanto, o projeto apresentado ao parlamento em 1879 não indicava uma medida que garantiria a “amplitude das garantias políticas”, mas sua redução. Assim, ao comentar alguns pontos da peça em seus “Assuntos do Dia”, Ferreira de Araújo procurava lembrar que o povo que em momento de crise era chamado ao dever para socorrer as finanças do Estado, estava sendo alijado do processo de decisão política. Em uma dessas publicações o redator-chefe da *Gazeta de Notícias* se manifestou nos seguintes termos:

Quem estudou o projeto de reforma eleitoral que o governo apresentou e fez aprovar na câmara temporária; quem atentou a que esse projeto [...] dos homens que durante dez anos clamaram pela regeneração e contra os corruptores; quem reparou que os primeiros liberais que subiram ao poder

<sup>59</sup> Para autores que abordaram a produção desta lei e a discussão sobre cidadania no Império, conferir: BALABAN, *Poeta do lápis*, op. cit.; CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; GRAHAM, *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*, 1997, op. cit.; pp. 239-268; HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O Brasil monárquico, vol. 7: do Império à República”. In: \_\_\_\_\_. *História Geral da Civilização Brasileira*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005; LOSURDO, Domenico. *Bonapartismo ou democracia: triunfo e decadência do sufrágio universal*. São Paulo / Rio de Janeiro: EdUFRJ / UNESP, 2004, pp. 9-10; MONTANO, Leandro Duarte. *Para além de um vintém: diálogos políticos e ação popular na Corte Imperial (1870-1880)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009; RAMOS, *Barricadas em rodapés de jornais*, op. cit., p. 7; e SOUZA, *Direitos políticos em depuração*, op. cit., pp. 26-45.

<sup>60</sup> “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 13/11/1879, p. 1.

<sup>61</sup> “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 21/7/1880, p. 1.

<sup>62</sup> Cf. *O programa dos partidos*. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1878, pp. 37-43. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179482>>. Acesso em 20/9/2019.



depois de dez anos de luta pelo liberalismo puseram na lei – que é o seu principal, senão o seu único programa [...] a obrigação de saber ler [...]; viu com assombro como se desmente assim no poder o que se proclamou na oposição<sup>63</sup>.

A questão que está colocada na presente crítica do articulista dos “Assuntos”, como já comentado, é o fato de que, ao mesmo tempo em que o projeto de reforma eleitoral previa a necessidade de alfabetização para que um cidadão se alistasse como eleitor, ocorria o fechamento de escolas que atendiam o público adulto em cursos noturnos na Corte. Com essas duas medidas dicotômicas do governo, Ferreira de Araújo denunciava que o grande prejudicado seria “o povo miúdo que não sabe ler”<sup>64</sup>, que em outras edições o articulista definira como “a maioria da nação”<sup>65</sup>. Portanto, atento aos debates do parlamento, Ferreira de Araújo era taxativo em afirmar que, aquele governo que se pretendia liberal privaria do direito de voto a maioria do povo, afastando das urnas, por ignorantes, aqueles a quem negava a instrução<sup>66</sup>.

Além da restrição do acesso à educação, a questão dos impostos também surgiu nos “Assuntos” como forma de evidenciar ao público a relação desigual que havia entre os deveres exigidos pelo Estado, na figura do atual governo, e os direitos garantidos ao cidadão. Em meio a toda dificuldade financeira que se instalara, Araújo afirmava em uma de suas publicações que “o nosso povo não mostra atualmente servir para outra coisa a não ser pagar impostos”<sup>67</sup>. O governo, quem em 1878 surgira como possível portador de medidas que resultariam em expressivos avanços no campo político e social era então apresentado nos “Assuntos do Dia” como “o governo dos novos impostos”; o governo que “[não tem colaborado] para o desenvolvimento moral e material do país”<sup>68</sup>. Ferreira de Araújo não poupou críticas ao gabinete 5 de janeiro, principalmente nos meses finais do ano de 1879, quando sua agenda de medidas tomava contornos concretos e sugeria que, apesar dos impostos, apesar das imposições aos súditos, a reforma eleitoral se apresentava com um vício de origem: propunha-se restritiva, não ampla. Em seus artigos, o diretor de redação da *Gazeta*

<sup>63</sup> “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 13/11/1879, p. 1.

<sup>64</sup> “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 22/12/1879, p. 1. Para outras publicações nas quais Ferreira de Araújo se refere à redução da oferta de ensino à população, conferir: “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 12/11, 2, 17 e 22/12/1879, pp. 1.

<sup>65</sup> Na edição de 13 de novembro, Araújo afirmara que o governo “priva do direito de voto a maioria da nação, [afastando] das urnas por ignorantes aqueles a quem nega a instrução”. (Cf. “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 13/11/1879, p. 1). Em 17 de dezembro, ainda insistia no assunto, afirmando que “o governo manda fechar escolas noturnas e priva do direito de voto a maioria da nação”. (Cf. “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 17/12/1879, p. 1).

<sup>66</sup> “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 13/11/1879, p. 1.

<sup>67</sup> “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 27/11/1879, p. 1.

<sup>68</sup> “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 12/11/1879, p. 1.

procurava fazer clara e presente essa perda que se colocava para os cidadãos, sempre mirando no governo e sem evidenciar qualquer responsabilidade da monarquia ou do Imperador, como na publicação de 2 de dezembro, na qual afirmara que,

em compensação dos novos impostos com que foi agravada a população, nada lhe deu o governo em melhoramentos que os compensasse; antes pelo contrário, principalmente as classes mais pobres, foram prejudicadas em todos os sentidos, porque, além de se lhes aumentar as imposições foram elas privadas dos cursos noturnos em que se instruíam, e vão ser também privadas do direito de voto<sup>69</sup>

Entre os vários impostos com os quais foi “agravada a população”, o que insidia sobre as passagens de bondes na Corte, o chamado imposto do vintém, ganhou especial atenção nos artigos de Ferreira de Araújo, justamente porque, do ponto de vista do articulista, prejudicava “as classes mais pobres”. Uma vez que seria pago a cada nova viagem, este imposto em especial faria com que o cidadão sentisse mais diretamente a presença negativa do Estado. Entre tantos outros, o articulista dos “Assuntos” transformou aquele tributo em um instrumento eficaz de se atingir o governo<sup>70</sup>. Enquanto a edição dos “Assuntos do Dia” de 27 de novembro tratava o imposto do vintém como “um dos mais odiosos que têm ocorrido à imaginação dos nossos legisladores”<sup>71</sup>, a de 2 de dezembro lembrava que as classes mais pobres estavam sendo “privadas do direito de voto”<sup>72</sup>. Em edição posterior, na qual discutia sobre o regulamento do tributo, Araújo afirmara: “parece-nos que o governo, regulando o modo de cobrança do imposto do vintém, foi ainda menos feliz do que quando pensou em agravar o povo com mais essa odiosa imposição”. O articulista ainda fazia questão de lembrar a origem do tributo que engordaria os cofres do Estado: “os minguados salários dos operários”<sup>73</sup>. Em 17 de dezembro, ainda em artigo que tratava sobre a regulamentação do imposto, Ferreira de Araújo encerraria provocativamente a publicação fazendo referência às

<sup>69</sup> “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 2/12/1879, p. 1.

<sup>70</sup> E isso fica mais evidente quando olhamos a lei que fixou o orçamento geral do Império para os exercícios de 1879-1881. O dispositivo ratificava a instituição ou majoração de pelo menos oito tributos. A lei nº 2.940 de 31 de outubro de 1879, parcialmente publicada na edição de 6 de novembro da *Gazeta e Notícias*, criou os impostos sobre a armazenagem de mercadorias em depósitos das alfândegas, a renda de servidores públicos e serventuários de cartórios, as casas de comissão de escravos, os terrenos não edificadas na cidade do Rio de Janeiro, os foros de laudêmio, as passagens de estradas de ferro e barcas e também linhas férreas da cidade do Rio de Janeiro e seus subúrbios, o que ficaria conhecido como imposto do vintém. A referida lei ainda elevou a taxa de escravos e o imposto sobre loterias. Cf. “Novos Impostos”, *Gazeta de Notícias*, 6/11/1879, 1.

<sup>71</sup> “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 27/11/1879, p. 1.

<sup>72</sup> “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 02/12/1879, p. 1.

<sup>73</sup> “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 13/12/1879, p. 1.

ações do governo sobre a reforma eleitoral que estava “privando do direito de voto a maioria da nação”<sup>74</sup>.

Enquanto o articulista dos “Assuntos do Dia” centrava fogo no governo, em outros espaços, para além da *Gazeta de Notícias*, nos quais também se discutia a questão da eleição direta, encontramos situação diversa. Na Câmara, por exemplo, em discurso ocorrido em abril de 1879, o Deputado Joaquim Saldanha Marinho afirmara que foram os liberais que o Imperador encarregou de promover o voto direto, com o fim único de “sancionar a vontade da Coroa”<sup>75</sup>. Ainda, a referência a D. Pedro ou à instituição monárquica, também aparecia nas falas de outros políticos, entre estes França Carvalho e Lourenço de Albuquerque em maio, e Joaquim Nabuco em junho de 1879<sup>76</sup>. Já na imprensa da Corte, alguns periódicos abordavam o assunto em artigos de editorial. O jornal *Gazeta do Rio*, por exemplo, afirmara que “no atual reinado o papel da Coroa tem sido o constante desvairamento e a perturbação do regime representativo”<sup>77</sup>. *A Reforma* destacara que a Coroa, alinhando-se “à opinião do país, julgou indispensável acabar com o [antigo] sistema eleitoral” a ser executada pelo “vasto e generoso programa” dos liberais<sup>78</sup>. N’*O Fluminense*, o artigo discorria que “a coroa (sic) na fala do trono [afirmara] que a eleição direta é uma aspiração nacional”<sup>79</sup>. E a *Gazeta da Noite* informara sobre a abertura de votação extraordinário no parlamento “para discutir a decretação da eleição direta” que, segundo o jornal, “só serve para comprometer ainda mais as finanças da nação” e que, “por estas razões, a nação e nós não podemos nos felicitar com s. m. o imperador (sic)”<sup>80</sup>. Olhando para esses diferentes espaços de discussão, inclusive a imprensa, parece-nos que o Imperador e a Coroa eram peças indissociáveis dos debates. Não encontra-los, pois, nos escritos dos “Assuntos do Dia”, nos indica uma postura deliberada de Ferreira de Araújo, uma possível estratégia editorial do jornal, uma vez que D. Pedro e a monarquia far-se-iam presentes em outras colunas da folha.

Essas tensões que se desenhavam em torno da questão dos direitos e dos deveres do cidadão culminaram em uma revolta popular sem precedentes na Corte entre os dias finais de 1879 e iniciais de 1880. A chamada Revolta do Vintém acabou por desacreditar completamente o Gabinete Sinimbú, que caiu em março de 1880. “Substituiu-o outro

<sup>74</sup> “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 17/12/1879, p. 1.

<sup>75</sup> MARINHO, Joaquim Saldanha. *Apud* RIBEIRO, A “constituente constituída”, *op. cit.*, p. 244.

<sup>76</sup> Cf. Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara. Tomo I, pp. 21-21 (discurso de França Carvalho), e p. 37 (discurso de Lourenço de Albuquerque); e Tomo II, p. 196 (discurso de Joaquim Nabuco). Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2.>>. Acesso em: 10/2/2020.

<sup>77</sup> “Gazeta do Rio”, *Gazeta do Rio*, 13/7/1879, p. 1.

<sup>78</sup> Cf. “A Reforma”, *A Reforma*, 9/1/1879, p. 1.

<sup>79</sup> “O Fluminense”, *O Fluminense*, 19/2/1879, p. 1.

<sup>80</sup> “Gazeta da Noite”, *Gazeta da Noite*, 31/10/1879, p. 1.

Gabinete Liberal, liderado por José Antônio Saraiva”<sup>81</sup>. Com a troca, o dono da *Gazeta* passou a adotar um tom mais conciliatório em relação ao governo. Mais uma vez renovavam-se as esperanças de Araújo, provavelmente pelo fato de que Saraiva tinha ideias próprias e talvez fosse menos permissivo com a Coroa<sup>82</sup>.

A questão da reforma eleitoral voltou com novo vigor aos “Assuntos do Dia”. Algumas edições passaram a apresentar o subtítulo “Reforma Eleitoral”<sup>83</sup>. Ferreira de Araújo afirmava então que o Ministro Saraiva foi recebido pela “maioria do partido e a maioria do público” com “uma reação salutar” e que o novo gabinete tinha, pois, “sobre os ombros a grave responsabilidade de ser uma última prova da ideia democrática” no país. Araújo ainda advertia o novo governo sobre o fato de que “todas as classes sociais; que o povo interessa-se pelos debates do parlamento e pelas discussões da imprensa”, e que, “se o ministério 28 de Março quiser caminhar contra a corrente da opinião [pública]”, pois, “os homens que o compõe terão na história do Brasil simplesmente a glória pouco invejável de serem os sucessores do [gabinete] 5 de Janeiro”. O articulista dos “Assuntos”, portanto, dava as boas vindas ao novo gabinete, declarando o que se esperava dele, a reforma eleitoral, e as consequências do não cumprimento de seu papel. Mesmo que demonstrando certo alívio e empatia pela troca do chefe do Conselho de Ministros, Ferreira de Araújo não fizera qualquer referência ao Imperador, uma vez que somente a ele cabia tal prerrogativa.

No decorrer das discussões parlamentares, Ferreira de Araújo trazia ao debate as dificuldades que se apresentavam em torno da nova proposta da eleição direta<sup>84</sup>. O articulista dos “Assuntos” estava atento aos pontos do projeto que indicavam a limitação do eleitorado e trazia essas questões à apreciação pública através das páginas de sua *Gazeta de Notícias*. Em agosto, a questão da reforma no sistema eleitoral caminhava no parlamento. Araújo seguia concentrando suas críticas no governo, afirmando que “a reforma eleitoral que, proclamada a primeira medida do programa ministerial, não pode ficar adiada”<sup>85</sup>. Apesar dos pontos negativos que se apresentavam, o articulista ainda expressara alguma esperança em relação a uma participação eleitoral mais ampla. Isso fica evidente nos últimos “Assuntos” em que

<sup>81</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 256.

<sup>82</sup> Sobre esta afirmação, conferir: RIBEIRO, A “constituente constituída”, *op. cit.*, p. 261.

<sup>83</sup> Cf. “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 5 e 6/6/1880, pp. 1.

<sup>84</sup> Os principais pontos de entrave apontados nos “Assuntos do Dia” diziam respeito à prova de renda e a propositura de um imposto como meio de comprová-la. Cf. “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 6/6/1880, p. 1.

<sup>85</sup> “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 23/8/1880, p. 1.

comentou a questão, asseverando que “a reforma eleitoral nos promete o ideal de sua livre manifestação”<sup>86</sup>.

Já no ano de 1881, a questão eleitoral estava vencida. Como já observado, a lei foi votada no final de 1880 e entrou em vigor no início de 1881. O tema não seria mais debatido nos escritos de Ferreira de Araújo. O que chama a atenção entre os dezenove “Assuntos” publicados em 1881, é uma série dez artigos com o subtítulo “Olhemos para o México”<sup>87</sup>, nos quais o articulista discorrera sobre os avanços na produção de riqueza dos mexicanos, atrelando isso ao fato de aquele país ter se tornado uma república. Seu propósito, escrevera ainda na primeira publicação, era “por sob os olhos dos nossos leitores o tópico relativo aos progressos da república e à marcha progressiva da sua prosperidade”<sup>88</sup>. Para isso, comentou os avanços mexicanos na construção de estradas de ferro, nas comunicações<sup>89</sup> e os benefícios de sua parceria com a república dos Estados Unidos<sup>90</sup>. Uma das publicações que chama a atenção é a de 16 de junho de 1881, na qual se percebe novamente o descrédito de Araújo em relação ao governo liberal. Segundo o articulista, no México, “bastou que o sentimento do patriotismo e a intuição do futuro fortificassem e iluminassem o espírito dos homens elevados ao poder, para que o progresso social recebesse um impulso vigoroso”; que no Brasil, ao contrário, “o que se busca na generalidade, é o gozo das preeminências sociais e a satisfação vulgar de criar proselitismos, multiplicando e distribuindo graças, os favores e os empregos pelo baixo intuito de aumentar o número de dependências” e que,

com o mérito próprio, o estudo, a ciência, a aplicação, a honestidade e a modéstia não têm valor intrínseco [naquela conjuntura no Brasil] e não propiciam a elevação dos homens nem a satisfação das suas justas aspirações; como bastam os favoritismos ou a influência das relações pessoais, por parentesco ou camaradagem, para assegurar às ambições vulgares a posse de posições; poucos estudam, poucos se aplicam, e daí essa superficialidade de conhecimentos, essa ignorância fatal – causa eficiente dos nossos erros repetidos, do nosso atraso, da nossa anarquia administrativa, e dessa anemia letal que desce, desde o cérebro dos ministros até as veias capilares do organismo social.<sup>91</sup>

O que esta publicação traz, da série de publicações que exaltam a prosperidade da república, são duras críticas à estrutura do sistema monárquico, suas formas de organização e as relações que levam à produção de dependentes pelo favor, pela prebenda, pelos laços de

<sup>86</sup> “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 3/9/1880, p. 1.

<sup>87</sup> Cf. “Assuntos do Dia – Olhemos para o México”, *Gazeta de Notícias*, 7 a 16/06/1881, pp. 1.

<sup>88</sup> “Assuntos do Dia – Olhemos para o México”, *Gazeta de Notícias*, 7/06/1881, p. 1.

<sup>89</sup> Cf. “Assuntos do Dia – Olhemos para o México”, *Gazeta de Notícias*, 8/06/1881, p. 1.

<sup>90</sup> Cf. “Assuntos do Dia – Olhemos para o México”, *Gazeta de Notícias*, 10/06/1881, p. 1.

<sup>91</sup> “Assuntos do Dia – Olhemos para o México”, *Gazeta de Notícias*, 10/06/1881, p. 1.

família, onde o mérito próprio nem sempre era suficiente para se galgar posições na estrutura social do Império. Isso tudo deveria ser deduzido pelo leitor da *Gazeta de Notícias*, uma vez que em nenhum dos dez artigos encontramos as palavras monarquia, Coroa ou Imperador. É interessante notar que esses tipos de argumentos e questões trazidas nesses “Assuntos” são destacados no livro de Angela Alonso, *Ideias em movimento*, no qual a autora discorre sobre as insatisfações que certa elite letrada guardava da monarquia. Segundo a autora, esses intelectuais fomentaram “um movimento de contestação à ordem imperial e de demanda por reformas estruturais”<sup>92</sup>, uma vez que “os valores e o funcionamento efetivo das instituições políticas limitavam a cidadania plena e o espaço de debate público a um seleto currículo de iguais”<sup>93</sup>. O que vemos no referido artigo de Ferreira de Araújo em 1881, é justamente o efeito do sentimento de que o regime imperial restringia o avanço nacional e das aspirações pessoais daqueles que não faziam parte dos círculos de notáveis.

No ano de 1882, Araújo seria ainda menos atuante em sua coluna. Como já comentado, entre 1º de janeiro e 1º de maio daquele ano, o articulista publicou apenas quatro artigos, nos quais discorrera sobre os problemas da instrução pública<sup>94</sup>. O fato é que o tema da instrução pública interessava particularmente aos proprietários de jornais na medida em que o aumento do número de alfabetizados significava, por consequência, o aumento do número de consumidores potenciais dos periódicos. Este também era um ponto presente no programa dos liberais e, vencida a reforma eleitoral, pelo governo, se fazia necessário pressioná-lo em questões que ainda pudessem surtir algum resultado positivo para aqueles que acreditaram em uma ampla pauta de reformas.

Por fim, pois, cabe destacar aqui, leitor, as impressões gerais sobre a particularidade, ou, o *modus operandi* de Ferreira de Araújo em seus “Assuntos do Dia” ao abordar os temas de destaque que, ao mesmo tempo, estavam sendo debatidos em outras sessões do jornal. Dos 166 artigos publicados entre janeiro de 1879 e maio de 1882, encontramos cerca de 52 que fazem referência à atuação dos ministérios e apenas 1 que cita o Imperador. Os temas mais recorrente na coluna neste período foram os da reforma eleitoral, ocorrendo em cerca de 21 publicações, seguido pelo da situação dos escravos que aparecem em pelo menos 11 edições. Praticamente não encontramos referências à família imperial, à monarquia ou ao Imperador. Digo praticamente porque o nome do monarca aparece em apenas uma das edições consultadas, a de 4 de dezembro de 1879. A publicação tinha como foco cobrar do governo o

<sup>92</sup> ALONSO, *Ideias em movimento*, *op. cit.*, p. 45.

<sup>93</sup> *Idem*, p. 51.

<sup>94</sup> Cf. “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 28, 29 e 30/4 e 1/5/1882, pp. 1.

cumprimento da lei de 28 de setembro em relação aos ingênuos<sup>95</sup> e, em determinado momento, Araújo se referiu à lei como aquela “que deu azo a que nosso monarca fosse celebrado em proza e verso pelo mundo”<sup>96</sup>. O fim do trabalho escravo não deixava de ser uma das reformas mais desejadas, uma das centrais. E quando o assunto era escravidão, era inevitável citar o monarca. Em *Machado de Assis Historiador*, por exemplo, Sidney Chalhoub analisa as disputas ocorridas em torno da questão da Lei de 28 de setembro de 1871. O historiador demonstra como o Imperador Pedro II dedicou esforços para promover o debate sobre o tema da escravidão a partir de meados dos anos 1860, mesmo com a guerra contra o Paraguai em curso. Ainda em 1867, o monarca propôs ao Parlamento a inclusão da emancipação em sua pauta de trabalho. O fato é que, poucos anos depois, em 1871, ter-se-ia aprovada a Lei do Ventre Livre<sup>97</sup>. O historiador Felipe Nicoletti Ribeiro destaca também que foi o governo do Visconde de São Vicente, e especialmente o do Visconde de Rio Branco, que “levaram a cabo com o apoio da Coroa a libertação do ventre das escravizadas”<sup>98</sup>. Já José Murilo de Carvalho, afirma que, além de levantar o projeto de emancipação, D. Pedro manteve influência constante e determinante até a aprovação da lei que libertou o ventre escravo em 1871<sup>99</sup>. O que se vê, então, na citação de Ferreira de Araújo, é que, de certa forma, o articulista reconhecia no Imperador a capacidade de intervir positivamente no assunto da abolição devido a sua posição e aos citados precedentes.

O foco das críticas dos artigos de Ferreira de Araújo era o governo. Nos debates havidos por conta da tramitação do projeto de reforma eleitoral entre 1879 e 1880, não encontramos nenhuma que faça referência direta à monarquia; todas as críticas que ocorreram nos “Assuntos” foram dirigidas ao governo, ou seja, aos ministérios constituídos. Em 1881, o diretor da *Gazeta*, como vimos, encetou sua série de artigos que exaltavam a República

---

<sup>95</sup> O Parágrafo 1º do art. 1º da referida lei previa que, a partir de sua edição, chegando o filho da escrava à idade de oito anos, “o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos”. (BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nasceram desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores sobre a libertação anual de escravos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm)>. Acesso em 20/1/2020). Naquele ano de 1879, a 28 de setembro, a lei completava oito anos e Ferreira de Araújo acusava o governo de não ter preparado as condições para que aquela fosse cumprida. Araújo afirmara que “o prazo da lei expirou e o governo ainda não cuidou de armar-se com os meios de deixar aos senhores dos escravos a opção que a lei lhes faculta” (“Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 4/12/1879, p. 1).

<sup>96</sup> “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 4/12/1879, p. 1.

<sup>97</sup> Cf. CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 131-291

<sup>98</sup> Cf. RIBEIRO, Felipe Nicoletti. *A “constituente constituída”: o Poder Moderador, o Ministério Sinimbu e o Parlamento nos antecedentes da adoção da eleição direta no Império do Brasil (1878-1880)*. Almanack, Garulhos, n. 20, pp. 242-265, dez. 2018, p. 246.

<sup>99</sup> Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 291-328.

mexicana; aí também, porém, não encontramos qualquer citação direta em relação aos membros da família real e o mesmo ocorrera nas publicações de 1882. A percepção que se tem é que aquele espaço do editorial, espaço de opinião do jornal, não era dedicado a críticas à monarquia ou seus membros. Até mesmo as críticas em relação às ações do governo tem um tom mais ameno. Tanto no conturbado ano de 1879 como no ano de 1880, nos quais Ferreira de Araújo abordou abundantemente a questão da reforma eleitoral, suas críticas são voltadas ao objeto da discussão, a nova lei eleitoral. Em nenhuma das publicações o articulista pede a saída do gabinete de Sinimbu ou Saraiva, apesar do descontentamento patente em seus escritos. Não há qualquer ofensa aos presidentes do Conselho de Ministros, não há incitação para que o povo resista com a força, o que se tem é a notícia e a discussão de um objeto, não de autoridades. Nesta parte do jornal, portanto, a figura do rei está ausente.

Pelo que fora levantado no presente trabalho, acredita-se que o argumento que melhor justifica essa postura moderada de Ferreira de Araújo no trato dos assuntos políticos em seus artigos está na própria estratégia editorial do jornal. Como vimos, em seu primeiro número o jornal já difundira que não estava ligado a qualquer partido político, que sua proposta era tratar dos temas de interesse geral<sup>100</sup>. Entrando em seu quinto ano de existência, em 1879, o próprio Ferreira de Araújo aparecera em seus “Assuntos do Dia” ressaltando essa característica da *Gazeta*, declarando que,

O nosso programa, que supomos ter até aqui cumprido, tem por base a plena liberdade. Nunca aceitamos, e esperamos nunca aceitar, compromisso nenhum com quem quer que seja. Boas ou más, as ideias que sustentamos são as nossas. E só buscamos inspiração para elas no interesse geral.<sup>101</sup>

Poucas edições depois, Araújo voltaria a destacar este princípio afirmando que uma imprensa livre se fazia com “imparcialidade e ausência de sistema partidário na manifestação do seu pensar”<sup>102</sup>. Entende-se que, desta forma, o jornal procurava criar para si a imagem de porta voz da opinião pública, uma vez que não defendia interesses específicos. Neste sentido, Marialva Barbosa afirma que este tipo de jornalismo, calcado na ideia de imparcialidade, permitia a essas empresas jornalísticas criar “a ilusão de ‘donos da verdade’, de defensores do público, de serem eles mesmos, os jornais, aqueles que se colocavam como intermediários entre as massas e as classes políticas, e isso se consolidava por meio da veiculação de textos

<sup>100</sup> Cf. “Prospecto”, *Gazeta de Notícias*, 2/08/1874, p. 1.

<sup>101</sup> “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 2/8/1879, p. 1.

<sup>102</sup> Cf. “Assuntos do Dia”, *Gazeta de Notícias*, 17/2/1879, p. 1.



objetivos e neutros<sup>103</sup>. Todavia, se por um lado o proprietário da *Gazeta de Notícias* primava por textos mais informativos e objetivos nas páginas de notícias, principalmente aqueles que expressavam a opinião do jornal como um todo, por outro lado escolhera cuidadosamente o folhetim de seu jornal como o espaço no qual a prática do acinte às autoridades e à família imperial não soariam diretamente como postura do jornal, uma vez que a responsabilidade recairia sobre aqueles que assinavam tais colunas. Vejamos, pois, quão diferentes são as abordagens de José do Patrocínio e Ferreira de Menezes em relação aos mesmos temas e assuntos que foram debatidos nos artigos de Ferreira de Araújo. O que posso adiantar por ora leitor, é que estas são diametralmente opostas.

### 2.3.2 A “Semana” de José do Patrocínio: Dialogando com o Imperador

José Carlos do Patrocínio foi um jornalista, cronista político, romancista e folhetinista negro que atuou ativamente em diversos jornais da Corte desde o início dos anos 1870. É provável que sua aparição na imprensa tenha se dado por meio do jornal *A República*, onde publicara um poema intitulado *À memória de Tiradentes*<sup>104</sup>. O jornal, de propriedade do Clube Republicano, nos indica a possível posição política do jovem Patrocínio, republicano, e o conteúdo do poema, outra bandeira que defendia, a abolição. No texto relegado à terceira página da folha, dedicado àquele que aos poucos tinha sua imagem erigida como a do protomártir da república brasileira, José do Patrocínio disparava contra a “imunda escravidão” e exaltava a liberdade, segundo o qual era a única capaz de esmagar a escravidão e o Trono no Brasil<sup>105</sup>. O republicanismo e o abolicionismo de Patrocínio tornar-se-iam marcas indissociáveis de sua trajetória na imprensa. Escrevendo para o jornal estudantil *O Labaro*, já em 1874, cujo texto fora dedicado ao futuro redator da *Gazeta de Notícias*, Dermeval da Fonseca, o jovem redator defendia a emancipação dos escravos como uma forma fundamental de se pensar a República, segundo ele, o único sistema capaz de libertar o povo da tirania

<sup>103</sup> Cf. BARBOSA, Marialva. *História da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 98. Para outros trabalhos que destacaram a instituição do princípio da imparcialidade entre os periódicos de finais do século XIX, conferir: BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. São Paulo: Revista brasileira de comunicação, Vol. XX, jul/dez 1997, pág. 87-102; \_\_\_\_\_, *Os donos do rio, op. cit.*; PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 1884-1888. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói – RJ, 2006; e RAMOS, Ana Flávia Cernic. *A política imperial nas “Cousas Políticas” e nas “Balas de Estalo” da Gazeta de Notícias: o jornalismo dos últimos anos da monarquia (1883-1884)*. Revista História e Cultura, Franca – SP, v. 3, p. 7-27, 2014.

<sup>104</sup> Sobre essa afirmação, conferir: SILVA, De “Papa-pecúlios” a Tigre da Abolição, *op. cit.*, p. 67.

<sup>105</sup> Cf. “À memória de Tiradentes”, *A República*, 22/4/1871, p. 3

revestida de monarquia sob a qual viviam<sup>106</sup>. Em 1875, José do Patrocínio passaria a fazer parte do corpo de redatores d’*A Reforma*<sup>107</sup>, jornal no qual os liberais alijados do poder em 1868 começaram a fazer forte oposição aos conservadores e ao Trono, e no qual passaram a defender sua pauta de reformas. Posteriormente, Patrocínio então se enveredaria por uma série de jornais satíricos como o *Vida Fluminense*<sup>108</sup>, *Os Ferrões*<sup>109</sup> (1875), *O Mequetrefe*<sup>110</sup> (1876) e o *Comedia Popular*<sup>111</sup> (1877). Por fim, e provavelmente por sua posição política, pelas bandeiras que defendia e pela habilidade de conjugar em seus escritos humor e assuntos políticos, José do Patrocínio foi encarregado por Ferreira de Araújo de assinar uma das principais colunas de crônica política da *Gazeta de Notícias*, “A Semana Parlamentar / Política”, que o fazia sob o pseudônimo de Proudhomme. A “Semana” de José do Patrocínio surgiu na *Gazeta de Notícias* em 25 de fevereiro de 1877. A proposta da coluna era dar uma crônica semanal sobre os últimos acontecimentos da Corte. A coluna discorria preferencialmente sobre os assuntos políticos e, por se tratar de um texto de opinião, não poupava críticas a qualquer autoridade, nem mesmo ao Imperador<sup>112</sup>. O desenvolvimento das análises seguintes são o resultado da leitura de 115 crônicas que José do Patrocínio publicou na *Gazeta de Notícias* entre 6 de janeiro de 1879 e 15 de agosto de 1881.

Olhando para a coluna de José do Patrocínio às segundas-feiras, vamos encontrar uma abordagem bem diversa daquele verificada nos “Assuntos do Dia” de Ferreira de Araújo. Em 1879, Patrocínio afirmava que o ministério 5 de janeiro era um desastre<sup>113</sup>, e Sinimbu um “conspirador contra a integridade do Império”<sup>114</sup>. O gabinete liberal era acusado de negar

<sup>106</sup> “O gênio brasileiro – Cartas a Dermeval da Fonseca”, *Labaro Academico*, 15/6/1874, pp. 2-3.

<sup>107</sup> Sobre *A Reforma*, conferir: SODRÉ, *História da imprensa no Brasil*, op. cit., pp. 202-223.

<sup>108</sup> Sobre *A Vida Fluminense*, conferir: *Idem*. pp. 206-215.

<sup>109</sup> Sobre *Os Ferrões*, conferir: PATROCÍNIO, José do. *Os Ferrões*. NASCIMENTO, José Leonardo do (org.). São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

<sup>110</sup> Para trabalhos sobre *O Mequetrefe*, conferir: Cf. LOPES, Aristeu Elisandro Machado. “O dia de amanhã”: A República nas páginas do periódico ilustrado *O Mequetrefe*, 1875-1889. *História* (São Paulo), v. 30, n. 2, pp. 239-265, ago/dez 2011; e CAPELOTTI, João Paulo; LOBO, Judá Leão. *Humor e Liberdade de imprensa em O Mequetrefe*. *Revista Direito de Práxis*, vol. 5, n. 9, 2014, pp. 176-206.

<sup>111</sup> Sobre a *Comedia Popular*, conferir: SODRÉ, *História da imprensa no Brasil*, op. cit., p. 268.

<sup>112</sup> Para trabalhos sobre a trajetória de José do Patrocínio, conferir: PINTO, Ana Flávia Magalhães. “José do Patrocínio: abolição, racismo e uma pedra no caminho chamado Silvio Romero”. In.: PINTO, Ana Flávia Magalhães; CHALHOUB, Sidney (orgs.). *Pensadores negros – pensadoras negras*: Brasil, séculos XIX e XX. Cruz das Almas: EDUFRB. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016; \_\_\_\_\_. *Escritos de liberdade*: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2018; \_\_\_\_\_. *Fortes laços em linhas rotas*: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP, Campinas, SP, 2014; SILVA, De “Papa-pecúlios” a Tigre da Abolição, 2006; e SOUZA, Marcos Teixeira. *José do Patrocínio: uma trajetória em meio a memórias*. *Grau Zero — Revista de Crítica Cultural*, v.3, n. 1, 2015, pp. 167-182.

<sup>113</sup> Cf. “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 6/10/1879, p. 1.

<sup>114</sup> Cf. “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 3/11/1879, p. 1.

auxílio e trabalho ao povo<sup>115</sup>, de espoliar o voto e sobrecarregar os salários dos mais pobres com impostos<sup>116</sup>, de fechar cursos noturnos para as classes menos favorecidas ao mesmo tempo em que feria “o analfabeto com o interdito político”<sup>117</sup>, e de não querer abordar a causa da emancipação dos escravos<sup>118</sup>. José do Patrocínio, a partir de sua “Semana”, procurava insuflar o ânimo da massa para que esta reagisse diante do que considerava ser um avanço negativo da agenda dos liberais. Ainda na “Semana Parlamentar”, em fevereiro de 1879, o folhetinista afirmara provocativamente aos leitores da *Gazeta* que, devido a suas ações, o governo lhes transmitia a seguinte mensagem:

Oh! Tu, nas horas de defesa nacional, tens o dever de dar o teu sangue; diante das taxas do imposto serás obrigado a curvar-te; diante da lei serás coagido a obedecer. Mas atente bem, nós seremos o teu critério, nós faremos o que nos aprouver e tu continuarás com o dever de dar-nos o teu dinheiro e o teu sangue. O voto é a tua afirmação social, mas nós te negamos porque tu pela maior parte não és rico.<sup>119</sup>

Como se vê no excerto, José do Patrocínio procurava convencer a opinião pública, principalmente as camadas mais pobres, de que o Estado havia se assenhorado de suas vidas e de seu dinheiro. Diante dessa relação desigual entre Estado e cidadão, uma das estratégias de Patrocínio era dizer aos leitores da *Gazeta* que estes não passavam de escravos do governo. Em uma dessas publicações, o folhetinista afirmara: “temos a sorte do hilota, do sudra, do negro de eito”<sup>120</sup>. Em outra, e de forma ainda mais provocativa, Patrocínio escrevera:

Tu [povo] és o anônimo, que eu [governo] excluo por incapaz do meu voto [...] porque tu não sabes ler, nem nasceste meu parente. Não tens nenhum direito [...]. Não há dúvida nenhuma que tu não tens direito, mas isto não impede que tenha deveres. Qual o direito que tem os burros e os negros? No entanto tem deveres [...]. Não ter direito [...] não quer dizer não ter deveres; você é diante de mim o mesmo que o negro é diante do seu senhor.<sup>121</sup>

<sup>115</sup> Cf. “Semana Parlamentar”, *Gazeta de Notícias*, 3/3/1879, p. 1.

<sup>116</sup> Cf. “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 16/6/1879, p. 1.

<sup>117</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 8/12/1879, p. 1. Ainda, sobre o fechamento de cursos noturnos, conferir: “Semana Parlamentar”, *Gazeta de Notícias*, 1/12/1879, p. 1.

<sup>118</sup> Em uma dessas publicações, o folhetinista acusa Sinimbu de não querer mexer na questão da escravidão. (Cf. “Semana Parlamentar”, 31/3/1879, p. 1); em outra, afirma que o ministério não tem coragem de abordar a causa da emancipação. (Cf. “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 8/4/1879, p. 1).

<sup>119</sup> “Semana Parlamentar”, *Gazeta de Notícias*, 24/2/1879, p. 1.

<sup>120</sup> “Quinzena Política”, *Gazeta de Notícias*, 2/6/1879, p. 1. Esta edição vem com o título de “Quinzena Política” pelo fato de que o autor havia deixado de publicar sua coluna em uma semana e, na outra, por ter feito a análise das duas semanas anteriores, utilizou o referido título.

<sup>121</sup> “Semana Parlamentar”, *Gazeta de Notícias*, 1/12/1879, p. 1.

Com estas afirmações, José do Patrocínio procurava produzir uma ação popular contra o governo, uma vez que exigia a demissão do ministro Sinimbu<sup>122</sup>. Assim, queria cunhar no pensamento geral a ideia de que “o cidadão brasileiro atualmente vê no seu governo o maior dos inimigos”<sup>123</sup>. E tudo pioraria com os desastrosos distúrbios ocorridos durante a chamada Revolta do Vintém, no início de 1880. Ainda em janeiro deste ano, José do Patrocínio acusara o governo de ter ordenado a morte do povo, criticando a manutenção do ministério e afirmando que a maioria da população gritava fora ao gabinete Sinimbu<sup>124</sup>.

Porém, as críticas do folhetinista não se restringiam ao governo, como ocorria nos “Assuntos do Dia”, a monarquia também aparecia como responsável pelos problemas sociopolíticos do país. Em tempos de crise, a grande questão que permeava os escritos de Patrocínio se referia aos gastos dos membros da realeza. O folhetinista procurava emplacar a ideia de que, em tempos de recessão e cortes de gastos, “a economia não ousa[va] subir o trono imperial”<sup>125</sup>. Das dez edições nas quais fizera referência à família imperial em 1879, em seis delas Patrocínio fez críticas aos membros da monarquia que, naquele momento, estavam vivendo na Europa e recebendo salários dos cofres públicos. Ironicamente, o articulista afirmara que a família imperial era acometida por uma moléstia, qual seja, “a nostalgia da Europa”<sup>126</sup>. Em março, Patrocínio afirmara em publicação que, enquanto o povo era sobrecarregado com novos impostos, “os vencimentos da família imperial ficaram ilesos” e que era “uma injustiça clamorosa, para não dizer uma iniquidade, continuarem intactos os alimentos dados aos Srs. Conde d’Eu e Duque de Saxe”<sup>127</sup> na Europa<sup>128</sup>.

José do Patrocínio também dedicou algumas edições a discorrer sobre as façanhas empresariais do Conde d’Eu. Sendo este um dos nomes parodiados por Raul Pompéia em *As joias da Coroa*, é importante que atentemos aos atributos imputados pelo folhetinista ao esposo de D. Isabel. O folhetinista dedicaria algumas edições a comentar o fato de que o imperial genro estaria adquirindo a concessão de exploração de algumas minas. Na edição de 25 de agosto de 1879, José do Patrocínio narrara o seguinte:

No ano passado [1878], o Sr. Almeida Torres, mordomo do Sr. Conde d’Eu, esposo da herdeira do trono do Brasil, obteve uma concessão para explorar

<sup>122</sup> Ainda no início do ano, Patrocínio declara em uma de suas publicações que o Imperador deveria demitir o presidente do conselho, o ministro Sinimbu. Cf.: “Semana Parlamentar”, *Gazeta de Notícias*, 7/4/1879, p. 1.

<sup>123</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 8/12/1879, p. 1.

<sup>124</sup> Cf.: “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 19 e 26/1/1880, p. 1.

<sup>125</sup> “Semana Parlamentar”, *Gazeta de Notícias*, 10/3/1879, p. 1.

<sup>126</sup> “Semana Parlamentar”, *Gazeta de Notícias*, 17/3/1879, p. 1.

<sup>127</sup> “Semana Parlamentar”, *Gazeta de Notícias*, 31/3/1879, p. 1.

<sup>128</sup> José do Patrocínio também aborda esse assunto nas seguintes edições: “Semana Parlamentar”, *Gazeta de Notícias*, 7, 14 e 15/4 e 5/5/1879, pp. 1.

minas. O negócio não é mau, já se vê, e ultimamente veio uma procuração do Sr. conselheiro Miranda Rego, pela qual S. Alteza o Sr. Conde d'Eu autoriza-o a aceitar por transferência a concessão obtida pelo seu mordomo.<sup>129</sup>

A edição seguinte da “Semana Política” foi iniciada justamente por este assunto, e nela o folhetinista afirmara que não bastava ao Conde d'Eu herdar o trono do Brasil, uma vez que ao lado deste mesmo trono ele pretendia colocar “os seus *cortiços* e as suas minas”<sup>130</sup>. A questão das minas era um fato novo, porém, a acusação de que o “futuro imperador honorário do Brasil”<sup>131</sup>, o Conde d'Eu, possuía e explorava cortiços através do aluguel, já vinha sendo usada para atacar sua imagem. José do Patrocínio, como um bom opositor da monarquia que era, não deixou passar despercebida essa nova empresa do Príncipe consorte e, ainda em setembro de 1879, em nova publicação, afirmara provocativamente que a exploração de minas era muito mais decente que a exploração de cortiços e que o Conde dava tanto valor ao dinheiro que o antepunha a tudo<sup>132</sup>. Neste contexto, pois, criticar a figura do Príncipe cumpria uma dupla função. A primeira delas tinha por objetivo constranger o Trono, o Imperador, uma vez que José do Patrocínio imputava as ações do Conde à indiferença de D. Pedro sobre o assunto<sup>133</sup>. A segunda função se refere ao fato de que atacar o príncipe consorte também significava atacar o futuro da monarquia, uma vez que, ao lado de D. Isabel, ele passaria a ostentar o título de Imperador do Brasil após a morte de D. Pedro.

Além do governo e da monarquia, o Imperador também aparecia abundantemente nos escritos da “Semana Parlamentar / Política”. Vejamos, por exemplo, um trecho da primeira crônica escrita pelo articulista no ano de 1879:

Senhor! Os espíritos mais lúcidos e mais venerandos do século tem reconhecido em V. M. Imperial um cérebro de homem sob as manifestações de um rei. Distinguiram-vos igualmente o Instituto da França e o Instituto Histórico [Brasileiro], exaltando-vos como sabedor da grande série científica que racionalmente ascende da aritmética à sociologia. Nós os cidadãos brasileiros [...], Imperial senhor, não nos opusemos ao conceito por vós conquistado. Ao contrário repetimos todos em coro: [...] ele que tudo pode é porque tudo sabe<sup>134</sup>.

<sup>129</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 25/8/1879, p. 1.

<sup>130</sup> “Semana Parlamentar”, *Gazeta de Notícias*, 1/9/1879, p. 1.

<sup>131</sup> Patrocínio se referiu ao Príncipe nesses termos. Cf.: “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 1/9/1879, p. 1.

<sup>132</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 29/9/1879, p. 1. Ainda no final de dezembro, José do Patrocínio ecoaria em sua “Semana Parlamentar” a questão das minas do Conde d'Eu. Cf.: “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 29/12/1879, p. 1.

<sup>133</sup> José do Patrocínio afirmou que o Imperador quedava indiferente a essas questões, ou seja, permitia que o Conde d'Eu seguisse com essas possíveis atitudes consideradas pouco descentes para um membro da realeza. Cf.: “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 1/9/1879, p. 1.

<sup>134</sup> “Semana Parlamentar”, *Gazeta de Notícias*, 6/6/1879, p. 1.

Lendo os primeiros parágrafos com os quais José do Patrocínio iniciou a publicação da “Semana” naquele ano de 1879, não seria difícil crermos tratar-se de um panegírico em homenagem ao Imperador. Porém, leitor, em verdade, o que temos aí são críticas à imagem difundida pelos áulicos do monarca e às suas prerrogativas constitucionais, que, como vimos, os opositores passaram a nomear de “uso do poder pessoal”. Portanto, dizer que o “Imperador tornou-se o nosso oráculo, a voz dos nossos destinos, a lógica dos nossos atos, o critério das nossas resoluções, o ponto de partida do nosso pensamento, a síntese das nossas aspirações”<sup>135</sup>, ainda na mesma publicação, não representava uma forma de reconhecer a importância e centralidade de D. Pedro na condução dos negócios do país, mas, ao contrário, de criticá-la. Ainda, no final de janeiro de 1879, o articulista da *Gazeta de Notícias* insistia na afirmação de que o Imperador era a “única vontade, o único entendimento, a única sensibilidade deste país”<sup>136</sup>. Em publicação no início de agosto daquele ano, Patrocínio evidenciava de forma mais direta quais eram as consequências da centralidade do monarca na decisão dos assuntos políticos do Império. Segundo o folhetinista,

A seleção das necessidades sociais é, entre nós, função de um só órgão – a vontade do Imperador – que, pelo pacto fundamental [a Constituição] é o árbitro dos destinos políticos, pela mudança dos ministérios e pela dissolução da câmara. Ora, este órgão irresponsável não é, infelizmente, infalível, e, como a sua vontade não encontra nenhuma resistência, o que se segue é que ele pode, a seu talento, dar por dispensável o que é indispensável, e vice versa.<sup>137</sup>

Para José do Patrocínio, o Imperador se servia de suas prerrogativas constitucionais para manietar os partidos políticos e, por mais que houvesse a troca dos ministérios, a política imperial sempre teria a cara do Imperador. Insistindo no mesmo argumento, em nova publicação, Patrocínio afirmara que “as câmaras reunidas de nada adiantam” e que já havia se consolidado no pensamento “de todos que as leis não representam a vontade dos representantes do povo, mas unicamente a vontade do poder executivo, de que Sua Majestade é o chefe”<sup>138</sup>. No início daquele ano de 1879, Patrocínio já havia afirmado que “os partidos são um enorme zero de que S. M. o Imperador serve-se de quanto em quando para ajuntar

---

<sup>135</sup> *Ibidem*.

<sup>136</sup> “Semana Parlamentar”, *Gazeta de Notícias*, 27/1/1879, p. 1.

<sup>137</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 11/8/1879, p. 1.

<sup>138</sup> “Semana Política”, *Gazeta e Notícias*, 1/9/1879, p. 1. A crítica de que o Imperador manipulava os partidos políticos no Império era recorrente. Sobre esta afirmação, conferir: CARVALHO, *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O Brasil monárquico, vol. 7: do Império à República”. In.: \_\_\_\_\_. *História Geral da Civilização Brasileira*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005; SCHWARCZ, *As barbas do Imperador*, *op. cit.*

mais uma parcela do seu poder”<sup>139</sup>. O articulista também acusava D. Pedro de distribuir cargos como forma de minar a resistência de opositores. Segundo Patrocínio, a sociedade estaria “absolutamente entregue à vontade de um só homem, que, pelo instinto de conservação, esforça-se por esmagar todos aqueles em que descobre talento e caráter”<sup>140</sup>, e uma das formas de fazê-lo era “calar os clamores contra o *poder pessoal*, dando cadeiras senatoriais”<sup>141</sup>.

Se em algumas publicações, José do Patrocínio se empenhava em culpar D. Pedro II pelos desajustes do governo, em outras se sentia à vontade para adverti-lo, usando como exemplo casos trágicos das monarquias francesas. Na publicação de 31 de março de 1879, por exemplo, Patrocínio afirmava que os novos tributos lançados sobre o povo não alcançavam o Imperador que, portanto, haveria “entre nós uma entidade superior a todos o país” que “mesmo na hora em que todos são ferozmente procurados para salvar” as finanças do Império, o monarca seguia incólume a tais sacrifícios. Então, o folhetinista afirmava que o Imperador se lembrava, “e muito bem, de que no fim do século os ministros da fazenda esforçavam-se por esfolar a França a fim de conservar o luxo da corte, e o resultado foi o bonachão do capeto ir dar com a cabeça na guilhotina”<sup>142</sup>, referindo-se à decapitação de Luís XVI no decorrer da Revolução Francesa do século XVIII. Já em junho de 1879, José do Patrocínio responsabilizava o Imperador pelas cargas de baionetas da polícia contra as pessoas que haviam se reunido para vaiar os ministros, advertindo o monarca de que “os tronos cimentados com sangue não são os mais seguros”<sup>143</sup>. Em outra publicação, na sequência desses acontecimentos, Patrocínio afirmava que “os reis são surdos e cegos de nascença”, acusando o Imperador de cerrar ouvidos às queixas que vinham das ruas. Então, escrevera que o rei francês “Luiz Felipe, por exemplo, ia sentar-se à mesa para jantar sossegadamente, sem ouvir nem ver a revolução, e, no entanto, esta, que já estava próxima de si, lhe intimava a assinar a sua abdicação e a de toda a sua dinastia”<sup>144</sup>, desta vez se referindo à revolução de 1848 que levou à implantação da Segunda República Francesa.

No decorrer de setembro e outubro de 1879, quando as discussões sobre a eleição direta avançavam no parlamento, José do Patrocínio escrevia em seu folhetim que as leis do

<sup>139</sup> “Semana Parlamentar”, *Gazeta de Notícias*, 27/1/1879, p. 1.

<sup>140</sup> “Semana Parlamentar”, *Gazeta de Notícias*, 10/2/1879, p. 1.

<sup>141</sup> “Semana Parlamentar”, *Gazeta de Notícias*, 10/3/1879, p. 1. A referência é ao fato de Lafayette Rodrigues Pereira, ter aceitado do Imperador a incumbência de dirigir a pasta do Ministério da Justiça, uma vez que em 1870 havia sido um dos signatários do Manifesto Republicano. Cf.: “Semana Parlamentar”, *Gazeta de Notícias*, 13 e 21/1/1879, pp. 1.

<sup>142</sup> “Semana Parlamentar”, *Gazeta de Notícias*, 31/3/1879, p. 1.

<sup>143</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 9/6/1879, p. 1.

<sup>144</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 30/6/1879, p. 1.

país representavam unicamente a vontade do Imperador<sup>145</sup> e que a reforma eleitoral seria feita à sua vontade<sup>146</sup>. “Hoje nada mais pode impedir que o poder imperial absorva os restos de autonomia aparente que restava ao povo”<sup>147</sup>, escrevera o folhetinista se referindo à possível redução da participação popular nas eleições imperiais. Acerca deste assunto, Patrocínio concluiria que “a política do segundo reinado, começada pelo *quero*, já entra a última fase da sua evolução: *exijo tudo*”<sup>148</sup>.

A sessão solene da Fala do Trono, ocorrida no final daquele mês, outubro de 1879, também não passaria incólume ao crivo do folhetinista. No dia 31, a *Gazeta* abriu seu editorial para informar que no ato de encerramento da sessão legislativa ordinário de 1879, o Imperador havia se apresentado ao Senado vestido com seu manto real e agradecera aos parlamentares os trabalhos empreendidos no sentido de equilibrar as contas públicas, dizendo que seus esforços seriam reconhecidos pelo povo, o qual aceitava de bom grado os encargos impostos “em nome da causa pública”<sup>149</sup>. Na “Semana Política”, porém, José do Patrocínio descrevera aquela solenidade de modo bastante peculiar. Segundo o folhetinista, o Imperador caminhou Senado adentro vestido com seu “manto estrelado, com uma gola de penas de tucano”, umas ceroulas apertadas que “desenhavam-lhe as augustas pernas”, coroa na cabeça, e então encostou o cetro a um canto “com tanta naturalidade como qualquer mortal encosta a bengala” e sentou-se “no trono com as pernas muito abertas”; que após receber a fala do trono em mãos, o Imperador iniciou a leitura com “entonação aflautada”<sup>150</sup>.

A representação que José do Patrocínio fez do Imperador no rodapé da *Gazeta de Notícias* em nada lembrava a coluna publicada no editorial da folha. Fora do folhetim, a linguagem empregada pelo jornal é mais oficiosa, limitando-se a informar, em tom mais polido e grave, a série de circunstâncias que compuseram o evento. Já na “Semana Política”, a solenidade permeada de pompa se tornara irreverente na pena do folhetinista. O Imperador é caricaturalmente descrito: as ceroulas apertadas que torneiam as pernas, o cetro dissimuladamente comparado a uma bengala, o sentar em desalinho, a fala preparada e lida com voz aflautada, carregando a mensagem de que a monarquia era uma instituição caquética,

<sup>145</sup> Cf. “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 1/9/1879, p. 1.

<sup>146</sup> Cf. “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 22/9/1879, p. 1.

<sup>147</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 6/10/1879, p. 1.

<sup>148</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 20/10/1879, p. 1.

<sup>149</sup> “Sessão Imperial”, *Gazeta de Notícias*, 31/10/1879, p. 1.

<sup>150</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 03/11/1879, p. 1. Segundo José Murilo de Carvalho, “a voz [do Imperador] não engrossou, não adquiriu o timbre masculino. Quando adulto, o contraste entre o físico avantajado e a voz fina causava surpresa aos interlocutores e, certamente, constrangimento a ele próprio. Muitos registraram o fato, mas o Imperador nunca a ele se referiu”. In: CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 30.



insuficiente para responder aos anseios do país. Naqueles tempos, em que pelas ruas ecoava os descontentamentos com as recentes ações tomadas pelo governo, José do Patrocínio habilmente associava a vestimenta de gala do Imperador como um símbolo de atraso da monarquia em relação aos novos tempos, afirmando que “bastava a descrição [do traje real] para mostrar como o sábio Imperador, em pleno século XIX, apresentava-se diante da nação”<sup>151</sup>.

Ao passo que os projetos do governo seguiam, mesmo diante dos protestos das ruas e da imprensa, José do Patrocínio se voltava cada vez mais para o Trono, afirmando a indiferença do Imperador a “todos os clamores e protestos da opinião [pública]”<sup>152</sup>. “A sua indústria, o seu negócio é reinar, e tal negócio, tal indústria deve ele herdar aos filhos”<sup>153</sup>, escrevera o folhetinista em meados de novembro de 1879. Para Patrocínio, portanto, a incapacidade administrativa dos governos era mais que resultado de más decisões do Imperador, era uma necessidade do Trono para que o monarca pudesse ajeitar a sua indústria de reinar. Voltando-se mais uma vez para as prerrogativas do Imperador, o articulista da “Semana Política” argumentava que o texto constitucional havia revestido o monarca com a “tríplice muralha do irresponsável, do inviolável e do sagrado”. Encerrando suas publicações daquele ano, José do Patrocínio afirmara que os olhares do povo se voltavam para o Trono, uma vez que, “simplesmente por não querer obedecer às intimações da praça pública”, o Imperador mantinha o atual ministério. Por fim, Patrocínio sentenciara: “Senhor! Quem tudo pode tem também a suprema responsabilidade”<sup>154</sup>.

Em 1879, o ano dos impostos e do projeto de supressão do direito de voto, José do Patrocínio lançou intensa luz sobre o Imperador, responsabilizando-o pessoalmente pelos desacertos sociopolíticos do país. Tal como Ferreira de Menezes e Ferreira de Araújo, José do Patrocínio estava descontente como o atual ministério e, como já comentado, seguindo prerrogativas constitucionais, apenas o Imperador tinha o poder de demitir e nomear os presidentes do Conselho de Ministros. Assim sendo, o que se observa nas publicações de José do Patrocínio é um empenho no sentido de pressionar o Imperador junto à opinião pública para que tomasse essa medida que só a ele cabia, sem deixar, no entanto, de fazer campanha contra as prerrogativas de D. Pedro, marcadamente o que se convencionou de uso do “poder pessoal”. Daí alguns dias, a Corte seria marcada pelos distúrbios da Revolta do Vintém.

<sup>151</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 03/11/1879, p. 1.

<sup>152</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 10/11/1879, p. 1.

<sup>153</sup> Cf. “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 17/11/1879, p. 1.

<sup>154</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 29/12/1879, p. 1.

Arrefecidos os ânimos por conta da revolta que tomou conta da capital do Império nos primeiros dias de 1880, a *Gazeta de Notícias* de 7 de Janeiro informava que o governo ainda mantinha medidas extraordinárias de segurança; que na cidade, as tropas de linha continuavam mobilizadas e que na Marinha houve ordem “para desembarque imediato de toda a força que se achava de prontidão”, a qual seguia “perfeitamente armada e municada”<sup>155</sup>. Mesmo com todas as demonstrações de força que o governo fazia nas ruas, inclinado a combater possíveis focos de resistência, a *Gazeta* retomava suas publicações disposta a seguir em sua campanha contra o Trono. Uma vez proibidas as aglomerações no Rio, o jornal publicou o resumo de um *meeting* ocorrido em São Paulo. A publicação no editorial da folha saudava o povo fluminense “pelo procedimento digno, invejável e heroico que tivera na luta contra os assassinos do Imperador”; acusava D. Pedro de praticar desatinos e escândalos, bem como alertava para uma possível e nova “tumultuária praça da revolta”<sup>156</sup>. Em um momento no qual todos ainda andavam em sobressalto pelo motim de dias anteriores, a publicação da *Gazeta de Notícias* apontava a existência de apoiadores externos para aquele fato local, tornando ainda mais tensa a situação das autoridades. E se outras províncias se juntassem ao povo carioca que resolvera se bater contra o Estado? Talvez isso explique o emprego de tantas forças policiais e da Marinha na Corte, os desdobramentos daquele evento ainda eram imprevisíveis, era preciso abafá-lo por completo. Se nos meses finais de 1879 a *Gazeta* alertava o Imperador para uma possível revolta popular, agora ela falava da experiência ocorrida, D. Pedro havia experimentado a fúria de seu povo. Este fato seria constantemente mencionado pelo jornal ao longo de 1880, como forma de pressionar o governo e o Trono.

A “Semana Política” também voltou a estampar o folhetim da *Gazeta*. José do Patrocínio acusava o governo de utilizar “as baionetas, as balas, o cacete e a navalha dos soldados e dos capangas” para arrancar o imposto do vintém ao povo. O folhetinista afirmava que o teatro da política era sempre o mesmo, com entrada e saída de ministérios, anúncios de medidas e planos, mas nada saía do lugar; que o Imperador “em meias e ceroulas de ceda” e sua pluma de papos de tucano, lia sua Fala do Trono, dizia que era preciso fazer isso e aquilo, mas que nada caminhava. Outra acusação que apareceria nas críticas do folhetinista, ainda na primeira “Semana”, era a utilização da estrutura do Estado para o emprego de parentes<sup>157</sup>, e o assunto seria retomado na edição seguinte. Patrocínio afirmava que “o poder é dado como um

<sup>155</sup> Cf. *Gazeta de Notícias*, 7/1/1880, p. 1.

<sup>156</sup> Cf. “Meeting”, *Gazeta de Notícias*, 9/1/1880, p. 1.

<sup>157</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 12/1/1880, p. 1.

presente, um mimo aos amigos”, que a representação nacional estava convertida em “feudo de família”. Somando-se a isso impostos e repressão contra o povo; afirmava que “tudo isto foi feito e a Coroa assentiu, tolerou ou aprovou”. Do mesmo modo que o primeiro editorial da *Gazeta* naquele ano, que utilizava o motim de dias anteriores para advertir a Coroa, José do Patrocínio predizia “ser muito mais útil aconselhar aos reis prudência do que resistência”<sup>158</sup>.

Outra publicação da “Semana Política” que chama a atenção é a do dia 26 de janeiro de 1880, na qual o folhetinista resolveu direcionar suas críticas à herdeira do Trono, D. Isabel, e seu marido. O texto era dirigido ao Imperador, como se um diálogo fosse. Patrocínio afirmava a D. Pedro que D. Isabel haveria de causar-lhe tristeza, a qual estaria “mais propensa a respeitar o *Syllabus*<sup>159</sup> do que a Constituição”<sup>160</sup>. Diz que o esposo de D. Isabel, o Sr. Conde d’Eu, aparecerá como um homem de negócios “indiferente ao juízo público”, obtendo vantagens para si a partir da posição da esposa. E que então,

sua majestade [o Imperador] pensará certamente no que dirá a oposição monárquica. Seguramente recordará o presente dos Orleans, os seus sucessivos desastres, que fizeram com que descessem do trono para serem hoteleiros em Paris; e, talvez agitado por um pesadelo, filho da reunião de diversos fatos, tais como o amor do aluguel, representado pelos cortiços de sua alteza [o Conde d’Eu], sua majestade veja o seu augusto genro vendendo iscas de fígado num frege! Horrível futuro para o direito divino<sup>161</sup>.

Este escrito de José do Patrocínio, franqueado pela *Gazeta de Notícias*, contém questões centrais à crítica do jornal à monarquia. Publicações como esta demonstram o temor desses jornalistas e intelectuais com a possibilidade de um Terceiro Reinado<sup>162</sup>. D. Isabel no Trono seria um perigo à causa destes opositores por dois motivos: primeiramente pela fervorosa religiosidade da Princesa, e depois, por seu marido. A morte da irmã, D. Leopoldina, e as dificuldades para conceber, levaram a herdeira do Trono a se aproximar intimamente da Igreja Católica<sup>163</sup>, já enfraquecida pela Questão Religiosa. O medo destes opositoristas era de que a subida de D. Isabel ao Trono fortalecesse novamente a Igreja, daí a afirmação de Patrocínio de que a futura Imperatriz respeitaria mais o *Syllabus* do que a

<sup>158</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 19/1/1880, p. 1.

<sup>159</sup> Enumeração sumária das decisões tomadas por autoridade eclesiástica.

<sup>160</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 26/1/1880, p. 1.

<sup>161</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 26/1/1880, p. 1.

<sup>162</sup> Sobre essa afirmação, conferir: MESQUISA, Maria Luiza de Carvalho. *O Terceiro Reinado: Isabel de Bragança, a imperatriz que não foi*. Vassouras: Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Severino Sombra, Vassouras, RJ, 2009, pp. 9-10.

<sup>163</sup> Sobre esta informação, conferir: DEL PRIORE, Mary. *O castelo de papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d’Eu*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013, p. 143.

Constituição, ou seja, estaria mais inclinada às ordens eclesiásticas do que as dos códigos legais. Lembremo-nos que estes intelectuais tinham como projeto, entre outros, a separação entre Estado e Igreja. D. Isabel poderia representar a reconciliação entre as duas entidades bem como a imissão dos religiosos nos negócios do Estado.

Além disso, ter o marido de D. Isabel como Imperador do Brasil era outra possibilidade que desagradava enormemente os antimonarquistas. Luís Filipe Maria Gastão de Orleans, o Conde d'Eu, era francês, neto do rei Luís Filipe I, deposto por conta dos desdobramentos da Revolução Francesa de 1848. Os motivos da revolta que culminou com o destronamento de Luís Filipe se assemelhava ricamente com os daquela ocorrida na Corte brasileira nos primeiros dias de 1880. Surgiu a partir de uma crise financeira; o governo aumentou impostos; o rei não ouvia os apelos populares; o povo foi para as ruas de Paris, ergueu barricadas e foi repreendido pelas forças do rei, o que resultou na morte de vários manifestantes, tornando insustentável a situação do monarca<sup>164</sup>. Se o caso francês não se assemelhava ao brasileiro no resultado, a queda do rei, pelo menos servia de aviso. Assim, José do Patrocínio, ainda em janeiro daquele ano, 1880, comparava D. Pedro ao rei francês, afirmando que “o Imperador, como [o rei] Luís Filipe, não atende às reclamações da praça pública”<sup>165</sup> e, posteriormente, que aquela era a história dos Orleans, com “seus sucessivos desastres, que fizeram com que descessem do trono”<sup>166</sup>.

Utilizando pedagogicamente o caso francês, que guardava suas semelhanças com o motim do vintém, a *Gazeta de Notícias* procurava incutir no público que somente uma ação popular poderia por fim aos abusos do Estado (lembrando que a partir daquela Revolução foi instalada a Segunda República Francesa). Informava ainda que o futuro Imperador do Brasil provinha de um ramo falido da monarquia francesa, os Orleans. “Todos acreditavam que seria ele [o Conde d'Eu] e não ela quem governaria o país após a morte de D. Pedro II”<sup>167</sup>. Em um contexto social de cultura paternalista, a mulher era vista atuando apenas no campo privado, longe dos assuntos políticos. Não por acaso, entre os que apoiavam um possível Terceiro Reinado, sugeria-se que D. Isabel abdicasse em nome do Príncipe Pedro Augusto, filho de D.

<sup>164</sup> Para a queda de Luís Filipe I, conferir: Cf. DEL PRIORE, *O castelo de papel*, op. cit., pp. 31-36. Para outras referências sobre a Revolução Francesa de 1848, conferir: AGUILHON, Maurice. *1848 ou O Aprendizado da República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; e HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

<sup>165</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 19/1/1880, p. 1.

<sup>166</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 26/1/1880, p. 1.

<sup>167</sup> BARMAN, Roderick - *A princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. Editora da UNESP, São Paulo, 2005, p. 156.

Leopoldina<sup>168</sup>. Em um país no qual “o Imperador dispunha de um formidável poder [o Moderador] a eventualidade do coroamento da Princesa Isabel era temida [também] por causa do marido”<sup>169</sup>. Por essas e outras, o Conde d’Eu também era alvo de constantes acusações na imprensa, entre elas a de ser possuidor e explorador de cortiços, de ter “amor [ao] aluguel”, como afirmara José do Patrocínio<sup>170</sup>. O que podemos perceber é que através de suas críticas a o folhetinista desenhava um projeto político para o país, no qual não cabia nem Igreja e nem monarca. O modelo ideal era a República.

Ainda naquele ano, 1880, o projeto de reforma eleitoral voltou à pauta do Parlamento. A *Gazeta* buscava outros meios de continuar em suas páginas as discussões sobre a participação popular na política, bem como a advertência ao Imperador sobre os perigos de não se ouvir as reivindicações da rua. A estratégia encontrada pelo jornal foi a de inserir a literatura no ciclo de debates que ocorria nos diversos espaços da folha, por isso publicou de forma seriada em seu folhetim o romance *O Livro Verde*, do húngaro Maurice Jokai. A obra ocuparia o rodapé do jornal entre os dias 28 de abril e 12 de agosto daquele ano, num total de noventa e sete fascículos, cuja trama girava em torno de uma conspiração para assassinar o Imperador russo. O tema, uma possível revolução na Rússia, já vinha sendo tratado havia um bom tempo nas páginas da *Gazeta*. Em dezembro de 1879 o jornal noticiou um atentado contra o czar Alexandre II, culminando na explosão de um dos vagões do trem no qual viaja o Imperador<sup>171</sup>. Em outra publicação, analisando a cena internacional, a *Gazeta* afirmava que a única saída para o czar era a abdicação<sup>172</sup>. José do Patrocínio logo se apropriou do assunto em sua “Semana Política”, onde prenunciava que o destino do Imperador russo era a queda<sup>173</sup>. Em março de 1880, outra explosão, dessa vez no palácio imperial russo, da qual o monarca também saiu ileso<sup>174</sup>. Mesmo comentando notícias internacionais, o jornal de Ferreira de Araújo colocava em evidência a monarquia brasileira. Os relatos vindos da Europa

<sup>168</sup> Cf. MESQUISA, Maria Luiza de Carvalho. *O Terceiro Reinado*: Isabel de Bragança, a imperatriz que não foi. Vassouras: Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Severino Sombra, Vassouras, RJ, 2009, pp. 9-10.

<sup>169</sup> LAGE, Nelson, 1982 *apud* VAS, Braz Batista. *O final de uma guerra e suas questões logísticas: o conde d’Eu na Guerra do Paraguai (1869-1870)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 184. Segundo Nachtigall, “embora fosse a legítima herdeira constitucional ao trono brasileiro, a princesa encontrava nos setores políticos fortíssima oposição à sua presunção ao trono. Seu marido encontrava resistência ainda maior, e o casal era alvo de severas críticas”. In: NACHTIGALL, Lucas Suzigan. *Mas, e depois?: o Terceiro Reinado nos horizontes de expectativa do final do império (1888-1893)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Unesp, Assis, SP, 2015, p. 58.

<sup>170</sup> Cf. “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 26/1/1880, p. 1.

<sup>171</sup> Cf. *Gazeta de Notícias*, 31/12/1879, p.1.

<sup>172</sup> Cf. “Abdicação do Czar”, *Gazeta de Notícias*, 22/2/1880, p. 1.

<sup>173</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 23/2/1880, p. 1.

<sup>174</sup> Cf. “Atentado contra o Imperador da Rússia – Pormenores” e “Atentado contra o Imperador da Rússia”, *Gazeta de Notícias*, publicados respectivamente em 12 e 18/3/1880, p. 1.

descreviam um imperador intransigente, que informava que “durante o seu reinado, não é possível fazer reformas, porque não mudará enquanto vivo o sistema de administração que adotou”<sup>175</sup>, conduta que implicava os atentados contra sua vida. O paralelo com o Motim do Vintém era inevitável, pois, meses antes, D. Pedro havia sido acusado exatamente de não receber ou ouvir as reivindicações do povo contra os abusos do governo. Selecionando notícias da cena internacional, seja comentando a necessidade de reformas na Rússia antes de detonada uma revolta, ou listando os monarcas que pelo mundo haviam sofrido atentado no século XIX<sup>176</sup>, a *Gazeta* cuidadosamente preparava suas páginas para recepcionar *O Livro Verde*, com o qual prometia revelar “aos leitores os mistérios da corte, os íntimos segredos da família imperial, os crimes da polícia [e] os sofrimentos da população esmagada pela tirania”<sup>177</sup>. O que podemos constatar leitor, é que o uso da literatura para se discutir temas relevantes nas páginas do jornal não era algo novo em 1882 com *As joias da Coroa*, mas um método há muito adotado pela folha, que dispunha da literatura e do folhetim para discutir os mais importantes assuntos políticos do momento<sup>178</sup>.

Em vários editoriais, a *Gazeta de Notícias* comentava os debates das sessões legislativas, pressionando o governo e o Imperador para o encaminhamento das reformas, principalmente celeridade na tramitação do projeto de reforma eleitoral<sup>179</sup>. Na “Semana Política”, José do Patrocínio afirmava que o projeto de reforma eleitoral era “o maior fato dos últimos tempos da nossa política”, pois poderia fazer “compreender ao povo a magnitude do direito que ele exerce”, demonstrando o que o governo esconde: que ele [o povo] “é que é o soberano deste país”<sup>180</sup>. A Câmara seguia com os debates; o Imperador seguia viagem com uma enorme comitiva à província do Paraná, fato que seria diuturnamente lembrado pelo jornal<sup>181</sup>. Enquanto o editorial da *Gazeta* informava ao público sobre as visitas, bailes e jantares dos quais participava o Imperador em sua viagem ao sul do país, na “Semana Política” lia-se que para o encaminhamento do novo projeto de reforma eleitoral saltou-se por

<sup>175</sup> “Nihilismo na Rússia”, *Gazeta de Notícias*, 18/6/1880, p. 1. Sobre a resistência do Imperador russo aos pedidos de reformas, conferir também: *Gazeta de Notícias*, 21 e 22/2/1880, p.1.

<sup>176</sup> Cf. “Atentado contra o Imperador da Rússia”, *Gazeta de Notícias*, 18/3/1880, p. 1.

<sup>177</sup> “O Livro Verde”, *Gazeta de Notícias*, 28/4/1880, p. 1.

<sup>178</sup> Em *Barricadas em rodapés de jornais*, Ana Flávia Cernic Ramos analisa as publicações da *Gazeta de Notícias*, anteriores, durante e após a Revolta do Vintém no Rio de Janeiro, em combinação com as tensões que se desenhavam na Europa, principalmente na Rússia, demonstrando como a publicação de *O Livro Verde*, de Maurice Jokai, está alinhada aos debates que o jornal encampava a fim de influenciar o debate sobre cidadania política em um momento no qual se discutia no parlamento um projeto de reforma política para o Império. Cf. RAMOS, *Barricadas em rodapés de jornais*, op. cit., pp. 1-33.

<sup>179</sup> Cf. “Reforma Eleitoral”, *Gazeta de Notícias*, 12/4/1880, p. 1; e “Boletim Parlamentar”, *Gazeta de Notícias*, 16. 28 e 29/4/1880 e 1,6, 11 e 26/5/1880, p. 1.

<sup>180</sup> Cf. “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 12/4/1880, p. 1.

<sup>181</sup> Sobre a viagem do Imperador enquanto se discutia na Corte o projeto de reforma eleitoral, conferir: “Viagem ao Paraná”, *Gazeta de Notícias*, 18 a 21, 23 a 27 e 30/5/1880, p. 1; 22 e 28/5/1880, p. 2; e 08/6/1880, p. 1.

sobre a Constituição<sup>182</sup>, mas que o fato não era novo com a “Constituição defunta”, uma vez que o Imperador, quando menino, já havia pulado por sobre ela para assumir o trono do império<sup>183</sup>. Patrocínio criticava a exigência da tal “prova de renda”<sup>184</sup>, que acabaria por excluir a maioria dos eleitores. Aprovado o projeto na Câmara, o folhetinista afirmava que o país passaria a pertencer a uns poucos indivíduos, excluindo das urnas o pequeno proprietário e os assalariados, e afirmava que o governo havia dado um golpe de Estado. Mais uma vez o folhetinista acusava a Coroa de conivência, e dizia que a monarquia era um erro, tendo ela própria surgido de um processo fraudulento<sup>185</sup>.

No início de 1881, José do Patrocínio abriu a “Semana Política” com a seguinte chamada: “foi finalmente votada a reforma eleitoral”. Apesar das ressalvas à nova lei, Patrocínio considerava a reforma um ponto de partida “para [a nação] efetuar a sua reorganização científica, sem Deus nem rei”, e que só assim se poderia sair do atraso no qual se encontrava. Para o folhetinista, era preciso resolver nas urnas o que, de outra forma, só se revolveria com as armas, poupando um banho de sangue resultante “de [mais] uma intervenção popular em exercício de soberania”. Aquela “Semana” aparecia como uma espécie de programa do que seria debatido ao longo do ano. Como de costume, a monarquia vinha para a primeira página da *Gazeta* para ser desacreditada e desmontada nos seus elementos simbólicos. O trono era apenas um assento, D. Pedro, apenas um homem prestes a ser levado pela morte; a sucessão de D. Isabel, “um perigo social iminente”, por “atrair o interesse das congregações religiosas e a preponderância do espírito clerical”; a abolição, uma necessidade que poderia ser implementada com a participação de libertos como classe política; que pelos precedentes do país, a demissão do Imperador tornar-se-ia um fato consumado, pois que, os governos intransigentes, como o brasileiro, “caem sem grande esforço”. Patrocínio se dirigia ao Imperador nos seguintes termos: “pode haver um parlamento que, sem mais nem menos, o demita a bem do serviço público [...]. Sua Majestade deve acautelar-se”<sup>186</sup>. Em seu balanço, o folhetinista da “Semana” deixava claro que a solução para os problemas de representação e da abolição estavam no Parlamento, não na monarquia.

<sup>182</sup> A afirmação de José do Patrocínio se dá pelo fato de que a alteração da lei eleitoral deveria ter ocorrido por meio de uma constituinte. Porém, o presidente do Conselho de Ministros, José Antônio Saraiva, responsável pela reforma, conseguiu uma manobra política que permitiu que a lei fosse aprovada por via ordinária. Cf.: SOUZA, *A Lei Saraiva e o dever da cidadania, op. cit.*, p. 75.

<sup>183</sup> Cf. “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 31/05 e 7/06/1880, p. 1.

<sup>184</sup> Refere-se à renda anual que o cidadão deveria comprar para que pudesse alistar-se como eleitor. Cf.: SOUZA, Felipe Azevedo. *A Lei Saraiva e o novo perfil do eleitorado no Império*. Clio: Revista de Pesquisa Histórica – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – n. 29.1 (2011), pp. s/n, 2011.

<sup>185</sup> Cf. “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 14 e 28/06/1880, p. 1.

<sup>186</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 3/1/1881, p. 1.

Em edição posterior, o editorial da *Gazeta de Notícias* informava, de forma debochada, que “Sua Majestade o Imperador está outra vez com vontade de viajar”<sup>187</sup>. Desta vez o monarca pretendia visitar alguns países da América do Sul. A questão também apareceria na crônica dominical<sup>188</sup>, e por fim ocuparia o espaço da “Semana Política”. José do Patrocínio afirmava que a Câmara permaneceria por atividade por mais quatro meses, não para as questões do país, mas para votar a licença de viagem do Imperador. Segundo Patrocínio, “Sua Majestade, quando vai passear, deixa alguma grande questão levantada no país”, como a que antecedeu a aprovação da Lei do Ventre Livre<sup>189</sup>. Para o folhetinista, naquele momento a questão da escravidão preocupava a opinião pública, a imprensa e o parlamento, e era neste cenário que se anunciava uma nova viagem imperial. “De que serve a monarquia, apregoada como elemento de ordem, se no momento em que a ordem reclama os seus officios aquele que é por ela responsável, ausenta-se?”<sup>190</sup>, questionava o colunista da *Gazeta*. Apesar de ainda comentar os desdobramentos da reforma eleitoral, seria a questão da abolição que ganharia mais destaque nas páginas da “Semana” naquele ano de 1881. O articulista procurava evidenciar em suas publicações que a abolição era iminente e irresistível, como na que afirma que o Parlamento, em questão de meses, seria obrigado pela nação a dar seu juízo sobre o trabalho escravo<sup>191</sup>. José do Patrocínio não só acusava o Imperador de ser incapaz de resolver o problema da escravidão, como também de ser ele mesmo um escravocrata<sup>192</sup>. Para tal acusação, o folhetinista baseava-se no fato de o Imperador ter nomeado para presidente da província do Rio o Deputado escravocrata Martinho Campos<sup>193</sup>. No caso da escravidão, Patrocínio procurava evidenciar que no país no qual o Imperador representava a justiça, a legislação contra o tráfico vinha sendo paulatinamente desrespeitada,

<sup>187</sup> *Gazeta de Notícias*, 20/01/1881, p. 1. A afirmação da *Gazeta de Notícias* se dá pelo fato de que em outras duas ocasiões o Imperador já havia deixado o país. A primeira em 1871 e a segunda em 1876. Sobre as viagens do Imperador nestes dois períodos, conferir: BARMAN, *Imperador cidadão, op. cit.*, pp. 338-341 e 391-406 e; SCHWARCZ, *As barbas do Imperador, op. cit.*, pp. 361-371 e 373-382.

<sup>188</sup> Cf. “Chronica”, *Gazeta de Notícias*, 23/1/1881, p. 1.

<sup>189</sup> Sobre esta afirmação, conferir: BARMAN, *Imperador cidadão, op. cit.*, p. 341.

<sup>190</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 24/1/1881, p. 1.

<sup>191</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 21/2/1881, p. 1.

<sup>192</sup> Cf. “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 7/3/1881, p. 1.

<sup>193</sup> Martinho Alves da Silva Campos era um Deputado mineiro que, devido às suas ações políticas desfavoráveis à causa da abolição, era considerado escravocrata. Em agosto de 1880, Joaquim Nabuco tentou apresentar à Câmara um projeto de lei propondo a extinção total da escravidão no país. A bancada escravocrata, liderada por Martinho Campos, manobrou de forma a não haver quórum para a apresentação do projeto, o qual acabou nem sendo discutido. Martinho Campos procurava por todos os meios retardar a abolição, pois considerava a escravidão um mal necessário e que seu fim traria consequências trágicas à lavoura e atingiria o direito de propriedade. In: BALABAN, *Poeta do lápis, op. cit.*, pp. 422-425. Sobre a nomeação de Martinho Campos para a presidente da província do Rio, conferir: *Gazeta de Notícias*, 20/02/1881.



afirmando que “a escravidão atual é um produto do tráfico criminoso, condenado pelos tratados de 1815 e 1826, pelas leis de 1831, de 1850 e de 1854”<sup>194</sup>.

Enquanto procurava desconstruir a imagem de D. Pedro por todos os meios possíveis, a prestigiada *Gazeta de Notícias* erigia seu próprio símbolo de herói nacional: Tiradentes. Em 21 de abril de 1881, o jornal publicou um artigo no editorial em homenagem aos 89 anos da morte do inconfidente, descrevendo seu suplício e classificando-o como o “primeiro mártir da liberdade do Brasil” e o “primeiro republicano”<sup>195</sup>. Na publicação, o jornal associava república a liberdade, enquanto em outras edições a monarquia era relacionada à escravidão, supressão do direito de voto e à opressão por meio de impostos. Aquele seria o primeiro ano no qual se comemoraria o 21 de abril<sup>196</sup>, importante acontecimento que demonstrava o avanço da agenda republicana no país. À exaltação de Tiradentes, na mesma publicação, outra coluna do jornal informava sobre os desdobramentos da mais nova viagem de D. Pedro<sup>197</sup>. O Imperador não realizava a viagem à América do Sul, tão criticada pelo jornal no início do ano, havia partido com uma comitiva para Minas Gerais. A *Gazeta de Notícias* enviou um correspondente e tudo foi reportado ao público na coluna “Viagem Imperial”. A queda que D. Pedro sofreu de um cavalo não passaria despercebida. Ironicamente, uma publicação do jornal, sob o título “Queda do Imperador”, trazia os seguintes dizeres: “rogai a Deus para que essa queda, na terra de Tiradentes, não seja o prenúncio de outra maior!”<sup>198</sup>. José do Patrocínio também ironizou o caso, afirmando que “Minas portou-se como um prolongamento de S. Cristóvão; [e que] só alguns cavalos rebeldes destoaram da afinação constitucional da província e ousaram magoar o vosso inviolável costado”<sup>199</sup>. As críticas também vieram, e o Imperador mais uma vez era acusado de viajar com os olhos fechados para as necessidades públicas, e só os tê-los para lisonjas palacianas<sup>200</sup>. Aos acenos republicanos da *Gazeta*, seguiam-se duras críticas ao presente e ao futuro da monarquia, como na publicação em que José do Patrocínio fazia o seguinte balanço:

No presente o seu governo [do Imperador] chama-se déficit, compressão do voto, proteção à grande propriedade, abuso das tarifas fiscais, descrédito do

<sup>194</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 4/4/1881, p. 1. Sobre a legislação contra o tráfico citada por José do Patrocínio, conferir: CARVALHO, Daniel Antunes Cardoso do Lago. *O tráfico de escravos, a pressão inglesa e a lei de 1831*. Revista História Econômica e Economia Regional Aplicada, v. 7, n. 13, Jul-Dez 2012, pp. 95-144 e; GUIZELIN, Gilberto da Silva. *A abolição do tráfico de escravos no Atlântico Sul: Portugal, o Brasil e a questão do contrabando de africanos*. Almanack Guarulhos, n. 5, 1º semestre de 2013, pp. 123-144.

<sup>195</sup> “Tiradentes”, *Gazeta de Notícias*, 21/4/1881, p. 1.

<sup>196</sup> Sobre esta afirmação, conferir: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 57.

<sup>197</sup> Cf. “Viagem Imperial”, *Gazeta de Notícias*, 21/4/1881, p. 1.

<sup>198</sup> “Queda do Imperador”, *Gazeta de Notícias*, 31/3/1881, p. 1.

<sup>199</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 9/5/1881, p. 1.

<sup>200</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 9/5/1881, p. 1.

parlamento e da magistratura, compadresco impertinente na administração. O futuro anuncia-se ainda pior. O herdeiro do trono é o milagre da Senhora de Lourdes. Anuncia-se um conselho de estado de confessorário, um parlamento votado nas sacristias, uma marinha ensinada nas pias de água benta, uma instrução dada pelos filhos de S. Ignácio de Loyola [...] [D. Pedro] não tem nenhuma das condições do homem de Estado moderno. O seu trono é apenas turibulado pela ignorância e pelo interesse satisfeito. É um rei de palco, para fazer efeito ao longe. Nas menores coisas revela-se inapto para dirigir e para sentir as necessidades do seu país. O seu fim é unicamente buscar aplausos. É uma espécie de artista de cavaleiro; apenas faz a pirueta volta-se para receber palmas. Espalha condecorações para colher artigos encomiásticos; organizou pelo mundo uma claqué de comendadores, muitos dos quais não sabem onde está o Brasil no mapa do mundo, e muito menos o grau da sua civilização. Para se consolar das intermitências desses aplausos, vai às províncias fazer barões e embasbacar o povo rude. Não se coloca, porém, à frente de nenhuma ideia generosa, de nenhuma empresa difícil. Faz ditadura de retalho; exerce o poder pessoal da migalha. É mais um mestre escola do antigo sistema do que um tirano<sup>201</sup>.

Esta publicação do folhetinista é, pois, mais uma oportunidade de analisarmos o método de ação do jornal. Seu propósito, a princípio, é criticar a viagem que o Imperador fez a Minas Gerais, este é o tema. Porém, em seu bojo, este tema carrega uma série de outras críticas que em verdade são o principal, é do que se quer falar. A propósito de criticar mais uma viagem do monarca, Patrocínio expõe temas caros aos republicanos, aos abolicionistas, aos intelectuais e jornalistas, questões diuturnamente encontradas nas páginas de jornais como a *Gazeta de Notícias*. Em outra publicação, já por conta do retorno de D. Pedro à Corte, Patrocínio procurava evidenciar ao público que o Imperador não se importava com seu povo. O relato do folhetinista dava conta de que na estrada da Leopoldina o povo vestiu-se em festa pela passagem do trem que levava o monarca a Minas, mas que o trem não parou para receber a homenagem, e então uma multidão, mais de dez mil pessoas, aguardou o retorno do trem para vaiá-lo. Para José do Patrocínio, o Imperador entendia que o povo tinha a obrigação de adulá-lo, e se parasse é porque precisava de uma refeição ou de dormir; que as comendas dadas pelo Imperador eram para aqueles que lhe dão cama e mesa. Segundo o folhetinista, em outros tempos a fidalguia era conquistada nos campos de batalha, mas que atualmente, “nesta monarquia de canja e *coterie* imperial, a fidalguia sai dos pratos de sopa, dos recheios de perus, do bojo das *mayonaises*”, e concluía: “é uma fidalguia culinária”<sup>202</sup>. Independente do assunto, pois, o articulista da *Gazeta* fazia os pontos convergirem sempre para as mesmas acusações.

<sup>201</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 25/4/1881, p. 1.

<sup>202</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 09/5/1881, p. 1.

José do Patrocínio atribuía ao Imperador a responsabilidade por tudo que se fazia no país<sup>203</sup>, pois encararia tudo com pouca responsabilidade, sendo aquele que “levanta e derruba com a ponta do pé os ministros”<sup>204</sup>. O folhetinista seguiria julho adentro com publicações nas quais criticaria os problemas da lavoura, os destinos da escravidão e o atual processo eleitoral, aprovado no início daquele ano<sup>205</sup>. Em agosto, no entanto, José do Patrocínio deixaria a *Gazeta de Notícias* para assumir a redação da *Gazeta da Tarde*<sup>206</sup>.

Ao cotejarmos as crônicas de Patrocínio com os artigos de Ferreira de Araújo, além da diferença na forma de abordar os principais assuntos, em termos numéricos esses escritos também se diferenciam. Enquanto na coluna de Araújo os ministérios ganham destaque e o Imperador fica subsumido, nos folhetins de José do Patrocínio acontece o inverso. Das 115 crônicas veiculadas pelo articulista entre 1879 e 1881, o Imperador é citado em pelo menos 82 delas enquanto o governo se faz presente em cerca de 69, seguido da Monarquia que aparece em 24 edições. O tema mais recorrente no período é o da votação da eleição direta, com 39 ocorrências, e, posteriormente, vem o da escravidão, destacado em cerca de 33 publicações. O que se observa é que, em meio aos debates sobre a nova lei eleitoral, Patrocínio acabou privilegiando um pouco mais esse assunto sem, no entanto, perder de vista o tema da abolição, talvez o mais importante na carreira do inflamado folhetinista. Por fim, o que se observa é que os temas tratados na “Semana” de José do Patrocínio são aqueles mesmos pautados nos “Assuntos do Dia” no editorial da *Gazeta de Notícias*. Percebe-se, porém, que Patrocínio não se eximira de criticar os membros da monarquia, principalmente o Imperador. Se em seus “Assuntos” Ferreira de Araújo se propôs a comentar as ações do governo, em suas crônicas José do Patrocínio atribui os problemas do próprio governo à monarquia, preferencialmente por meio da figura de D. Pedro II. Como afirmara o folhetinista, os problemas dos governos seria uma necessidade do monarca, uma forma de manter-se no poder. O Imperador era apontado como a única vontade da nação e indiferente aos graves problemas do país. D. Pedro foi representado como aquele que corrompia seus inimigos com cargos e títulos a fim de derrogar-lhes a resistência ao seu sistema. José do Patrocínio também é aquele que advertira o monarca sobre os riscos de se não ouvir as ruas e, de certa forma, encorajava o povo a resistir aos desmandos da Coroa, perpetrados através das ações do governo. Ao contrário do que encontramos nos artigos editoriais de Ferreira de Araújo, na

<sup>203</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 30/05/1881, p. 1.

<sup>204</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 20/06/1881, p. 1.

<sup>205</sup> Cf. “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 4, 18 e 25/07/1881, p. 1. A edição de número 185, do dia 11/07/1881, não está disponível no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>206</sup> A *Gazeta de Notícias* publicou uma nota em seu editorial informando sobre a saída de José do Patrocínio. Cf. *Gazeta de Notícias*, 17/8/1881, p. 1.

“Semana” de Patrocínio a monarquia se destaca, o rei também. Não encontraremos, pois, situação diferente nos escritos de outro folhetinista escolhido pelo proprietário da *Gazeta de Notícias* para comentar a cena política do Império naqueles idos do século XIX no Brasil, sobre o qual trataremos a seguir.

### **2.3.3 “A Semana” de Ferreira de Menezes: “o rei quer! O rei não quer! Eis os dois únicos códigos desta vasta nação!”**

José Ferreira de Menezes foi outro jornalista negro, republicano e abolicionista declarado, escolhido por Ferreira de Araújo para integrar a redação de seu jornal. Até conseguir espaço no folhetim da *Gazeta de Notícias*, Menezes percorreu um longo e profícuo caminho na imprensa. Carioca de nascimento, no início dos anos 1860 se dirigiu a São Paulo com o fim de conseguir o título de bacharel em Direito, conquistado em meados daquela década. Concomitantemente aos estudos, Ferreira de Menezes dedicou-se também às letras, ao debate público e ao teatro. Sua produção dramática, por exemplo, nos tempos de faculdade, foi intensa e obteve reconhecimento positivo do público paulista. Porém, seus escritos na imprensa foram ainda mais volumosos e diversos. Entre o início dos anos 1860 e 1870, Menezes emprestou sua pena a diversos jornais acadêmicos e comerciais da província paulista, como a *Revista Popular*, os *Annaes do Ensaio Academico*, a *Revista da Associação Club Academico*, o *Jornal das Famílias*, a *Imprensa Academica*, o *Archivo Literario*, o *Correio Paulistano*, o *Ypiranga* e o *Diario de S. Paulo*. Ferreira de Menezes retornaria à Corte em 1872 e passaria a integrar o corpo de redatores d’*A República* e posteriormente do *Jornal do Commercio*. A partir de 1878<sup>207</sup>, Menezes, cuja maior marca era a luta contra a escravidão, passou a ter lugar cativo no folhetim da *Gazeta de Notícias*, e por mais de um ano comentaria os mais importantes acontecimentos políticos da Corte<sup>208</sup>.

“A Semana” surgiu no folhetim da *Gazeta de Notícias* em 28 de abril de 1878, em substituição às crônicas dominicais intituladas “Ao acaso”, assinadas por um tal Tragaldabas<sup>209</sup>. Tal qual a “Semana Parlamentar / Política” de José do Patrocínio, “A Semana”

<sup>207</sup> Para a primeira publicação de “A Semana” na *Gazeta de Notícias*, conferir: “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 28/4/1878, p. 1.

<sup>208</sup> Sobre a trajetória de Ferreira de Menezes até sua chegada às páginas da *Gazeta de Notícias*, conferir: PINTO, Fortes laços em linhas rotas, *op. cit.*, pp. 13-56. Conferir também: PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade, op. cit.*; e SILVA, Wladimir Barbosa da. *Escravidão, imprensa e sociedade: o protagonismo feminino na campanha abolicionista*. Dissertação (Mestrado em Relações Etnicorraciais) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow – CEFET / RJ, Rio de Janeiro, 2014, pp. 7-20.

<sup>209</sup> A última publicação de “Ao acaso” ocorreu em 21 de abril de 1878. “Ao acaso”, *Gazeta de Notícias*, 21/4/1878, p. 1. Para o primeiro número de “A Semana”, conferir: “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 28/4/1878, p. 1.

de Ferreira de Menezes tinha por função discorrer sobre os acontecimentos havidos na capital do Império durante a semana finda. Menezes também experimentava a mesma liberdade que José do Patrocínio quanto às críticas que difundia. Ali, além dos ministérios, o Imperador também aparecia em meio às críticas que se fazia ao sistema monárquico, contrastando então, do mesmo modo que a “Semana Parlamentar / Política”, com os escritos de Ferreira de Araújo no editorial da folha. As edições de “A Semana” aqui analisadas compreendem 31 crônicas publicadas entre janeiro e novembro de 1879, nas quais Menezes criticou as ações do Estado no contexto de crise e a supressão dos direitos dos súditos.

Em meados de 1879, por exemplo, Ferreira de Menezes afirmara que “bastaram dezoito meses aos liberais para que o país não os queira mais”; que “em dezoito meses de governo [eles] renegaram todas as doutrinas e todos os discursos”<sup>210</sup> que defenderam enquanto estiveram na oposição, entre 1868 e 1878. Em “A Semana”, o gabinete liberal era acusado de ter “lançado na miséria centenas de famílias”<sup>211</sup>, uma vez que seria culpado pelo fechamento de fábricas que promoveu o desemprego de milhares de operários<sup>212</sup>; que, devido a um malfadado projeto de colonização, havia na capital “uma chusma de estrangeiros pedindo esmolas para tornarem à pátria”<sup>213</sup>, ao mesmo tempo em que insistia na responsabilidade culposa do presidente do Conselho de Ministros, Cansação de Sinimbu, pela falência do Banco Nacional<sup>214</sup>. A questão dos impostos foi outro fator que agravava a situação da imagem do ministério nos escritos da “Semana” de Menezes, ora chamado de o “monstro de 5 de janeiro”<sup>215</sup>, ora de o “ministério fatal”<sup>216</sup>, sendo que o folhetinista utilizara esta questão para correlacioná-la à supressão do direito de voto, tal como fizera José do Patrocínio em seus escritos. Com o avanço das medidas de arrocho do governo, o folhetinista afirmava que “o povo em grande parte ficará sem o direito de voto, mas o imposto não somente permanece como aumenta”<sup>217</sup>. Ferreira de Menezes também adotara em seus escritos um tom bem mais agressivo do que aquele observado nos “Assuntos do Dia”. Segundo o articulista de “A Semana”, os liberais eram incapazes, “impotentes para as reformas e aquém do que

<sup>210</sup> “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 27/7/1879, p. 1.

<sup>211</sup> “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 9/2/1879, p. 1.

<sup>212</sup> Sobre esta afirmação, conferir: “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 17/8 e 14/9/1879, pp. 1.

<sup>213</sup> “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 10/8/1879, p. 1.

<sup>214</sup> Esta afirmação de Menezes se deve ao fato de que, pouco antes da falência do banco, o ministro Sinimbu fazia parte de sua diretoria. Sobre essas afirmações, conferir: “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 2/2, 23/3, 6, 20 e 27/4, 25/5 e 31/8/1879, pp. 1.

<sup>215</sup> “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 31/8/1879, p. 1.

<sup>216</sup> “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 19/11/1879, p. 1.

<sup>217</sup> “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 26/10/1879, p. 1.

prometeram”<sup>218</sup> e, por este motivo, mereciam a morte política. Ao ministro Sinimbu, Menezes se referia como um “criminoso vulgar”<sup>219</sup> e julgava ser necessária a sua demissão<sup>220</sup>.

Aparentemente, Ferreira de Menezes entendia que a reação contra as pautas do governo deveriam ocorrer por meio de uma ação popular, não por acaso, em algumas crônicas o folhetinista empregara oportunamente a palavra revolução<sup>221</sup> como forma de sugerir ao povo resistência. Em 23 de março, por exemplo, o folhetinista afirmara: “estamos com o programa do partido liberal: ou reforma ou revolução”<sup>222</sup>. Este foi o lema escolhido pelos liberais, inscrito em seu manifesto de 1869, para pressionar tanto o partido conservador quanto D. Pedro II para a promoção de reformas na estrutura do Império<sup>223</sup>. Em um momento no qual as tão prometidas reformas propagandeadas pelos liberais não se faziam ao gosto daqueles que por elas esperaram por tanto tempo, Ferreira de Menezes, provocativamente, pressionava o governo para o encaminhamento dessas propostas, lembrando-o de que este poderia ser ferido com a mesma arma que ao longo de dez anos o partido havia apossado seus adversários: a revolução. Em mais duas ocasiões, o folhetinista se expressaria em seus escritos com os dizeres: “estamos com a / em revolução”. A primeira, em 30 de março de 1879, aparece em meio à afirmação de que os liberais subiram ao poder “somente para impopularizarem a ideia democrática”, estando assim, sujeitos a “uma reação terrível” do povo<sup>224</sup>. Em outra, em junho de 1879, Menezes ponderava que havia então um mal estar que agitava o organismo brasileiro e não poupava nem mesmo o Imperador. Então, em meio a este balanço, o articulista sentenciara: “estamos em revolução, isto é certo!”<sup>225</sup>. Nos meses finais de 1879, e quando não se vislumbrava concretamente qualquer avanço positivo na pauta do governo, Ferreira de Menezes ainda sugeria ao povo resistência, afirmando que, “vencedor este ministério, não restará ao Brasil senão o papel de conspirador”<sup>226</sup>.

Tal como nos escritos de José do Patrocínio, a monarquia também era desacreditada nas crônicas de “A Semana”. Das edições analisadas, verificou-se que Ferreira de Menezes fez referência ao então sistema de governo em 5 delas; a acusação era de que a monarquia era dispendiosa, que exigia muito dos povos, pouco lhes retribuindo em bem estar social, e, um

<sup>218</sup> “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 27/7/1879, p. 1.

<sup>219</sup> “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 30/3/1879, p. 1.

<sup>220</sup> Em publicação ainda em abril de 1879, Ferreira de Menezes sugere ao ministro Sinimbu que peça demissão ao Imperador. Cf.: “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 6/4/1879, p. 1.

<sup>221</sup> Cf. “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 23 e 30/3, 8/6 e 27/7/1879, pp. 1.

<sup>222</sup> “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 23/3/1879, p. 1.

<sup>223</sup> Sobre a celebre frase, conferir: OS PROGRAMAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS E O 2º IMPÉRIO, *op. cit.*, p. 42.

<sup>224</sup> Cf. “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 30/3/1879, p. 1.

<sup>225</sup> “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 8/6/1879, p. 1.

<sup>226</sup> “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 9/11/1879, p. 1.

sistema que favorecia a corrupção, devido ao grande poder concentrado nas mãos do rei. E neste ponto, é importante lembramos que Ferreira de Menezes era declaradamente republicano<sup>227</sup>, portanto, suas críticas e forma de apontar o sistema monárquico iam muito além de um simples descontentamento com a crise financeira instalada no país. O ano de 1879, quando a maioria dos súditos sentia na pele a crise por que passava o Império, foi um bom momento para o articulista da *Gazeta* “panfletar” a ineficiência do sistema monárquico segundo suas convicções e, implicitamente, a necessidade de passar à República. Segundo Menezes, os problemas financeiros do Império atingiam o povo, mas não os membros da Casa Imperial. Do mesmo modo que José do Patrocínio, o folhetinista comentava, por exemplo, que o governo mantinha em licença na Europa, e com dinheiro dos cofres da Coroa, o Sr. Duque de Saxe<sup>228</sup>, às custas dos desgraçados que formavam filas pelas ruas, para os quais o Estado não dispndia recursos para promover-lhes o emprego<sup>229</sup>. Na edição de 20 de abril, Ferreira de Menezes afirmara: o povo é quem “paga as chinelas imperiais [...] e os sorvetes que a esta hora bebem na Europa o Sr. conde d’Eu e sua augusta esposa [D. Isabel]”. E, ainda, na mesma edição, o articulista questionava ao público:

Pois não é certo que o Imperador está cada vez mais sadio e em Petrópolis parece um rapagão, tão bem e tanto anda? Pois não é verdade que Sua Majestade come bem, lê e a noite inteira e fuma o seu charutinho à tarde, muito à descansada [...] Os príncipes-netos não gozam perfeita saúde e não comem muito regularmente os contos de réis que nós tiramos aos sapatos de nossos filhos, aos vestidos das nossas filhas e aos chapéus de nossas esposas? Os príncipes sobrinhos não passeiam pela Europa e não jogam e não fumam e todos nós [...] não estamos todos contentes com as instituições e com o preço do bacalhau e da carne seca?<sup>230</sup>

Enquanto em algumas publicações Menezes atribuía ao governo a responsabilidade pela crise, devido a má gestão, em outras a monarquia soava como insensível, como incapaz de se compadecer das dificuldades por que passava seus súditos. Para o folhetinista, de certa

<sup>227</sup> “Ora, eu não sou conservador nem liberal; eu sou republicano”, afirmou Ferreira de Menezes em carta na qual resignava o lugar de folhetinista da *Gazeta de Notícias*. Cf.: “Publicações a pedido”, *Gazeta de Notícias*, 15/11/1879, p. 2.

<sup>228</sup> Luís Augusto de Saxe Coburgo-Gota, o Duque de Saxe, havia sido casado com a já falecida D. Leopoldina, a filha mais nova de D. Pedro II. Cf.: DEL PRIORE, *O castelo de papel*, op. cit., pp. 31-53.

<sup>229</sup> Cf. “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 9/2/1879, p. 1.

<sup>230</sup> “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 20/4/1879, p. 1. Ainda, em publicação do dia 25 de maio, Menezes afirmara que “os reis precisam de bailes, de teatros, de passeios, de viagens, de atores e de bobos”. Em julho, questionava ao Imperador: “Oh! Senhor! E os que ficarão sem pão por vossos ministros atuais? E esta pobreza até de água que sofre este vosso povo? Vossa Majestade que é rico; que não precisa dotar as senhoras princesas e os seus sereníssimos filhos; Vossa Majestade cuja amada esposa recebe por ano noventa e seis contos; Vossa Majestade que não paga casa nem criados, nem a educação dos filhos nem dos netos e bisnetos; Vossa Majestade que habita casa arejada e que possui a sua chácara, o seu jardim, a sua biblioteca; Vossa Majestade que não fuma e não paga imposto pode [achar poucos os encargos que o povo tem sofrido], mas nós, nós, Senhor!”. Cf.: “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 25/5 e 27/7/1879, pp. 1.

forma, a monarquia escravizava seu povo. E para os leitores, em um país no qual se convivia com escravos pelas ruas e que se sabia que estes se revestiam de poucos direitos, apesar dos muitos deveres, talvez não fosse difícil de se ver na situação de cativo do Estado, uma vez que muitos daqueles que tiravam o dinheiro dos sapatos dos seus filhos e dos víveres de suas casas para sustentar os gastos da Coroa estavam, lembremos, perdendo direitos como o do voto e à educação. E ainda, Segundo Menezes, o dinheiro arrancado da algibeira do cidadão não servia apenas para sustentar a Casa Imperial, este também era utilizado para corromper. Em uma de suas crônicas, o folhetinista da *Gazeta* afirmara que,

O sistema monárquico foi sempre um devorador de milhões e de caráteres! É incrível o número de homens que ele esmaga diuturnamente, porque, mais do que qualquer outro sistema de governo, ele dispõe de títulos, de dinheiro, de teteias; e se há grande número de homens que resistem ao dinheiro, é assombroso o daqueles que se curvam para apanhar do chão uma lanterna, uma ridicularia, uma dragona, um fardão sarapintado de ministro de Estado.<sup>231</sup>

Esse tipo de afirmação, que recaía não só sobre a monarquia, mas também sobre o Imperador, seria atestada por Ferreira de Menezes através do Ministro da Justiça, Lafayette Rodrigues Pereira. Este havia sido um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870<sup>232</sup>, porém não se sentiu constrangido em aceitar o cargo de Ministro da Justiça no gabinete liberal de 5 de janeiro<sup>233</sup>. Menezes ficou particularmente incomodado com o ocorrido e, ao longo do ano de 1879, em cerca de onze publicações<sup>234</sup>, fazia referência a Lafayette e ao fato de este ter aceitado ser ministro do Imperador. Segundo o folhetinista, Lafayette havia vendido “todos os direitos de seu elevado talento, da sua bela reputação de jurisconsulto e os da sua convicção republicana”, ao aceitar o cargo, daí a referência àqueles que se curvam ao Imperador para apanhar “um fardão sarapintado de ministro de Estado”<sup>235</sup>.

Porém, à semelhança do que encontramos na “Semana Parlamentar / Política, o Imperador aparecia como assunto preferencial nos comentários do articulista de “A Semana”. As principais críticas diziam respeito ao que os folhetinistas consideravam ser uma intervenção exacerbada do monarca nas questões do governo, utilizando-se da sua prerrogativa de delegado do Poder Moderador. De acordo com o descrito na Constituição de

<sup>231</sup> “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 30/3/1879, p. 1.

<sup>232</sup> Cf. “Manifesto”, *A República*, 03/12/1870, pp. 1-3.

<sup>233</sup> O nome de Lafayette figura na lista que apresentou o novo ministério. Cf.: “Ministério”, *Gazeta de Notícias*, 5/1/1878, p. 1.

<sup>234</sup> Ferreira de Menezes tece críticas ao Ministro Lafayette, lembrando sua origem republicana, nas seguintes edições: 2/2, 30/3, 6 e 27/4, 4/5, 1/6, 3 e 10/8, 14 e 28/9 e 19/10/1879, pp. 1.

<sup>235</sup> “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 30/3/1879, p. 1.



1824, os poderes do Império estavam divididos em Legislativo, Executivo, Judicial e Moderador. Dentro dessa estrutura, este último era “a chave da organização política” e que, atribuído “privativamente ao Imperador”, tinha por finalidade velar pela manutenção da independência do país e pelo “equilíbrio e harmonia dos demais Poderes Políticos”. O texto constitucional ainda previa que, entre as prerrogativas conferidas ao Imperador pelo uso do Poder Moderador, estava a possibilidade de dissolução da Câmara dos Deputados e a livre nomeação e demissão de Ministros de Estado<sup>236</sup>. Já o uso do termo “poder pessoal”, era uma forma pejorativa de se referir ao exercício de tais atribuições por parte de D. Pedro. Segundo Eder Aparecido de Carvalho, essa identificação das prerrogativas do Imperador com a noção de um uso de “poder pessoal” decorre da narrativa que os liberais procuraram difundir após a queda do gabinete Zacarias de Góes e Vasconcelos no ano de 1868. O descontentamento foi tamanho que em março do ano seguinte, 1869, progressistas e liberais históricos publicaram um manifesto no qual acusavam D. Pedro de ter promovido um golpe de Estado e o gabinete conservador de exercer uma ditadura sustentada pelo Poder Moderador, o qual, segundo o autor, sofreria o maior desgaste já visto no Segundo Reinado<sup>237</sup>.

Essa acusação de uso do “poder pessoal” logo caiu no gosto dos opositores do regime, e no caso da *Gazeta de Notícias*, a referência foi constantemente utilizada nas crônicas da “Semana Parlamentar / Política” e de “A Semana”. Menezes, por exemplo, afirmava que, a partir de suas prerrogativas, D. Pedro dominava os partidos, a política e os homens. Há duas passagens em duas das crônicas de “A Semana” de 1879 que resumem os argumentos que orientaram as publicações de Menezes naquele ano. Na que foi veiculada em 8 de junho, o articulista afirmara que “é certo ser o Imperador o que estraga o sistema, corrompe os homens, esfacela os caracteres”; e em outra, veiculada em meados de setembro, traçara um panorama da política nacional, segundo suas convicções, através das seguintes palavras: “o rei quer! O rei não quer! Eis os dois únicos códigos desta vasta nação!”<sup>238</sup>.

De acordo com o folhetinista, “O homem que tudo pode”<sup>239</sup>, o Imperador, era responsável pela ascensão do gabinete liberal e pela manutenção do presidente do conselho, o

<sup>236</sup> Sobre: divisão dos poderes, art. 10; instituição do Poder Moderador, art. 98; e prerrogativas conferidas ao titular do Poder Moderador, art. 101, V e VI. In.: BRASIL. *Constituição do Império do Brasil* (1824). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm)>. Acesso em: 22/1/2020.

<sup>237</sup> CARVALHO, Eder Aparecido de. *Imperadores do Brasil: diferenças institucionais e políticas no exercício do Poder Moderador*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Letras – Unesp / Araraquara. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp, Araraquara – SP, 2019, pp. 91-92.

<sup>238</sup> “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 14/9/1879, p. 1.

<sup>239</sup> “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 6/4/1879, p. 1.

ministro Sinimbú, que Menezes queria ver fora do cargo, mas que, apesar da insatisfação popular, tal não se dava apenas por vontade do monarca<sup>240</sup>. Por estes e outros argumentos, o folhetinista tratou de descrever D. Pedro como o patrocinador dos problemas enfrentados pelo país<sup>241</sup>. Entende-se aqui que o argumento central do folhetinista era de que o grande empecilho não estava nos partidos e nem nos presidentes dos conselhos de ministros, mas no fato de termos uma monarquia como sistema de governo, em cuja execução, o braço do Imperador descia forte sobre todas as decisões políticas. Em outra publicação, que também evidencia este argumento, o autor ponderara: “diga-se a verdade: ninguém é responsável pelos tristes acontecimentos que se dão, ninguém, porque aquele mesmo que é o autor de toda esta comédia [o Imperador] é o primeiro que os códigos cobrem como irresponsável”<sup>242</sup>. Aqui, o autor se refere ao caráter sagrado do monarca, de sua inviolabilidade enquanto líder máximo. Assim, Ferreira de Menezes criara um paradoxo em torno da questão da responsabilidade do Imperador, afirmando ora que D. Pedro era responsável por todos os problemas do país, e ora que ele não tinha responsabilidade por seus atos. Não nos parece, no entanto, que tais afirmações feitas em momentos diferentes fossem dicotômicas, mas complementares, no sentido de passar a mensagem ao leitor da *Gazeta* de que, mesmo que o rei fosse indiferente aos apelos de seu povo, ainda assim ele seria sagrado e inviolável, pois era resultado da vontade divina.

Então, o rodapé da *Gazeta de Notícias* foi utilizado por Ferreira de Menezes para divulgar seu programa político, seu projeto de futuro para a nação, no qual o rei figurava não como solução, mas como o maior dos problemas, como fica evidente em uma das publicações veiculadas em abril de 1879, na qual o articulista afirmara:

O Imperador dormiu mal, teve má digestão? Mal vão os negócios públicos! Doe-lhe um calo, um calo imperial? Guardemos para amanhã este despacho! Doe-lhe a barriga? Ai do partido liberal! Sorriu-se Sua Majestade para um conservador? Cuidado com os conservadores. Tenhamos atenções com os conservadores [...]. É por isso, é por essa política cuja bandeira é a chinela de

<sup>240</sup> Ao longo das edições, isso vai ficando cada vez mais evidente. Além das críticas dirigidas ao governo, já comentadas aqui, algumas publicações demonstram mais claramente esse desejo do folhetinista. Na publicação de 6 de abril, por exemplo, Ferreira de Menezes argumentara que Sinimbú havia tomado aos ombros uma tarefa para a qual “não tinha peito nem pernas”; que se este continuava no ministério, era por vontade do Imperador; e, ainda, que Sinimbú deveria pedir demissão do cargo ao Imperador. (Cf. “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 6/4/1879, p. 1.). Em 27 de abril, Menezes afirmara que D. Pedro sustentava o ministro “a todo transe”, mesmo depois dos problemas de seu governo, como, por exemplo, a falência do Banco Nacional. (Cf. “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 27/4/1879, p. 1.). E em 9 de novembro, o articulista afirmara que “ao passo que ele [o Imperador] cerra ouvidos às queixas da nação e aos avisos do seu conselho de Estado, cinge mais apertadamente ao peito o ministério de 5 de janeiro”. (Cf. “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 9/11/1879, p. 1).

<sup>241</sup> Sobre esta afirmação de Ferreira de Menezes, conferir: Cf. “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 11/5/1879, p. 1.

<sup>242</sup> “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 8/6/1879, p. 1.

tapete que Sua Majestade calça ao levantar da cama, é por essa política que deriva do bom ou do mau estômago imperial, é por ela que os conservadores caíram e os liberais dormindo um dia na proscricção, [e] acordaram no seguinte nas camas de S. Cristóvão<sup>243</sup>

No excerto, o folhetinista ironiza o possível temor que havia entre os partidos, conservador e liberal, de serem surpreendidos por uma substituição repentina pelo simples fato de o Imperador ter sido acometido por qualquer problema fisiológico a que está suscetível qualquer mortal, emitindo a mensagem aos leitores de que os partidos e os políticos não passavam de títeres nas mãos do monarca<sup>244</sup>. E, por este motivo, para D. Pedro, a política era algo que ele levava à sola dos pés, pisando-a como ao chinelo que o esperava à beira da cama. Segundo Menezes, não havia oposição ao Imperador, uma vez que, até mesmo aqueles que outrora se declaram “inimigos” da monarquia e do monarca, viram-se seduzidos e cooptados pelos cargos e prebendas do Estado. Menezes afirmara em uma de suas crônicas que,

É ele o [Imperador] que passa a esponja sobre as injúrias recebidas e deita no cadáver do insultador a água benta do perdão! Assim continua ele sempre a caçar na multidão, na floresta dos vivos, os leões e os tigres, e, passados tempos, os restitui mansos cordeiros! Com que e com quem não brinca o grande domador? No tabuleiro dos destinos brasileiros, bom jogador de xadrez, ele joga com todos os caracteres, e, após de codilhar<sup>245</sup> a todos, ergue-se calmo, sempre calmo; ri, sorri de piedade e consola os parceiros com alguma dessas palavras que os jogadores felizes sempre têm à disposição dos infelizes ou dos patetas que ousaram jogar com ele e com eles tudo perderam!<sup>246</sup>

Como vimos, leitor, um desses “leões e tigres” convertidos a “mansos cordeiros”, segundo Ferreira de Menezes, foi o então Ministro da Justiça, Lafayette Rodrigues Pereira, sobre o qual afirmara que este fora um “jornalista que por tantos anos julgara o chefe de Estado [o Imperador]” e para o qual não seria lícito “cerrar os olhos ao laço que lhe armou [o monarca] e em que o republicano [Lafayette] deixou-se cair com toda a sua reputação”<sup>247</sup>. Em uma das crônicas de “A Semana”, na qual o Imperador aparece em fala ficcionalizada pelo folhetinista – e atentemos aí para o fato de que D. Pedro já aparecia de forma ficcional no “Folhetim da *Gazeta de Notícias*” – ironicamente, o próprio monarca se revela fatigado por

<sup>243</sup> “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 6/4/1879, p. 1.

<sup>244</sup> Em outra crônica, e neste sentido, Menezes afirma que os liberais subiram ao poder [em 1878], “por mero capricho do Imperador”. Cf. “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 31/8/1879, p. 1.

<sup>245</sup> Esta palavra pode ter sido empregada no sentido de pisotear, passar por cima, uma vez que codilho é uma das partes que compõe a perna dos cavalos. Codilhar, aqui, também pode ter sido empregada no sentido de enganar, trapacear. Em qualquer dos casos, o folhetinista afirma que o Imperador se sobrepõe aos adversários seja pela força, seja por outros meios ardilosos possibilitados por sua posição.

<sup>246</sup> “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 16/2/1879, p. 1.

<sup>247</sup> “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 30/3/1879, p. 1.

sua posição. Na passagem, o Imperador pergunta a sua cidade, o Rio de Janeiro, em tom de preocupação, o que será dela dali a cem anos, se seus netos reinarão ou se será uma república. Então o monarca desabafa:

Pátria minha! Eu tremo por teus destinos! Teus filhos são pequenos! Embalde tenho procurado um com quem me possa medir! Ao primeiro aceno curvam-se e humilham-se! Que desespero de não encontrar sequer um olhar que se cruze com o meu. Que aborrecimento buscar um peito e não dar senão com costas! Não vejo um homem! É um deserto em redor de mim! Simples mortal, embora divino! Tenho que carregar um império todo! Há trinta e sete anos que o sustento sobre os ombros! Que bocejo sem fim esta existência de cetro e coroa! Na América [...] Todos os atributos me são concedidos [...] Eu sou o poeta de meus estados! Eu sou o único amigo das artes e o único protetor das letras. Eu sou a providência! Eu sou o político mais fino! O mais avisado dos estadistas! Eu sou a chuva e eu sou o sol!<sup>248</sup>

É preciso observar no excerto que, mesmo uma mensagem ficcionalizada, tendente à ironia, o folhetinista carrega as principais críticas que vinham sendo feitas a D. Pedro desde o final dos anos 1860, como a do uso do tal “poder pessoal” nas questões de Estado. Na publicação, o Imperador não encontra um homem “com quem se possa medir”, um olhar que se cruze com o seu, nada, ele é a chuva e o sol, por isso que carrega o império aos ombros há quase quatro décadas e decide todos os destinos do país. À sua maneira, Ferreira de Menezes afirmara que todos os desconfortos políticos e sociais experimentados pelo país até ali se repetiriam ainda por muito tempo, uma vez que o único caminho disponível era o mesmo de sempre: a vontade do Imperador.

Assim como nos escritos de José do Patrocínio, a Fala do Trono também não deixou de ser comentada na coluna de Ferreira de Menezes, e analisar tal edição de “A Semana” é mais uma oportunidade de compararmos como uma mesma notícia aparece em diferentes seções do jornal de Ferreira de Araújo. Lendo a edição da *Gazeta* de 4 de maio de 1879, encontramos três colunas que discorrem sobre a Fala do Trono<sup>249</sup>, sendo duas no editorial e uma no folhetim, na “Semana” de Menezes. Na coluna “Diario das Câmaras”, por exemplo, encontramos a informação de que no dia 3 de maio o Imperador foi recebido por dezoito senadores e cinquenta e quatro deputados com todas as formalidades para o seu pronunciamento; que o Imperador “leu a fala do trono que encerrou a primeira sessão, e abriu

<sup>248</sup> “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 14/9/1879, p. 1.

<sup>249</sup> A Fala do Trono era uma sessão solene na qual o Imperador falava aos deputados e senadores durante a abertura ou encerramento da Assembleia Geral. Segundo Roderick Barman e Lilia Schwarcz, somente nessas ocasiões o D. Pedro II vestia-se com o manto real. Cf. BARMAN, *Imperador cidadão*, op. cit., p. 198; e SCHWARCZ, *As barbas do Imperador*, op. cit., p. 410.

a segunda da 17<sup>a</sup> legislatura”<sup>250</sup>. Notemos, pois, que, neste excerto, o jornal foi conciso e objetivo, ocupando-se apenas de reportar o evento. Logo a seguir, já em outra coluna, a *Gazeta de Notícias* reproduziu integralmente o conteúdo da “Fala”, do qual destacaremos alguns trechos, quais sejam:

Augustos e digníssimos senhores representantes da nação. O dia de hoje renova o júbilo de todos os brasileiros por ver-vos aqui reunidos cuidando dos seus interesses, e oferece-me também ocasião de agradecer-vos o zelo com que na sessão que termina atendeste às medidas por mim recomendadas à vossa solícitude. Decretar a eleição direta com o fim de melhor assegurar a livre manifestação do voto, regular a situação financeira do estado, equilibrar a despesa com a receita, são intuítos da maior importância, cuja realização satisfará às mais vivas aspirações nacionais. [...] Permanecem inalteradas as relações que cultivamos com as nações estrangeiras. [...] Em nenhum ponto do Império foi perturbada a tranquilidade pública [...]. Compraz-me em declarar-vos que o estado sanitário, embora não seja satisfatório, como fora para desejar, está longe de justificar os receios que inspirava. Medidas tendentes a debelar as causas que produzam as epidemias ou concorram para agravá-las, continuam a merecer os cuidados do governo, que as faz executar, segundo os meios que dispões. [...] Augustos e digníssimos senhores representantes da Nação. No movimento progressivo em que vamos, teremos porventura de encontrar algumas dificuldades. Espero, porém, pelo cumprimento do dever e impulso do patriotismo, conseguir-se há superá-las, e elevar a nossa pátria ao auge de grandeza e prosperidade que lhe destina a Providência. Está encerrada a primeira e aberta a segunda sessão da presente legislatura. D. Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil.<sup>251</sup>

Ao leitor da *Gazeta de Notícias*, seria possível imaginar a seriedade da ocasião pelas palavras solenes empregadas pelo Imperador para se dirigir aos políticos ali presentes. Correndo os olhos para o rodapé do jornal, porém, a coisa tomava outros rumos. Na coluna “A Semana”, Ferreira de Menezes também se ocupou do assunto, mas de maneira bastante caricata. Segundo o folhetinista, a chegada do Imperador ao parlamento foi anunciada por uma fanfarra e o apresentar de armas dos soldados; que D. Pedro apresentou-se vestido com seus papos de tucano e que os circunstantes notaram a rijeza de suas pernas, bem como o seu farto abdômen. Então, “com o passo pesado e grave, com o passo das circunstâncias solenes, El-Rei entrou”. Em seguida, recebeu em suas mãos “um papel” (a Fala do Trono), “o rei abriu-o, tirou de sob o manto a luneta [óculos] de aros de tartaruga e leu” o documento. Ferreira de Menezes, então, passou a narrar o que teria sido o conteúdo da “Fala”:

<sup>250</sup> “Diário das Câmaras: Sessão Imperial”, *Gazeta de Notícias*, 4/5/1879, p. 1.

<sup>251</sup> “Fala do Trono”, *Gazeta de Notícias*, 4/5/1879, p. 1.

Srs. Augustos.

É um júbilo ver-vos aqui cuidando dos vossos interesses. Quem não faz por si dorme ao sereno. Eu também estou contente e agradeço-vos o zelo com que, na sessão que termina, cuidastes dos interesses da minha família, votando os competentes subsídios. [...]. Cumpre decretar os mais breve possível a eleição direta, arrancando o voto a toda essa capangagem que vos mandou aqui. Eu quero o voto aristocrático: gente boa e rica, gente de gravata lavada e de pé duro. Eu quero o voto dos comendadores, dos tenentes-coronéis, do bom negociante, do empregado público de certa ordem. Exijo também que o votante saiba ler e escrever, que seja pelo menos um doutor [...]. [Fazendo uma pausa] El-Rei sacou [um] lenço de sob os papos de tucano e assoou-se. Então, como El-Rei assoou-se, todos os representantes assoaram-se, e todos os assistentes [...] e a tropa, que estava fora, e todo o povo circunstante. E assim, em vinte minutos assoou-se todo o reino. Eu também assoei-me. O rei reatou [o discurso]. Estamos bem com todo mundo. [...]. Em nenhum ponto do Estado foi perturbada a tranquilidade pública, a não ser pelos gatunos e pelos que morreram à sede e à fome [...] o rei tomou novo fôlego e limpou a testa, o que foi imitado por todos os circunstantes e de próximo a próximo, à mesma hora, limpam-se todas as testas desde o Amazonas ao Rio Grande do Sul. [E, retomando] El-Rei [...] O estado sanitário não está como fora meu desejo, mas também não está muito ruim. Morrem ainda alguns *pobres diabos* de febre amarela, mas também quem é que não morre de febre amarela? [...]. Não se esqueça também o imposto. O imposto é um mal, mas é necessário. [...]. Srs. Augustos! Aqui El-Rei cuspiu no seu lenço e enxotou da coroa uma mosca importuna (sic) [...]. Srs. Augustos! Neste movimento progressivo em que vamos reformando a Constituição [...] aumentando os impostos, protegendo nossos amigos e cuidando dos nossos interesses, teremos porventura de encontrar algumas dificuldades [...]. Meus senhores, está fechada uma [sessão] e aberta a outra! [...] Vamos embora! E o rei saiu e soaram de novo as cornetas e as músicas e com Sua Majestade saíram alegres os augustos, os cortesões e toda a enorme comitivas dos vadios e curiosos.<sup>252</sup>

Percebe-se que o conteúdo do pronunciamento oficial é totalmente alterado por Ferreira de Menezes de maneira a comportar todas as críticas que o folhetinista fizera e faria ao Imperador no decorrer do ano de 1879. Na narração de Menezes, o Imperador agradece aos parlamentares por estarem ali cuidando não dos interesses do povo, mas de seus próprios e dos da família do monarca. Lembremos que o articulista vinha denunciando e criticando o fato de que alguns membros da família imperial estavam na Europa recebendo subsídios dos cofres públicos. No excerto, “o Imperador” diz que quer “o voto aristocrático”, essa, pois uma crítica de Ferreira de Menezes sobre a então situação da reforma eleitoral, a qual indicava a diminuição do eleitorado pelo requisito “do votante que saiba ler e escrever”, como temos visto até aqui nas críticas dos folhetinistas. Caricaturalmente, o rei de Menezes faz uma pausa na sessão solene para assoar o nariz; a Coroa, em uma insinuação bastante simbólica, é ocupada por uma mosca, indicando a pouca importância que o folhetinista dava ao símbolo

<sup>252</sup> “A Semana”, *Gazeta de Noticias*, 4/5/1879, p. 1.

real; mesmo assim, todos seguem o rei e repetem seus gestos. O que se percebe, naquele período, é o esforço desses intelectuais em construir uma determinada imagem para o Imperador e seus familiares, um esforço que se repetia inclusive na literatura do rodapé.

À semelhança do que encontramos na “Semana” de José do Patrocínio, e também contrastando com os escritos mais amenos dos “Assuntos do Dia”, Ferreira de Menezes, ao longo de 1879, empreendeu duras críticas ao ministério de Sinimbu. O folhetinista da *Gazeta* fez ataques diretos e pessoais ao presidente do Conselho de Ministros, chamando-o, como vimos, de “criminoso vulgar”<sup>253</sup>, pela série de medidas que acentuava a miséria do povo mais pobre. A monarquia também aparece, corroborando os escritos de Patrocínio, como um sorvedouro de dinheiro e corruptora do caráter dos homens públicos, cativados pelas vantagens compradas pelos cofres da Coroa. Nas críticas veiculadas contra o sistema imperial, o Imperador ganhou especial destaque, aparecendo em 27 das 31 publicações do ano de 1879. A principal acusação é aquela que diz respeito ao uso do tal poder pessoal pelo monarca. Menezes acusava D. Pedro de dominar todo o sistema político a partir de sua posição e de ser ele próprio o grande problema da nação. Segundo o folhetinista, o país estava à mercê dessa vontade única.

Acredita-se que, com o que fora exposto anteriormente, no presente capítulo, ficou claro ao leitor a diferença que há entre os escritos publicados por Ferreira de Araújo em seus “Assuntos do Dia” e aqueles do rodapé da *Gazeta* veiculados nas “Semanas” de José do Patrocínio e Ferreira de Menezes. O primeiro, em seus artigos, primava por dar a notícia, por trazer os temas que o jornal julgava mais importantes no momento. Ao comentar tais assuntos, no entanto, que acabavam por expressar a opinião do próprio jornal, Ferreira de Araújo abstinha-se de fazer ataques pessoais às autoridades e à família Imperial. Vimos que o diretor de redação da *Gazeta* discutia o objeto, não as autoridades, não pedira a saída dos ministros diretamente e nem imputara qualquer culpa dos problemas sociopolíticos do Império ao Imperador ou outros membros da Casa Imperial. Sendo escritor, redator-chefe e proprietário *Gazeta*, escrevendo em uma coluna que expressava a opinião da redação desse mesmo jornal, e mesmo que abordando assuntos políticos, Ferreira de Araújo queria passar a imagem de um jornal que trazia a notícia, os temas, sem paixões, sem predileção por este ou aquele partido político. Então, adotava uma postura que havia se tornado tendência entre os impressos do período, o chamado “discurso de neutralidade”.

---

<sup>253</sup> “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 30/3/1879, p. 1.

Segundo Ricardo Araújo, foi por volta de meados dos anos 1870 que a postura de neutralidade se tornou lugar comum entre os órgãos que compunham a imprensa diária no Brasil. O autor esclarece que, “administrados de forma cada vez mais empresarial [...], a imprensa também passou por modificações em suas perspectivas editoriais sendo, em geral, propagado o discurso da neutralidade política na veiculação de notícias”. Não que os temas políticos estivessem ausentes dos periódicos, ou que os artigos de fundo desaparecessem dos mesmos, mas, com isso, seus editores buscavam demarcar sua autonomia frente aos partidos políticos, adrede a não fragmentação do potencial mercado consumidor”<sup>254</sup>. Ainda, de acordo com o autor, a posição de neutralidade permitia a formação de “um espaço autônomo de atividade política, integrante de uma esfera pública de exercício de poder paralela e concorrente ao Estado”<sup>255</sup>.

Apontado como moderado, Araújo, por outro lado, havia escolhido como principais colunistas de seu periódico dois inflamados jornalistas: Ferreira de Menezes e José do Patrocínio”<sup>256</sup>. É preciso entendermos que a atribuição do comando das “Semanas” a Patrocínio e Menezes trata-se de uma escolha do jornal. Podemos observar que muitos dos temas pautados nos “Assuntos do Dia” foram também abordados nas “Semanas” dos folhetinistas, que estavam em harmonia com os temas considerados importantes pela redação da *Gazeta*. José do Patrocínio e Ferreira de Menezes podiam atuar de forma mais livre no rodapé da folha, uma vez que qualquer atitude considerada uma impostura não seria creditada diretamente ao jornal, mas sim aos responsáveis pela assinatura das colunas. É por isso que vamos encontrar no rodapé da *Gazeta de Notícias*” a monarquia e o Imperador desconstruídos em todos os seus elementos simbólicos, o monarca apontado como corrupto, indiferente aos apelos do povo, e que faz constantemente o uso de um poder pessoal que é visto pelos folhetinista como o maior dos problemas para os destinos políticos do país.

Não podemos, pois, pensar esses espaços do jornal como estanques, editorial e folhetim, estes são harmônicos, confluentes, se comunicam em todas as medidas, por isso nos propomos aqui a encontrar uma lógica interna de publicação nos escritos da *Gazeta de Notícias*, e chegamos à conclusão de que os espaço do folhetim – por ser o espaço dedicado ao lazer, à descontração, sem deixar de ser o espaço da política – era o campo ideal para que o jornal se expressasse mais livremente acerca de sua posição em relação à monarquia. Para isso, Ferreira de Araújo contava com folhetinistas que estavam dispostos a combater o sistema e

<sup>254</sup> ARAÚJO, *Caminhos na produção da notícia*, op. cit. p. 10.

<sup>255</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>256</sup> RAMOS, *Barricadas em rodapés de jornais*, op. cit., p. 8.



sua estrutura, não poupando impropérios nem mesmo à figura de D. Pedro. Isso, de certa forma, já evidencia porque no decorrer das publicações veiculadas por conta do roubo ocorrido no palácio do Imperador em 1882 não vamos encontrar qualquer menção do jornal de Ferreira de Araújo ao monarca e também já nos esclarece um pouco o motivo que o levou a cometer ao jovem Raul Pompeia a função de escrever e publicar *As joias da Coroa* em meio a tão conturbado acontecimento, expondo a imagem e a vida privada do rei.

Como vimos, Araújo tinha grande simpatia e era enaltecido pelos jovens jornalistas e escritores que apresentavam certo talento com as letras, fato também observado por Ferreira de Menezes ao resignar seu lugar de redator da *Gazeta de Notícias* em novembro de 1879, deixando um abraço “à boa, inteligente e livre mocidade que o cerca [a Ferreira de Araújo] e o estima com razão”<sup>257</sup>. Um desses jovens, em 1882, que cercavam Araújo, era Raul Pompeia. E como nos interessa aqui entender de que forma a sua obra se encaixa no jornal dentro de uma série de publicações que foram veiculadas a respeito do roubo das joias da Coroa, no capítulo 3 analisar-se-á a trajetória do jovem folhetinista antes de sua entrada para a *Gazeta*. O objetivo é verificar sobre quais temas Pompeia vinha se debruçando em seus escritos, bem como, a quais grupos estava alinhado. Por fim, será feita a análise d’*As joias da Coroa*, levando-se em consideração todo o histórico do jornal, para compreender se este cumprira a mesma função delegada aos escritos políticos que circularam no rodapé da folha, analisados no presente capítulo, desde o ano de 1879.

---

<sup>257</sup> “A Pedidos”, *Gazeta de Notícias*, 15/11/1879, p. 2.

### CAPÍTULO 3 – Radicalizando no folhetim: *As joias da Coroa* como arma política

Raul Pompeia foi um dos maiores escritores brasileiros do século XIX. Devido às importantes contribuições que deu às letras nacionais, foi imortalizado pela Academia Brasileira de Letras, tornando-se patrono da cadeira de nº 33 por seu fundador, Domício da Gama<sup>1</sup>. Pompeia é majoritariamente conhecido pelo público como o autor d’*O Ateneu*, sua mais importante obra literária, publicada no jornal *Gazeta de Notícias* entre 14 de abril e 8 de maio de 1888. Porém, não é deste Raul Pompeia que nos ocuparemos no presente capítulo. Interessamo-nos aqui pelo jovem escritor que fora convidado por Ferreira de Araújo, diretor de um dos maiores e mais populares jornais do país, a *Gazeta de Notícias*, para escrever um romance extremamente hostil e irônico contra a monarquia, com foco principal na figura de D. Pedro II, parodiando o caso do roubo das joias da Coroa que então circulava no noticiário da Corte, como vimos até aqui. O nosso propósito no presente capítulo é entender o que levava Ferreira de Araújo a escolher um jovem de apenas dezoito anos para ocupar a parte nobre de seu jornal, o folhetim, para escrever páginas tão duras e bem-humoradas a respeito do sistema então vigente. Acreditamos que obteremos tal resposta analisando a trajetória do próprio Raul Pompeia até ali. Para isso, julgou-se necessário olhar para a produção de Pompeia no período anterior ao roubo das joias da Coroa, levantando alguns questionamentos como: a) Já escrevia em outros jornais? b) Caso a resposta seja positiva, em que tipos de jornais Pompeia havia escrito até então? c) O jovem escritor se posicionava politicamente em relação ao sistema monárquico em seus escritos anteriores? d) Tinha algum alinhamento político? É provável que, sabendo um pouco mais sobre o autor d’*As joias da Coroa*, consigamos construir hipóteses sobre a sua chegada à *Gazeta de Notícias*. Por outro lado, analisar os sentidos dessa relação entre o autor e o perfil da *Gazeta* nos ajudará certamente a entender melhor as críticas feitas à monarquia no folhetim publicado por ele naquele jornal.

Ao realizar as pesquisas que culminaram no trabalho de conclusão de curso intitulado *O roubo das joias imperiais: jornalismo, ficção e política nos rodapés da imprensa*<sup>2</sup>, apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, este mestrando ficara com a sensação de que fora o talento de Raul Pompeia que o lavara às páginas da *Gazeta de Notícias* em 1882, onde fora encarregado de escrever *As joias da Coroa*

<sup>1</sup> Cf. <<http://www.academia.org.br/academicos/raul-pompeia>>. Acesso em: 25/9/2020.

<sup>2</sup> Cf. BENTO, Elias Ferreira. *O roubo das joias imperiais: jornalismo, ficção e política nos rodapés da imprensa*. Monografia (Graduação em História). Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia – MG, 2018.

no contexto do escândalo sobre o qual temos discorrido até aqui. E isso é verdade. No entanto, ao perscrutar novas fontes e bibliografia que compõem o corpus documental da presente pesquisa, chegou-se à conclusão de que a entrada do jovem escritor para a *Gazeta* de Ferreira de Araújo nos indica também uma faceta do próprio jornal. Delegar a Raul Pompeia a incumbência de escrever o cáustico romance não deixava de evidenciar – e até mesmo de sintetizar - posicionamento políticos de alguns dos principais redatores da *Gazeta de Notícias* no que dizia respeito às instituições imperiais. Desde a fundação do jornal, Ferreira de Araújo agregava em sua redação jovens escritores que se destacavam pelas críticas à escravidão e à monarquia. Oriundo de jornais satíricos do império, como *O Mosquito* e *O Besouro*, como apontado no capítulo 2, Araújo atraía para as páginas de sua folha jovens talentos dispostos a abordar a cena política nacional, tecendo críticas contundentes ao regime de Pedro II.

Em *O roubo das joias imperiais*, analisou-se como Pompeia, ao chegar à Corte, se apropriou do caso do roubo das joias da Coroa que vinha sendo exaustivamente comentado no noticiário da imprensa para escrever seu romance, no qual fizera uma espécie de “programa político” que comportava críticas fundamentais à monarquia. No presente trabalho, no entanto, pretende-se dar um passo à frente. O foco desta dissertação é então entender a *Gazeta de Notícias* como um todo e não apenas o folhetim publicado pelo jovem literato. Para tanto, demonstrar-se-á que a estratégia outrora empregada por Ferreira de Araújo nos contextos nos quais José do Patrocínio e Ferreira de Menezes escreveram em seu jornal se repete com a publicação de *As joias da Coroa*. No capítulo 1, vimos que, ao abordar o caso do roubo das joias da Coroa nas colunas superiores, a *Gazeta de Notícias* adotara um tom mais formal, noticioso, não tecendo qualquer crítica ao Imperador ou aos membros da família imperial, limitando-se a questionar os procedimentos seguidos pelas autoridades. Por outro lado, cometeu ao jovem Raul Pompeia a missão de escrever no rodapé do jornal um romance no qual, por meio da ficção, o Imperador fora apontado como corrupto, indiferente ao seu povo e conivente com o crime que o vitimara.

### **3.1 A trajetória intelectual de Raul Pompeia**

#### **3.1.1 Primeiros escritos**

Raul Pompeia nasceu em 12 de abril de 1863 na freguesia de Jacuecanga, município de Angra dos Reis. Naquela localidade, seus avós maternos tinham uma longa tradição no cultivo da cana e na produção de álcool e açúcar. Pompeia era filho de Rosa Teixeira Pompeia e do então magistrado Antônio d’Avila Pompeia. Foi no ambiente bucólico de Jacuecanga que

o futuro escritor passou os primeiros dez anos de sua vida, até que, em 1873, mudou-se com a família para a agitada cidade do Rio de Janeiro. Pensando na educação dos filhos, o Sr. Antônio Pompeia abandonou a magistratura e, tendo juntado algum pecúlio, partiu para a Corte, onde passou a viver da renda de alguns imóveis que adquirira e de seu escritório de advocacia. É, pois, a partir deste período que encontramos os primeiros contatos de Raul Pompeia com a imprensa e a literatura. Não é, evidentemente, da grande imprensa e do círculo de renomados escritores que falamos aqui. Pompeia iniciou essas atividades no ambiente colegial ao lado de alguns amigos que andariam de par com ele em sua trajetória de consolidação na imprensa e nas letras nacionais<sup>3</sup>.

Ainda naquele ano de 1873, Pompeia foi matriculado em uma das mais renomadas instituições de ensino do Rio de Janeiro, o Colégio Abílio, dirigido pelo proeminente educador Abílio Cesar Borges, o Barão de Macaúbas<sup>4</sup>. Aí, e entre as atividades escolares, Raul Pompeia passou a redigir, de forma manuscrita, e ilustrar o pequeno jornalzinho do colégio, de nome *O Archote*, assinando-o sob o pseudônimo de Frabicius. A pequena folha fora criada com o objetivo de comentar os acontecimentos do ambiente escolar, com destaque para as críticas que o jovem redator dirigia aos professores e aos censores da instituição<sup>5</sup>. Ainda no Colégio Abílio, Raul Pompeia participou da redação de outro jornal, o *Echo Litterario*. O *Echo* era identificado como “órgão da mocidade escolástica” e diferentemente d’*O Archote*, era uma folha impressa, cuja redação se encontrava a cargo de Silva Jardim. Nesta folha, além dos assuntos acadêmicos, como os que se referiam às datas dos exames preparatórios, os redatores se ocupavam de assuntos mais graves. Em uma edição de abril de 1877, o próprio Silva Jardim dedicou um artigo a Tiradentes, intitulado *Tiradentes ou a conspiração malocrada (sic) em Minas*. No escrito, Jardim discorreu sobre como os “tiranos da antiguidade [...] subiram aos degraus do trono e prevaleciam-se da ignorância de seus súditos para leva-los às guerras, afim (sic) de conquistar outros domínios” e contribuíam para a destruição da humanidade, somente obstados pela ação de heróis que se sacrificaram “para salvar a pátria, como Tiradentes<sup>6</sup>. É, pois, no jornal do já republicano Silva Jardim que em

---

<sup>3</sup> Cf. BROCA, Brito. *Raul Pompeia*. Edições Melhoramentos, 1956, pp. 5-8; e PONTES, Eloy. *A vida inquieta de Raul Pompeia*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Olympio Editora, 1935, pp. 11-16.

<sup>4</sup> Sobre a importância de Abílio Cesar Borges para a educação do Império, conferir: ZILBERMAN, Regina. *Raul Pompeia, Abílio Cesar Borges e a escola brasileira no século XIX*. Revista Criação e Crítica, n. 9, pp. 38-51, 2012.

<sup>5</sup> Sobre *O Archote*, conferir: BROCA, *Raul Pompeia, op. cit.*, p. 10; e PONTES, *A vida inquieta de Raul Pompeia, op. cit.*, pp. 25-26. Ainda sobre *O Archote*, é possível encontrar uma única edição disponível para consulta no Acervo Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Cf.: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1310361/mss1310361.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1310361/mss1310361.pdf)>. Acesso em: 8/8/2020.

<sup>6</sup> Cf.: *Echo Litterario*, 22/4/1877. Pra o artigo de Silva Jardim, conferir p. 2.

1878 Raul Pompeia publicou os dois primeiros capítulos de seu primeiro romance, *Uma tragédia no Amazonas*<sup>7</sup>. É provável que a escrita da obra estivesse em curso, uma vez que a versão final, publicada em 1880, contaria com quatorze capítulos distribuídos ao longo de cento e vinte páginas. O que vamos ver na versão final do romance é que Pompeia tratava ali da tragédia da escravidão, narrando uma série de crimes cometidos por escravos contra seus senhores e as autoridades locais. O que podemos notar, desde então, é que assuntos como escravidão e república já inquietavam os futuros jornalistas e literatos que fariam nome na imprensa nacional a partir do início dos anos 1880.

Já no ano de 1879, Raul Pompeia fora matriculado em outra, mas não menos importante instituição de ensino da Corte, o Imperial Colegio de D. Pedro II, onde também estudavam os netos do Imperador. Pompeia seguiria seu caminho na imprensa colegial, fundando o Grêmio Literario Amor ao Progresso ao lado de nomes como Francisco Machado Portela, Alexandre Soares de Melo e Pardal Mallet. Os sócios do grêmio dariam então início à publicação da revista *As Letras*, em 1880<sup>8</sup>. Ainda no primeiro número do novo impresso, Pompeia experimentaria suas habilidades na poesia, publicando *Sérénade*<sup>9</sup> e *A coruja*<sup>10</sup>, cujos conteúdos não tinham nenhuma conotação de cunho político. Todavia, na mesma revista encontramos o primeiro poema abolicionista de Raul Pompeia, intitulado *A vergonha da bandeira*. O escrito foi inspirado no famoso poema de Castro Alves, *O Navio Negreiro*<sup>11</sup>. A obra discorre sobre um navio que cruza os mares a levar o cativo, uma vez que, “entrando por ai, cai-se na escravidão”. O tal navio “vai para a América. Transporta escravos. Vil barcaça carregando a vergonha de uma nação!”. E continua o autor que, “por sobre essa imundície há uma coisa”: a bandeira da nação<sup>12</sup>.

O tema da escravidão permearia também o primeiro romance publicado por Raul Pompeia, *Uma tragédia no Amazonas*. A obra, iniciada ainda nos tempos do Colégio Abílio, veio a público nos meses iniciais de 1880, a qual não saiu na imprensa, sendo publicada em

<sup>7</sup> Sobre esta informação, conferir: PONTES, *A vida inquieta de Raul Pompeia*, op. cit., p. 27. Ainda, uma edição comemorativa dos cem anos do nascimento de Raul Pompeia traz a seguinte nota do *Echo Litterario*, de 25 de junho de 1878: “Uma tragédia no Amazonas – Motivos de força maior, obrigaram-nos a suspender a publicação desse romance, obrigando-nos a principiar um outro. Esperamos que os nossos leitores nos desculpem a falta que propriamente não é nossa”. In.: POMPEIA, Raul. *Exposição comemorativa do centenário de nascimento de Raul Pompeia*. Ministério da Educação e Cultura, 1963, p. 26).

<sup>8</sup> Sobre os sócios do Grêmio Literário Amor ao Progresso e os redatores d’*As Letras*, conferir: *As Letras*, 15/11/1880.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>10</sup> Cf.: PONTES, *A vida inquieta de Raul Pompeia*, op. cit., pp. 34-35.

<sup>11</sup> Raul Pompeia utilizou como epígrafe de *A vergonha da bandeira* os dois últimos versos do poema de Castro Alves, quais sejam: “Andrada, arranca este pendão dos ares! Colombo, fecha a porta de teus mares!”.

<sup>12</sup> O texto completo de *A vergonha da bandeira* pode ser encontrado em: COUTINHO, Afrânio. *Raul Pompeia: Obras*. Volume 5, Escritos Políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: Oficina Literária Afrânio Coutinho, FENAME, 1981, pp. 32-34; e PONTES, Eloy. *A vida inquieta de Raul Pompeia*, op. cit., pp. 47-48.

livro pela Tipografia Cosmopolita do Rio de Janeiro, organizada e impressa às expensas do próprio autor<sup>13</sup>. A história do romance se passa em São João do Príncipe, na província do Amazonas. Nela, narra-se que, certo dia, chegara àquela localidade um fazendeiro branco conduzindo cerca de dez ou doze escravos, onde fundara, a partir do trabalho destes cativos, uma próspera fazenda. Tudo seguia em harmonia por cerca de um ano, até que se iniciaram desobediências por parte dos cativos que culminaram em punições e, por fim, numa insurreição que principiaria uma tragédia. Determinado dia, os escravos se recusaram a retornar para suas habitações após a jornada de trabalho. Questionados pelo feitor, os cativos atacaram-no a golpes e atiraram-no, ainda vivo, a um precipício. O fazendeiro, percebendo a demora do retorno do grupo, foi verificar o que se passava e também foi atacado e morto por seus escravos. Segundo o narrador, morto o fazendeiro, “estavam livres os cativos”, uma vez que um “tremendo protesto acabava a escravidão de lavrar contra a sua própria permanência num meio civilizado”. Os escravos então saquearam e queimaram a fazenda, destruindo-a por completo e fugindo em seguida. Uma multidão perseguiu e prendeu os cativos, entregando-os aos cuidados do subdelegado de polícia, de nome Eustáquio, que os encarcerou. Na mesma noite da prisão o grupo fugiu, levando consigo armas em munições<sup>14</sup>. Acerca do bando em fuga, o narrador afirma que,

Cada um desses escravos tinha o peito cheio de ódio, de um ódio ardente que só o sangue resfriaria. O do seu desgraçado senhor e o do feitor não lhes bastavam. Queriam mais! E, por uma evolução efetuada insensivelmente no seu espírito, voltaram toda a sua sanha contra o subdelegado. Julgando-o apenas culpado de algumas violências empregadas para prendê-los, condenaram-no contudo os negros a expiar todos os excessos praticados em outros tempos contra eles pelo fazendeiro. Não haviam ainda saciado de todo o seu desejo de vingança!<sup>15</sup>

As perseguições ao subdelegado permaneceriam por mais de dois anos. Neste período os escravos fugidos atacavam as instalações, os animais e as plantações da fazenda onde Eustáquio residia. Por vezes, tentaram também contra vida da esposa do subdelegado, Branca, e de sua filha adotiva, Rosalina. Em diferentes confrontos, vários policiais encarregados de proteger a casa de Eustáquio foram atacados e mortos<sup>16</sup>. Por fim, no derradeiro capítulo, é narrado o embate final. Avisado sobre um novo ataque, o subdelegado

<sup>13</sup> Em publicação na *Gazetinha* do Rio de Janeiro, em março de 1882, Capistrano de Abreu comentou que Raul Pompeia, “aos 18 anos, escreveu um romance [*Uma tragédia no Amazonas*], imprimiu-o sem que ninguém o soubesse, e sem que ninguém o auxiliasse, com as economias feitas em passagens de bonde e no ‘argent de poche’ [mesada]”. “Tipos e Tipões”, *Gazetinha*, 29/3/1882, p. 3.

<sup>14</sup> Cf. POMPEIA, Raul A. *Uma tragédia no Amazonas*. Rio de Janeiro: Tipografia Cosmopolita, 1880, pp. 63-70.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 70.

<sup>16</sup> *Ibidem*, pp. 71-88.

recrutou alguns homens que se colocaram de prontidão à espera do conflito. E este não tardou, resultando na morte do subdelegado e de todos que ali estavam em sua defesa. No confronto também foram mortas sua esposa e sua filha Rosalina, bem como recém-nascido que viera ao mundo durante os anos de tensão. A fúria dos escravos mais uma vez prosperara, desta feita contra a ação considerada excessiva do subdelegado<sup>17</sup>.

Encontramos referências a *Uma tragédia no Amazonas* e vários autores que estudaram a vida ou a obra de Raul Pompeia. O biógrafo Eloy Ponte, por exemplo, cita o romance para argumentar que Pompeia já demonstrava talentos literários desde sua adolescência, indicando que a obra fora bem recepcionada por alguns críticos<sup>18</sup>. Brito Broca, também biógrafo do escritor, tece umas poucas considerações sobre aquele livro, definindo-o como um romance que “não passava de tentativa de adolescente: história rocambolesca, puramente imaginária, desenrolada num cenário completamente desconhecido pelo autor e realmente trágico [...] porque termina com a morte de quase todos os personagens”<sup>19</sup>. Já em *Raul Pompeia: jornalismo e prosa poética*, Regina Lúcia de Araújo, analisa as publicações que Pompeia fizera na *Gazeta da Tarde* no ano de 1886, defendendo a tese de que o autor teria criado um novo gênero literário, “híbrido e inovador”: a prosa poética. Ainda nas páginas introdutórias de seu trabalho, a autora faz um breve histórico da produção de Raul Pompeia até o ano de 1886, citando que, em 1881, o autor publicou *Uma tragédia no Amazonas*<sup>20</sup>. Em *As metamorfoses de Raul Pompeia*, por seu turno, Sidnei Xavier dos Santos propõe um estudo dos contos que Pompeia publicou a partir de 1881 e, em breve passagem, no intuito de indicar os precedentes literários do autor, tal como Regina Araújo, Santos indica que o então jovem escritor já havia publicado “*Uma tragédia no Amazonas* e escrito panfletos políticos no Rio de Janeiro”<sup>21</sup>.

Não é, pois, nestes autores que vamos encontrar uma abordagem mais densa sobre o primeiro romance publicado por Raul Pompeia. Nestes trabalhos, temos apenas referências rápidas àquela obra, não sendo possível identificar, por exemplo, quais as principais personagens – uma vez que os autores citados não fazem referência a nenhuma delas – bem

<sup>17</sup> *Ibidem*, pp. 104-120.

<sup>18</sup> PONTES, Eloy. *A vida inquieta de Raul Pompeia*, *op. cit.*, pp. 40-46.

<sup>19</sup> BROCA, Raul Pompeia, *op. cit.*, p. 12.

<sup>20</sup> Cf. ARAÚJO, Regina Lúcia de. *Raul Pompéia: Jornalismo e prosa poética*. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo- USP, São Paulo, 2006, p. 13.

<sup>21</sup> SANTOS, Sidnei Xavier dos. *As metamorfoses de Raul Pompéia: um estudo dos contos*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011, p. 28.

como, qual o ponto principal da trama, ou seja, em torno de qual assunto gira o enredo escrito pelo jovem romancista. Encontramos, no entanto, uma análise específica e mais aprofundada do romance em *A representação do espaço trágico em Uma tragédia no Amazonas*, de Danilo Oliveira Nascimento. Neste trabalho, o autor argumenta que, levando-se em consideração o contexto de produção da obra, ou seja, o ambiente escolar, onde sua escrita fora iniciada, “podemos considerar que a novela respondeu às expectativas dos seus primeiros leitores, adolescentes interessados por leituras folhetinescas cujos temas giravam em torno de aventuras em lugares exóticos, guerras, crimes e eventos sobrenaturais”. Para Nascimento, a trama “explora a temática da vingança para justificar o drama violento vivenciado por Eustáquio e sua família em plena floresta amazônica”, mas que, “representa [também] a replicação, em escala menor, do fracasso da utopia da formação da civilização brasileira a partir da ação do homem branco em explorar e dominar a floresta”<sup>22</sup>. Por fim, o autor chega à conclusão de que

O drama violento vivenciado pelos personagens possibilita a alegoria da repetição desse fracasso que sugere que outros problemas históricos e sociais se fazem presentes a partir do desenrolar da trama, tais como exploração e domínio da terra, formação de novas cidades no interior do país, ausência dos aparatos do Estado em locais extremos e isolados [...], e a problemática da aplicação da lei em “terra de ninguém”<sup>23</sup>.

Ainda, ao discorrer sobre o romance, Nascimento não relata que toda a trama se desenvolve a partir de um crime cometido por um grupo de escravos contra o seu feitor e seu senhor. O autor não destaca a condição social dos cativos, não os identifica como escravos, referindo-se a estes, durante todo o texto, apenas como “grupo de bandidos”, “criminosos” e “bando de criminosos”<sup>24</sup>. Desta forma, o trabalho leva o leitor a entender que a tônica do romance é mesmo sobre as dificuldades de colonização e os embates entre malfeitores e autoridades em paradas longínquas do Império, onde o homem branco tentara se estabelecer. Porém, entende-se aqui que os escravos são personagens centrais no romance e que seu tema principal são os males que a escravidão poderia causar com sua “permanência num meio civilizado”<sup>25</sup>. Propõe-se, então, a partir desta premissa, outra leitura daquela obra.

Na trama, o subdelegado Eustáquio representa a “ordem”, por meio de seu cargo, sustentado pelo aparato de Estado. O fazendeiro assassinado, por sua vez, é a personagem que

<sup>22</sup> Cf. NASCIMENTO, Danilo de Oliveira. *A representação do espaço trágico em Uma tragédia no Amazonas, de Raul Pompeia*. Revista Recorte, v. 12, n. 1, janeiro-junho, pp. 1-16, 2015, pp. 1-2 e 15.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>24</sup> *Ibidem*, *passim*.

<sup>25</sup> POMPEIA, *Uma tragédia no Amazonas, op. cit.*, p. 67.



se identifica com o “progresso”, uma vez que, é através dele que em uma região longínqua se desenvolve uma próspera fazenda. Já a escravidão, representada na figura dos cativos, é o mal que abala tanto uma como a outra coisa, ou seja, tanto a ordem quanto o progresso. É a revolta dos escravos, por meio do assassinato de seu senhor, que resulta na destruição de toda a fazenda, bem como sua busca por vingança que traz a perturbação da ordem e o sossego público. A mensagem que Pompeia quer passar ao seu leitor é a de que a permanência da escravidão é um problema para o desenvolvimento e modernização do país. Cabe destacar ainda, que a produção do romance não se destinara apenas ao público interno do Colégio onde o autor estudara, e isso vamos entender ao olharmos para o contexto no qual Pompeia deu vida àquela obra.

Entende-se aqui que Raul Pompeia tirara a matéria para a produção de *Uma tragédia no Amazonas* de seu próprio meio social. Uma primeira evidência disso, vamos encontrar na própria imprensa do período. Procedendo à leitura de alguns jornais nos anos 1870 e 1880, não é difícil encontrar notícias que discorriam sobre crimes havidos em diferentes partes do Império por conta das relações de escravidão. Uma dessas publicações foi localizada na *Gazeta de Notícias*, durante a leitura das edições do ano de 1882, a qual trazia o seguinte conteúdo:

Lê-se no *Correio de S. José*: “Na fazenda do Paredão, do Sr. capitão Manuel Silvestre da Silveira, no Sumidouro de Nova Friburgo, deu-se no dia 26 do passado, uma cena de sangue. Um escravo depois de contender como o feitor matou-o. Como sempre sucede nessas ocasiões, depois de praticado o crime, foram dois homens em perseguição do criminoso, que qual fera atirando-se de novo sobre os dois mata um e fere gravemente o outro. Não parou aí o morticínio, e o assassino cai também morto por uma bala que partiu do mato próximo e na ocasião em que de novo diligenciavam prendê-lo. A não ser assim, quantas vidas custaria mais esta cena da escravidão?”<sup>26</sup>

É perceptível como os fatos ocorridos em S. José se assemelham aos episódios narrados no romance de Raul Pompeia. Além da publicação da *Gazeta*, em busca na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, utilizando como palavra-chave expressões como “Cenas da escravidão”, no período de 1870 a 1879, encontramos publicações em diversos jornais da Corte e das províncias a respeito de escravos que assassinaram seus senhores, senhores que assassinaram seus escravos, denúncias de maus-tratos contra escravos, separação de famílias de cativos pela venda, além do cometimento de

---

<sup>26</sup> “Cenas da Escravidão”, *Gazeta de Notícias*, 8/1/1882, p. 1.

diversos crimes, fugas e suicídios de escravos, decorrentes da relação do cativo<sup>27</sup>. Observou-se também que, além de títulos de matérias jornalísticas, “cenas da escravidão”, também era recorrentemente empregado para nomear livros, poesias e peças teatrais<sup>28</sup>. É provável que o bucólico ambiente de Jacuecanga, onde nascera o jovem literato, não lhe permitisse um contato tão intenso com essas questões. Por outro lado, passar a viver na capital do Império no início dos anos 1870 implicava em uma exposição cotidiana aos conflitos decorrentes das relações havidas por conta do trabalho escravo.

Portanto, *Uma tragédia no Amazonas* viera a lume em um momento no qual a luta pela abolição dos escravos se acirrava no cenário nacional. Na bibliografia, encontramos importantes estudos sobre o tema. Em *Visões da Liberdade*, por exemplo, Sidney Chalhoub destaca que a votação da lei de 28 de setembro de 1871, a do Ventre Livre, foi um momento crucial no encaminhamento da crise da escravidão no Brasil, a qual implicou no reconhecimento de uma série de direitos dos cativos e, conseqüentemente, na libertação cada vez mais acentuada. Medidas como esta implicaram então na redução da oferta de mão de obra escrava e no conseqüente aumento do tráfico interprovincial, principalmente entre os anos 1873 e 1881, como destaca o autor. Muitos cativos eram encaminhados das regiões norte e nordeste para o sudeste e, em vários casos, a venda ocorria com a separação de familiares, bem como com o deslocamento destes para trabalhos para os quais não estavam habituados. É neste cenário, pois, conflituoso que vamos ver as inúmeras cenas de crime que pululavam nos jornais do país<sup>29</sup>. Ao abordar o mesmo tema em *Onda negra, medo branco*, Célia Maria Marinho de Azevedo destaca que os efeitos da Lei do Ventre Livre dificultaram o controle disciplinar sobre os escravos, uma vez que esta decretara o fim do caráter absoluto do escravismo no Brasil. Segundo a autora, ao longo dos anos 1870, os crimes cometidos por escravos contra senhores, feitores e respectivos familiares, tornaram-se então parte do debate

<sup>27</sup> Para alguns exemplos dessas publicações, conferir: “Cenas da escravidão”, *Diario do Rio de Janeiro*, 28/9/1871, p. 1; “Cenas da escravidão”, *O Cruzeiro*, 6/1/1878, p. 2; “Cenas da escravidão”, *Cearense* (CE), 15/8/1875, p. 3; “Cenas da escravidão”, *Diario de S. Paulo* (SP), 29/10/1876, p. 1; “Cenas da escravidão”, *Jornal do Recife* (PE), 12/3/1875, p. 2; “Cenas da escravidão”, *O Despertador* (SC), 8/11/1878, p. 2; “Cenas da escravidão”, *Ordem* (BA) – transcrito no *Jornal do Recife* (PE) de 17/10/1871, p. 1; “Cenas da escravidão”, *Pharol* (MG) – transcrita no *Diario do Rio de Janeiro* de 28/9/1871, p. 3; “Cenas da escravidão”, *Provincia do Para* (PA) – transcrito no *Jornal do Recife* (PE) de 23/10/1878, p. 2; “Cenas da escravidão”, *Tamoyo* (PB) – transcrito no *Jornal do Recife* (PE) de 12/11/1879, p. 1.

<sup>28</sup> Para exemplos de obras que carregavam este título, conferir: para livros (“Livros baratos”, *Gazeta de Notícias*, 28/8/1877, p. 4); para poemas – (“Cenas da escravidão”, *Diario de S. Paulo* (SP), 15/10/1876, p. 2; “Cenas da escravidão”, *O Reporter*, 122/3/1879, p. 3; *Gazeta de Notícias*, 25/9/1877, p. 1 - esta só informa a leitura de uma poesia com este título, não é o título da coluna; e *Jornal do Commercio*, 25/9/1876, p. 3); e para peças teatrais – (“Cenas da escravidão”, *Jornal do Commercio*, 7/7/1875, p. 8; “Pelos Teatros”, *Echo dos Tagarellas*, 18/5/1875 p. 2; “Revista Teatral”, *O Mequetrefe*, 13/5/1875, p. 3; “Teatro de S. José”, *Diario de S. Paulo* (SP), 23/6/1878, p. 2, 27/6/1878, p. 2, e 29/6/1878, p. 2).

<sup>29</sup> Cf. CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, *passim*.

político. Além da imprensa, as notícias sobre as revoltas nas fazendas e vilas passaram a nortear os debates dos deputados provinciais, enquanto nas manifestações de chefes de polícia e presente de províncias, o medo, a impotência e as incertezas, diante das rebeliões, eram latentes<sup>30</sup>.

Já Angela Alonso, em *Flores, votos e balas*, desenvolveu importante estudo sobre a trajetória de conformação do movimento abolicionista no Império brasileiro. Segundo a autora, o Brasil teve ampla companhia no regime escravista de trabalho até o século XVIII, o que seria alterado na primeira metade do século seguinte. Alonso destaca que uma série de abolições começou pelo Haiti em 1791. Em 1807 seria a vez dos Estados Unidos e o Império Britânico extinguirem o tráfico em seus domínios. Em 1815, em um congresso em Viena – que tivera como membros Inglaterra, França, Áustria, Suécia, Rússia e Portugal – o tráfico internacional de escravos foi declarado ilegal. No início do século XIX, uma série de colônias espanholas na América declararam suas independências e a extinção do trabalho escravo. Essa sequência de abolições, por conseguinte, criou um novo ambiente político internacional no qual a escravidão não era vista com bons olhos. De acordo com Alonso, este passado então se fez conhecido da elite brasileira e passou a ser utilizado para se pensar o futuro da escravidão no Brasil por meio de livros, artigos e proposta de lei, que se avolumaram a partir dos anos 1860. A literatura também se transformou em um importante meio de combate à escravidão. Alonso destaca que o escravo virou assunto recorrente na literatura romântica dos anos 1860, atingindo em cheio a sensibilidade dos leitores para o problema do escravismo<sup>31</sup>.

E neste ponto, é importante destacar que no decorrer dos anos 1870, no campo literário, travaram-se inúmeras discussões no meio intelectual no sentido de afirmar que a literatura tinha um papel social a desempenhar. Em *O carnaval das letras*, por exemplo, Leonardo Pereira assevera que ser literato naquele período ia para além de apenas se escrever versos, uma vez que a literatura era vista como um campo privilegiado de ação política. Para o autor, ter essa consciência era condição imprescindível para aqueles que pretendiam seguir caminho no mundo das letras<sup>32</sup>. Foi, pois, neste meio social, o da Corte brasileira dos anos

---

<sup>30</sup> Cf. AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2004, *passim*. Conferir também: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

<sup>31</sup> ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, *passim*.

<sup>32</sup> Cf. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, pp. 30-42. Sobre a utilização da literatura como meio de intervenção social e política, conferir também: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 17-57; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A realidade como vocação: literatura e experiência nas últimas décadas do império*. In: Grinberg, Keila e Salles, Ricardo (orgs). *O*

1870, que cresceu Raul Pompeia. O jovem literato havia se engajado do lado contestador, estava atento aos problemas que orientavam as discussões do espaço público e, evidentemente, entendia a literatura como um importante meio de participar no debate. Então, o que se percebe é que, por meio de *Uma tragédia no Amazonas*, Raul Pompeia veio fazer coro à deslegitimação da escravidão que recorrentemente vinha sendo processada no cenário sociopolítico brasileiro.

O fato é que, apesar de seu romance não ter sido publicado em nenhum jornal, o nome de Raul Pompeia ganhou destaque na imprensa por conta da produção. Em 22 de fevereiro de 1880, encontramos uma referência àquela obra, nada menos que no folhetim do *Jornal do Commercio* do Rio, sob o título *Microcosmo*, escrita por Carlos de Laet, cuja publicação trazia o seguinte conteúdo: “Um aperto de mão – é o que envio ao Sr. Pompeia, inteligente mancebo que experimentou suas forças escrevendo –*Uma tragédia no Amazonas* -, romancete esboçado em horas de lazeres acadêmicos, porém no qual já se revelam apreciáveis talentos”<sup>33</sup>. Em maio, a referência à obra chegaria às páginas da *Gazeta de Notícias* nos seguintes termos:

Saiu à luz e acha-se à venda em casa de E & H. Laemmert *Uma Tragédia no Amazonas*, ensaio literário de Raul A. Pompeia. Este notável romance, fruto de um jovem escritor, que já revela um notável talento, mereceu os elogios unânimes da nossa imprensa. O estilo florido, as descrições pitorescas da nossa natureza brilhante e o desfecho trágico que justifica o título da obra, tornaram a leitura sobremodo agradável e atraente.<sup>34</sup>

Com aquele romance, Raul Pompeia fizera-se notado nos principais jornais do país, a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Commercio*, e é possível que em muitos outros. O jovem literato ganhava destaque como uma promessa para as letras nacionais. É possível que esta carta de apresentação abrisse-lhe as portas para diversos jornais nos quais contribuiria a partir de 1881 em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Naquele ano de 1880, além do romance em destaque, Pompeia também atuou politicamente através da publicação de panfletos em campanhas contra o Ministério de Sinimbu, especificamente em decorrência dos distúrbios havidos na Corte em decorrência da Revolta do Vintém. Um destes foi *Um réu perante o futuro*, no qual o jovem literato criticava

---

*Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 273-298; RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de estalo” de Machado de Assis*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. Campinas, SP, 2010, p. 117; e SILVA, Ana Carolina Feracin da. *Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, SP. 2001, p. 39.

<sup>33</sup> “Microcosmo – Chronica Semanal”, *Jornal do Commercio*, 22/2/1880, p. 1.

<sup>34</sup> “Uma tragédia no Amazonas”, *Gazeta de Notícias*, 14/5/1880, p. 6.

duramente a condução que o governo dera às manifestações populares através da ação da polícia, sem deixar, no entanto, de atribuir alguma culpa ao Imperador. No texto, o autor afirmava que “este bandido [o Ministério 5 de janeiro], perpetrou nesse crime dois crimes: feriu covardemente um povo desarmado e cavou uma mina nos sólidos alicerces que a monarquia possuía no íntimo do povo”<sup>35</sup>. *A queda do Governo*<sup>36</sup> foi outra publicação no mesmo sentido, a indicar que, se por um lado Pompeia seguia à margem da imprensa, por outro seguia a mesma linha das publicações que José do Patrocínio vinha fazendo em sua *Semana Política* nos primeiros dias do ano de 1880, fartamente discutidas no capítulo 2.

É provável também que Pompeia tenha passado a ser uma possibilidade no horizonte de Ferreira de Araújo que, como já indicamos, estava sempre à procura de jovens de talento para compor a redação de seu jornal. Se a publicação de *Uma tragédia no Amazonas* e dos referidos panfletos tenha indicado ao direto da *Gazeta de Notícias* a existência de um possível redator para o seu jornal, talvez isso se tenha confirmado com a ida do jovem literato para São Paulo em 1881, onde este passou efetivamente a atuar como colaborador de vários jornais. Como veremos a seguir, as notícias da atuação de Pompeia chegavam à Corte, muitas delas tinham lugar nas páginas da *Gazeta de Notícias*. O fato é que, ao regressar de São Paulo no ano seguinte, 1882, o autor de *Uma tragédia no Amazonas* passaria a fazer parte do grupo de redatores do jornal de Ferreira de Araújo.

### 3.1.2 São Paulo: da imprensa acadêmica à imprensa nacional

Uma primeira observação que fazemos aqui é em relação ao desejo que muitos jovens como Raul Pompeia nutriam de se notabilizarem em seu meio social por meios das letras, mirando-se nos exemplos de distinção social que tinham importantes escritores do seu tempo. Segundo Maria Tereza Chaves de Mello, os literatos eram tidos como celebridades no Rio de Janeiro na década de 1880. Por conta do prestígio social que possuíam, aqueles homens de letras eram assediados pelas ruas tanto por seus leitores como por jovens aspirantes a escritores<sup>37</sup>. Um desses momentos foi registrado por Coelho Netto no romance *A Conquista*, no qual o autor, por meio do personagem Anselmo, narra a primeira vez que ele

<sup>35</sup> COUTINHO, Afrânio. *Raul Pompeia: Obras*. Volume 5, Escritos Políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: Oficina Literária Afrânio Coutinho, FENAME, 1981, pp. 42-44; e PONTES, Eloy. *A vida inquieta de Raul Pompeia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935, pp. 50-52.

<sup>36</sup> COUTINHO, Afrânio. *Raul Pompeia: Obras*. Volume 5, Escritos Políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: Oficina Literária Afrânio Coutinho, FENAME, 1981, p. 19-20.

<sup>37</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur) 2007, p. 67.

viu o romancista Aluísio Azevedo andando pela Rua do Ouvidor, “escritor que ele seguia de longe enamorado”<sup>38</sup>. Outro literato, que também relatou tal experiência, foi Medeiros e Albuquerque, afirmando que: “aí [na Rua do Ouvidor] eu vi de perto quase toda a boemia literária da época [...] Mas conheci-os de longe, sem nenhuma intimidade”<sup>39</sup>. O que os relatos de Coelho Netto e Medeiros e Albuquerque – da mesma geração de Raul Pompeia – no deixa entrever, é o fascínio que a literatura e seu prestígio causava naqueles jovens. Estes literatos iniciantes, que abriam caminho no mundo das letras na passagem dos anos 1870 para 1880, pretendiam, por meio de seus escritos, alcançar o mesmo prestígio de que disfrutavam importantes literatos pelos quais nutriam devotada admiração.

A segunda observação a se fazer, diz respeito ao papel que estes escritores atribuíam a si próprios e a seus escritos. De acordo com Leonardo Pereira, muitos desses jovens, como Raul Pompeia, todos próximos aos vinte anos, ficaram reconhecidos no período como integrantes de “uma nova geração de poetas e romancistas”, “procedentes, na maior parte das vezes, dos bancos das faculdades de direito de São Paulo ou do Recife e da Escola de Medicina do Rio de Janeiro”, a chamada “geração boêmia”. Estes literatos, segundo Pereira, tinham “uma visão de que eram responsáveis, de alguma forma, pelos rumos da nação”, e o faziam por meio das letras. Não queriam apenas escrever versos, tinham também por objetivo transformar a opinião pública através de seus escritos, “abalando os alicerces de um modelo de sociedade que não servia mais a estes homens”<sup>40</sup>.

Raul Pompeia fora tomado por este impulso, fazer-se home de letras, por isso encontramos seus primeiros esforços, ainda na Corte, de produzir algo que lhe conferisse algum destaque no mundo das letras. E se no campo da imprensa do Rio de Janeiro não colhera os frutos esperados, por outro lado, fez do jornalismo acadêmico a ponte que o levaria à condição de colaborador do jornal de Ferreira de Araújo. Segundo Sérgio Adorno, a imprensa acadêmica foi um campo alternativo e privilegiado de atuação dos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo durante a vigência da monarquia. De acordo com o autor, a formação acadêmica nunca se circunscrevera exclusivamente às atividades curriculares, fora construída também no interstício dos estudos por meio do jornalismo político e literário. Aquela imprensa era então o principal instrumento de propagação das ideias dos futuros

<sup>38</sup> NETTO, Coelho. *A Conquista*, Apud MELLO, *A república consentida*, op. cit., p. 68.

<sup>39</sup> MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José Joaquim de C. da C. de. *Quando eu era vivo: memórias - 1867 a 1934*. Rio de Janeiro: Record, 1982, Apud MELLO, *A república consentida*, op. cit., p. 68. As referências à rua do Ouvidor dão-se pelo fato de que aquele era um dos mais importantes pontos de encontro dos homens de letras no Rio de Janeiro. Cf. *Ibidem*, pp. 68-69.

<sup>40</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Literatura e história social: a “geração boêmia” no Rio de Janeiro do fim do império*. História Social, n. 1, 29-64, 1994, pp. 29-38.

bacharéis. No decorrer do século XIX, foram criados inúmeros periódicos, nos quais participaram acadêmicos notáveis que se destacariam no mundo da literatura, da política e da vida pública em geral<sup>41</sup>.

No período de 1881, já na capital paulista, e paralelamente às atividades acadêmicas, Pompeia atuou como colaborador efetivo de dois jornais: *A Comedia* e *O Bohemio*. Estes impressos eram editados por um grupo de estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, liderados por Valentim Magalhães. É o próprio Magalhães, em publicação na *Gazetinha* em março de 1882, que ratifica a participação de Pompeia naquelas folhas, afirmando que: “depois da ‘Tragédia’ [no Amazonas], [Raul Pompeia] escreveu na ‘Comedia’ [...]. Depois veio o ‘Bohemio’<sup>42</sup>. A imissão de Pompeia no grupo de Valentim Magalhães, no entanto, não nos parece despreziosa, uma vez que este era tido como “o grande animador intelectual da época”<sup>43</sup> e já possuía certa influência tanto na imprensa de São Paulo quanto na da Corte, tendo várias de suas obra vendidas, por exemplo, pelo escritório da *Gazeta de Notícias* entre os anos de 1880 e 1881<sup>44</sup>. A referência de Magalhães ao romance *Uma tragédia no Amazonas*, por sua vez, nos indica que Raul Pompeia lograra, por meio daquela obra, algum conceito que lhe permitisse ser aceito no grupo de acadêmicos escritores.

O primeiro jornal no qual escrevera Raul Pompeia em São Paulo, *A Comedia*, surgiu por volta de fevereiro de 1881 e tinha como proprietários Valentim Magalhães e Silva Jardim<sup>45</sup>, este um antigo colega dos tempos do Colégio Abílio e diretor de redação do *Echo Litterario*, onde, lembremos, Pompeia publicou os primeiros capítulos de *Uma tragédia no Amazonas*. O jornal era do tipo literário-humorístico e de caricaturas. Além de Magalhães e Silva Jardim, sua redação contava com outros nomes como Luiz Murat, Raymundo Correa, Fontoura Xavier, Eduardo Prado, Assis Brazil, Afonso Celso e Augusto Lima. Da Corte ainda chegavam colaborações de Filinto de Almeida e Machado de Assis<sup>46</sup>. As ilustrações da folha

<sup>41</sup> ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 157-165 e 211. Ainda, sobre este assunto, conferir também: SCHWARCZ, Lilia Moritz. “As faculdades de direito ou os eleitos da nação”. In: *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 141-188.

<sup>42</sup> “Tipos e Tipões”, *Gazetinha*, 27 e 28/2/1882, p. 2. Ainda sobre este assunto, conferir também:

<sup>43</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica – PUC. Rio de Janeiro, 2004, p. 104.

<sup>44</sup> Nos anos de 1880 e 1881 o escritório da *Gazeta de Notícias* anunciava a venda, respectivamente, do livro *A vida de seu Juca – paródia à morte de D. João de Guerra Junqueira* e do conto *Colombo e Nenê*, ambos de autoria de Valentim Magalhães. Cf. “A vida de seu Juca”, *Gazeta de Notícias*, 16; 17, 22, e 23/9/1880, pp. 5; e “Colombo e Nenê”, *Gazeta de Notícias*, 27/1/1881, p. 1.

<sup>45</sup> Sobre o surgimento de *A Comedia*, conferir: “A Comedia”, *Jornal da Tarde* (SP), 25/1/1881, p. 1; e “Novo Jornal”, *Correio Paulistano* (SP), 2/2/1881, p. 3.

<sup>46</sup> Sobre os redatores do jornal, conferir: MELLO, *Com o arado do pensamento*, op. cit., p. 104.

ficavam a cargo do catalão Narcizo Figueiras<sup>47</sup>. Pouco podemos saber sobre o conteúdo deste jornal, uma vez que não há edições disponíveis para consulta, pelo menos, nos sites da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e nem no Repositório Digital do Arquivo Público de São Paulo, onde se realizou as buscas<sup>48</sup>. É, pois, por meio da bibliografia levantada que podemos saber um pouco mais sobre o perfil daquele impresso.

É o próprio Silva Jardim que define “*A Comedia*, [como um] pequeno jornal que pôs uma nota revolucionária na imprensa paulista”<sup>49</sup>. Rubens Arantes Corrêa, por seu turno, o define como um “jornal propagandista da causa republicana”<sup>50</sup>. O fato é que, muitos dos redatores do impresso integravam também o Clube Republicano Acadêmico de São Paulo, como podemos ver em uma publicação do *Correio Paulistano* em abril de 1881, noticiando uma das sessões daquela agremiação, comemorativa do 89º aniversário da morte de Tiradentes, na qual se pronunciaram, por meio de discursos e poesias, Valentim Magalhães, Fontoura Xavier, Luiz Murat e Assis Brazil<sup>51</sup>. Muitos integrantes dessa geração de estudantes também ficariam conhecidos como “acadêmicos abolicionistas”<sup>52</sup> de São Paulo, entre os quais Raul Pompeia. O que se percebe, é que esses jovens estavam ligados pelas letras, pela imprensa, pela academia e pelas causas republicana e abolicionista.

Pompeia teria estreado n’*A Comedia* com o conto *Como nasceu, viveu e morreu a minha inspiração*<sup>53</sup>, publicado entre os dias 4 e 5 de abril. No mesmo jornal, o jovem escritor ainda publicaria os contos *Niente*, em abril, *Antes e depois* e *Milica e o turco* no mês de maio de 1881. Encontramos o conteúdo completo desses contos na coletânea de escritos de Raul Pompeia organizada por Afrânio Coutinho<sup>54</sup>. Verifica-se, porém, que essas primeiras publicações de Pompeia não apresentam conteúdo de cunho político. A respeito dessa constatação, Leonardo Pereira nos indica que esses literatos também abordavam temas aleatórios em suas produções, mais voltados para as letras e menos para a política,

<sup>47</sup> Cf. VEZZANI, Iriana Nunes. *Uma revista e tipo europeu: educação e civilização na Galeria Illustrada* (Curitiba 1888-1889). Dissertação (Mestrado em Educação). Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba – PR, 2013, pp. 41-42

<sup>48</sup> Cf. < [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/jornais\\_revistas](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas) >; e < <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> >.

<sup>49</sup> JARDIM, Silva. *Memórias e viagens: campanha de um propagandista (1887-1890)*. Lisboa – PT: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1891, p. 467.

<sup>50</sup> CORRÊA, Rubens Arantes. *A trajetória de Raul Pompeia (1865-1895): um estudo bibliográfico*. Claretiano – Revista do Centro Universitário, Batatais, n. 2, Jan./Dez., pp. 44-57, 2002, p. 49.

<sup>51</sup> Cf. “Clube Republicano Acadêmico”, *Correio Paulistano* (SP), 23/4/1882, p. 2.

<sup>52</sup> Cf. “A Onda”, *Imprensa Evangélica*, 16/8/1884, p. 8.

<sup>53</sup> Sobre essa informação, conferir: SANTOS, Sidnei Xavier dos. *As metamorfoses de Raul Pompéia: um estudo dos contos*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011, p. 28.

<sup>54</sup> Cf. COUTINHO, Afrânio. *Raul Pompeia: Obras*. Volume 3. Contos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: Oficina Literária Afrânio Coutinho, FENAME, 1981, pp. 19-31.



“diferenciando-se de um discurso militante mais distanciado das preocupações artísticas”<sup>55</sup>. Isso, no entanto, não descarta, de todo, a possibilidade de que, naquele impresso acadêmico, Pompeia tenha publicado algum artigo ou outro tipo de escrito abordando tais assuntos, tão caros para o grupo ao qual se filiara, análise que queda prejudicada pela ausência das edições do jornal. O que se nota, porém, é que aqueles primeiros contos chegaram à *Gazeta de Notícias* por meio das edições d’*A Comedia* que Valentim Magalhães para lá encaminhava<sup>56</sup>, o que logo chamou a atenção de pelo menos um dos redatores de Ferreira de Araújo: Capistrano de Abreu. Este havia entrado para o grupo da *Gazeta* em 1879, tendo se especializado na crítica literária<sup>57</sup>. Evidentemente que por ter apreciado os textos que o jovem literato publicou no jornal de São Paulo, Abreu afirmara que “os contos que [Raul Pompeia] tem escrito deram ensejo a estudos proveitosos”<sup>58</sup>.

O jornal *A Comedia*, no entanto, teve curta duração. Suas edições foram publicadas entre fevereiro de maio de 1881<sup>59</sup>. O grupo de Valentim Magalhães, então, daria início à publicação de um novo impresso, *O Entr’acto*, também literário-humorístico e de caricaturas, surgido a 18 de junho de 1881, de cuja redação não participara Raul Pompeia, e que tivera vida mais efêmera ainda que *A Comedia*, tendo circulado por apenas cinco edições. De circulação semanal, o jornal saía aos sábados e teve sua última edição veiculada em 30 de julho de 1881<sup>60</sup>. A partir do sexto número, o jornal passaria a apresentar outro título: *O Bohemio*<sup>61</sup>. Mudando-se o título, porém, permanecia o mesmo estilo d’*O Entr’acto*, ou seja, dedicado à literatura, ao humor e às caricaturas. Nesta redação, ao lado de Valentim Magalhães, Ezequiel Freira, Raymundo Correa, Randolpho Fabrino, Narcizo Figueiras e Fontoura Xavier, Raul Pompeia começaria sua fase mais profícua e notória na imprensa paulista. N’*O Bohemio*, o jovem escritor encetou a publicação de um novo romance, intitulado *Violeta*, que circulou do início de agosto até meados de setembro de 1881, o qual ficou inacabado. A obra narra o drama de Eduardo, um pai que busca pela filha, Violeta, uma garota de cinco anos que havia sido vendida para ser explorada por uma companhia

<sup>55</sup> PEREIRA, *Barricadas na Academia*, op. cit., p. 18.

<sup>56</sup> Sobre esta informação, conferir: *Gazeta de Notícias*, 12, 21 e 23/4/1881, pp. 1.

<sup>57</sup> Cf. GONTIJO, Rebeca. *Capistrano de Abreu, viajante*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, n. 59, pp. 15-36, 2010, p. 19.

<sup>58</sup> In.: COUTINHO, *Raul Pompeia: Obras*. Volume 3, op. cit., p. 15.

<sup>59</sup> Sobre o fechamento d’*A Comedia*, conferir: *Gazeta de Notícias*, 25/5/1882, p. 2; e *Jornal da Tarde* (SP).

<sup>59</sup> *Gazeta da Tarde*, 4/7/1881, p. 1.

<sup>60</sup> Para as edições d’*O Entr’acto*, conferir: *O Entr’acto*, 18/6 a 30/7/1881. Disponível em: <<https://catalogue.nla.au/Record/1537779>>. Acesso em 10/8/2020.

<sup>61</sup> Sobre a conversão do título para *O Bohemio*, conferir “1,2,3, Passe!”, *O Bohemio*, 6/8/1881, p. 1.

circense<sup>62</sup>. Ainda neste novo romance, não encontramos qualquer referência de cunho político de Pompeia nos assuntos referentes à escravidão ou à República. Porém, exercendo sua nova função naquela folha, a de caricaturista, e sob o pseudônimo Rapp, Pompeia logo se faria notado no mundo da imprensa. O primeiro número d'*O Bohemio* logo foi encaminhado à redação da *Gazeta de Notícias* para divulgação, a qual tecera elogios ao novo caricaturista por meio da seguinte nota: “De S. Paulo tivemos o primeiro número do *Bohemio*, que veio substituir o *Entr’acto*. Pertencendo ao mesmo grupo de moços que faziam este jornal, o *Bohemio* é igualmente escrito com espírito e tem um artista de esperança a dirigir-lhe o lápis”<sup>63</sup>. Por meio do lápis, Pompeia se faria notado tanto na imprensa paulista quanto nas páginas da *Gazeta de Notícias*.

Logo nos primeiros números, *O Bohemio* se envolveu em uma polêmica com o *Diario de Campinas*. Os motivos da intriga são desconhecidos, uma vez que as edições dos dois jornais que trazem as publicações contendo as provocações mútuas, assim como *A Comedia*, também estão indisponíveis para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e nem no Repositório Digital do Arquivo Público de São Paulo. Neste último, encontra-se disponível apenas o primeiro número do jornal, em cuja edição não há qualquer publicação fazendo referência ao *Diario de Campinas*. Segundo registros da bibliografia, as discussões entre as folhas teriam ocorrido a partir do segundo ou do terceiro número do jornal de Valentim Magalhães<sup>64</sup>. O que se sabe, no entanto, é que Raul Pompeia entrou no embate e por meio da caricatura representou o *Diario* na figura de um burro que na série de quadros acabava crucificado juntamente com dois porcos. A sequência de desenhos remete o leitor quase que naturalmente às cenas do suplício de Cristo. A afronta aos símbolos cristãos causou comoção no meio paulistano. Na imprensa, o *Diario da Manhã* logo protestou contra a “injusta e pouco delicada [...] ideia de reproduzir as cenas da Paixão de Cristo, figurando nelas como protagonista um burro”<sup>65</sup>. O *Opinião Liberal*, então, soltou uma nota no mesmo sentido e com o seguinte comentário: “lastimamos que ocorresse aos estimáveis redatores do jornal ilustrado de S. Paulo a infeliz ideia de figurar um burro crucificado em uma cruz [...] com duas cruces ao lado, das quais se veem suspensos dois porcos”<sup>66</sup>.

<sup>62</sup> Para o conteúdo completo deste romance, conferir: : COUTINHO, *Raul Pompeia: Obras*. Volume 3, *op. cit.*, pp. 32-39.

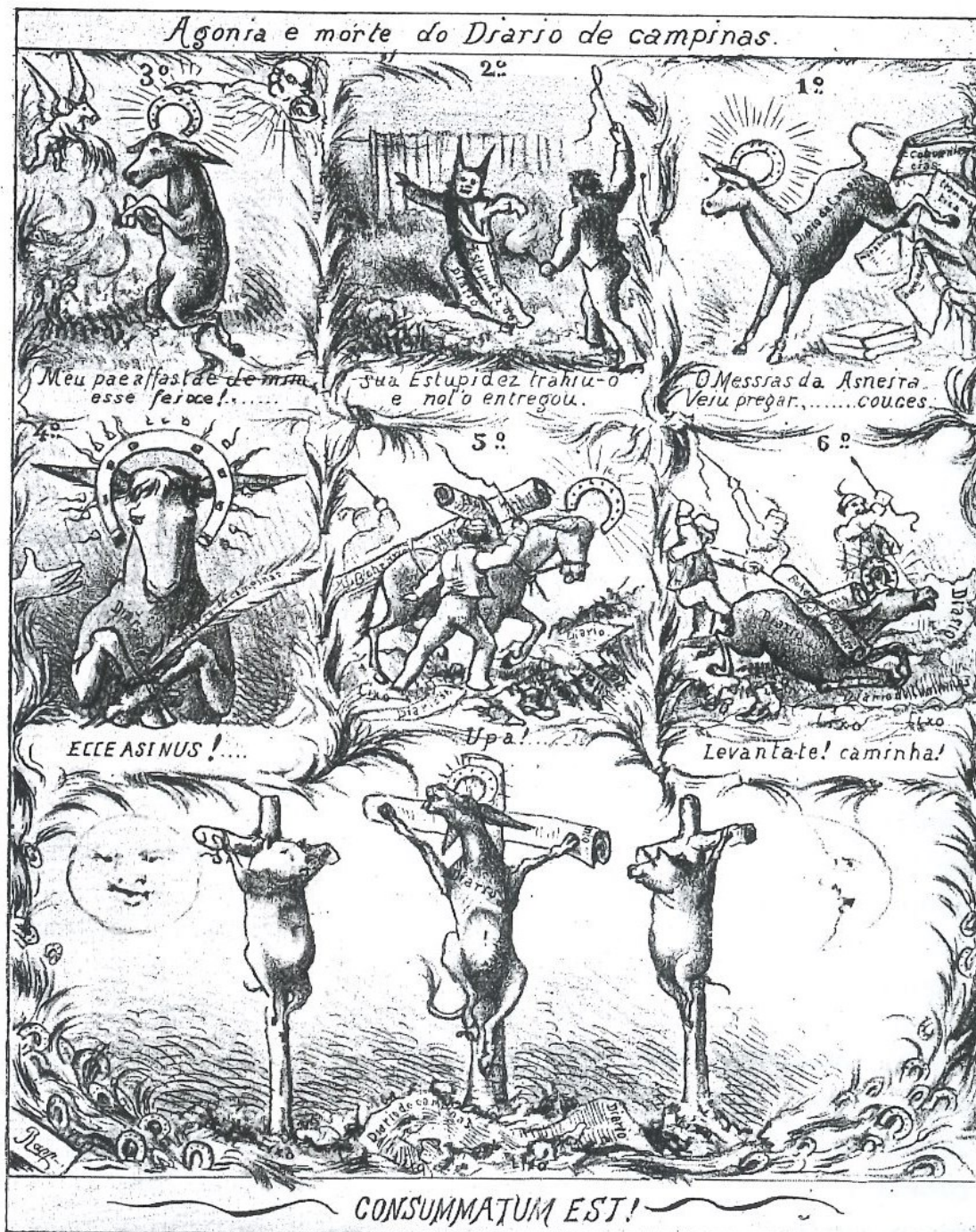
<sup>63</sup> *Gazeta de Notícias*, 10/8/1881, p. 1.

<sup>64</sup> Cf.: POMPEIA, *Exposição comemorativa do centenário de nascimento de Raul Pompeia*, *op. cit.*, p. 24; e PONTES, *A vida inquieta de Raul Pompeia*, *op. cit.*, pp. 82-84.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 83.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 84.

Figura 5 - Agonia e morte do Diário de Campinas



Fonte: PONTES, Eloy. *A vida inquieta de Raul Pompeia*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria José Olympio Editora, 1935, p. 89.

- 1º - O Messias da Asneira veio pregar coices
  - 2º - Sua estupidez trahiu-o e nol'o entregou
  - 3º - Meu pai afastate de mim esse feioce!
  - 4º - ECCE ASINUS!
  - 5º - Upa!
  - 6º - Levanta-te! Caminha!
- CONSUMMATUM EST!

Apesar de não saber a exata causa que levou Pompeia a publicar aquele desenho, olhando para as páginas d'*O Entr'acto*<sup>67</sup> e do primeiro número d'*O Bohemio* é possível encontrar publicações que tinham por finalidade provocar outros órgãos da imprensa católica. N'*O Entr'acto* de 23 de julho de 1881, por exemplo, encontramos a coluna “Salão de Leitura”, escrita por Magalhães. Naquele número, este comenta as edições que outras folhas haviam encaminhado para a redação de seu jornal. Ao final daquele texto, encontramos a seguinte consideração do proprietário d'*O Entr'acto*: “Não recebemos o *Monitor Catholico* [...] e [nem] o *Apostolo*. Agradecemos”<sup>68</sup>. Desta forma, por meio da pena de Valentim Magalhães, o jornal desde já se declarava desinteressado pelos assuntos eclesiástico, uma vez que agradecera o fato de não ter recebido em sua redação os jornais que abordavam tais temas. O tom seria ainda mais grave na primeira edição d'*O Bohemio*. Aí encontramos o soneto *Monólogo na treva*, escrito por Fontoura Xavier, o qual traz por epígrafe alguns dizeres do filósofo francês Pierre Joseph Proudhon, quais sejam: “Deus, retira-te! Porque desde hoje, emancipado do receio de ti e tornado sábio, eu juro, com a razão estendida para o céu, que tu não és mais do que o carrasco da minha razão, e espectro da minha consciência”<sup>69</sup>. O eu lírico do *Monologo*, por sua vez, roga que a razão seja a única luz carregada à sua cabeça e não Deus, chamado de “esse sofisma”. Por fim, o soneto vem acompanhado da seguinte dedicatória: “Oferecemo-lo ao *Monitor Catholico*... Amarramo-lo à cauda do *Monitor Catholico*... Espinoteie o *Monitor Catholico*”<sup>70</sup>.

O que se pode conjecturar é que as publicações anticlericais do grupo de Valentim Magalhães tenham gerado alguma reprimenda por parte do *Diario de Campinas*. Então, Raul Pompeia teria entrado na discussão e, em defesa d'*O Bohemio*, publicado seu desenho profano. O que se observa é que, enquanto alguns órgãos da imprensa paulista reprovavam a atuação dos redatores d'*O Bohemio*, a edição da *Gazeta de Notícias* de 7 de setembro de 1881 tecia elogios ao novo jornal de Valentim Magalhães, em geral, e a Raul Pompeia, em específico, se referindo a este como “o travesso e dúctil talento que de trágico passou a cômico”<sup>71</sup>. Raul Pompeia, “trágico” em *Uma tragédia no Amazonas* e “cômico” nas caricaturas d'*O Bohemio*, se apresentou perante a imprensa paulista como um crítico ferrenho da cultura católica, mais um aspecto de sua personalidade política que certamente agradou o

<sup>67</sup> Os números do *Entr'acto* não estão disponíveis no site das Hemerotecas Digitais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e nem do Arquivo Público de São Paulo. No entanto, localizei as edições completas do jornal no site da *National Library of Australia*, os quais estão disponíveis para download. Cf. <<https://catalogue.nla.au/Record/1537779>>. Acesso em 10/8/2020.

<sup>68</sup> “Salão de Leitura”, *O Entr'acto*, 23/7/1881, p. 2.

<sup>69</sup> “Monologo na Treva”, *O Bohemio*, 6/8/1881, p. 6.

<sup>70</sup> “Monologo na Treva”, *O Bohemio*, 6/8/1881, p. 6.

<sup>71</sup> *Gazeta de Notícias*, 7/9/1881, p. 1.

diretor de redação da *Gazeta de Notícias*. Relembremos que a questão da separação entre o Estado e a Igreja era algo já antigo nas pautas do grupo que estava à volta de Ferreira de Araújo, percebida desde os tempos que este ainda publicava no jornal satírico *O Mosquito*, como comentado no capítulo 2 deste trabalho. Ainda naquele mês, setembro de 1881, a *Gazeta de Notícias* voltaria a comentar as publicações do jornal paulista: “Publicou-se o n. 6 do *Bohemio*. [...]. A página do centro traz as diabruras de Rapp, a propósito da festa da Penha”<sup>72</sup>.

Pouco também podemos saber das publicações de Pompeia nas páginas d’*O Bohemio*, pelos motivos já expostos. Porém, o que podemos saber é que a partir das publicações que veiculou n’*O Bohemio*, Raul Pompeia logrou não ser somente notado, mas também comentado nas páginas do jornal de Ferreira de Araújo. É importante notar ainda o comentário que fizera a *Gazeta de Notícias* ao noticiar o recebimento do último número d’*O Bohemio* daquele ano de 1881, qual seja: “Recebemos o n. 12 do *Bohemio*. É o último deste ano. Agora é esperar por 1882 quem quiser ver as cabriolas de Valentim Magalhães, Raymundo [Correa], Ezequiel [Freire], [Raul] Pompeia, [Augusto] Lima e [Randolpho] Fabrino”<sup>73</sup>. Como se vê, e por fim, o prestígio que o caricaturista do jornal de Valentim Magalhães havia conquistado perante as imprensas paulista e carioca, fizera com que este fosse citado nominalmente, e não apenas por seu pseudônimo, nas páginas do jornal de Ferreira de Araújo. Isto indica um grande passo para Raul Pompeia em direção aos quadros da *Gazeta de Notícias*.

Se pouco podemos saber de Pompeia pelas páginas d’*A Comedia* e d’*O Bohemio*, outros escritos, no entanto, no indicam que seu lado republicano e abolicionista endurecera ao entrar em contato com a juventude acadêmica de São Paulo. Ainda em junho de 1881, por exemplo, Pompeia proferiu um discurso na Faculdade de Direito em homenagem ao Conselheiro Duarte de Azevedo<sup>74</sup>, o qual havia sido ministro do Gabinete Rio Branco, autor da lei de 28 de setembro de 1871, a do Ventre Livre<sup>75</sup>. E era sobre a atuação do então Ministro na edição da referida lei que o discurso de Raul Pompeia versava, e nos seguintes termos:

<sup>72</sup> *Gazeta de Notícias*, 16/9/1881, p. 2.

<sup>73</sup> *Gazeta de Notícias*, 28/11/1881, p. 1.

<sup>74</sup> O Conselheiro Manoel Antônio Duarte de Azevedo foi desligado de sua função de professor na Faculdade de Direito de São Paulo por ter tomado posse em cargo político, o que lhe rendera as homenagens dos estudantes daquela instituição. Cf.: “O ensino de direito romano na faculdade de S. Paulo”, *Jornal do Commercio*, 10/6/1881, p. 2.

<sup>75</sup> Sobre a organização do Ministério Rio Branco e a edição da lei de 28 de setembro de 1871, conferir: BRASÍLIA. Ministério das Relações Exteriores. *Obras do Barão de Rio Branco VII: biografias*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, pp. 254-263.



Todos vós [presentes] tendes viva a lembrança da monumental campanha de 1871. Sentis todos vibrar ainda em vossos ouvidos o rumor da luta. No fim, a boa causa triunfou. Alguns gigantes distenderam-se em toda a altura do seu valor e arrebataram a um Olimpo de preconceitos o monopólio da liberdade. Foi uma chama apenas o que eles houveram. Mas esta chama brilhou no meio da noite com o fulgor do astro da alvorada. A raça dos escravizados estertorava na noite do desespero. Aquela chama lhes apareceu como o primeiro branquear de um horizonte, como a promessa de uma autora. Ainda mais. De posse da fâisca, temos na mão todas as conflagrações. A fagulha é o embrião do incêndio. Aqueles gigantes nos deram a fagulha. Um desses gigantes foste vós, Sr. Conselheiro. [...]. Para o vosso prêmio existe uma coisa maior do que o nosso delírio. É o louvor das criancinhas, nascidas livres que choram sobre a memória do Visconde do Rio Branco e dos seus companheiros, naquela jornada de liberdade; é o agradecimento enorme que vos está reservado, no dia em que os sentimentos humanitários, insurgidos em prol dos escravizados se entrechocam formidáveis no caos trevoso dos interesses lesados, augurando a imediata gênese de uma santa restauração.<sup>76</sup>

As palavras comoventes e inflamadas de Raul Pompeia, tratando do delicado tema da escravidão no Brasil, foram então publicadas em interior teor no *Correio Paulistano* de 11 de junho de 1881. Em destaque, na primeira página do jornal, lia-se o seguinte: “Discurso Proferido pelo estudante Sr. Raul Pompeia”<sup>77</sup>. As manifestações de apreço a Duarte de Azevedo acabaram por alcançar a imprensa da Corte. No *Jornal do Commercio*, por exemplo, encontramos uma publicação que faz referência às homenagens rendidas pelos acadêmicos de São Paulo ao então Conselheiro, informando ainda sua fonte: o *Correio Paulistano*<sup>78</sup>. Assim, Raul Pompeia que no ano anterior havia se postado contra a escravidão ao abordar o tema em *Uma tragédia no Amazonas*, agora se declarava publicamente abolicionista perante a imprensa paulista, com reflexos na capital do Império.

Já no ano de 1882, encontramos uma publicação Raul Pompeia no *Tiradentes*. Este impresso era de publicação anual, saindo sempre no dia 21 de abril, e que fora publicado entre os anos de 1882 e 1889, no qual vários escritores rendiam homenagens ao protomártir da Inconfidência Mineira, em comemoração ao dia de sua execução. Naquela primeira edição, Pompeia publicou um pequeno texto que trazia o seguinte conteúdo:

A alçada que condenou Tiradentes ordenou que fosse salgado o terreno onde existira a casa do conspirador. Cumpria que nunca mais sorrissem as flores naquele solo que nutrira o sonhador de inconfidências. E, através da esterilidade em nome da lei, rompeu triunfante a fecundidade em nome do

<sup>76</sup> “Discurso”, *Correio Paulistano*, 11/6/1881, p. 1.

<sup>77</sup> “Discurso”, *Correio Paulistano*, 11/6/1881, p. 1.

<sup>78</sup> Cf. “O Sr. conselheiro Duarte de Azevedo”, *Jornal do Commercio*, 12/6/1881, p. 2.

martírio. No pedaço de terra maldito, brotou a grande árvore da nossa liberdade. Foi uma indenização da História<sup>79</sup>

O título da publicação, *1792 e 1882*, faz referência a dois importantes períodos que o jovem escritor correlacionava à consecução da independência do país. O primeiro, 1792, se refere à data da morte de Tiradentes, em consequência de ter participado do primeiro movimento que intentara por fim à dominação portuguesa no Brasil. O segundo, 1822, se refere ao ano no qual o país, definitivamente, se apartou de Portugal. O que se percebe, então, é que Raul Pompeia, em contraponto à atuação do Imperador D. Pedro I, dava a Tiradentes o protagonismo pelos esforços de separação entre os dois países. Segundo José Murilo de Carvalho, desde a década de 1870, os republicanos vinham se empenhando no sentido de resgatar a memória do inconfidente como um dos protagonistas da independência do Brasil<sup>80</sup>.

Ainda em março de 1882, e ao lado de Valentim Magalhães, Raymundo Corrêa, Augusto Lima, Theophilo Dias e Assis Brazil, Raul Pompeia fundou o jornal *A Lucta*<sup>81</sup>. Em publicação em julho daquele ano, Pompeia saudara a *Gazeta da Tarde* pelo aniversário de seu terceiro ano de existência. O jovem escritor reconhecia, pois, a importância de Ferreira de Menezes pela fundação do periódico, definindo-o como “o reduto formidável do abolicionismo” que desfraldara “no alto das colunas a bandeira da guerra aos castens da dignidade de uma pobre raça”<sup>82</sup>. Por fim, Pompeia rendera homenagens ao então proprietário de jornal, José do Patrocínio, chamando-o, pelo empenho com que este combatia a escravidão na mesma folha, de advogado da humanidade.

Em agosto de 1882, Raul Pompeia deu início à publicação do jornal *Çà Irá!*<sup>83</sup>, órgão do Centro Abolicionista de São Paulo. Naquela folha, Pompeia escreve ao lado de Luiz Gama, homem negro que havia nascido livre e fora vendido pelo próprio pai como cativo. Fazendo-se livre novamente, Gama empreendeu ferrenha luta tanto contra a escravidão como contra o Poder Moderador, por meio de publicações na imprensa, bem como das conferências que organizava<sup>84</sup>. No *Çà Irá!*, Pompeia escreveu artigos agressivos contra aqueles que defendiam a permanência da escravidão do país. Em *Srs. escravocratas*, por exemplo, o jovem jornalista ponderara: “escrevo para os cérebros escuros e os corações fechados dos homens-ursos, que

<sup>79</sup> “1792 e 1822”, *Tiradentes*, 21/4/1882, p. 6.

<sup>80</sup> Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil* / José Murilo de Carvalho – São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 57-69.

<sup>81</sup> Sobre o surgimento do jornal, conferir: *Gazeta de Notícias*, 20/3/1882, p. 1. Ressalta-se, no entanto, que este periódico também não está disponível para consulta nos sites da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e nem no Repositório Digital do Arquivo Público de São Paulo.

<sup>82</sup> In: COUTINHO, *Raul Pompeia*: Obras. Volume 5, *op. cit.*, p. 58.

<sup>83</sup> O periódico está indisponível para consulta nos sites da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e nem no Repositório Digital do Arquivo Público de São Paulo.

<sup>84</sup> Sobre Luiz Gama, conferir: ALONSO, *Flores, votos e balas*, *op. cit.*, pp. 85-89.

não querem admitir que a tirania do eito é a concretização de um crime” e que “o rabo do chicote não passa de um cetro infame”<sup>85</sup>. Em outro artigo, intitulado *Çà Irá!*, Pompeia argumentara: “a importância capital da questão do elemento servil no Brasil é de cristalina evidência para quem quer que lance suas vistas sobre o assunto, entibiando a coragem de alguns diante da solução do problema”<sup>86</sup>.

Já em artigo publicado n’*A República*, Raul Pompeia comentara a possível queda do Gabinete 21 de janeiro, liderado pelo escravocrata Martinho Campos. O texto era mesmo muito agressivo, no qual Pompeia discorria sobre

a crucificação do escravocrata da gema no madeiro jogralino das próprias ideias, o grande martírio de ridículo em que se tem estorcido como um palhaço o desgraçado pândego das martinhadadas, o suplício de gargalhada que infringiu-lhe o finório judeu de São Cristóvão.<sup>87</sup>

Nesta publicação, como se percebe, Pompeia deixa respingar um pouco da responsabilidade do então Ministério sobre o Imperador, ao qual se referira como “o finório judeu de São Cristóvão”. Fato é que, D. Pedro era o único responsável pela nomeação desses gabinetes, não sendo, pois, surpresa, espera-se que qualquer infortúnio apresentado perante os opositores fosse-lhe colocado sobre os ombros.

Percebemos, pois, que apenas um ano após sua chega a São Paulo, Raul Pompeia passara a escrever em periódicos que estavam totalmente afeiçoados às causas republicana e abolicionista, e que o contato iniciado junto aos acadêmicos da capital paulista logo lhe colocaria em conexão com uma rede de redatores e proprietários de jornais que nutriam os mesmos ideais. Ainda em 1881, por exemplo, encontramos boa parte dos redatores d’*A Comedia*, d’*O Entr’acto* e d’*O Bohemio* escrevendo na *Gazeta da Tarde*, folha pertencente a Ferreira de Menezes e depois a José do Patrocínio, os principais folhetinistas da *Gazeta de Notícias* entre os anos 1877 e 1881, que teciam as mais duras críticas encontradas na folha tanto contra a monarquia e o Imperador, quanto contra a escravidão. A ideia de criar uma seção para os escritores acadêmicos de São Paulo teria partido do próprio Valentim Magalhães, indicando certa intimidade com os proprietários daquele jornal. Na coluna denominada “Parnaso da Paulicéa”, além de Magalhães, Ezequiel Freire, Raymundo Correa,

<sup>85</sup> In: COUTINHO, *Raul Pompeia: Obras*. Volume 5, *op. cit.*, pp. 59-63.

<sup>86</sup> *Ibidem*, pp. 64-67.

<sup>87</sup> *Ibidem*, pp. 56-57.



Randolpho Fabrino e Fontoura Xavier e Assis Brasil divulgavam livros como *A República Federal*, deste último, e poesias, muitas das quais de cunho republicano.<sup>88</sup>

Também em 1881, Fontoura Xavier colaborava no jornal *O Combate*, comandado por Lopes Trovão, também proprietário da *Gazeta da Noite*. José Lopes da Silva Trovão (1848-1925) foi um inflamado ativista do movimento republicano. Estudante de medicina, teria tomado parte neste movimento ainda no início, sendo um dos assinantes do Manifesto que o partido publicara em 1870. Trovão era um grande orador e costumava arregimentar multidões nos comícios que fazia em defesa da República, especialmente no Rio de Janeiro, e também tivera importante participação nas campanhas contra o imposto do vintém, entre 1879-1880, bem como da reforma eleitoral em 1881<sup>89</sup>. No mesmo período, tanto Fontoura Xavier quanto Lopes Trovão escreviam na *Gazetinha* de Arthur Azevedo, o jornalista, teatrólogo e humorista também republicano que, entre outras coisas, dedicava seus trabalhos a angariar fundos para a libertação dos escravos<sup>90</sup>. Valentim Magalhães também passaria a escrever na *Gazetinha* a partir do início de 1882<sup>91</sup>.

O que se evidencia é que, como que em um influxo, esses escritores ora apareciam escrevendo em uma folha ora em outra, devido a diversos ideais que os unia, mesmo que vivendo em cidades ou províncias distintas. A entrada para uma das instituições de ensino superior do Império, muitas vezes cumpria o papel de colocar os jovens aspirantes a homens de letras em contato com essa rede. Segundo Tassiana Saccol, “as amizades iniciadas na Faculdade, ou a partir dela, tornavam possível uma atuação política conjunta por parte de alguns indivíduos, que se iniciava normalmente na imprensa acadêmica”<sup>92</sup>. O trabalho da autora é desenvolvido em estreita relação com a obra *Ideias em movimento*<sup>93</sup>, de Angela Alonso, tomando para análise as relações entre os indivíduos que compunham a chamada Geração de 1870, os quais tinham entre suas principais reivindicações, “a abolição da escravidão, a secularização das instituições, o liberalismo econômico e a descentralização

<sup>88</sup> Cf. SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. *Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil* (década de 1880). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013, pp. 105-106.

<sup>89</sup> Cf. ANTUNES, Livia de Lauro. *Sob a Guarda Negra: Abolição, raça e cidadania no pós-abolição*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói – RJ, 2019, p. 35.

<sup>90</sup> Cf. MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Arthur Azevedo e sua época*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A, 1966.

<sup>91</sup> Cf. “A Gazetinha”, *Gazeta de Notícias*, 31/12/1881, p. 2.

<sup>92</sup> SACCOL, *Um propagandista da República*, op. cit., p. 80.

<sup>93</sup> ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

político-administrativa, além da defesa da República”<sup>94</sup>. Saccol demonstra então que muitos desses laços entre diferentes escritores e órgão de imprensa seriam constituídos a partir de Valentim Magalhães, o qual mantinha estreita relação com Capistrano de Abreu, um dos redatores da *Gazeta de Notícias*<sup>95</sup> no período, como já apontado.

O fato é que, ao entrar para a claque de escritores acadêmicos de São Paulo, liderados por Valentim Magalhães naqueles idos de 1881, Raul Pompeia passou a integrar este circuito de escritores do eixo Rio x São Paulo. Tornou-se, ao longo do tempo, um abolicionista exaltado, dedicando vários de seus escritos, como vimos, ao combate àquela instituição. Imiscuíra-se também, o jovem redator, nos projetos republicanos que eram tão caros ao seu grupo. Ainda ao longo de 1881, Pompeia passaria a escrever na *Gazetinha* e n’*O Binocular*, onde encontramos alguns literatos do grupo de Valentim Magalhães. No início de 1882, então, Raul Pompeia lograra ter destaque no folhetim da *Gazeta de Notícias*, enviando para aquela redação uma série de contos, porém, sem apelo político ou de crítica à monarquia e suas instituições<sup>96</sup>. Com as férias da Faculdade em São Paulo, Pompeia se dirigiu à Corte. É a própria *Gazeta de Notícias* que nos dá essa informação ao publicar a lista de passageiros que chegaram ao Rio de Janeiro no dia 10 daquele mês, vindos do porto de Santos<sup>97</sup>. O fato é que, poucos dias após o desembarque do jovem literato, a imprensa carioca principiaria uma série de publicações tratando do audacioso roubo que ocorreu no palácio do Imperador na madrugada de 18 de março de 1882, como sabe o leitor deste trabalho. Raul Pompeia, já colaborador do jornal de Ferreira de Araújo, seria encarregado de escrever *As joias da Coroa*, romance que provocaria ainda mais constrangimento às autoridades e à família imperial, como também já sabemos. Resta-nos, pois, entender como Ferreira de Araújo articulou aquela obra às publicações que seu jornal veiculara sobre o roubo, cumprindo o papel de proferir as mais duras críticas ao sistema monárquico.

### 3.1.3 Lançando luz sobre o Imperador no folhetim

Como vimos brevemente no capítulo 1 dessa dissertação, desde 19 d março de 1882 a *Gazeta de Notícias* vinha ocupando suas colunas com informações acerca do roubo ocorrido nas dependências do Palácio de São Cristóvão. Vimos também que, mesmo após o escandaloso desfecho do crime, o jornal não fez qualquer referência ou crítica direta aos

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 69.

<sup>95</sup> *Ibidem*, pp. 80-103.

<sup>96</sup> Neste período, foram publicados os seguintes contos de Raul Pompeia no folhetim da *Gazeta*: “A Clarinha das Pedreira”, “O modelo do anjo” e “Correspondências íntimas”, respectivamente em 18/2 e 11 e 26/3/1882, pp. 1.

<sup>97</sup> “Entradas no dia 10”, *Gazeta de Notícias*, 11/3/1882, p. 5.

membros da família imperial, limitando-se a criticar moderadamente a ação das autoridades que resultou na soltura dos envolvidos no audacioso crime. Perceberemos, no entanto, pela análise do romance *As joias da Coroa*, que se desenvolve a partir deste ponto, a trajetória de um ciclo que se dava no jornal quando o assunto era voltado a discutir a monarquia, qual seja: moderação nas colunas superiores e radicalização no folhetim. Mais uma vez, e tal qual verificamos nas edições analisadas nos anos de 1879 a 1881, o rei e os demais membros da família imperial permaneceriam ausentes nas colunas dedicadas à notícia. Porém, Ferreira de Araújo reservou ao espaço do folhetim os comentários mais duros e diretos à monarquia, cometendo essa função ao jovem Raul Pompeia, recém-incorporado à redação de seu jornal.

O romance *As joias da Coroa* surgiu no folhetim da *Gazeta de Notícias* em 30 de março de 1882. Muitas dúvidas ainda pairavam sobre o que de fato havia ocorrido nos bastidores do palácio de São Cristóvão, da Justiça e das repartições policiais, uma vez que, naquele momento, os trabalhos de investigação estavam encerrados, as joias haviam sido recuperadas e todos os suspeitos estavam soltos. Foi neste contexto, pois, que surgiu o romance de Raul Pompeia, no intuito de dar algumas respostas às inquietações que acometiam o público em geral. O romance não trazia nenhum tipo de identificação, nome ou pseudônimo, que pudesse apontar sua autoria. Esta, no entanto, foi revelada por Capistrano de Abreu aos redatores da *Revista da Academia Brasileira de Letras* no ano de 1920, onde a obra fora publicada em inteiro teor<sup>98</sup>. O romance estava intimamente ligado às notícias que dias antes haviam circulado nas páginas da *Gazeta*, cumprindo então duas finalidades: dar uma possível resposta aos motivos que levaram a não punição dos envolvidos no crime, bem como tecer, em um contexto geral, as mesmas críticas que há muito o leitor encontrava no rodapé da folha sobre o regime encabeçado por D. Pedro II.

Já no primeiro fascículo, o romance de Raul Pompeia aparece em franco contraste com o que vinha publicado no editorial da *Gazeta de Notícias*. Na edição de 30 de março, ainda na coluna “Roubo no Paço”, o jornal se posicionava sobre o crime nos seguintes termos: “o epílogo deste importante processo ainda não está escrito. Vê-se mesmo que só agora o ministério público vai proceder de maneira a requerer a bem da justiça ao mesmo tempo que a polícia continuará a averiguação [do crime]”<sup>99</sup>. Se no editorial o leitor encontrava um posicionamento que indicava a incerteza da redação da *Gazeta* quanto ao real motivo da

<sup>98</sup> Em uma das edições desta revista encontramos o seguinte comentário a respeito do romance *As joias da Coroa*: “publicado anônimo, em rodapé, da *Gazeta de Notícias*, de 30 de Março a 1 de Maio de 1882. Ao Sr. Capistrano de Abreu, devemos a informação da existência desse romance e do nome do autor”. In.: *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano 4, n. 14, julho de 1920, p. 120.

<sup>99</sup> “Roubo no Paço”, *Gazeta de Notícias*, 30/1/1882, p. 1.

libertação dos envolvidos no crime, no rodapé o romance de Pompeia principiava justamente dando respostas a esta questão. É o que vemos na fala que abre a obra, pertencente à personagem Manuel de Pavia: “Ah! Ah! Ah! Ah! É o que você pensa. Ninguém se arroja a uma empresa dessas sem saber o terreno em que vai pisar. Eu sou um jogador que sempre conhece as cartas de que dispões e as do seu adversário”. Respalhando-se na confiança que julgava ter junto ao Duque de Bragantina, Pavia ainda desafiava: “cá para nós, provooco os céus e a terra a virem estremecer a minha influência neste paraíso de bambus”<sup>100</sup>. No romance, o referido trecho é parte do diálogo que travavam Pavia e um dos funcionários do palácio de Santo Cristo, no qual combinavam a missão que resultaria no roubo das joias do Duque. O que se percebe é que, já nessa primeira passagem de seu romance, Raul Pompeia propunha aos leitores da *Gazeta de Notícias* um possível motivo para o crime: a relação entre o Imperador e Manuel de Paiva, a qual culminara na licenciosidade deste último para roubar as joias em São Cristóvão e escapar à prisão caso fosse descoberto.

*As joias da Coroa* constituía-se em um verdadeiro dramalhão, cheio de cenas inusitadas e inesperadas que provavelmente prenderam a atenção do público leitor ao longo dos vinte e cinco fascículos compunham a obra. Na trama, o Duque de Bragantina pretendia abusar sexualmente de uma garota de cerca de quatorze anos, de nome Conceição. Para ver atendido seu desejo, o fidalgo encarregou Manuel de Pavia de oferecer dinheiro à família da garota em troca do favor. A mãe de Conceição, Emília, já havia sofrido um abuso do Duque, do qual resultara o nascimento da menina. Portanto, Conceição era filha do fidalgo de Santo Cristo, fato até então desconhecido por este. Após a constatação da gravidez indesejada, Emília se dirigiu ao palácio de Santo Cristo e fora recepcionado por Pavia que se empenhou em acobertar todo o caso. O laçao arranhou o casamento de Emília com um dos moradores da Quinta, para o qual oferecera casa, dinheiro e um emprego como funcionário do palácio. Desde o crime praticado contra a mãe de Conceição até o momento no qual se passava a trama narrada no romance, já havia decorrido quatorze anos. O funcionário encarregado de assumir a paternidade da menina morrera. Conceição e a mãe continuavam a viver na mesma casinha com os pais do rapaz, Januário e Dindinha.

Como que por um daqueles lances inesperados do destino, certa vez o Duque de Bragantina caminhava por um dos parques de sua Quinta quando viu Conceição brincando com sua amiga Claudinha, e assim passou nutrir o mesmo desejo que vitimara a mãe da menina anos antes. O fidalgo então deu ordens para que Manuel de Pavia lhe preparasse o

---

<sup>100</sup> “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 30/1/1882, p. 1.

caminho. Pavia, por sua vez, ofereceu dinheiro a Januário que logo concordou com a ação, uma vez que não queria desagradar o Duque. O plano então foi elaborado e consistia no seguinte: Claudinha era filha de Manuel de Pavia e muito amiga de Conceição. Pavia pretendia levar a menina para passar uma noite em sua casa a pretexto da amizade que esta tinha com Claudinha. Conceição então seria dopada e deixada em um quarto para que fosse visitada pelo Duque. O que estes não esperavam é que Emília descobrisse toda a trama e revelasse tanto o que lhe havia ocorrido quanto o que pretendiam fazer com sua filha à boa e caridosa Duquesa, esposa do Duque de Bragantina. Então, no último capítulo do romance, no momento em que se preparava para abusar da menina, o Duque foi surpreendido pela Duquesa que não só impediu o cometimento do crime como também revelou que Conceição era sua filha.

À trama extraordinária e cheia de exageros, na qual o Imperador figurava com um abusador de meninas, Pompeia incluiu críticas fundamentais ao monarca e seu sistema. Encontramos uma dessas críticas ainda no segundo capítulo d'*As joias da Coroa*, no qual Januário e Dindinha conversavam acerca da cessão da menina aos interesses do fidalgo. Na passagem, o casal de velhos se convencia de que bastava apenas vencer um escrúpulo para que garantissem um futuro para a menina e para si próprios, uma vez que poderiam continuar contando com a importante proteção do Duque de Bragantina. O velho se sentia de certa forma em dívida com o Duque, uma vez que, desde que Emília fora feita esposa de seu filho, estes, além da casa, recebiam dinheiro para manter o segredo. No diálogo travado com a esposa, Januário ponderara o seguinte: “a gratidão nos obriga, pois o nosso filho ter sido empregado do Duque, não se pode dizer que este tenha o dever de nos dar casa e alimento até o fim da vida”, e então concluía: “os favores escravizam um pouco a gente”<sup>101</sup>.

Por meio do diálogo de suas personagens, Raul Pompeia dava vasão a uma antiga crítica que há muito permeava os escritos do folhetim da *Gazeta de Notícias*, qual seja, a do apadrinhamento baseado na concessão de títulos e cargos como forma de produzir dependentes. Relembremos, por exemplo, o descontentamento patente de Ferreira de Menezes ao comentar nas páginas de “A Semana” o fato de o republicano Lafayette Rodrigues Pereira ter aceitado o cargo de ministro oferecido pelo Imperador em 1879, comentado no capítulo 2. A acusação de Menezes era justamente de que D. Pedro usava sua influência e poder para corromper seus inimigos, convertendo-os de opositorista raivosos a “mansos cordeiros” por meio de prebendas<sup>102</sup>. Naquele mesmo ano, José do Patrocínio também afirmara em sua

<sup>101</sup> “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 31/03/1882, p. 1.

<sup>102</sup> Cf. “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 16/2/1879, p. 1.

“Semana Parlamentar” que o Imperador se esforçava para esmagar todos aqueles homens nos quais descobria talento, para calar os protestos contra seu poder pessoal, distribuindo cadeiras senatoriais<sup>103</sup>. O mesmo tipo de crítica encontramos nos “Assuntos do Dia” em 1881, quando Ferreira de Araújo disparava contra a sociedade imperial que, segundo ele, era fundamentada em um sistema de distribuição de graças, favores e empregos com um único intuito: produzir dependentes<sup>104</sup>. Voltando-nos para a historiografia, ainda acerca deste assunto, encontramos a seguinte afirmação de Sidney Chalhoub em *Machado de Assis Historiador*:

As políticas de dominação vigentes na sociedade brasileira do século XIX poderiam ser apropriadamente descritas como paternalistas [...] que tal lógica de domínio estava presente tanto nas estratégias de subordinação de escravos quanto de pessoas livres dependentes, e que sua característica principal era a imagem da inviolabilidade da vontade senhorial. O mundo era representado como mera expansão dessa vontade, e o poder econômico, social e político parecia convergir sempre para o mesmo ponto, situado no topo de uma pirâmide imaginária. O paternalismo, como qualquer outra política de domínio, possuía uma tecnologia própria, pertinente ao poder exercido em seu nome: rituais de afirmação, práticas de dissimulação, estratégias para estigmatizar adversários sociais e políticos, eufemismos e, obviamente, um vocabulário sofisticado para sustentar todas essas atividades.<sup>105</sup>

O que a análise de Chalhoub, bem como as críticas dos redatores da *Gazeta de Notícias*, demonstra, é que aquele tipo de relação de dominação compunha a estrutura de uma sociedade patriarcal, baseada, inclusive, no trabalho escravo. Portanto, quando Raul Pompeia afirma, por meio de sua personagem Januário, que os favores escravizam, o autor está denunciando que as práticas começam no topo da pirâmide social, por meio das ações do Imperador, não deixando, no entanto, de fazer menção à forma como aquela sociedade se relacionava com a própria presença da escravidão em seu corpo.

Enquanto Raul Pompeia aparecia com força total contra a monarquia por meio d’*As joias da Coroa*, o editorial da *Gazeta de Notícias* seguia dando informações sobre o roubo da Casa Imperial. O que se percebe, no entanto, é que tais notícias não eram aleatórias e desvinculadas das acusações que permeavam o romance-folhetim, pelo contrário, davam suporte às críticas que Pompeia fazia por meio de seus personagens. Na edição do dia 3 de abril, por exemplo, o jornal informara que “durante a prisão de Manuel de Paiva, foram

<sup>103</sup> Cf. “Semana Parlamentar”, *Gazeta de Notícias*, 27/1 e 10/2/1879, pp. 1.

<sup>104</sup> Cf. “Assuntos do Dia – Olhemos para o México”, *Gazeta de Notícias*, 10/06/1881, p. 1.

<sup>105</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 58. Sobre este assunto, conferir também: GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

fornecidos gêneros alimentícios à sua família”<sup>106</sup>, oriundos do Palácio de São Cristóvão. Aquilo provavelmente soara aos leitores da *Gazeta* como um despropósito. Por que alimentar aquele que fora responsável por todo o constrangimento pelo qual passava a Coroa naquele momento? Já no fascículo do dia 9 de abril de 1882, o narrador d’*As joias da Coroa* afirmava que o Sr. Duque de Bragantina havia desistido de sua viagem a Anatópolis (referência a Petrópolis), e que tal fato somente “explicava-se por uma incumbência de que o Duque encarregara seu íntimo Manuel de Pavia”<sup>107</sup>. Se o editorial da *Gazeta de Notícias* dava indícios de que a Casa Imperial tinha alguma benevolência por Manuel de Paiva, no romance de Pompeia este era descrito como íntimo do Duque, reforçando a proximidade entre os dois e uma possível resposta para sua soltura do laçao após a localização das joias.

Nos seis primeiros capítulos d’*As joias da Coroa*, Raul Pompeia ocupou-se de construir o enredo em torno do qual se desenvolveria seu romance, desde os planos de Pavia para cooptar a menina Conceição para satisfazer os desejos do Duque, até o momento em que este e Ignácio, um dos empregados do fidalgo, roubam todas as joias no palácio de Santo Cristo. Fora, pois, a partir do sétimo capítulo que o autor se voltou com especial atenção à importante figura do correspondente ficcional de D. Pedro II. Este, que até então não aparecera no noticiário acerca do roubo das joias da Coroa, vinha detalhadamente descrito no romance-folhetim. O narrador afirmava que não tinha tido ainda a honra de apresentar aos leitores “o milionário senhor da Quinta de Santo Cristo, o Sr. Duque de Bragantina”<sup>108</sup>, então, o poderoso fidalgo surgira na seguinte passagem:

Um outro parque de Santo Cristo, Anatópolis é a continuação da Quinta do duque de Bragantina. Quando há muito calor no palácio da Quinta, o duque de Bragantina passa a Bahia da Baranagua e vai buscar refrigério em Anatópolis. Anatópolis é uma cidade que deve ao duque os seus progressos; por isso ela toda pertence-lhe. O duque tem aí um palácio, mas a cidade é o seu jardim. Ao tombar do dia ou pela manhã, um homem aparece, em tempos de verão, a passear pelas arejadas ruas da cidade.<sup>109</sup>

Anatópolis é uma referência a Petrópolis, para onde D. Pedro se dirigia constantemente, e onde estava quando ocorreu o roubo das joias em São Cristóvão. Segundo Roderick Barman, “o Imperador manteve vínculo permanente com Petrópolis por toda a vida. A partir de 1847, todo ano ele e a família passavam os meses de verão sulino, de dezembro a

<sup>106</sup> “Roubo no Palácio”, *Gazeta de Notícias*, 3/4/1882, p. 3.

<sup>107</sup> “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 9/4/1882, p. 2.

<sup>108</sup> “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 08/04/1882, p. 2. No romance, a palavra “Duque” vem ora gravada em maiúscula, ora em minúscula. Optou-se por manter a grafia original das passagens utilizadas neste trabalho.

<sup>109</sup> *Ibidem*.

abril, na cidade”<sup>110</sup>. Já José Murilo de Carvalho destaca que, em Petrópolis, o monarca se assemelhava a um cidadão comum, vestindo-se com uma casa preta e chapéu, e que este era constantemente visto passeando pelas ruas da cidade e visitando locais públicos<sup>111</sup>. Mesmo em momentos mais tensos, como a crise financeira atravessada em 1879, os distúrbios do vintém em 1880 e, até mesmo, após a descoberta do roubo das joias, o Imperador sempre seguia para Petrópolis a fim de descansar da conturbada vida da Corte, o que poderia caracterizar, de acordo com a figura descrita n’*As joias da Coroa*, que o autor lhe atribuía alguns traços de indiferença com os rumos do país. Continuando a análise do excerto, o que vamos perceber é que Raul Pompeia revestiu sua personagem com o máximo de elementos que caracterizassem o Imperador Pedro II, tanto em seus costumes habituais, como os “defeitos” que lhe atribuía seus opositores. Ainda segundo o narrador do romance, em Anatópolis o Duque seguia

caminhando pela rua satisfeito, dirigindo aos que o cercam gracejos e pilhérias, com a voz aflautinada que o caracteriza [...] dissertando sobre um assunto qualquer. Ou seja, a explicação pela física da propriedade que tem a água de molhar, ou a *virtus dormitiva* do ópio [...] a sua conversa mostranos, pelo objeto, que ele gosta das ciências; pela dissertação, que ele não cultiva; pelo ar de imposição com que fala, conhece-se que ele não admite obstáculos adiante de si.<sup>112</sup>

O que se percebe no excerto é que Raul Pompeia trouxera para as linhas de seu romance uma imagem de D. Pedro que há muito circulava no anedotário da imprensa. Segundo Lilia Schwarcz, desde os anos 1870 o Rio de Janeiro contava com vários jornais satíricos, dos quais o Imperador sofria constantes ataques à sua imagem por meio de textos e charges, sendo representado em cenas e situações hilariantes. Faziam-se referências às suas pernas finas, sua voz estridente, suas viagens e em algumas ocasiões referiam-se a ele como Pedro Caju ou Pedro Banana, com a intenção de remover o caráter transcendente que o cargo lhe atribuía<sup>113</sup>. Porém, não era só a imprensa satírica que se ocupava de tais epítetos. Este Imperador caricato também aparecia no folhetim da *Gazeta de Notícias*, pelo menos desde o ano de 1879. José do Patrocínio, relembremos, ao discorrer na “Semana Política” sobre a Fala do Trono no final daquele ano, reportara que o Imperador entrara no Senado vestido com umas ceroulas e carregando o cetro que lembrava uma bengala e que se dirigiu aos presentes

<sup>110</sup> BARMAN, Roderick J. *Imperador Cidadão*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p.175.

<sup>111</sup> CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 95.

<sup>112</sup> *Idem*.

<sup>113</sup> Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 416-420.



com uma “entonação aflautada”<sup>114</sup>. A mesma sessão foi comentada em “A Semana”, onde Ferreira de Menezes narrava a chegada do monarca, vestido com seu manto de papos de tucano, ocasião na qual os circunstantes puderam notar suas pernas rijas e seu farto abdômen<sup>115</sup>. Em outro de seus folhetins de 1879, Menezes ainda retratara o monarca como “o único amigo das artes e o único protetor das letras”, “a providência”<sup>116</sup>, em franco deboche à posição de sábio que aquele sustentava. Já na referida passagem de seu romance, Raul Pompeia atribuía aos conhecimentos do Imperador um caráter de vulgaridade, afirmando que este dissertava sobre os assuntos da ciência, mas que não a cultivava. É sabido, porém, que D. Pedro tinha um grande gosto pelos estudos e assim era reconhecido por seus áulicos. Porém, em uma terra repleta de escravos e analfabetos, e cuja culpa por esta situação era atribuída ao sistema monárquico, é perfeitamente concebível que aqueles homens de letras atribuíssem um caráter de banalidade aos conhecimentos tão difundidos do Imperador.

Ao longo do mês de abril de 1882, as publicações referentes ao caso do roubo das joias da Coroa perdiam cada vez mais força no noticiário da *Gazeta*, ao passo que o romance-folhetim de Pompeia seguia destacando pontos importantes das antigas críticas que a folha fazia ao sistema monárquico. Merece destaque, por exemplo, uma passagem do fascículo de número dez, do dia 10 de abril, no qual é narrado o momento em que o Duque, acompanhado da Duquesa, chega ao seu palácio e o encontra em agitação pelo roubo ocorrido na noite anterior. Em Santo Cristo já estava o Marquês d’Etu (referência ao príncipe consorte, o Conde d’Eu), em companhia do Chefe de Polícia, o Sr. Louro Trigueiro. Segundo o narrador, ao avistarem os fidalgos entrando, todos foram ao seu encontro, e que

quem chegou primeiro foi o marquês d’Etu. À medida que adiantava-se, o marquês precipitava os passos. Por fim, lançou para o [Duque], gritando:

- Roubado! Roubado!

O *príncipe dos cortiços* esqueceu-se de saudar a duquesa e de apertar a mão do duque.

- Roubado! Exclamava, com os lábios esticados e o peito arquejante.

- Bom dia, marquês, disse-lhe friamente o duque.

- Roubado! Repetiu inconscientemente o marquês.

- O que explica a sua agradável presença em nossa casa? Então...

- Roubado! Insistia o *príncipe*.

- Acalme-se marquês, aconselhou pausadamente o Sr. de Santo Cristo, conversemos em primeiro lugar. Depois...

- Fui roubado!

- Prenderam o ladrão?

- Sr. duque...

<sup>114</sup> “Semana Política”, *Gazeta de Notícias*, 03/11/1879, p. 1.

<sup>115</sup> Cf. “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 4/5/1879, p. 1.

<sup>116</sup> “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, 14/9/1879, p. 1.

- Oh! Sr. Dr. Louro! Explique me o motivo por que o vejo aqui hoje. Que negócio de roubo é esse? [Disse o Duque].
- Roubaram-me! Interrompeu fora de si o marquês d’Etu.
- Sr. d’Etu, tranquilize-se, havemos de descobrir...
- Sr. duque... começou o chefe de polícia.
- Roubaram-me, cortou o marquês. Roubaram o anel de minha mulher!
- Conte, Dr. Louro, pediu o duque.
- Dr. Trigueiro, conte, repetiu o marquês.
- Dr. Louro, estou curioso, [o Duque].
- Dr. Trigueiro, estou desesperado, [o Marquês].
- [...]
- Ora Sr. marquês, disse com impertinência o duque, sossegue, deixe-me conversar com o Dr. chefe de polícia. Havemos de achar o anel.
- Um anel de quinhentos mil réis! Gemeu prolongadamente o marquês.
- Sr. marquês, disse o chefe de polícia, as joias hão de se encontrar.
- As joias? Interrogou o duque; então não se trata só do anel do Sr. marquês?
- [...]
- Sr. duque, o negócio é muito mais grave, disse o chefe de polícia. O fidalgo coçou o queixo com o indicador, mergulhando a mão nas alvas brabas e disse distraidamente:
- Sim?!
- E voltando-se para um lacaios, que estava por traz dele, perguntou:
- O cocheiro já entrou com o carro?
- [...]
- Sim, senhor.
- Previna-lhe então que não se esqueça de ver por que está mancando aquele cavalo [aconselhou o Duque].<sup>117</sup>

Ao analisarmos a presente passagem d’*As joias da Coroa*, é preciso que tenhamos em mente que Raul Pompeia representa ali não só o então Imperador do Brasil, mas também o provável futuro monarca, o Conde d’Eu. Portanto, o que se percebe é que, naquela cena, o autor faz um balanço dos rumos políticos do país sob a batuta da monarquia. A calma e despreendimento do Duque revela seu pouco caso com os assuntos sérios, reforçado pelo fato de que, ao ser informado pelo Sr. Louro Trigueiro que não fora uma, mas várias joias que haviam sido roubadas, sua primeira reação foi, ignorando o que ouvira, preocupar-se com a pata de um cavalo que estava a mancar. A intenção de Pompeia em retratar essa faceta do monarca ficou patente na reação que tivera a autoridade policial diante do acontecido. Segundo o narrador, “o chefe de polícia [ficou] meio enfiado por ver o pouco caso com que o duque tratava um negócio considerado tão grave pela polícia”<sup>118</sup>. Que monarca Raul Pompeia representava na cena senão aquele que, por exemplo, deixou de ouvir o povo nos momentos que precederam a Revolta do Vintém? A intenção, portanto, era reafirmar o estereótipo de que D. Pedro não dava a devida importância para as questões de Estado.

<sup>117</sup> “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 10/4/1882, p. 2. Os títulos Duque, Duquesa, Marquês e Chefe de Polícia foram reproduzidos tal como se encontram no original, ou seja, em letra minúscula.

<sup>118</sup> *Ibidem*.

Ainda, naquela passagem do romance, é emblemática a presença da personagem referente ao Conde d'Eu. Tanto nas edições da *Gazeta de Notícias* de 1879 a 1881, quanto nas de 1882, não encontraremos qualquer referência ao Príncipe consorte nas colunas do noticiário. No entanto, o teremos recorrentemente comentado ou retratado no folhetim. Segundo Roderick Barman, “o episódio das joias roubadas envolveu apenas tangencialmente D. Isabel e o conde d'Eu, e suas reputações foram pouco afetadas pelo escândalo”<sup>119</sup>. Porém, ao analisarmos o romance de Raul Pompeia, vamos encontrar situação bem diversa daquela descrita pelo historiador. Em *As joias da Coroa*, o Marquês d'Etú é um homem avaro, sempre preocupado com o dinheiro, por isso entrara em desespero ao saber que entre as joias roubadas havia um anel pertencente a sua esposa. Aqui também o estereótipo dos anos anteriores – muitas vezes comentado por José do Patrocínio - referentes ao Conde d'Eu, é repetido e reforçado. Em outra passagem do mesmo fascículo, o narrador descreveu o nobre nos seguintes termos:

O marquês d'Etú era o proprietário de um belo palácio no pitoresco arrabalde das Bananeiras e de numerosas coleções de quartos para morada de pobres, às quais se dá geralmente o nome de *cortiços*. Se aludimos a estas propriedades do marquês é porque falar [dele], sem tocar nos tais *cortiços*, fora deixar incompleto um retrato. O marquês d'Etú era apelidado o *príncipe dos cortiços* pela maledicência dos círculos aristocráticos. Em verdade a mofa do alcunha era justiceira<sup>120</sup>.

Por meio da afirmação desses epítetos atribuídos ao Imperador e ao Conde d'Eu, entende-se que Pompeia procurava construir uma imagem de decadência para o sistema monárquico, tanto em relação ao presente, o governo de D. Pedro, quanto em relação ao futuro, que se apresentava com a possível subida do Príncipe consorte ao trono. É pertinente destacar ainda que a ausência de uma personagem referente à Princesa Isabel no romance reforça o medo da centralidade que o Conde d'Eu poderia ter em um provável Terceiro Reinado. Por este motivo, e antes que isso se concretizasse, a *Gazeta de Notícias*, por meio de seus escritores de folhetim, vinha promovendo ataques à sua imagem como o fim de minar o entendimento geral quanto à sua legitimidade enquanto governante.

Outro ponto da crítica que se construía nas páginas da *Gazeta de Ferreira de Araújo* nas décadas finais do século XIX também permearia a narrativa de Raul Pompeia: o uso do poder pessoal do Imperador. No romance consta-se que, após a chegada do Duque ao palácio de Santo Cristo, o Chefe de Polícia lhe informara que já havia levantado alguns suspeitos de

<sup>119</sup> BARMAN, *Imperador Cidadão*, op. cit., p. 442.

<sup>120</sup> “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 10/4/1882, p. 2.

terem cometido o roubo das joias, mas que ainda não tomara nenhuma providência por entender necessário primeiro se acertar com o fidalgo. Este, então, cumprimentou aquela autoridade pela atitude e afirmou: “seria uma imprudência de sua parte adiantar-se muito em um negócio que só a mim diz respeito”. Louro Trigueiro então replicou: “perdão, [...] a V. Ex. e à lei”. Na sequência, o atrevimento do Chefe de Polícia foi repreendido pelo Duque com as seguintes palavras: “Ora! A lei, a lei [...]. Quer saber o que é a lei? *Dux prudentes imperat*, disse não sei que escritor latino, creio Anabasis. *O capitão prudente manda [...]*. Pois isto é que é a lei. Quem pode, alisa-lhe a barriga”. E por fim, o Duque sentenciou: “Cá pra nós; a lei nunca me preocupou. Não me fale muito, portanto, nessa senhora”<sup>121</sup>.

Ferreira de Menezes e José do Patrocínio já vinham fazendo tais acusações contra o Imperador nos assuntos referentes à política nacional. Raul Pompeia, por sua vez, sugeria que a imissão do monarca permeava também a aplicação da lei. Para o autor d’*As joias da Coroa*, o estranho desfecho do caso do roubo havido na Casa Imperial ocorrera então por interferência do monarca. Para Pompeia, apesar das evidências que pesavam sobre os acusados, pouco pode fazer o Chefe de Polícia, pois a lei não seria suficiente para dar um justo fim àquela celeuma, era preciso, antes de tudo, atender-se aos interesses da Coroa. Se as afirmações do autor eram verdadeiras ou não, pouco importava; a dúvida incutida no ânimo da opinião pública era suficiente para minar a imagem da monarquia diante daquele episódio.

Com o passar dos dias, as referências ao roubo das joias da Coroa ficariam a cargo exclusivamente do romance de Raul Pompeia. A última notícia que saiu na primeira página da *Gazeta*, e que fazia menção ao crime da Casa Imperial, foi uma nota do dia 17 de abril de 1882, informando sobre um roubo de joias envolvendo um funcionário público, a respeito do qual ponderava o seguinte: “não sabemos [...] se já foi participado o fato à polícia, nem quem está incumbido de escrever a carta anônima que há de levar à descoberta de mais estas joias roubadas”<sup>122</sup>. O conteúdo debochado da publicação acabava por fazer coro com as descrições caricatas que Pompeia vinha fazendo em seu romance a respeito do Imperador e do Conde d’Eu. No entanto, a publicação do noticiário, a última, ainda permanecia sem qualquer referência àqueles membros da família imperial.

Na edição do dia 20 de abril de 1882, capítulo 10, é o Duque quem interroga Pavia longe dos olhos da polícia e, por fim, manda prendê-lo. Antes de ver-se preso, e percebendo que o cerco se fechava em torno de si, Pavia tentou livrar-se da acusação ameaçando o Duque da seguinte maneira: “o Sr. duque entrega-me à polícia, mas eu entrego-o ao público. Contarei

<sup>121</sup> “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 20/4/1882, p. 1.

<sup>122</sup> *Gazeta de Notícias*, 17/4/1882, p. 1.

as suas vergonhas, partilhei-as, conheço todas como cúmplice, mas eu não tenho um nome [como o Sr. Duque]<sup>123</sup>. Preso o autor do roubo, o Duque, no entanto, não deixara de lado a vontade de ver consumado o seu desejo em relação à menina Conceição, ignorando os graves acontecimentos que haviam abalado suas terras nos últimos dias. A respeito deste comportamento do fidalgo, encontramos as seguintes considerações do narrador no antepenúltimo capítulo do romance:

O duque errou durante algum tempo pelo parque, embebido em pensamentos que lhe traziam sorrisos à flor do rosto. Refletia na sua força que o fazia triunfar dos homens e das mulheres. Era como um rei: rei pelo dinheiro e rei pelo sangue. Não havia conta para aqueles que o rodeavam como miríades de satélites, cada qual mais empenhado em causar-lhe alegria. Tinha visto o curioso espetáculo de todas as coisas que o comum dos homens apelida sagradas prostituírem-se-lhe aos pés. Vira a justiça despedaçar a venda dos olhos para buscar a que seria agradável a ele; vira a honra entregar-se-lhe como uma taverneira sem vergonha; vira a dignidade feita baixeza; a honestidade feita impudor; a virtude feita hipocrisia; a hipocrisia feita descaramento; o descaramento feito arma de vitória... Vira o mundo transformado em torno dele... tudo somente pelo poder do seu nome! Era bem forte! Contava mais vitórias do que Napoleão. E somente havia uma diferença entre o conquistador e ele. É que Napoleão triunfara da força e o duque triunfara da fraqueza. Os principais feitos do general se haviam passado no campo das batalhas e os do duque no segredo das alcovas.<sup>124</sup>

O que está em destaque mais uma vez nessa passagem é a vontade do Duque, a vontade do Imperador, a qual é soberana e se sobrepõe aos interesses da moralidade, da justiça e do público em geral. As considerações a respeito do fidalgo que Pompeia construiu neste trecho do romance se chocavam frontalmente com a imagem que o D. Pedro havia construído de si, de defensor da justiça, das ciências e de seu povo, ou seja, de “defensor perpétuo do Brasil”, como deixara escrito seu pai, D. Pedro I, no texto constitucional de 1824<sup>125</sup>. Mesmo com Pavia preso, o plano não fora abortado. Conceição fora levada para a casa do alcoviteiro, preparada e deixada dopada em um quarto à espera do Duque<sup>126</sup>. Apesar de preso, Pavia tinha a segurança de que seria libertado justamente por conta deste favor que prestara ao Sr. de Santo Cristo<sup>127</sup>.

É, pois, no último capítulo do romance que vamos encontrar o desfecho de toda a trama, tanto em relação ao crime que o Duque pretendia cometer contra a garota, quanto em

<sup>123</sup> “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 19/4/1882, p. 2.

<sup>124</sup> “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 25/4/1882, p. 1.

<sup>125</sup> Cf. BRASIL. *Constituição do Império do Brasil* (1824). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/Constituicao/Constituicao24.htm>>. Acesso em: 22/1/2020.

<sup>126</sup> Cf. “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 1/5/1882, p. 2.

<sup>127</sup> Cf. “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 20/4/1882, p. 1.

relação ao desfecho do roubo de suas joias. O fidalgo, como planejado, seguiu até a casa de Manuel de Pavia e lá entrou às escondidas em um quarto onde Conceição dormia pesadamente, por conta do remédio que lhe haviam ministrado. Sua chegada àquela alcova fora narrada na seguinte passagem:

Vinha trêmulo de sensualidade. Penetrou no seu pomar de luxúria, medroso como um menino perdido no bosque. Os perfumes do ambiente embriagaram-no [...] À beira daquele abismo de juventude e sedução, o duque cambaleava de vertigem. [...] Cada passo que dava era um arrependimento e uma vontade de fugir. A posição inocente da mocinha adormecida causava-lhe terror. Não era seu hábito, porém tanta candura fazia-lhe medo. Era pavorosa aquela virgindade. [...] O duque chegou até à cama. Inclinou-se para a frente, eriçado como uma hiena. Era terrível aquele velho, inflamado de voracidade. Todo ele estremeceu como se houvesse lavas a ferverem-lhe no íntimo. A violência da respiração arquejante ouvia-se-lhe como o chiar interrompido da válvula de uma caldeira. As narinas abriam-se-lhe e baixavam, recolhendo todas as emoções cálidas que subiam do leito<sup>128</sup>.

A consecução de mais este ato do Duque somente não ocorreu no romance pela intervenção de sua esposa. À beira da morte, Emília narrara todo o plano à Duquesa e esta, imediatamente, correu à casa de Pavia, lá chegando antes do Duque e se colocando a um canto do quarto à sua espera<sup>129</sup>. Quando o fidalgo se preparava para cometer o abuso, foi abordado pela esposa e, além de receber uma enérgica reprimenda, ficou sabendo da verdadeira origem de Conceição. No dia seguinte ao ocorrido, o Duque recebeu a visita do Chefe de Polícia, que lhe informara que Pavia havia confessado o crime e apontaria o local onde as joias haviam sido escondidas, caso saísse impune das acusações. O fidalgo ordenou então àquela autoridade policial que, em sete dias, conduzisse Pavia para desenterrar as joias e depois o colocasse em liberdade com os outros suspeitos, temendo que algum escândalo envolvendo seu nome viesse a público<sup>130</sup>. O narrador dedicaria algumas linhas a comentar sua personagem Marquês d’Etu, afirmando que, localizadas as joias, aquele nobre “andou muito contente abraçando os inquilinos dos cortiços feito maluco”<sup>131</sup>.

O que fica evidente pela análise da *Gazeta de Notícias* no período de 19 de março a 1º de maio de 1882, é que Ferreira de Araújo empregara a mesma estratégia que encontramos nas edições nas quais veiculara as crônicas políticas de José do Patrocínio e Ferreira de Menezes, entre os anos de 1879 e 1881. Tanto as notícias dos escritos de Patrocínio e

<sup>128</sup> “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 01/5/1882, p. 2.

<sup>129</sup> Cf. “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 28/4/1882, p. 2.

<sup>130</sup> Cf. “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 01/5/1882, p. 2.

<sup>131</sup> *Ibidem*.

Menezes, quanto o conteúdo do romance *As joias da Coroa*, foram construídos em estreita relação com as notícias que ganharam destaque no noticiário e no editorial da folha. Ferreira de Araújo mantinha como estratégia um tom noticioso nas colunas superiores enquanto no folhetim empregava esses jovens escritores abolicionistas e republicanos, com escrita verborrágica, como estratégia para comentar diretamente os membros da família imperial por meio dos mais degradantes atributos e acusações.

A partir de tais constatações, levantamos a hipótese de que tais medidas do diretor de redação da *Gazeta de Notícias* permearam os espaços da folha nos anos seguintes, 1883 a 1889, comentando as campanhas contra a escravidão e contribuindo para o fim da monarquia no Brasil. Esta, no entanto, é apenas uma sugestão para futuros estudos. O que se verificou é que Ferreira de Araújo havia encontrado um bom método para manter uma visão geral da folha como sendo neutra quanto aos assuntos políticos, ao mesmo tempo em que empregava esses jovens escritores para fomentar o combate à instituição monárquica, atraindo o público para os assuntos polêmicos e aumentando consideravelmente as vendas e a popularidade de seu jornal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação às análises realizadas nas páginas precedentes, percebe-se que a imprensa carioca teve importante papel na consecução de um consenso em torno do assunto do roubo das joias da Coroa, tanto para o público coevo quanto para aqueles que escreveram sobre o assunto posteriormente. O leitor de impressos do Rio de Janeiro de então pôde encontrar, diuturnamente, e por cerca de um mês, as mais variadas notícias acerca do escândalo no qual esteve envolvida a família imperial brasileira. Entende-se que parte da imprensa se apropriou daquele fato nada corriqueiro para afirmar suas teses de que a monarquia não era suficiente para atender aos desígnios do país. Os periódicos *Diario do Brazil* e *Jornal do Commercio*, e provavelmente tantos outros, se limitaram a noticiar o caso sem atribuir responsabilidades às autoridades ou à Casa Imperial pela forma como tudo terminou. Já a *Gazeta de Notícias*, a *Gazeta da Tarde*, a *Gazetinha*, a *Revista Illustrada* e *O Mequetrefe*, se aproveitaram do caso para desacreditar, perante a opinião pública, a imagem do regime monárquico, marcadamente por meio de críticas mais intensas ao Imperador D. Pedro II.

É certo que aqueles escritores e jornalistas não tinham a exata noção de que a escravidão ou a monarquia chegariam ao fim nos anos finais da década de 1880. Porém, como já comentado no decorrer deste trabalho, encontraram na imprensa popular, que emergiu a partir da década de 1870, uma importante via para a manifestação de seu descontentamento em relação à estrutura social na qual se assentava a monarquia brasileira, qual seja: a do privilégio. Esses homens de imprensa haviam encontrado um espaço no qual podiam reivindicar suas pautas, apoiando-se, portanto, na popularidade dos impressos dos quais eram proprietários ou redatores, empreendendo esforços contínuos, neste último quartel do século XIX, para sedimentar na opinião pública a ideia de que a monarquia era um óbice às reais necessidades do país. Desta forma, e ao longo de algumas décadas, a imprensa opositora combateu os importantes e poderosos ritos e símbolos que sustentavam o sistema monárquico, bem como o discurso oficial do Parlamento.

O caso do roubo do Paço Imperial, assim como a crise de 1879 e a Revolta do Vintém, foi apenas mais um dentre tantos outros eventos que acabaram servindo à causa dos grupos contestadores. Estes momentos de comoção social (escândalos, revoltas), eram apropriados para uma exposição mais efetiva do regime monárquico. Em *Peculiaridade dos ingleses e outros artigos*, Edward Palmer Thompson assevera que uma forma de se descobrir o que chamou de “normas surdas”, é analisando uma situação ou episódio atípicos. Segundo o



historiador, “um motim, [por exemplo], ilumina as normas dos anos de tranquilidade, e uma repentina quebra de deferência nos permite entender melhor os hábitos e consideração que foram quebrados”<sup>1</sup>. Apesar de tratar do que chamou de “normas surdas”, o que o trabalho de Thompson nos deixa entrever é que os fatos atípicos são importantes pontos de partida para se descobrir os meandros das relações sociais que se tornam candentes em momentos de tensão social. E isso fica evidente ao analisarmos os momentos de crise ocorridos na Corte brasileira entre os anos de 1879 e 1882, quando verificamos que tais episódios foram utilizados pela imprensa opositora do regime para ratificar as críticas que vinham sendo feitas cotidianamente em suas páginas. No caso do roubo das joias da Coroa, se podemos considerar que a história das últimas décadas do Império vinha sendo escrita nas páginas da imprensa carioca, fora, pois, essa a versão que predominou: a de um sistema caquético, presidido por um soberano corrupto e indiferente às necessidades de seu povo, à lei e à justiça. A versão desses impressos foi tão eficiente que a historiografia acabou incorporando os argumentos veiculados naqueles momentos de tensão para ratificar que a monarquia estava em crise. Entende-se, no entanto, que em verdade ela vinha passando por um processo paulatino de demolição da sua imagem, operado, principalmente, por diversos órgãos da imprensa de então.

Ainda sobre as pesquisas desenvolvidas para a presente dissertação, algumas considerações se fazem necessárias. A primeira delas diz respeito à necessidade de uma leitura global do jornal / revista que se pretende estudar. Tomando como exemplo o caso da *Gazeta de Notícias*, vimos que o jornal atribuía diferentes funções a diferentes colunas de suas páginas. Em uma leitura apenas das colunas de notícias, poder-se-ia chegar à conclusão de que o jornal era, de certa forma, moderado, uma vez que ali não tecia críticas ao Imperador ou demais membros da família imperial, e nem atacava agressivamente os membros do governo ou demais autoridades, pelo menos no período analisado. Por outro lado, uma leitura apenas do folhetim nos daria a medida do desprezo que a folha nutria pela monarquia e pela escravidão. No entanto, isso poderia prejudicar o entendimento das críticas que ali estariam sendo feitas, uma vez que, geralmente, os escritos do folhetim abordavam os mesmo temas discutidos nas colunas superiores, mesmo que por meio da literatura, como no caso do romance *As joias da Coroa*. Sem essa leitura global, o pesquisador não terá a percepção dessa

---

<sup>1</sup> THOMPSON, E. P. *Peculiaridades do Inglês e outros artigos*. 2ª. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012, p. 235.

estratégia editorial da *Gazeta de Notícias*, e que deve ocorrer em outros jornais, quedando comprometido sua compreensão sobre os intentos sociais e políticos da folha.

Outro ponto a se observar é quanto à percepção da existência de uma rede de colaboradores para a produção desses jornais e revistas. Mesmo antes da fundação da *Gazeta de Notícias*, havia um grupo que estava à volta de Ferreira de Araújo, colaborando em outros projetos como n' *O Besouro* e n' *O Mosquito*. Henrique Chaves e Dermeval da Fonseca, por exemplo, saíam das páginas daqueles jornais satíricos para dar publicidade à *Gazeta* ao lado de Araújo. José do Patrocínio, Arthur Azevedo, Ferreira de Menezes e Valentim Magalhães, que em algum momento de suas carreiras passaram pelas páginas da *Gazeta de Notícias*, tornaram-se proprietários de suas próprias folhas e nelas recepcionaram jovens escritores que se alinhavam aos seus projetos republicanos e abolicionistas. Projetos, portanto, de combate ao sistema monárquico. Tudo indica que ascender a uma dessas células dava a possibilidade de transitar por outros pontos da rede, ou seja, de o redator ter os seus trabalhos (crônicas, romances, poemas, artigos), publicados em outras folhas.

A análise das edições do jornal de Ferreira de Araújo, desde o ano de 1879, demonstrou que a escolha de Raul Pompeia para escrever *As joias da Coroa* em 1882 não seu de por acaso. O escritor, recém-chegado àquela redação, reunia todos os requisitos para ter espaço no folhetim da *Gazeta*. Pompeia era republicano, abolicionista e combativo, tal como os folhetinistas Ferreira de Menezes e José do Patrocínio, que nos anos anteriores haviam dedicado suas penas a atacar o Trono. Vimos que muitas das críticas que Patrocínio e Menezes veicularam no período em que estiveram escrevendo no rodapé do jornal, apareceriam no romance de Raul Pompeia, como a afirmação de que o Imperador era corrupto e descuidado com as importantes questões do Império. Ao fazermos essa análise retrospectiva do folhetim da *Gazeta de Notícias*, percebemos que *As joias da Coroa* carrega em sua trama uma série de críticas que há muito circulava no anedotário da imprensa carioca.

A análise de apenas algumas publicações a respeito das críticas que a imprensa vinha fazendo à monarquia no último quartel do século XIX forma um quadro muito convincente de que a queda do sistema era inevitável. Por outro lado, e como intentamos apontar aqui, esses periódicos eram, na verdade, os construtores de tal visão. Por meio de suas páginas, atacavam os principais símbolos da monarquia com a finalidade de deslegitimar a necessidade do sistema, orientados por seus interesses pessoais e propostas de futuro para o país. Foi, pois, o discurso do projeto vencedor que ganhou destaque nos escritos que se ocuparam da passagem da Monarquia para a República.



**FONTES****Jornais / Revistas****Da Corte**

*A Patria*

*A Reforma*

*A República*

*As Letras*

*Carbonario*

*Correio Paulistano*

*Corsario*

*Diario do Brazil*

*Diario do Rio de Janeiro*

*Echos dos Tagarellas*

*Gazeta da Noite*

*Gazeta da Tarde*

*Gazeta de Notícias*

*Gazeta do Rio*

*Gazetinha*

*Imprensa Evangélica*

*Jornal da Noite*

*Jornal do Commercio*

*Labaro Academico*

*O Besouro*

*O Binoculo*

*O Bohemio*

*O Cruzeiro*

*O Entr'acto*

*O Fluminense*

*O Globo*

*O Mequetrefe*

*O Mosquito*

*O Porvir*

*O Reporter*

*Revista Illustrada*

*Semana Illustrada*

*Tam-Tam*

*Tiradentes*

### **Das províncias**

*O Macauense* (RN)

*O Despertador* (SC)

*Correio Paulistano* (SP)

*Diario de São Paulo* (SP)

*Jornal da Tarde* (SP)

*O Ypiranga* (SP)

*O Orbe* (AL)

*Cearense* (CE)

*Gazeta do Norte: Órgão Liberal* (CE)

*O Mineirinho* (CE)

*Espírito-Santense* (ES)

*Diario do Maranhão* (MA)

*O Paiz* (MA)

*Pharol* (MG)

*A Constituição* (PA)

*Diario de Belem* (PA)

*Diario de Notícias* (PA)

*Gazeta de Notícias* (PA)

*O Liberal* (PA)

*Diario de Pernambuco* (PE)

*Jornal do Recife* (PE)

*A Imprensa* (PE)

### **Do exterior**

*Commercio de Portugal* (Portugal)

*Jornal da Noite* (Portugal)

## Legislação

BRASIL. *Constituição do Império do Brasil* (1824). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm)>. Acesso em: 22/1/2020;

\_\_\_\_\_. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nasceram desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores sobre a libertação anual de escravos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm)>. Acesso em 20/1/2020.

## BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988;

AGUILHON, Maurice. *1848 ou O Aprendizado da República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991;

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015;

\_\_\_\_\_. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002;

ANTUNES, Livia de Lauro. *Sob a Guarda Negra: Abolição, raça e cidadania no pós-abolição*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói – RJ, 2019;

ARAÚJO, Regina Lúcia de. *Raul Pompéia: Jornalismo e prosa poética*. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo- USP, São Paulo, 2006;

ARAÚJO, Rodrigo C. S. de. *Caminhos na produção da notícia: a imprensa diária no Rio de Janeiro (1875-1891)*. (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2015;

ARAÚJO, Rodrigo Cardoso de. “O mais bandido dos pasquins”. In.: \_\_\_\_\_. *Pasquins: submundo da imprensa na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012, pp. 55-82;

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2004;

BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: a trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2005;

\_\_\_\_\_. *Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009;

BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. São Paulo: Revista brasileira de comunicação, Vol. XX, jul/dez 1997;

\_\_\_\_\_. *História da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Maud X, 2010;

\_\_\_\_\_. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000;

BARMAN, Roderick J. *A princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. Editora da UNESP, São Paulo, 2005;

\_\_\_\_\_. *Imperador Cidadão*. São Paulo: Editora Unesp, 2012;

BENTO, Elias Ferreira. *O roubo das joias imperiais: jornalismo, ficção e política nos rodapés da imprensa*. Monografia (Graduação em História). Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia – MG, 2018;

BILAC, Olavo Brás Martins dos Guimarães. *Ironia e Piedade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916;

BRASÍLIA. Ministério das Relações Exteriores. *Obras do Barão de Rio Branco VII: biografias*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012;

BROCA. Brito. *Raul Pompeia*. Edições Melhoramentos, 1956;

CALOGERAS, Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, pp. 310-324; CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007;

CAMPOS, Rafael Dias da Silva. *Eleições do cacete: controvérsias na formação do Sistema Eleitoral Imperial*. Revista Espaço Acadêmico, n. 133, Junho de 2012, pp. 111-118;

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal 'O Estado de S. Paulo'*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980;

CAPELOTTI, João Paulo; LOBO, Judá Leão. *Humor e Liberdade de imprensa em O Mequetrefe*. Revista Direito de Práxis, vol. 5, n. 9, 2014, pp. 176-206;

CARVALHO, Daniel Antunes Cardoso do Lago. *O tráfico de escravos, a pressão inglesa e a lei de 1831*. Revista História Econômica e Economia Regional Aplicada, v. 7, n. 13, Jul-Dez 2012, pp. 95-144;

CARVALHO, Eder Aparecido de. *Imperadores do Brasil: diferenças institucionais e políticas no exercício do Poder Moderador*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Letras – Unesp / Araraquara. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp, Araraquara – SP, 2019;

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008;

\_\_\_\_\_. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990;

\_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008;

\_\_\_\_\_. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007;

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003;

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003;

\_\_\_\_\_. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990;

CORRÊA, Rubens Arantes. *A trajetória de Raul Pompeia (1865-1895): um estudo bibliográfico*. Claretiano – Revista do Centro Universitário, Batatais, n. 2, Jan./Dez., pp. 44-57, 2002;

COUTINHO, Afrânio. *Raul Pompeia: Obras. Volume 3. Contos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: Oficina Literária Afrânio Coutinho, FENAME, 1981;

\_\_\_\_\_. *Raul Pompeia: Obras. Volume 5, Escritos Políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: Oficina Literária Afrânio Coutinho, FENAME, 1981;

DEL PRIORE, Mary. *Condessa de Barral: a paixão do imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008;

\_\_\_\_\_. *O castelo de papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d'Eu*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013;

\_\_\_\_\_. *O príncipe maldito*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007;

EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornografia no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004;

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol. I e II (2ª Edição). São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Globo, 1975;

FERRARO, Alceu Ravanello. *Brasil: liberalismo, café, escola e voto (1878-1881)*. Educação em Revista. Belo Horizonte. v. 26, n. 3, pp. 219-248, dez. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000300011>;



FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O Império revisitado. Instabilidade ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012;

FRAGOSO, João Luís. “O Império escravista e a República dos plantadores. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora”. In.: LINHARES, Maria Yedda (org.) *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campos, 1990;

GÓES DE PAULA, Sérgio. *Um monarca da fuzarca: três versões para um escândalo na Corte*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993;

GONTIJO, Rebeca. *Capistrano de Abreu, viajante*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, n. 59, pp. 15-36, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882010000100002>;

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997;

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *O motim do vintém e a cultura política do Rio de Janeiro – 1880: Revolução e Reforma*. Revista Brasileira de História, n. 20, vol. 10. São Paulo: Anpuh / Marco Zero, março e agosto de 1990, pp. 211-232;

GUIZELIN, Gilberto da Silva. *A abolição do tráfico de escravos no Atlântico Sul: Portugal, o Brasil e a questão do contrabando de africanos*. Almanack Guarulhos, n. 5, 1º semestre de 2013, pp. 123-144. <https://doi.org/10.1590/2236-463320130507>;

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977;

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O Brasil monárquico, vol. 7: do Império à República”. In.: \_\_\_\_\_. *História Geral da Civilização Brasileira*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005;

JARDIM, Silva. *Memórias e viagens: campanha de um propagandista (1887-1890)*. Lisboa – PT: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1891;

LAGE, Nelson, 1982 *apud* VAS, Braz Batista. *O final de uma guerra e suas questões logísticas: o conde d’Eu na Guerra do Paraguai (1869-1870)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011;

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. “O dia de amanhã”: A República nas páginas do periódico ilustrado *O Mequetrefe* (1875-1889). História (São Paulo), v. 30, n. 2, pp. 239-265, ago/dez 2011. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742011000200012>;

\_\_\_\_\_. *Os símbolos da República nas páginas do humor: Política e imprensa ilustrada no Rio de Janeiro dos anos 1870*. Anos 90, Porto Alegre, v. 19, n. 36, pp. 221-249, dez. 2012. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.30805>;

LOSURDO, Domenico. *Bonapartismo ou democracia: triunfo e decadência do sufrágio universal*. São Paulo / Rio de Janeiro: EdUFRJ / UNESP, 2004;

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005;

LYNCH, Christian Edward Cyril. *O momento monarquiano: O Poder Moderador e o pensamento político imperial*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007;

MACHADO DE ASSIS, J.M. *Obra Completa*. Rio, Aguilar, 1962,v.3, p.1019-1021;

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987;

MAGALHÃES JÚNIOR, R. “A trágica aventura de Apulco de Castro”. In:\_\_\_\_\_. *O império em chinelos*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira S/A, 1957, pp. 208-228;

\_\_\_\_\_. *Arthur Azevedo e sua época*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A, 1966;

\_\_\_\_\_. *D. Pedro II e a Condessa de Barral, através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*. Rio de Janeiro/São Paulo/Bahia: Civilização Brasileira, 1956;

MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa em tempos de império*. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015;

MARTINS, Vanessa Gandra Dutra. *Pedro e Luísa: construções de si: a escrita epistolar de D. Pedro II e da Condessa de Barral*. Tese (Doutorado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2009;

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: a formação do estado imperial*. (5ª Edição). São Paulo: Hucitec, 2004;

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur) 2007;

\_\_\_\_\_. *Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica – PUC. Rio de Janeiro, 2004;

MESQUISA, Maria Luiza de Carvalho. *O Terceiro Reinado: Isabel de Bragança, a imperatriz que não foi*. Vassouras: Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Severino Sombra, Vassouras, RJ, 2009;

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996;

MINÉ, Elza. *Ferreira de Araújo, ponte entre o Brasil e Portugal*. Vita Atlântica, n. 8, Dez/2005, pp. 220-229. <https://doi.org/10.11606/va.v0i8.50022>;

MONTANO, Leandro Duarte. *Para além de um vintém: diálogos políticos e ação popular na Corte Imperial (1870-1880)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009;

MONTEIRO, Vanessa Cristina. *A querela anticlerical no palco e na imprensa: Os Lazaristas*. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas: SP, 2006;

MOSSÉ, Benjamin. *Vida de Dom Pedro II*. Coleção Grandes Homens. São Paulo: Edições Cultura Brasileira S/A, s/d;

NACHTIGALL, Lucas Suzigan. *Mas, e depois?: o Terceiro Reinado nos horizontes de expectativa do final do império (1888-1893)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Unesp, Assis, SP, 2015;

NASCIMENTO, Danilo de Oliveira. *A representação do espaço trágico em Uma tragédia no Amazonas, de Raul Pompeia*. Revista Recorte, v. 12, n. 1, janeiro-junho, PP. 1-16, 2015;

OLIVEIRA, Gilberto Maringoni de. *Ângelo Agostini ou impressões de uma viagem da Corte à Capital Federal (1864-1910)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006;

OS PROGRAMAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS E O 2º IMPÉRIO. Primeira Parte. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1878;

PATROCÍNIO, José do. *Os Ferrões*. NASCIMENTO, José Leonardo do (org.). São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017;

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Literatura e história social: a “geração boêmia” no Rio de Janeiro do fim do império*. História Social, n. 1, 29-64, 1994;

\_\_\_\_\_. *A realidade como vocação: literatura e experiência nas últimas décadas do império*. In: Grinberg, Keila e Salles, Ricardo (orgs). *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009;

\_\_\_\_\_. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004;

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 1884-1888. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói – RJ, 2006;

PINTO, Ana Flávia Magalhães. “José do Patrocínio: abolição, racismo e uma pedra no caminho chamado Silvio Romero”. In.: PINTO, Ana Flávia Magalhães; CHALHOUB, Sidney (orgs.). *Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX*. Cruz das Almas: EDUFRB. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016;

\_\_\_\_\_. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2018;

\_\_\_\_\_. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP, Campinas, SP, 2014;

PIRES, Maria da Conceição Francisca. *Centenário do traço: o humor político de Ângelo Agostini na Revista Ilustrada (1876-1888)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010;

POMPEIA, Raul A. *Uma tragédia no Amazonas*. Rio de Janeiro: Tipografia Cosmopolita, 1880;

\_\_\_\_\_. *Exposição comemorativa do centenário de nascimento de Raul Pompeia*. Ministério da Educação e Cultura, 1963;

PONTES, Eloy. *A vida inquieta de Raul Pompeia*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria José Olympio Editora, 1935;

PORTO, Ana Gomes. *Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil (1870-1920)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2009;

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *A política imperial nas “Cousas Políticas” e nas “Balas de Estalo” da Gazeta de Notícias: o jornalismo dos últimos anos da monarquia (1883-1884)*. Revista História e Cultura, Franca – SP, v. 3, p. 7-27, 2014. <https://doi.org/10.18223/hiscult.v3i1.1182>;

\_\_\_\_\_. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de estalo” de Machado de Assis*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. Campinas - SP, 2010;

\_\_\_\_\_. *Barricadas em rodapés de jornais: revolta popular e cidadania política na Gazeta de Notícias (1880)*. Revista de História (São Paulo), n. 179, pp. 1-33, 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.150983>;

RIBEIRO, Felipe Nicoletti. *A “constituente constituída”: o poder moderador, o ministério Sinimbu e o parlamento nos antecedentes da adoção da eleição direta no Império do Brasil (1878-1880)*. Almanack, Guarulhos, n. 20, pp. 242-265, dez 2018. <https://doi.org/10.1590/2236-463320182011>;

\_\_\_\_\_. *Império das incertezas: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015;

RIBEIRO, Lavina Madeira. *A institucionalização do jornalismo no Brasil: 1808-1964*. 1998. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 1998;

\_\_\_\_\_. *Imprensa e Espaço Público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808 – 1964)*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v25n41p97-114>;

ROMANCINI, Richard. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007;

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. *Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013;

SANTOS, Sidnei Xavier dos. *As metamorfoses de Raul Pompéia: um estudo dos contos*. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011;

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “As faculdades de direito ou os eleitos da nação”. In: *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 141-188;

\_\_\_\_\_. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998;

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação na Primeira República*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003;

SICILIANO, Tatiana Oliveira. *O Rio de Janeiro de Artur Azevedo: cenas de um teatro urbano*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014;

SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De “Papa-pecúlios” a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas - SP, 2006;

\_\_\_\_\_. *Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, SP. 2001;

SILVA, Wladimir Barbosa da. *Escravidão, imprensa e sociedade: o protagonismo feminino na campanha abolicionista*. Dissertação (Mestrado em Relações Etnorraciais) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow – CEFET / RJ, Rio de Janeiro, 2014;

SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010;

SIMÕES, Ricardo Japiassu. *O escândalo do roubo das joias: o Imperador e a Condessa de Barral em folhetins cariocas*. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP. São Paulo, 2001;

SODRÉ, Alcindo. *Abrindo um cofre: cartas de Dom Pedro II à condessa de Barral*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1956;

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999;

SOUZA, Felipe Azevedo e. *A Lei Saraiva e o devir da cidadania*. Documentação e Memória / TJPE, Recife, PE, v. 2, n. 3, 73-93, jan. / dez. 2010;

\_\_\_\_\_. *A Lei Saraiva e o novo perfil do eleitorado no Império*. Clio: Revista de Pesquisa Histórica – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – n. 29.1 (2011), pp. s/n, 2011.

\_\_\_\_\_. *Direitos políticos em depuração: a Lei Saraiva e o eleitorado do Recife entre as décadas de 1870 e 1880*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife – PE, 2012;

SOUZA, Marcos Teixeira. *José do Patrocínio: uma trajetória em meio a memórias*. Grau Zero — Revista de Crítica Cultural, v.3, n. 1, 2015, pp. 167-182;

THOMPSON, E. P. *Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. 2ª. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012;

VEZZANI, Iriana Nunes. *Uma revista e tipo europeu: educação e civilização na Galeria Ilustrada (Curitiba 1888-1889)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba – PR, 2013;

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011;

ZILBERMAN, Regina. *Raul Pompeia, Abílio Cesar Borges e a escola brasileira no século XIX*. Revista Criação e Crítica, n. 9, pp. 38-51, 2012. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-1124.v5i9p38-51>.

## ANEXO I - Jornais / Revistas consultados

NO BRASIL			
PROVÍNCIA	TÍTULO	ANO	Nº EDIÇÕES
AL	<i>O Orbe</i>	1882	1
CE	<i>Cearense</i>	1875	1
		1882	1
CE	<i>Gazeta do Norte: Órgão Liberal</i>	1882	1
CE	<i>O Mineirinho</i>	1884	1
ES	<i>Espírito-Santense</i>	1879	1
MA	<i>Diario do Maranhão</i>	1882	1
MA	<i>O Paiz</i>	1880	1
MG	<i>Pharol</i>	1882	1
PA	<i>A Constituição</i>	1881	1
PA	<i>Diario de Belem</i>	1882	1
		1885	1
PA	<i>Diario de Notícias</i>	1882	1
PA	<i>Gazeta de Notícias</i>	1881	1
PA	<i>O Liberal</i>	1882	1
PE	<i>Diario de Pernambuco</i>	1879	1
		1882	1
PE	<i>Jornal do Recife</i>	1871	1
		1875	1
		1878	1
		1879	1
		1882	1
PI	<i>A Imprensa</i>	1870	1
		1882	1
RJ	<i>A Patria</i>	1882	1
RJ	<i>A Reforma</i>	1869	1
		1879	1
RJ	<i>A República</i>	1870	1
		1871	1
RJ	<i>As Letras</i>	1880	1
RJ	<i>Carbonario</i>	1884	1
		1885	1
RJ	<i>Correio Paulistano</i>	1881	2
		1882	1
RJ	<i>Corsario</i>	1881	1
RJ	<i>Diario do Brazil</i>	1882	24
RJ	<i>Diario do Rio de Janeiro</i>	1871	2
RJ	<i>Echos dos Tagarellas</i>	1875	1
RJ	<i>Gazeta da Noite</i>	1879	1
RJ	<i>Gazeta da Tarde</i>	1881	1
		1882	16
RJ	<i>Gazeta de Notícias</i>	1874	1
		1875	2
		1877	2

		1878	16
		1879	191
		1880	81
		1881	88
		1882	120
RJ	<i>Gazeta do Rio</i>	1879	1
RJ	<i>Gazetinha</i>	1882	25
RJ	<i>Imprensa Evangélica</i>	1884	1
RJ	<i>Jornal da Noite</i>	1882	1
RJ	<i>Jornal do Commercio</i>	1869	1
		1875	1
		1876	1
		1880	1
		1881	2
		1882	33
RJ	<i>Labaro Academico</i>	1874	1
RJ	<i>O Besouro</i>	1878	3
RJ	<i>O Binoculo</i>	1882	1
RJ	<i>O Bohemio</i>	1881	1
RJ	<i>O Cruzeiro</i>	1878	1
RJ	<i>O Entr'acto</i>	1881	5
RJ	<i>O Fluminense</i>	1879	1
RJ	<i>O Globo</i>	1882	1
RJ	<i>O Mequetrefe</i>	1875	1
		1882	5
RJ	<i>O Mosquito</i>	1873	1
		1877	1
RJ	<i>O Porvir</i>	1882	1
RJ	<i>O Reporter</i>	1879	1
RJ	<i>Revista Illustrada</i>	1882	8
RJ	<i>Semana Illustrada</i>	1863	1
RJ	<i>Tam-Tam</i>	1882	1
RJ	<i>Tiradentes</i>	1882	1
RN	<i>O Macauense</i>	1887	1
SC	<i>O Despertador</i>	1878	1
SP	<i>Correio Paulistano</i>	1869	1
		1880	1
		1881	1
		1882	1
SP	<i>Diario de São Paulo</i>	1876	1
		1878	3
SP	<i>Jornal da Tarde</i>	1879	1
		1881	1
SP	<i>O Ypiranga</i>	1869	1
*			
<b>NO EXTERIOR</b>			
<b>PAÍS</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ANO</b>	<b>Nº EDIÇÕES</b>
PORTUGAL	<i>Commercio de Portugal</i>	1879	1



		1882	1
PORTUGAL	<i>Jornal da Noite</i>	1880	2
		1882	4